

méritos  
editora

Emerson Lopes Brotto

# Partido Comunista do Brasil no Norte do Rio Grande do Sul 1922-1948





**Partido Comunista do Brasil**  
**no Norte do Rio Grande do Sul**  
**1922-1948**



**Emerson Lopes Brotto**



**Partido Comunista do Brasil  
no Norte do Rio Grande do Sul  
1922-1948**

VERSÃO **EBOOK**

*Passo Fundo*  
2011

*méritos*  
editora

© 2011, Livraria e Editora Méritos Ltda.

Rua Pe. Valentin, nº 564 / 202

Passo Fundo, RS, CEP 99072-100

Fone: (54) 3313-7317

Página na internet: [www.meritos.com.br](http://www.meritos.com.br)

E-mail: [atendimento@meritos.com.br](mailto:atendimento@meritos.com.br)

Charles Pimentel da Silva

Editor

Jenifer B. Hahn

Auxiliar de edição

Leo Hélio Dellazzari

Revisor

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sem autorização do(s) autor(es) ou da editora, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)*

---

B875r Partido Comunista do Brasil no Norte do Rio Grande do Sul  
(1922 / 1948) / Emerson Lopes Brotto. – Passo Fundo:  
Méritos, 2011.  
272 p.

ISBN 978-85-89769-90-7

1. Partido político - esquerda 2. Comunismo – Brasil 3.  
Partido Comunista do Brasil – Rio Grande do Sul I. Brotto,  
Emerson Lopes II. Título.

CDU 329.055.4(816.5)PCB

---

Ficha catalográfica elaborada por Rafael Antunes dos Santos CRB10/1898

*Impresso no Brasil*

*Aos meus filhos, Otávio, Lúcia e Vini (in memoriam),  
e à mãe deles, Vilma.*

*Aos colegas de escritório, Julio, Ipojucan e Sérgio, pelo  
apoio e pelo incentivo.*

*A minha mãe, Yara Lopes Brotto, ao meu pai, Saul  
Brotto (in memoriam), ao meu irmão João Luiz  
Lopes Brotto (in memoriam), e a minha irmã, Imara  
Lopes Brotto Rosado.*

*A Sandra, Carine, Fernanda e Anna Áurea.*

*Aos camaradas do PC do B de Passo Fundo.*

*Aos irmãos, que como tal me reconhecem.*

*Aos Arquivos dos jornais O Nacional e  
Diário da Manhã, pelo auxílio na pesquisa.*

*Ao Benhur Jungbeck e a Sandra Benvegnú, do  
Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo  
Fundo, pela presteza e pelo auxílio.*

*Ao historiador e amigo João Batista Marçal, pelo  
acervo pessoal disponibilizado.*

*Ao professor doutor Tau Golin, pelas valiosas contri-  
buições quando da qualificação.*

*Ao professor doutor, e amigo, Mário Maestri, que  
comigo esteve desde o pré-projeto deste trabalho.*

*Em especial, a minha orientadora, doutora  
Ana Reckziegel.*



*(...) Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política. “Não ter uma posição política justa, disse alguém, é como não ter alma.” Não a separo, pois, do trabalho que se vai ler; ela faz parte deste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma.*

*(Nelson Werneck Sodré.  
Formação Histórica do Brasil)*



# *Prefácio*

O movimento de renovação da história política foi acompanhado de um interesse especial pelos estudos sobre as esquerdas, o que pode ser atestado pelo número crescente de teses e dissertações que têm privilegiado a investigação sobre o pensamento e as estratégias das esquerdas no cômputo da história do Brasil.

Mesmo que vencidas em suas diversas tentativas de confrontar a ordem vigente, a investigação sobre o percurso das esquerdas desvela uma face significativa para a compreensão das instituições políticas e do perfil da sociedade brasileira. Este é o caso deste livro que constitui importante contribuição ao estudo da história política do país, no geral, e, em particular, que repõe no âmbito local a trajetória das esquerdas no período que se estende de 1922 a 1948.

Emergindo no cenário partidário na década de 1920, o Partido Comunista do Brasil (PCB) configurou um importante ator político presente nos acontecimentos que marcaram a história do Brasil no período em tela merecendo, portanto, uma abordagem de pesquisa exclusiva para inserir este partido na

conjuntura internacional e nacional que lhe moldou o perfil histórico no recorte regional.

Com um atento levantamento historiográfico, Emerson Lopes Brotto recuperou fatos tais como a Revolução Russa de 1917 e os movimentos operários nos países vizinhos Uruguai e Argentina e atestou que as idéias ali presentes ultrapassaram as fronteiras e contaminaram a organização dos comunistas no Rio Grande do Sul.

Atenção especial foi destinada à discussão que relaciona história e imprensa. Fonte de pesquisa deste trabalho, os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã* serviram como suporte à recuperação da memória das atividades da esquerda. O problemático acesso à documentação primária foi satisfatoriamente suprido pelo documento jornalístico que possibilitou recompor os passos dados pelo PCB no norte gaúcho.

A abordagem da atuação da ANL na região também constitui capítulo significativo na consolidação da esquerda local. Embora de duração efêmera, a ANL revelou importantes lideranças esquerdistas locais que fundaram um Diretório que empolgou a cena política. A pesquisa, no entanto, aponta que os líderes aliancistas locais faziam questão de afirmar que a causa da ANL era a democracia e não o comunismo: “a ANL não é contra Deus, contra a religião ou contra a pátria, como assoalham os seus adversários, que não encontram outro argumento para combater de frente os justos ideais da ANL”.

O fechamento da ANL em julho de 1935 e a derrota dos movimentos reunidos na Intentona Comunista representaram um retrocesso para a organização do PCB. O golpe de 1937 e a perseguição política deflagrada no Estado Novo provocou, como define o autor, o “desaparecimento” do PCB.

Revelando domínio nas discussões historiográficas que embasam os estudos sobre as esquerdas, o texto aponta de forma atenta a repercussão, no cenário regional, das coordenadas nacionais e internacionais que moldaram o perfil do PCB. Por outro lado, a pesquisa empreendida pelo autor no

nível local salienta particularidades locais, tais como o caso de Albertina Rosado, “ que nunca teve medo e tinha orgulho de ser comunista”.

As páginas deste livro que tenho a satisfação de apresentar, contêm para além de um relato do PCB no período 1922-48. O texto é revelador e provocativo no sentido de fazer o leitor refletir sobre aquela sociedade na qual os comunistas estavam inseridos, agiam e eram julgados. E esta é a tarefa precípua do historiador: revelar as forças profundas que movem os acontecimentos.

O comprometimento com uma cuidadosa pesquisa em fontes primárias; a inserção dos debates historiográficos mais amplos sobre o comunismo no Brasil e no mundo; o texto primoroso e o indiscutível feeling de historiador demonstrado página a página pelo autor fazem desta obra, definitivamente, uma contribuição de grande significado para os estudos históricos. Dito de forma: “um tijolo imprescindível na construção do muro da História”.

*Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel*

*Universidade de Passo Fundo,  
inverno de 2011*



# Sumário

PREFÁCIO	
<i>Ana Luiza Setti Reckziegel</i> .....	11
INTRODUÇÃO.....	17
1. O PCB NO INTERREGNO DOS ANOS 20/30 DO SÉCULO XX – DA CONCEPÇÃO À MATURIDADE: UM PARTO INACABADO .....	31
1.1. Conjuntura e classes sociais.....	38
1.2. Movimento operário.....	47
1.3. Prelúdio de um parto .....	55
1.4. O PCB em meio ao “tenentismo” .....	73
1.5. A Revolução de 30.....	79
1.6. Intelectuais orgânicos .....	87
1.6.1. <i>O obreirismo</i> .....	97
2. NA LEGALIDADE DA LIGA ELEITORAL PROLETÁRIA AO PCB – A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UMA MEMÓRIA NEGATIVIZADA.....	107
2.1. Jornalismo e “história” do PCB.....	108
2.2. PCB – representação e imprensa .....	112
2.3. PCB e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).....	122

2.4. A ANL em Passo Fundo e sua precursora: a Liga Eleitoral Proletária (LEP):.....	133
2.5. A legalidade e a memória que a precede.....	146
2.6. A questão da democracia.....	150
2.6.1. Redemocratização de 1945-1946.....	154
2.6.2. A legalização e a legitimação popular, ou vice-versa.....	160
3. PCB – DA ILEGALIDADE À SOBREVIVÊNCIA - 1945/1948.....	171
3.1. A cassação e a apatia.....	177
3.2. A imprensa e o anticomunismo .....	195
3.2.1. O tenente Gonçalo Curio de Carvalho – o anticomunismo fardado.....	201
3.2.2. O anticomunismo em Passo Fundo e arredores .....	206
3.3. Inimigos do Brasil.....	217
3.4. Prelúdios da cassação em Passo Fundo e no Estado.....	221
3.5. A ausência do PC da disputa eleitoral.....	229
3.6. Os comunistas de Passo Fundo no testemunho dos que com eles conviveram.....	232
3.6.1. Quem foi Albertina?.....	233
3.6.2. Outras presenças marcantes de militância comunista.....	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	251
REFERÊNCIAS .....	263

# Introdução



**E**ste trabalho é um estudo sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB), seu significado histórico e sociológico, e suas relações com o movimento comunista internacional, em especial com a Internacional Comunista (IC). Como já disse o poeta Ferreira Gullar, quem quiser “contar” a história do Brasil, necessariamente tem que falar do PCB. Nossa pretensão não vai a tanto. Menos que contar a história do Brasil, o que buscamos é fazer uma releitura dos fatos que marcaram a trajetória dos comunistas brasileiros – em nível geral ou local, situando o norte do Rio Grande do Sul, ou seja, Passo Fundo e arredores, como base para estas incursões – de forma apaixonada, sim, mas com a determinação de evitar que isso possa obstruir o compromisso com a honestidade.

Este estudo inicia-se com a denominada Revolução Bolchevique ocorrida em 1917, na então Rússia, e estende-se até o início do ano de 1948 – fazendo breve incursão até os anos 50 – quando o PCB fez sua autocrítica em razão de sua postura política no período iniciado com a redemocratização de 1945. Também rebusca os anos de 1992/1995, mas tão somente com

o objetivo de relação entre as concepções programáticas até então assumidas pelos comunistas.

Se a história é resultado da intervenção humana no contexto social, reler a trajetória dos comunistas brasileiros representa, ainda, uma tentativa de compreender a realidade nacional e seus reflexos na realidade regional, sob o ângulo da ação destes num quadro conjuntural dinâmico e complexo.

É também buscar entender – sem qualquer pretensão de esgotar o assunto – o caráter da revolução brasileira, no estabelecimento de paralelos entre as diversas concepções que vão desde Astrojildo Pereira e Otávio Brandão à Caio Prado Junior e Jacob Gorender, haja vista que as posturas assumidas em função deste debate, foram palco de embates internos no Partido Comunista.

Segundo os apontamentos de Gorender, inexistiu, em solo pátrio, a formatação de um feudalismo europeu, sem que tal inexistência possa levar à afirmação de que o capitalismo “brotou” com o simples fato da abolição. Conforme Figueiredo (2004, p. 444), na “década de 1990, o próprio PC do B<sup>1</sup> abandonaria a defesa da tese feudal, acatando a posição hegemônica na intelectualidade”.

Como assevera Gorender (1987, p. 23),

*[...] após a extinção do modo de produção escravista colonial, teria sido possível no Brasil uma evolução em direção ao feudalismo, ou, se quiserem, ao semifeudalismo? A resposta, sucintamente, é negativa. O escravismo no Brasil não era patriarcal, baseado com predominância na economia natural, como o greco-romano, porém um escravismo colonial definitivamente dominado pelo setor mercantil.*

*[...] Já no final do escravismo brasileiro, apoiado na acumulação originária de capital – processada no próprio modo de produção*

---

<sup>1</sup> “PC do B”: sigla referente ao Partido Comunista do Brasil, assim posta após o racha comunista de 1962, quando então a antiga sigla “PCB” passou a corresponder ao Partido Comunista Brasileiro.

*escravista colonial, porque nele houve acumulação e acumulação de capital —, surgiu um setor industrial fabril, tipicamente capitalista. Mas no campo, após a Abolição, continuou a dominar a plantagem exportadora, sobretudo a de café.*

No sentido de entendimento semelhante ao de Gorender, vários militantes foram expulsos do Partido Comunista do Brasil – PCB<sup>2</sup> no ano de 1933, por não concordarem com a política reboquista à burguesia e “Retalhista de Revolução (por etapas ou a prestação)”, fato que os levou a não participarem da ANL e da reação de novembro de 1935, formando a Liga Comunista Internacional (LCI), cuja identidade política estava na

*[...] verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico, segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com um ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe resolver os problemas da outra. Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a ideia abstrusa de que o proletariado primeiro deve resolver os problemas nacionais da burguesia, para depois realizar a obra de sua libertação (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 43 apud FREITAS, 1998, p. 19).*

Tais fatos se desenrolam num contexto de disputa e vitória da postura stalinista, postura esta que se disseminaria em todos os quadrantes do movimento comunista, com reflexos significativos na formação da concepção ideológico-política dos comunistas brasileiros. Tal influência, só analisada criticamente em 1992, pode ser, inclusive notada no conteúdo do álbum de circulação interna e clandestina do PCB, comemo-

---

<sup>2</sup> “PCB”: sigla referente ao Partido Comunista do Brasil, desde a sua fundação, em 1922, até o racha de 1962, quando então essa mesma sigla passou a se referir ao Partido Comunista Brasileiro.

rativo ao 30º aniversário do Partido, quando Prestes assim se refere a Stálin:

*Voltam-se para Moscou e para a figura de Stálin as massas de milhões dos povos do mundo inteiro. É a maioria esmagadora da humanidade, da humanidade que trabalha e produz, que concentra seu pensamento e dirige seus melhores sentimentos de gratidão e de esperança ao homem que reconhecemos como nosso irmão, mas que admiramos como mestre e guia genial e que amamos como a um pai previdente, bom e justiceiro. Esta universalidade é um fato novo que traduz, sem dúvida, o triunfo mundial da verdade científica do marxismo-leninismo, da doutrina do proletariado, que o camarada Stálin hoje personifica como o melhor e mais fiel discípulo de Lênin e, como este, continuador também da obra de Marx e Engels.*<sup>3</sup>

Se o culto ao personalismo de Stálin era prática corriqueira de parte do dirigente máximo do PCB, Luiz Carlos Prestes, este, por sua vez, também despertava a mesma postura de parte de seus correligionários estampadas nas declarações de Diógenes Arruda, assim sintetizadas:

*Com tal guia e chefe e com muitos milhares de homens que estão se forjando segundo o seu modelo, marcharemos sempre para a frente, confiantes na vitória, com o mais profundo entusiasmo pelo novo mundo que florescerá em nossa terra ao calor das lutas, sob a direção do Cavaleiro da Esperança. E por isso surge de todos os nossos corações um voto unânime: Que viva longos anos nosso Prestes, para nos guiar para a luta e para a vitória.*<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Trecho extraído do artigo de Luiz Carlos Prestes, sob o título: *O Camarada Stálin e a Luta Emancipadora dos Povos Nacionalmente Oprimidos*.

<sup>4</sup> Trecho extraído do artigo de Diógenes Arruda, alusivo a Luiz Carlos Prestes, inserido no jornal *A Classe Operária*, nº 157, de 1/01/1949.

Como já é fato consumado, a morte de Lênin, em 1924, levou a disputa de Trotski e Stálin pelo poder na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Trotski, segundo homem da Revolução de Outubro, era adepto à tese da Revolução Permanente, ou seja, da concepção de que a Rússia deveria exportar a revolução para a Europa. Stálin, secretário-geral do Partido Comunista depois de 1922, defendia a ideia do socialismo num só país, isto é, caso fosse assegurada a independência russa pelo desenvolvimento da indústria pesada, o país poderia, sozinho, construir uma sociedade socialista.

Ao contrário de Stálin, Trotski não era um veterano do Partido Bolchevique, no qual ingressou apenas em 1917. Entretanto, tinha a seu favor o fato de ser um líder de massas e de ter estado no centro da insurreição de outubro de 1917. Em contrapartida, Stálin, na qualidade de secretário-geral do Partido Comunista, detinha o controle da máquina partidária, que acabou por se confundir (e fundir) com a própria máquina do governo. É que, em 1921, todos os outros partidos foram postos na ilegalidade. Começava, assim, o regime de partido único, característico dos governos totalitários.

Apoiado na máquina do partido e do Estado, Stálin acabou vencendo a disputa com Trotski. Em 1929 Trotski foi afastado do governo e do Partido Comunista e também expulso da União Soviética. Depois de perambular por diversos países, fixou-se no México, onde foi assassinado em 1940, a mando de Stálin.

Senhor absoluto do poder, Stálin passou a perseguir todos os que se opunham a ele. Entre 1935 e 1944, realizou diversos expurgos contra seus adversários, nos quais foram presos, julgados e executados eminentes líderes da Revolução de Outubro.

Tal período é precedido pela realização do VI e VII Congressos da Internacional Comunista (IC), sendo que a política de alianças adotada pelas resoluções destes encontros terá fortes reflexos na política de alianças definida pelo PCB, seja

a resolução política denominada de “classe contra classe”, resultante do VI Congresso, seja a política de frentes populares, oriunda do VII e último Congresso. Essas alianças propunham a constituição de frentes orgânicas com setores da burguesia nacional em defesa da democracia contra o fascismo (FREITAS, 1998, p. 23).

*As posições políticas assumidas pela IC significaram o abandono da tática de frente única aprovada pelo IV Congresso da IC, em 1922, que colocava a necessidade de ampliar a capacidade de reação da classe trabalhadora para preservar e ampliar as suas conquistas. A política de frente única, definida pelo IV Congresso da IC, reafirmava o princípio segundo o qual os Partidos Comunistas deveriam combater juntos com todas as organizações dispostas a cerrar fileiras ao lado da luta dos trabalhadores, marchando, porém, separados. Ao se posicionar pela constituição da mais ampla frente contra o fascismo, lutando pela democracia, pela paz e em defesa do Estado russo, a IC, antes mesmo da aprovação dessa nova estratégia no seu Congresso, já estava orientando os PCs de alguns países, entre os quais o do Brasil, a colocarem essa política em prática (FREITAS, op. cit.).*

As consequências destas reviravoltas nas concepções revolucionárias, em nível internacional, deslocam-se para o Brasil, fazendo o incipiente movimento comunista, aqui assentado, estabelecer uma política estreita e afastada do leito real e objetivo do embate macro-político, seja na abstenção ao movimento de 1930, que levou Vargas ao poder, seja na implementação do levante de 1935 que justificou o Estado Novo de Vargas e embretou os comunistas em dez anos de reclusão da vida política nacional.

Certamente que, em relação ao corte que nos propomos empreender no processo histórico atinente ao período de 1922-48, direcionado ao PCB, surgirão questões que permanecerão em aberto, dada a globalidade do tema focado.

No entanto, o trabalho norteia-se em procurar compreender os fatores que levaram à fundação do PCB, sua inserção no cenário político nacional, bem como os reflexos dessa inserção no contexto regional. Sem proselitismos, o que pretendemos é tentar estudar tais fatos, procurando, desta forma, contribuir para esclarecimento de uma época em que a conjuntura política sofre profundas alterações que repercutem no movimento comunista em solo brasileiro. É o período em que a redemocratização do país foi palco de intensas mobilizações, muitas das quais capitaneadas pelo PCB, cujos dirigentes não souberam utilizar-se de tamanha e impressionante inserção popular para a retaguarda e propulsão de um movimento das garantias democráticas, como tentaremos demonstrar no curso deste trabalho.

É o período em que o PCB surge no cenário político local, ostentando, pela primeira vez, através dos militantes radicados em Passo Fundo, sua legenda própria, e que já vinha se construindo desde os tempos das primeiras organizações operárias e populares.

De mencionar também que o movimento popular da época estava impregnado da busca por reformas sociais, inclusive no aspecto legislativo, propugnando por mudanças focadas para a Assembleia Constituinte de 1946, onde o PCB esteve presente com seus Deputados Federais Constituintes.

No aspecto mais geral, como bem acentua Eliézer Pacheco (1984, p. 187), no pós II<sup>a</sup> Guerra,

*A nova situação internacional, de aparente paz entre o mundo socialista e o capitalismo, trouxe certa confusão aos comunistas em quase todo o mundo, por não perceberem ser a paz apenas aparente, pois, logo ao término da guerra, os EUA já estudavam secretamente uma forma de eliminar a URSS, pensando inclusive, em guerra atômica preventiva. A dissolução da III Internacional Comitê Executivo Internacional (COMINTERN) contribuiu para isso, chegando certos partidos, como o norte-americano, a se dissolver. Este quadro refletiu-se no*

*PCB, que assume, durante o período de Eurico Dutra, uma posição extremamente vacilante, com grandes desvios de direita.*

Neste desenrolar, no ano de 1946 duas denúncias são apresentadas junto ao TSE, reclamando a cassação do registro do PCB. Como aponta o professor Luiz de Carvalho Bicalho, “os êxitos do Partido Comunista em seus poucos meses de vida o assustavam.” Referência ao então Presidente Dutra. “Seria, pois, ingenuidade ignorar as tramas e os mecanismo de pressão desencadeados paralelamente ao processo judicial”.<sup>5</sup>

É também o período em que a Guerra Fria<sup>6</sup> aparece no cenário mundial, estabelecendo um “divisor de águas” entre comunistas e capitalistas

*[...] tendo início com uma ofensiva imperialista generalizada contra a URSS, seguida por um endurecimento desta e do movimento comunista internacional. Após 1948, muitos partidos comunistas foram colocados na ilegalidade (por exemplo, no Brasil e no Chile) e a polícia reprimiu brutalmente sindicalistas comunistas [...]. Governos eleitos com votos comunistas, ou apoiados por eles, em 1945-46, tais como os de Grau San Marin em Cuba, Gonzáles Videla no Chile e Miguel Alemán no México, inspiraram-se na cena política norte-americana e deram início à “caça às bruxas” e à repressão anticomunista.*

*Em resposta – e seguindo a nova orientação da URSS –, os PCs latino-americanos renovaram sua credenciais anti-imperialistas e, até certo ponto, reiniciaram a luta de classe contra as burguesias. Durante*

---

<sup>5</sup> PCB: Processo de Cassação do Registro (1947), Belo Horizonte. Aldeia Global, 1980, p. xv.

<sup>6</sup> O clima de otimismo pela preservação da paz, que dominava o mundo logo após a guerra, arrefeceu em pouco tempo. Os efeitos da oposição entre os Estados Unidos e União Soviética não tardaram a se manifestar: começava a Guerra Fria. As duas grandes potências representavam sistemas políticos, econômicos e ideológicos antagônicos – respectivamente o capitalismo e o socialismo estatal ou burocrático.

*o período da Guerra Fria tem lugar uma nova virada “esquerdista” do comunismo pró-soviético na América Latina (Löwy, 1999, p. 36-37).*

Ademais, o anticomunismo esteve presente em tal contexto. No Rio Grande do Sul, verifica-se sua presença também na polícia. Algumas notícias, desde o fim da década de 1940, apontam para o trabalho do ten. cel. Dagoberto Gonçalves – chefe de polícia do estado desde 1947 – na luta contra o comunismo e contra a imoralidade, sobretudo em Porto Alegre.

A ação do chefe de polícia foi, por diversas vezes, louvada pelo *Jornal do Dia* e pelo *Correio Riograndense*, tendo este último, em fevereiro de 1949, elogiado a ação do coronel na desativação do jornal comunista *A Tribuna*. A notícia tinha, em sua conclusão, o seguinte julgamento: “Há pertinácia por parte dos comunistas; não falta, porém, energia da polícia. Todo o nosso apoio e reconhecimento ao destemido chefe de polícia, tenente Dagoberto Gonçalves” (RODEGHERO, 1998, p. 77).

O anticomunismo também se faz presente em Passo Fundo e Erechim, seja pelos órgãos locais de imprensa, seja pela perseguição aos defensores desta ideologia, chegando a ponto de obstar o próprio desenvolvimento profissional destes militantes, como foi o caso da professora passo-fundense Albertina Rosado.

De importância não menor em tal quadro, as linhas políticas adotadas pelo PCB e sua relação com a realidade concreta, bem como o relacionamento destas orientações no contexto social da luta de classes, sob a ótica e o questionamento de que a unidade com setores burgueses é inseparável da luta conscienciosa que deve, e deveria, ser travada em tais circunstâncias.

Nossa ideia, antes de precursores de “algo novo”, em se tratando de PCB e sua trajetória – mesmo que assim o façamos em relação a Passo Fundo –, é a de sermos contribuintes para que esse “carro da história” continue a “andar nos trilhos” da memória daqueles que almejam conhecer melhor nosso país,

nosso povo, nossa história, em sintonia ao que leciona Eric Hobsbawn (1995, p. 13), quando afirma:

*Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse motivo, porém, eles têm que ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.*

Assim posto, nos definimos como estudiosos da história pelo interesse contínuo de tentar compreender, ainda que timidamente, seus desdobramentos, na certeza de que também somos parte da juventude falada por Hobsbawn. Por esta certeza, a razão de nosso mister, eis que o assunto proposto para investigação, estudo e análise, visa a resgatar uma parte da história local e regional. Analisaremos não só a participação do Partido, mas sua efetiva ligação com as categorias presentes neste contexto. Esta ligação se deveu mais aos fatores institucionais e ao período histórico mundial, ou teve outros condicionantes? São questões as quais tentaremos analisar e responder neste trabalho.

A investigação dos fatores que propiciaram sua fundação, sua formatação ideológica, sua legalização e sua cassação, deverá analisar os condicionamentos da realidade conjuntural internacional daquele período, em sua estrita ligação com realidade da conjuntura nacional então vivenciada e com seus reflexos regionais e mesmo locais, em procedimentos que acarretarão o estudo das ações ou inações, iniciativas ou prostrações, seja do ponto de vista partidário especificamente, seja do ponto de vista popular. A essa investigação também deve se fazer presente a análise do anticomunismo lastreado na Guerra Fria e tendo como timoneiro os Estados Unidos.

O trabalho lastreia-se no enfoque narrativo-analítico-conjuntural que permeia o lapso temporal estabelecido como

forma de situar e inserir o leitor no contexto do tema tratado. Não tem, por óbvio, a pretensão de dissecar os fatos que envolvem tal contexto, senão antes de estampá-los nos aspectos que mais se ajustam ao estudo empreendido. É também parte desta metodologia a análise da concepção ideológica inserida no objeto estudado – o PCB –, como, de igual maneira, a representação com que a imprensa trabalha em relação a este objeto, sendo esta representação, por vezes, confundida com sua própria identidade. A produção historiográfica relativa ao assunto em foco, os periódicos locais<sup>7</sup>, e o depoimento pessoal<sup>8</sup> são, em suma, as fontes que dão supedâneo ao trabalho.

O primeiro capítulo visa a estabelecer uma análise conjuntural dos anos de 1920 e 1930 do século XX, inserindo nela o objeto estudado (o PCB), num contexto onde as questões internacionais, aliadas ao desenvolvimento sócio-econômico-político do país, têm significativa influência na constituição de grupos comunistas e na sua posterior constituição do partido comunista, mas, sobretudo, na sua conformação ideológica, sendo até mesmo, em nossa opinião, decisivas para o rumo político adotado pelo movimento comunista em solo brasileiro.

Neste primeiro capítulo, também são delineados os contornos que dão forma a um espectro de revolução compartimentada às nossas peculiaridades nacionais, cujo conteúdo é desenvolvido por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão nas suas concepções de uma revolução democrático-pequeno-burguesa, logo solapadas pela formatação de uma linha política ajustada aos ditames da Internacional Comunista, onde o obreirismo, num primeiro momento, e o “culto a Stálin” acabariam por engessar a autonomia dos comunistas por um longo período.

É também nele o momento em que as concepções de uma revolução com a participação da burguesia, tida como

---

<sup>7</sup> Jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, de Passo Fundo.

<sup>8</sup> Entrevistamos algumas pessoas que mantêm vínculo de parentesco com os nomes citados e que serão devidamente identificadas no corpo do trabalho, bem como que, de uma forma mais ou menos direta, fizeram parte do contexto sociopolítico do período focalizado.

progressista, para alguns membros do partido comunista, ou retrógrada, para outros, é debatida à luz de um modo de produção capitalista, com resquícios feudais emperradores do desenvolvimento das forças produtivas, segundo os etapistas, ou de um modo de produção capitalista, cujos resquícios coloniais seriam já próprios de um “acabado” capitalismo dependente, onde a burguesia jogava papel do contra, para aqueles cujo caráter da revolução deveria ser socialista desde seu prelúdio.

No segundo capítulo, o breve lapso de legalização é analisado numa contextualização de ida e volta entre o geral e o particular, visando a compreender aquela realidade em nível nacional – novamente voltando às questões internacionais e de concepção teórica –, e, também, em nível regional e local. Aqui, o estudo de história e região nos leva também ao relacionamento entre memória, imprensa e história, inferindo que a realidade nacional, e mesmo regional, não se afasta das peculiaridades locais, haja vista a forma como a constituição do movimento comunista operou-se em Passo Fundo e arredores.

Nos utilizamos da leitura dos periódicos locais para tecer esta afirmação, assim como para compreender que as representações do objeto estudado, na imprensa passo-fundense, não se afastaram – nem um pouco – daquelas que eram emitidas nos outros níveis.

Por derradeiro, o terceiro capítulo traz o enfoque do PCB de volta à ilegalidade e o que isso representou ao movimento comunista em seu todo. Também mostra uma contextualização de ida e volta – seja contextual, seja teórica. Empreendemos a leitura dos periódicos para a compreensão dos efeitos locais de tal fato, relacionadas com a conjuntura geral, objetivando descortinar qual destino seguiram os comunistas da época.

É o capítulo onde tratamos do desencadeamento da guerra fria em nível internacional e, por conta disso – mas não só em razão disso –, o desfraldar do anticomunismo em solo pátrio, com revezes aos comunistas em todos os níveis, não obstante

o avanço do comunismo burocrático para outros países da Europa que não a Rússia.

Também aqui enfocamos a atuação destacada de alguns personagens que, por sua dedicação e “crença numa causa” emancipadora da humanidade, engajaram-se na propagação das ideias comunistas em Passo Fundo e arredores. Como assevera Ferreira (2002, p. 16),

*A utopia comunista, verdadeiramente grandiosa, incentivou homens e mulheres, intelectuais e gente simples e de origem humilde, a darem, por um ideal tão elevado, a melhor parte de suas vidas, a conhecerem prisões, exílios e torturas e, não poucos, momentos antes de serem sumariamente executados por pelotões de fuzilamento, a gritarem, com entusiasmo, vivas à URSS e a Stálin. As motivações dos militantes revolucionários, pessoas imbuídas de um desprendimento fora do comum, não devem ser esquecidas. Em uma época carente de projetos alternativos, a reconstituição da última e da mais vigorosa utopia política do mundo moderno demonstra que os anseios coletivos por um mundo mais justo, livre e fraterno não eram estranhos ou alheios à vontade dos homens.*

A ilegalidade trará consequências para o movimento comunista brasileiro, fazendo com que a política colaboracionista seja substituída por outra, de postura esquerdista e equidistante do curso real dos acontecimentos, bem como a migração de militantes e adesistas para outras legendas partidárias, em especial com vistas às eleições de 1947, quando, inclusive, em Passo Fundo, o anticomunismo acaba sendo fator decisivo no resultado do pleito majoritário.

Os documentos utilizados neste trabalho fazem parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Regional de Passo Fundo, na pesquisa do jornal *O Nacional* e do Arquivo do jornal *Diário da Manhã* de Passo Fundo. De acordo com Jungbeck (2005, p. 11), o jornal *O Nacional* foi

fundado por Herculano Annes, Theofilo Guimarães, Americano Araújo Bastos e Hiran Araújo Bastos, tendo começado a circular em 19 de junho de 1925, atingindo, já em seus primeiros anos de publicação, a região Norte do Rio Grande do Sul. A família Castro, tendo à frente o jornalista Múcio de Castro<sup>9</sup>, que assumiu o controle do jornal em maio de 1940, foi o maior responsável pelo desenvolvimento da empresa. Durante sessenta e seis anos, sua publicação foi feita em formato *standart*, modificando-se apenas em meados de 1991.

Criada em 29 de novembro de 1935, a empresa Diário da Manhã também buscou seu público na região Norte do estado e no Oeste catarinense. No início da década de 1940, era o jornal com maior triagem do norte do Rio Grande do Sul (GUIA, 1939, p. 01) com sucursais em Carazinho, José Bonifácio, Pelotas, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Era vendido nos trens da viação férrea. Túlio Fontoura, jornalista e político local, que criara, anos antes, o jornal passo-fundense *A Luta* (1931-1932), foi responsável por sua fundação.<sup>10</sup> O novo jornal de Fontoura preservou o formato *standart* até 1986. *O Nacional* e *Diário da Manhã* foram, desde sua fundação, como também na época, empresas caracteristicamente familiares (JUNGBECK, 2005, p. 12).

Também recorreremos ao depoimento de algumas pessoas que conviveram com as personalidades referidas no corpo deste trabalho e a documentos que elas nos forneceram.

---

<sup>9</sup> Múcio de Castro havia sido funcionário de *O Nacional* durante a década de 1930.

<sup>10</sup> Túlio Fontoura também foi o fundador do jornal *A Luta* (1931-1932) e inspetor de Ensino em 1939.

# 1. *O PCB no interregno dos anos 20/30 do Século XX – Da concepção à maturidade: um parto inacabado*



O acessório segue o principal, estabelece a regra vinda do Direito Romano. No terreno da reconstrução do contexto histórico que permeia o assentamento das bases comunistas em solo pátrio, esta regra também encontra guarida. No princípio, é a classe operária que emerge internamente ao processo de industrialização do país, desenvolvendo, através dele, sua afirmação enquanto “classe em si”, revestindo-se em um sujeito a ser disputado, em sua consciência, pelas correntes reivindicatórias de sua afirmação enquanto “classe para si”.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> “Classe em si” e “Classe para si” são termos utilizados pelo marxismo para significar a constatação objetiva da existência de uma classe (a classe operária), bem como de que esta classe, subjugada pelo capital, somente se

Nessa marcha, os anarquistas farão escola, sendo precursores das primeiras movimentações que redundarão na fundação do partido comunista, trilhando um solo fértil, lavrado por condicionamentos externos e internos (CARONE, 1989, p. 30).

Como bem refere Edgard Carone (1989, p. 29),

*Num país onde o movimento operário está estruturado, o partido é o seu pivô central, pois, dentro da pirâmide de sua organização, o partido é o ponto de maturidade deste processo social. É verdade que o modelo organizatório partidário é de iniciativa burguesa, pois a burguesia, após a Revolução Francesa, estrutura-se em diversas tendências ideológicas. O proletariado, compreendendo a importância do fenômeno, imita-o desde o início do século XIX, sem resultado positivo no começo. O que consegue é apresentar lideranças individuais, fundar jornais, organizar sindicatos, isto é, dar forma a movimentos atomizados, que se mantêm precariamente e logo desaparecem.*

Assim sendo, no raiar do século XX, a nascente classe operária brasileira e os movimentos sociais em que vai se inserindo ou deflagrando, impõem ou refletem o grau de sua organização, vez que sua maturação enquanto “classe para si” sequer iniciou. O que se dá são contínuas tentativas de se formarem partidos, mas os desejos não passam de intenções, o que os leva a aparecer e, logo depois, morrer.

Ilustra esse quadro a necessidade da mão-de-obra qualificada, fazendo com que, aliado ao processo industrial, agregue-se o processo imigratório fomentador dessa qualificação, aconchegando em seu bojo a perspectiva das lutas por melhores condições de vida e labor trazidas pelas levas de “ex-patriados”.

O movimento operário brasileiro recebe de herança toda a experiência do proletariado europeu. Ideologias e formas de organização – acentuadamente anarquistas – são trazidas

---

emanciparia quando efetivamente tomasse consciência dessa subjugação, passando a existir enquanto classe que luta para por um fim a tal situação.

nas “malas” dos imigrantes e semeadas por todos os núcleos, difundidas por todos os cantos (CARONE, 1989, p. 28-29).

Uma classe heterogênea em sua composição étnico-cultural vai, aos poucos, no desenrolar de acontecimentos externos e internos, ganhando uma unidade de ação quando o assunto é a resistência ao jugo do capital.

*No século XIX, com as grandes manifestações sociais de 1848, o movimento sindical europeu passou a ter a influência do pensamento de Karl Marx e a defender, a partir de então, a ação política contra o capitalismo. Mas não havia um pensamento homogêneo em relação à forma de atuação dos sindicatos, pois existiam os anarquistas que rejeitavam a organização em partidos políticos e concentravam todas as ações nos sindicatos. Outro pensamento era o de que aos partidos políticos caberiam prioritariamente a tarefa das iniciativas das grandes transformações da sociedade, enquanto aos sindicatos caberiam as tarefas de organização dos trabalhadores, não afastando o caráter político da atuação sindical (LAIMER, 2003, p. 19-20).*

**Em relação ao Brasil, Laimer continua:**

*No Brasil, particularmente na segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos mais qualificados, em sua maioria exercendo ofícios artesanais, organizaram-se em sociedade de socorros mútuos, tendo em vista o fato de que a Constituição de 1824 impedia que fossem criadas quaisquer formas de organização sindical. E foi nas sociedades de socorros mútuos que os trabalhadores puderam buscar a solidariedade no caso de enfermidades, invalidez, desemprego, bem como defender os interesses do seu ofício (Ibidem).*

Das incipientes organizações iniciais em associações “mutualistas”, sindicatos e ligas, passando por intensas mobilizações reivindicatórias nos anos de 1917 e 1919, em decorrência da situação de penúria dessa classe, realçada pela situação

econômica da época, surgem também organizações de caráter maximalista, influenciadas pela Revolução Bolchevique na Rússia. O surgimento do Partido Comunista do Brasil, em 1922, é fruto de longos e acalorados debates em torno da questão organizativa da classe operária, após os acontecimentos mundiais que se consubstanciaram na vitória dos bolcheviques no processo revolucionário russo de 1917. As postulações anarquistas vão cedendo lugar ao desejo de se arregimentar os operários e trabalhadores, de um modo geral, em um núcleo organizado não só para ação difusa, mas também para a elaboração de um conjunto de ideias que possa se revestir em uma estratégia para a conquista do poder.

Segundo Maestri (2001. p. 97),

*O domínio anarcossindicalista continuaria sobre o movimento operário sulino organizado durante a década de 20. Porém, a repressão do Estado borgista, a estagnação econômica vivida pela indústria sulina e as importantes transformações do após-guerra terminaram corroendo essa hegemonia. A Revolução Russa e o desenvolvimento da indústria sulina, com inúmeras falências de pequenas e médias empresas e a concentração do capital fabril e manufatureiro, colaboraram para a erosão do prestígio e do vigor das posições anarco-sindicalistas.*

*Em março de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil a partir da reunião de diversos militantes e de pequenos grupos de orientação marxista, atraídos pela vitória da Revolução Russa. A reunião teria sido realizada devido à iniciativa de um punhado de comunistas porto-alegrenses liderados por Abílio Nequete.*

*Com a fundação do PCB, um número crescente de militantes anarcossindicalistas converteu-se, nem que fosse formalmente, ao marxismo, sob a irresistível pressão da revolução socialista soviética, que destruíra a ordem burguesa, expropriara a propriedade privada e, pela primeira vez na história, construía um Estado de trabalhadores e camponeses.*

No Rio Grande do Sul, também convém ressaltar, a estruturação dos comunistas recebeu a influência dos movimentos operários dos vizinhos platinos Uruguai e Argentina, onde a existência de Partidos Comunistas já era uma realidade (1920 no Uruguai e 1918 na Argentina), e que foi decisiva para a iniciativa gaúcha. “Na fronteira permeava-se, além das mercadorias, muitas ideias.” (CASSOL, 2004, p. 24). Por conta disso, a primeira “marca” do advento comunista no Estado foi em Livramento, na figura de Santos Soares, no comando da Liga Comunista de Livramento, no ano de 1918. Organizações semelhantes surgiram também em Passo Fundo<sup>12</sup>, Rio Grande e Porto Alegre.

No período que engloba as duas primeiras décadas do século XX, sob os auspícios de Borges de Medeiros, então na chefia do Estado, tem-se uma prática governamental que privilegia a estatização dos serviços essenciais, encampando o porto de Rio Grande e a rede ferroviária. O trabalhador gaúcho que dependia de um emprego nas companhias estrangeiras estava fadado à instabilidade e às más condições de trabalho, assim como os trabalhadores em geral (fato que faz explodir a Greve de 1917). Os funcionários públicos tinham um cotidiano de trabalho um pouco mais estável, sem que isso significasse um “bom padrão de vida” (CASSOL, 2004, p. 25).

Se a classe operária é incipiente, por sua vez a burguesia não se firmou ainda como classe dominante, agindo sob as asas das elites agrárias. “A burguesia latino-americana chegou muito tarde na cena histórica. No contexto do modo de produção capitalista, os países do continente estão inevitavelmente condenados à dependência e à submissão ao poder econômico e político militar do imperialismo” (LÖWY, p. 13). Desse modo, reler o caminho traçado pelos comunistas no período, significa, necessariamente – ainda que sem um detido aprofundamento –, analisar as relações travadas entre as classes sociais de en-

---

<sup>12</sup> Já observamos, no que se refere a Passo Fundo, a inconsistência destas afirmações, haja vista inexistirem documentos que efetivamente as confirmem.

tão, ou seja, o desenrolar de uma estratégia para a Revolução Brasileira na ótica crítica, vez que a neutralidade pode ser tudo, menos neutra. E o leito da Revolução Brasileira, neste período, outro não pode ser senão o da Revolução Burguesa, ou seja, o da consolidação do capitalismo no Brasil, num período que se inicia com a República Velha, prolongando-se até o final do segundo governo de Vargas, em 1954. Suas bases cravam forte nos anos 30, por conta das transformações que a partir de então se deram com maior intensidade e profundidade, inobstante uma neutralidade de parte dos comunistas na participação efetiva e ativa destes acontecimentos, sem que isso detivesse o processo de afirmação da concepção ideológica dos comunistas, fatos estes que formatam os limites da narração analítica do início de século XX.

Neste quadro, aponta Löwy (p. 9) que

*Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre teoria e prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução.*

É neste contexto que o marxista peruano, José Carlos Mariátegui, destoando das demandas etapistas e do evolucionismo stalinista que grassa no seio do COMINTERN (Comitê Executivo da Internacional Comunista) no fim dos anos 20, insistia na fusão histórica entre as tarefas socialistas e democráticas no Peru (Löwy, p. 19), em postura que vai ser explicitamente adotada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), a partir do seu 8º Congresso, realizado em 1992, e de

seu Programa Socialista publicado em 1995, cuja explicação mais detida está inserida no corpo do presente trabalho. De outra feita, no desenrolar desta discussão, no Brasil, encontramos em Caio Prado outro teórico marxista que acreditava no desenvolvimento em bases nacionais como saída para o Brasil, aproximando-se daqueles que defendiam a revolução democrático-burguesa, “todavia sem acreditar em burguesia nacionalista e na necessidade de superar os restos feudais, pois o país de há muito já era capitalista” (CORSI, 2003, p. 151), ao que, argumentava que o caráter da revolução não deveria ser pré-concebido, insistindo, todavia, na perspectiva do socialismo para essa revolução (Ibidem).

Neste aspecto, Löwy (p. 12) ainda ressalva que

*Ao analisar a estrutura das relações produtivas vários investigadores marxistas das décadas de 1940 e 1950, com Caio Prado Jr., Sérgio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino-americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu. Partindo dessas investigações, André Gunder Farnk, Luis Vitale e outros desenvolveram uma análise da dimensão especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana e da sua combinação com as formas pré-capitalistas, enfatizando que a evolução das suas etapas socioeconômicas não foi idêntica àquela vivida pela Europa desde a Idade Média até a era do capitalismo industrial. Ao demonstrar que a causa do subdesenvolvimento, da desigualdade regional e da profunda miséria do campesinato não é o feudalismo, mas o caráter particular que o capitalismo assumiu na América Latina (formas coloniais e, depois, semicoloniais ou dependentes), esses autores criticam a tese eurocêntrica<sup>13</sup> sobre a dimensão antifeudal do desenvolvimento do capitalismo na América Latina.*

---

<sup>13</sup> Com esse termo, Löwy (p. 10-11) refere-se a uma teoria que se limitava a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. A corrente eurocêntrica (que encontrou inspiração nos escritos de Stálin), de que as condições econômicas e sociais na América

Ao que parece ficar claro, muitos dos comunistas/marxistas brasileiros sequer tinham conhecimento da “lei do desenvolvimento desigual”, resultado da criação teórica de Lênin em sua análise do desenvolvimento capitalista na fase do imperialismo, que não só dimensiona o ritmo e distribuição em termos econômicos, mas também em termos teóricos, podendo colocar na vanguarda países atrasados, onde o elo da corrente esteja “mais fraco” em termos de dominação, isto é, “Lênin vê as condições revolucionárias fora das bases operárias dos países desenvolvidos, ou seja, as vê precisamente na reação anti-imperialista dos países oprimidos e dependentes, como irá ocorrer no período subsequente” (GALLISSOT, 1987, p. 215) ao ano de 1915.

Gorender (2004, p. 110-112) tem posicionamento semelhante ao de Caio Prado, defendendo a tese da inaplicabilidade da revolução democrática burguesa em nosso país, bem como a existência, em que período seja, de uma burguesia revolucionária, eis que ela, a burguesia, sem necessidade de transformações bruscas, sempre foi a classe dominante no país, ao que, qualquer espécie de proposta aliancionista para com ela seria retardar qualquer possibilidade transformadora de nossa realidade política e econômica.

### *1.1. Conjuntura e classes sociais*

O quadro conjuntural da época traz como paisagem principal a dependência do campo, ou seja, a vida urbana é complemento da vida rural, sendo que as atividades mais diversas, tais como ferreiros, carpinteiros, carroceiros, médicos, advogados etc., organizam-se em favor da demanda dos grandes fazendeiros e de seus interesses. Essa realidade estende-se até 1940, em especial no que se refere às pequenas cidades,

---

Latina não estão amadurecidas para uma revolução socialista. No momento, o objetivo era concretizar uma etapa histórica democrática e antifeudal (como na Europa dos séculos XVII e XIX).

advindo daí o domínio absoluto do sistema agrário, ante a inexistência de contradições intransponíveis entre campo e cidade (CARONE, p. 13). Hegemonia da atividade econômica agrária, dispersão populacional, desequilíbrio populacional a favor da região Sudeste, papel secundário da atividade urbana, são alguns aspectos que caracterizam a sociedade brasileira até a Primeira ou até a Segunda Guerra Mundiais (Ibidem).

Em nosso Estado, a indústria da década de vinte é caracterizada pela dependência do setor agrário-exportador, sendo, no tocante à estrutura socioeconômica, problemático se cogitar de um setor industrial plenamente constituído, a similitude do que se verificava em São Paulo e no Distrito Federal. Segundo Boris Fausto (1987, p. 39),

*O Estado ocupava, em 1920, o 3º lugar na produção do país, com cerca de 11% do valor da produção. Analisando o quadro da indústria em Porto Alegre, já então a primeira cidade industrial do Rio Grande do Sul, para o ano de 1927, Paul Singer mostra a superioridade qualitativa do ramo de alimentos e bebidas, assinalando que tudo leva a crer ser o único (talvez ao lado dos produtos químicos, têxteis e couros e peles) que tinha atingido características verdadeiramente fabris. Observe-se também a importância considerável da indústria do frio, amplamente dominada pelos frigoríficos estrangeiros: o Anglo, instalado em Pelotas; a Companhia Swift do Brasil, em Rio Grande; a Armour, em Livramento.*

No tocante a Passo Fundo, o início do século XX é marcado pelo incremento da indústria ervateira através da implantação do sistema de *barbaquá*<sup>14</sup>, que representou expressiva melhora no preparo da erva-mate. Em 1902, em razão da intensificação da exploração dos pinheirais, inaugura-se a indústria madeireira, que, muito logo, representaria maior fonte de riqueza local. No período focado, o município contava

---

<sup>14</sup> Espécie de forno, onde a erva-mate era moída e cozida.

com 22 estabelecimentos comerciais que negociavam tecidos, roupas, calçados, miudezas, remédios, louças e ferragens, secos e molhados, além de outros produtos cultivados na região. As mercadorias forâneas vinham, em regra, de Porto Alegre, através de transporte ferroviário até a cidade de Santa Maria. Dali, para Passo Fundo, os gêneros eram transportados em carretas de bois. Tal fato descortinava, à época, a pujança comercial, fazendo do município importante centro em que convergiam muitas pessoas a fim de negociar produtos de primeira necessidade (FERREIRA, 1998, p. 76-77).

No tocante a formação étnica de Passo Fundo, fica evidenciado que a mesma seguiu os passos de sua formação econômica, com a expulsão e expropriação dos índios e caboclos, ou seja, como aponta Kujawa (1998, p. 60-61),

*Se o índio foi expulso, desapropriado ou exterminado por ser considerado selvagem, agressivo e dificultador da civilização, o negro, por sua vez, por ser considerado uma “raça inferior”, também foi excluído.*

*Há que se salientar; no entanto, que, mesmo antes da fixação do branco onde hoje é Passo Fundo, devia haver um número razoável desses caboclos que viviam na região ocupando-se da coleta da erva-mate e do arrebanhamento de gado.*

*Há que se salientar ainda que o povoamento passo-fundense, principalmente a partir do final do século XIX e início do século XX, recebeu a contribuição do imigrante descendente de italianos, alemães, poloneses, judeus, entre outros. Esses imigrantes, que vieram de outras partes do território rio-grandense, integraram-se como proprietários de terras ou, ainda, dedicaram-se à indústria manufatureira e ao comércio.*

No aspecto político, a hegemonia do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense)<sup>15</sup> em Passo Fundo perdurou até 1923,

---

<sup>15</sup> Em 23 de fevereiro de 1882, na capital, uma convenção regional, com mais de cinquenta delegados, elegeu a comissão organizadora do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR (MAESTRI, 2001, p. 8).

quando novamente venceu as eleições o candidato republicano Borges de Medeiros, suplantando o oposicionista Assis Brasil. A base da economia passo-fundense, eminentemente agropecuária, foi profundamente abalada pela crise econômica de 1921, tendo em vista a queda do consumo de seus produtos agrícolas e pastoris, redundando na falência de produtores e criadores. Isso tudo agregado à falta de soluções governamentais para os problemas econômicos decorrentes da crise que abateu-se sobre a economia mundial após a primeira guerra, com reflexos no Estado, propiciou as condições para um levante oposicionista contra a hegemonia republicana, abrindo franca luta pelo poder (KUJAWA, p. 80-81).

Encerradas as eleições de 25 de novembro de 1922 e apurados os votos em janeiro de 1923, após a constatação de fraude que reconduziria Borges de Medeiros ao poder, iniciou-se, em 25 de janeiro de 1923, o movimento armado na região serrana do Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, o deputado federalista Arthur Caetano deflagrou as hostilidades contra o governo de Borges. No curto lapso de janeiro a fevereiro de 1923, a revolução ficou restrita a Passo Fundo, Palmeira, Nonoai e Erechim.

Com o armistício selado através do Pacto de Pedras Altas, o controle exclusivo do PRR no Rio Grande do Sul entrou em descenso. A aparição de Vargas no cenário político logo iria unificar as facções políticas e oligárquicas do Rio Grande do Sul, em um cenário conjuntural apto para o lançamento em busca do poder central pela oligarquia gaúcha, através da Aliança Liberal. A possibilidade concreta de assistir a um gaúcho concorrer à presidência da República agitou os ânimos no Estado, sendo que Passo Fundo também foi contagiado por essa euforia (Ibidem, p. 84-85).

Neste enfoque, convém lembrar que “com a República temos a hegemonia absoluta das oligarquias, já que os poderes municipal, estadual e federal lhes pertencem.

Vereadores, deputados estaduais e federais, governadores de Estado e Presidente da República são cargos preenchidos por ela” (CARONE, p. 13). É tamanha a envergadura deste domínio que, não obstante a ocupação de postos da mais alta hierarquia republicana, ainda são os filhos e familiares desta elite que ocupam os cargos de confiança governamental.

A oligarquia tem espaço reduzido na Colônia, ampliando-o no Império e consolidando-o na Primeira República. Há crescimento social, mas o setor agrário comanda todos os escalões do poder, alijando as demais classes. A existência dos PR's (Partidos Republicanos) em todos os Estados – resultado da fragmentação do Partido Republicano Federal<sup>16</sup> – mostra a capacidade organizativa da classe, sem que isso represente ou seja fator de sua unidade (CARONE, p. 16).

A oligarquia é a classe dominante, representando ligação com o capitalismo internacional. Como refere Caio Prado Junior (1987, p. 45), a classe rural é empresarial, mercantilista, ou seja, para ela a terra não representa uma tradição, senão uma forma de lucratividade, sendo a venda de suas fazendas, pelo aparecimento de um bom negócio, algo natural. Advém daí sua capacidade visionária para a participação em outras atividades capitalistas, como bancos, comércio, indústria, especulações urbanas, atividades essas que na Europa e nos Estados Unidos estiveram a cargo da burguesia. Desse fato, o caráter social amplo da oligarquia agrária, cabendo a ela, historicamente, o papel de introduzir e defender as ideias e os valores liberais, com o que, mais justa sua denominação de classe oligarcoburguesa.

---

<sup>16</sup> O Partido Republicano Federal começou a ser organizado em 1893, durante o mês de julho. Várias reuniões foram feitas, no Rio de Janeiro, com a finalidade de estabelecer um padrão para o novo partido que os políticos pretendiam fundar. O Partido Republicano Federal iniciou sua existência quando, a convite de Francisco Glycério e Aristides Lobo, reuniu-se número respeitável de senadores e deputados na Secretaria do Ministério do Interior. Dentre eles: Saldanha Marinho, Quintino Bocayúva, Aristides Lobo e Prudente de Moraes (WITTER, 1987, p. 13).

Seu caráter pragmático e utilitarista se revelou cedo, fazendo do Estado seu instrumento de defesa contra as adversidades da economia. Com a crise do café, é o Estado que procura as soluções financeiras para salvar os fazendeiros. Com o crescimento do mercado interno e o conseqüente crescimento da população livre, a oligarquia investe nas mais diversas iniciativas de produção. Sendo o reflexo político do Estado, a oligarquia trata com desprezo e altivez a burguesia propriamente dita, a classe média e o proletariado urbano e rural, tendo em Campos Sales o exemplo deste posicionamento, ou seja, ignora a pequena burguesia, despreza a classe trabalhadora e considera um ato de benevolência o fato de o Brasil receber imigrantes (Idem, p. 19).

Todavia, a população urbana aumenta progressivamente e começa a se manifestar, levando alguns segmentos da classe trabalhadora e da classe média a tomarem atitudes críticas frente à dominação oligárquica. A burguesia tem seu nascedouro enquanto classe no século XIX, com algumas reminiscências no período colonial. Entretanto, é a partir da República que ela começa a se assentar, voltando-se, inicialmente, para o comércio, logo em seguida para a indústria, sem se esquecer de sua função financeira e de outras atividades lucrativas. Essa amplitude revela mais sua fraqueza do que propriamente sua fortaleza, sendo várias as razões que levam a essa afirmação. A primeira delas seria o fato de que a agricultura é atividade fundamental e contínua. Com raras exceções, outra razão seria o crescimento das cidades em função do avanço agrícola, ou seja, elas preenchem fundamentalmente as necessidades agrárias. As atividades burguesas – comércio, indústria, finanças – na continuidade do rol de razões, são marginais ao nosso modo de produção capitalista, haja vista dependerem da prosperidade da agricultura para fins de investimentos de capital. O capital estrangeiro é direcionado para empréstimos e obras públicas, num claro desinteresse deste capital forâneo com nosso mercado interno. Por esta razão a indústria nacional pode expandir-se, sem que isso lhe retire a condição

secundária na vida econômica do país, sendo a presença de características próprias dela – tecnologia, formas de trabalho, produção em larga escala – fator que não a afastará da dependência à prosperidade das regiões agrícolas onde se localiza. A aliança política do café e o hiperfederalismo institucional constituíam a forma de hegemonia da dominação de classe dos latifundiários num país continental, predominantemente rural e economicamente atrelado à monocultura de exportação (MORAES, 1994, p. 71).

Não obstante a significação da atividade financeira e comercial, é a indústria que tem papel destacado no processo urbano. Ela se espalha por todo o Brasil, localizando-se nas manchas agrícolas (CARONE, p. 16). Os dados esparsos indicam serem os nacionais os que primeiro se debruçam nesta atividade, não obstante o recenseamento de 1920 mostrar a importante participação dos imigrantes no processo de industrialização, mesmo com o desprezo das elites agrárias, que alijam qualquer possibilidade de aproximação destes com o centro decisório do poder político. Assim, a indústria ainda é uma forma produtiva complementar à agricultura, já que a classe dirigente está também voltada para as atividades financeiras e comerciais, fato que a fortalece ainda mais na sociedade (Idem, p. 22).

*O período da República Velha pode ser considerado como de “transição capitalista”; nele o modo capitalista de produção já é dominante, e já aparecem diferenciadas as diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o ligado às atividades de exportação, o industrial, o estrangeiro. Não obstante haver capitalismo, ainda não se pode falar de capitalismo industrial: continua sendo na atividade agroexportadora que o nível de renda interno é assegurado (FONSECA, 1999, p. 27-28).*

E, nos dizeres de Carone (p. 23),

*É por esta razão que a burguesia não representa oposição política nem social ao sistema oligárquico, mas sim um componente que o fortalece. A pequena burguesia é composta de diversas camadas que agem na sociedade de maneira diferenciada. A pequena e a média possuem maior autonomia, a alta classe média é, em parte, de origem agrária, e por esta razão está subordinada ao poder.*

*Assim, cabe à alta classe média papel de destaque na administração, o mesmo sucedendo com as profissões liberais – advogados, médicos, engenheiros etc.*

*Boa parte deste contingente liga-se à oligarquia, da mesma forma que muitos destes fazem parte da engrenagem do Estado.*

A oficialidade da Força Pública e do Exército está incluída na média classe média, não representando grande volume, se comparada com outras atividades, sendo, todavia, relevante seu papel no sentido repressivo ou revoltoso, fato que lhe faz sobressair ao quadro social.<sup>17</sup> A classe média baixa é formada por um grande contingente de trabalhadores dedicados em tarefas do comércio, trabalhos temporários e em mil outras formas do semitrabalho urbano, confundindo-se com a classe operária nas condições de vida instável, e nas poucas opções de colocação. De toda sorte, coube à média e à baixa classe média os protestos populares nas décadas de 1910 e 1920, ainda que eles não representassem qualquer ameaça à ordem instituída (CARONE, p. 24).

---

<sup>17</sup> Sobre este fato é importante ressaltar a postura de Forjaz, em seu trabalho, onde procura comprovar a hipótese de que na conjuntura da década de vinte o tenentismo assumiu o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas. Esse grupo social, por sua dependência estrutural das oligarquias dominantes, foi incapaz de organizar um partido político que expressasse seus interesses e que efetivamente contestasse a dominação oligárquica. Esse papel foi preenchido por um setor da burocracia estatal, os militares, que embora integrantes das camadas médias urbanas, possuem uma autonomia própria advinda de suas funções no aparelho do Estado (FORJAZ, 1977, p. 31).

As oligarquias agrárias, isto é, as do café, dominaram a República até 1930. O rápido domínio militar de 1889 a 1894 foi logo superado. Seria uma divergência na cúpula da oligarquia dominante que apressara o desmoronamento deste sistema, elemento básico do centralismo contra o federalismo excessivo da Constituição de 1891.

*O predomínio político das oligarquias rompe-se em alguns Estados graças às divergências que resultaram na formação de oposições saídas delas próprias. Algumas foram divergências de método, outras se deveram ao descontentamento momentâneo de interesses, mas nunca à consciência de classe. A dissensão de São Paulo, opondo-se à “política de governadores”, é a mais complexa delas, pois anuncia o início de uma cisão da classe latifundiária e o aparecimento de uma corrente liberal burguesa, que dirigirá a Dissidência Paulista a partir de 24 de abril de 1900.*

*A do Rio Grande do sul, mais importante depois da paulista, constitui-se pela rebeldia agrária de Assis Brasil e dos caudilhos contra o predomínio total de Borges de Medeiros.*

*As dissidências agem somente como oposição e tentativa de obter oportunidades no sistema vigente.*

*Nas revoltas de 1922 e 24, quando a ação substitui a crítica, sua atitude é de reprovação e hostilidade e de apoio aos governos federal e estadual. Em relação ao problema operário, sua ignorância é praticamente total (CARONE, 1975, p. 21-22).*

Dessa forma, a crise se verificou no plano político. Não existindo outra força social capaz de lhe impor limites, ainda menos de representar qualquer espécie de ameaça, a oligarquia entrou em crise quando houve sua cisão na luta pelo poder. As dissidências lançarão mão não só da rebeldia da classe média, como também da própria classe operária, em função das vacilações e sectarismos propiciados por seus órgãos representativos, especialmente o PCB. Mas qual seria

o caráter da crise que se abriu na década de vinte, questiona Boris Fausto. Sua resposta vem através dos apontamentos de Weffort apud Fausto (1987, p. 93), assim posta:

*Assinalando com justeza a distinção entre a esfera das relações econômicas e das relações políticas do “antigo regime”, Francisco Weffort afirma que ela se dá no nível do Estado, antes de se manifestar no nível da economia. Sem negar a presença de uma crise econômica, cujas raízes entretanto viriam de longe, Weffort insiste na anterioridade da crise política e destaca a tranquilidade, certa euforia econômica, no curso do governo Washington Luiz, com exceção do último ano. Identificando todos os movimentos de rebeldia da época com as classes médias, explica a virulência antioligárquica, “num período em que a sociedade e a economia “tradicionais” se encontravam em plena vitalidade”, pela incapacidade da “sociedade tradicional” de abrir o Estado a estes setores criados por sua própria expansão. Isto levaria as classes médias a lutar pela redemocratização das estruturas políticas, sem tocar no processo produtivo, do qual dependiam e ao qual eram solidárias, de algum modo.*

## 1.2. Movimento operário

“Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição europeia” (WEFFORT apud FAUSTO, p. 16). Se o movimento operário no Brasil manifesta-se desde a segunda metade do século XIX, pode-se dizer que a participação da classe trabalhadora, até a penúltima década deste século, ainda se apresenta de maneira irregular e inconsistente, sendo que, a partir de 1890, o movimento encontra uma linha organizativa mais consistente. Nesses momentos, a classe trabalhadora repete a experiência europeia, sem apresentar traço genuíno no plano ideológico e orgânico, haja vista a dicotomia entre a

realidade brasileira e o modelo europeu. É essa dialética entre o ideal e o real que explica o fracasso de muitas realizações operárias, já que o esforço não consegue se transformar em situação objetiva (CARONE, 1989, p. 26).

Nesta leva imigratória, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde Bakunine predominava sobre Marx, exercem sua influência no movimento. Essa influência, em hipótese alguma, não pode ser menosprezada, pois é ela o embrião de onde surgirão os diversos movimentos reivindicatórios e de resistência dos trabalhadores. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária (1908), refletem estas concepções. A primeira década do século XX, além de mostrar certa maturidade organizadora do proletariado das grandes cidades, conduzem-no em algumas reivindicações classistas contra os baixos salários, baixo nível de vida e aumento da carestia. Mesmo sendo abundante a mão-de-obra, numa conjuntura repleta de pequenas indústrias, fato que propiciava a manutenção de constante ameaça aos rebelados – pois o desemprego era grande – as greves explodiram com frequência em determinados ramos profissionais. A mais significativa foi a da Companhia Paulista, em 1905, apoiada pelos estudantes de Direito. Entretanto, a primeira manifestação de solidariedade de classe, que abre nova perspectiva ao proletariado, foi a greve de julho de 1917 em São Paulo, com caráter de greve de massas. De 8 a 19 de julho, os operários “tomassem” São Paulo, organizaram manifestações e comitês grevistas, acunhando a burguesia paulista. Esta, por sua vez, recorreu ao governo de Altino Arantes, que colocou a polícia e a Força Pública na rua, sendo que esta, em razão dos baixos salários, deu sinais de sublevação e simpatia aos grevistas. Sem saída, o governo estabeleceu um acordo onde garantia liberdade aos grevistas presos, aumento de salário, proteção aos menores e mulheres, jornada de oito horas, pagamento do ordenado no prazo estipulado e barateamento do custo de vida – os seus líderes

foram presos, espancados e naturalmente esquecida a maioria das promessas. O Rio foi palco de greves violentas em 1918, 19 e 20. Sem atingir a extensão da de São Paulo, elas deram vitória aos operários de construção na sua reivindicação de 8 horas, bem como aos têxteis de Magé e aos trabalhadores dos transportes da Companhia Cantareira, com enfrentamentos e mortes de operários e policiais (CARONE, 1975, p. 17).

Vamireh Chacon fez rápida incursão neste período, referindo que em 1901, São Paulo, iniciando sua industrialização, via a greve dos trabalhadores da fábrica Tabacow, contra atraso de pagamentos (CHACON, 1998, p. 89). E complementa, asseverando que

*Em 1903, rebentou a maior greve então havida: pararam 25.000 têxteis durante 20 dias, reivindicando redução da jornada de trabalho para 9 horas e meia; derrotada. Nova tentativa, no mesmo ano, desta vez com êxito. Em 1905, greve dos ferroviários paulistas. Em 1906, a primeira greve geral em Porto Alegre. No ano seguinte, os pedreiros, gráficos e metalúrgicos de São Paulo e Santos conseguiam já 9 horas de trabalho diário. Em 1917, 1818 e 1919, o Brasil foi sacudido por tremenda onda de greves gerais, em parte por motivos internos das empresas e em parte em solidariedade pioneira à Revolução Russa. A primeira greve geral de Pernambuco foi em 1919. Era o começo da industrialização: em 1889, o Brasil tinha 60.000 operários industriais; em 1907, 150.000; em 1920, 275.000. Quando da Revolução de 1930, perto de um milhão, embora concentrados em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo (Idem, p. 90).*

Em que pesem os números existentes, segundo Carone (1989, p. 27), os dados disponíveis nos permitem afirmar que o nascente movimento operário é de origem nacional. As pequenas fábricas, os primeiros estabelecimentos industriais, as oficinas de fundo de quintal, são movidos por brasileiros. Após 1890, já se expandira o movimento imigratório, e os

estrangeiros começaram a ter papel ativo, tanto no trabalho agrícola como no urbano, tendo o Rio Grande do Sul como um dos estados receptor de grande contingente de imigrantes.

Nesse aspecto, é importante a anotação de Raul Carrion (1997, p. 13) quando menciona que depois da imigração açoriana, no final do século XVII, o Rio Grande do Sul recebeu duas levadas migratórias de alemães e de italianos, nos anos de 1824 e 1875, respectivamente. Segundo o historiador, essas imigrações inserem-se no processo de expansão do capitalismo em nível mundial, haja vista que o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e a Itália criou grandes excedentes de trabalhadores sem terra e sem trabalho, sem possibilidade de serem absorvidos em seus países. A imigração para o *novo mundo* foi uma das formas encontradas para aliviar as tensões sociais e abrir novos mercados.

No caso do Rio Grande do Sul, o imigrante contribuiu para a acumulação do capital comercial e também com o fornecimento da mão-de-obra livre para as indústrias. E seriam os filhos destes imigrantes, com certa qualificação técnica, que formariam boa parte do nascente proletariado gaúcho (Idem, p. 16).

Todavia, como refere Maestri (2001, p. 67), a industrialização rio-grandense também “assentou-se sobre a acumulação de capitais propiciada pela produção pastoril e charqueadora, com centro no meridiano do Rio Grande do Sul”. Importante ressaltar, segundo Lando & Barros (1980, p. 11), que

*A questão da imigração europeia para o Brasil no século XIX está intimamente ligada ao problema da escravidão. Trata-se de dois aspectos distintos de um mesmo processo: a transformação do regime de trabalho na sociedade brasileira. Na realidade, a existência do regime de escravidão impede o crescimento do fluxo migratório, sendo a decadência do primeiro a condição para a expansão do segundo.*

No período analisado, em níveis de iniciativa e da prática, o sindicato é o instrumento mais complexo do nível organizatório atingido pelo movimento operário. Os primeiros a surgirem são de Auxílio Mútuo, seguidos no Brasil, não cronologicamente, pelos da Câmara ou Bolsa de Trabalho, Ligas Operárias, Sindicatos de Resistência, sindicatos propriamente ditos, cooperativas etc. Em 1909, a título de ilustração, é fundada em Passo Fundo a Sociedade Operária Beneficente, que mais tarde (1924) tornar-se-ia Sociedade Recreativa dos Trabalhadores, congregando em seu seio elementos de classes diversas, o que faz dela um instrumento de recreação e lazer dos trabalhadores e não um instrumento de luta em oposição a qualquer espécie de exploração. A citação é feita no intuito de ressaltar que no ano de 1925, no mês de abril, foi designado para segundo orador o Sr. João Junqueira da Rocha que, mais adiante, seria integrante da Liga Eleitoral Proletária (1934) e, posteriormente, presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos idos de 1935.

Todavia, inexistente exemplo de qualquer uma destas organizações ter percorrido todo o período da Primeira República (1889-1930), sendo a razão desta instabilidade não a falta de objetivos e de entusiasmo, mas sim as más condições de vida do operariado, as dificuldades de adesão dos camaradas e a pressão patronal. Os vários modelos ideológicos sindicais reproduzem as atitudes ideológicas da classe. E ao percorrermos a sua evolução seguimos, em parte, a mudança do próprio movimento operário (CARONE, 1989, p. 33).

Em se tratando de Passo Fundo, esta assertiva está respaldada no quadro geral das organizações sindicais que aqui se sedimentam somente a partir dos anos 30. Dentre outras, ali se organizam o Sindicato dos Contabilistas (1932), Sindicato dos Empregados no Comércio (1933), Sindicato dos Bancários (1937) e Sindicato dos Pintores (1939), fato este que demonstra a situação de Passo Fundo como cidade prestadora de serviços, bem como a ausência de qualquer organização sindical

representante de trabalhadores em indústrias, fossem elas urbanas ou rurais (MEDEIROS, 1998, p. 111-112).

Dentre as várias manifestações organizatórias que aparecem, a forma dominante de associação, no entanto, é a que se denomina, comumente, sindicato profissional, sindicato de resistência, ou, simplesmente, sindicato, cuja nascente vem da lei sindical francesa de 1884, vulgarizando, no mundo latino, a ideia do sindicato, e que foi resultado da experiência vivida pelos operários na França, tanto nas Revoluções de 1848, como nos trágicos dias da Comuna de Paris (1871) (CARONE, p. 36). No Brasil, eles são detectados desde 1890, cabendo aos católicos sua legalização, sendo que sindicatos e federações católicas existem em todos os Estados brasileiros.

No Rio Grande do Sul, por ocasião da greve de outubro de 1906, deflagrada em Porto Alegre, chamada de “Greve dos 21 dias”, motivada pela redução da jornada de trabalho, foi formada, no processo paredista, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que assumiu a direção deste movimento, fazendo com que 9.000 trabalhadores cruzassem os braços. Atemorizados, os patrões propuseram a redução da jornada para 9 horas – até então as jornadas dilatavam-se por 11 horas de trabalho – mediante acordo formalizado entre as partes adversas naquele episódio, do qual não participaram os marmoristas, que continuaram seu movimento até conquistarem a jornada de 8 horas diárias de labor (CARRION, 1997, p. 24).

A eleição para a direção da FORGS, em 1911, marcou o começo da preponderância dos anarquistas no movimento sindical gaúcho, situação essa que permaneceria até o início da década de 20, quando os comunistas começaram, aos poucos, tomar-lhes a dianteira.

Segundo o relatório da FORGS de 1913, estavam filiadas a ela 14 sindicatos de Porto Alegre (2980 sócios), 2 de Rio Grande (140 sócios), 1 de Santa Maria (50 sócios), 1 de Passo Fundo (40 sócios), 1 de Montenegro (40 sócios) e 1 de Caxias do Sul

(30 sócios), totalizando 20 entidades (3280 sócios). O jornal oficial da FORGS é *A Voz do Trabalhador*, com a orientação contrária a qualquer participação política dos operários (CAR- RION, 1997, p. 24).

No âmbito geral, a orientação contrária à participação política dos operários – leia-se em partidos políticos –, capitaneada pelos anarquistas, fez coro com os postulados da Igreja, cuja negação em formar um partido está insculpida na ação católica restritiva da luta e da emancipação da classe trabalhadora. Segundo Rezende (1990, p. 13),

*Começavam a brotar as sementes plantadas pela encíclica papal Rerum Novarum. A aliança entre Igreja e Estado, no período pós-30, é fundamental para definir os instrumentos de cooptação da classe operária e justificar ideologicamente o tipo de dominação burguesa existente.*

Das correntes ditas de resistência, a mais destacada delas, segundo Carone (Carone, 1989, p. 39), é a de concepção autoritária ou socialista, vez que é a que mais se expande, possuindo o maior número de adeptos:

*Ela é integrada por três tendências: a dos socialistas, a dos sindicalistas e a dos anarco-sindicalistas, que apresentam alguns pontos comuns e outros divergentes. Há concordância quando se trata da resistência ao sistema capitalista, da necessidade de pôr fim, através da luta de classes, ao regime de injustiça social. No entanto há divergências entre as plataformas ideológicas e quanto ao problema da estratégia de luta.*

Dessa rinha, o que se conclui, objetivamente, como acentua Carone, é que o sindicato socialista é de tendência partidária; o sindicato sindicalista é neutro politicamente e o sindicato anarco-sindicalista nega os dois, pois é apolítico. Enquanto os socialistas defendem a ideia de organização, de luta a favor de reivindicações sociais, de diálogo com os patrões e com a classe governante, e de ação política, a posição sindical anarco-

-sindicalista volta-se para o que se denomina de Ação Direta: nada de intermediários, nada de ligação com o governo, nada de compromisso político. O que interessa é o proletariado buscar seus direitos, lutar contra a classe dominante, não ter peias políticas e institucionais com a burguesia (Idem, p. 41). Em suma, a política de não fazer política partidária, dos anarquistas, em que pese estar afeita a um estágio da luta social em nosso país, como veremos nesta análise, logo será suplantada pela opção orgânica.

Neste enfoque sindical da trajetória operária, vem à baila, por força das concepções anteriormente elencadas, a questão das greves, entendida a greve como problema surgido em resposta à exploração capitalista. E aqui a visão economicista desponta, vez que se limitam ao imediatismo que enfraquece e cerceia o movimento, já que boa parte delas volta-se para a questão salarial, para condições de trabalho e outros fins. Desencadeado o movimento e, por acaso, vitorioso o objetivo, ou parte dele, há um retorno ao trabalho, o que significa que a simples conquista material provoca a superação do impasse. As questões mais amplas, de sentido político, são levantadas sempre em segundo plano. Parte deste impasse relaciona-se com a situação do movimento operário: os católicos e os cooperativistas são contra qualquer forma de violência de classe, sendo que sua passividade deixa livre a iniciativa reacionária dos patrões e da polícia, mesmo que não seja este o objetivo pretendido. Os sindicalistas e anarco-sindicalistas voltam-se mais para as reivindicações sociais e econômicas como parte de sua política de resistência, o jugo exploratório. Os socialistas, mesmo mais amplos, visionariamente falando, não se mostram capazes de uma liderança mais radical e política. Daí o impasse que só será superado na década de 1920 (CARONE, p. 43). Ainda não despontaram os intelectuais orgânicos da classe operária, sendo a liderança oligárquica um traço comum nesta fase do movimento operário, e os nomes de Irineu Machado, Lauro Sodré, Nilo Peçanha e outros, frequentemente aparecem relacionados a questões ligadas ao movimento trabalhista. Essas

lideranças ligam-se aos interesses operários sem, todavia, integrarem a classe operária (Idem, p. 49).

Segundo discorre Maestri (2001. p. 90) sobre o contexto da época, havia uma forte polêmica entre os jornais de cunho sindical *A Luta* e o jornal porta-voz socialista *O Avante*, cujo pano de fundo era a participação institucional ou a autonomia organizativa sem a mescla com questões políticas. Aduz ainda que

*Em 1906, ocorreram grandes mobilizações operárias nas principais capitais do Brasil. No Rio Grande do Sul, esse foi o Ano Um do movimento operário sulino devido à eclosão de uma longa e combativa greve operária em Porto Alegre, de 21 dias, por aumento salarial e as oito horas de trabalho (Ibidem).*

Nesta correnteza de múltiplas variantes, funda-se o Partido Comunista (1922), que suplantará os anarquistas em novas táticas políticas e penetração no movimento operário, sem que estes atos signifiquem, ainda, independência política.

### 1.3. *Prelúdio de um parto*

A Primeira Guerra Mundial estampou a crise do capitalismo mundial no início do século, sendo marco divisório entre a *belle époque* e o período conturbado dos anos 20 e 30, sem que isto represente dizer que a fase anterior a 1914 tenha sido o paraíso capitalista.

Entretanto, até então ele conseguira imprimir a imagem de um desenvolvimento tranquilo e ininterrupto da Europa e escamotear suas chagas, em especial a *guerra suja colonial*.

Depois de quatro anos de morticínio e destruição, o sonho se desfaz. O velho mundo desaba e a Europa passa a viver a fase da ascensão do proletariado e da pequena burguesia.

A Revolução Russa, de outubro de 1917, é um dos fatores fundamentais desta mudança (CARONE, p. 49).

A intensificação da luta contra a guerra representa momento inédito nas lutas proletárias, continuando a mobilização nos anos seguintes, com outras visões mais aprofundadas do episódio, tais como a de que a guerra serviria para educar as massas proletárias, ou de que os soldados desertassem e derrubassem o regime dominante no Brasil. O conflito imperialista acirra a luta contra a classe dominante, em particular dos que preconizam a transformação do conflito em guerra civil e que verão seu vaticínio confirmado pelo movimento de outubro de 1917 da Rússia.

Nos idos de 1914, o jornal socialista *Avanti* circulou em São Paulo, abrangendo questões do movimento operário internacional, sendo que também tendências várias, que incluem anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas e socialistas, lançam manifestos unitários no Rio e em São Paulo, realizando comícios e outros movimentos que culminam na organização do Congresso Internacional da Paz, convocado em outubro de 1915, pela Confederação Operária Brasileira, no Rio de Janeiro (Idem, p. 61). Segundo refere Alexandre Hecker, o *Avanti* era um órgão semanal – com o tempo passou a ser diário – redigido inteiramente em italiano, para se comunicar com o operariado paulista, em razão de sua constituição majoritária destes imigrantes, especialmente em São Paulo, a capital. O jornal se autodenominava social-democrata. Mas, para entender a denominação, é de lembrar, naquele contexto, que o próprio partido bolchevique se chamava Partido Social Democrata dos Operários Russos, sendo essa a denominação mais comum entre os partidos surgidos no âmbito da Segunda Internacional (HECKER, 2003, p. 275).

Discorrendo sobre a influência do anarco-sindicalismo no movimento operário brasileiro, o professor Giovanni Alves (2003, p. 27) infere que este

*[...] no século XX conseguiu produzir uma prática de luta que criou as condições de consciência de classe para a ideologia comunista se desenvolver; como um próprio avanço no enfrentamento de classe no país. Ele contribuiu para a onda grevista de 1917 e 1920 jamais vista na história do Brasil. Entretanto, o movimento anarco-sindicalista possuía seus limites, e as vitórias alcançadas não ficaram à altura das movimentações ocorridas. Os anarco-sindicalistas eram espontaneístas e se prendiam quase que exclusivamente à luta econômica corporativa. Negavam a necessidade de o proletariado se organizar em um partido revolucionário e travar a luta de classe no campo da política.*

Segundo Maram (1979, p. 73), “o anarco-sindicalismo foi a força ideológica mais influente no movimento operário brasileiro. Seus participantes constituíram a espinha dorsal da liderança militante [...]”. Como os demais socialismos, o anarquismo via na propriedade privada a causa principal dos problemas sociais, sendo que a queda do capitalismo se realizaria, para os anarquistas, mediante o trabalho educativo da política ao proletariado que, por conta disso, faria espontaneamente a revolução. Para os anarco-sindicalistas, a queda se daria através da greve geral revolucionária (SFERRA, 1987, p. 17). Todavia, seu voluntarismo fazia com que sua luta esvaísse num beco sem saída.

*Questões estratégicas, como a luta pelas liberdades democráticas (eleições livres, voto secreto, direito de voto para mulheres, analfabetos e imigrantes), pela reforma agrária e defesa de bandeiras anti-imperialistas, passam ao largo das reivindicações anarquistas. A década de 1920 marca essa inflexão de desenvolvimento na direção utópico-política no sindicalismo brasileiro (ALVES, p. 27).*

Sendo o anarquismo brasileiro fruto da controvérsia havida entre autoridade e organização, é possível dizer que o anarco-sindicalismo representa uma fissura nesse dogma,

vez que se posiciona no interesse do trabalhador que, segundo ele, seria o pão e não a teoria revolucionária. É no sindicato e não no partido que os trabalhadores encontrarão guarida para sua luta. Entretanto, a perspectiva de transformação acaba deslocando-se para o campo do marxismo em razão do movimento revolucionário em pleno ápice na Rússia czarista. “Depois da Revolução de Outubro, os organizadores marxistas já podiam receber amparo psicológico e material de uma nação revolucionária. Os anarquistas não tiveram esse privilégio” (MARAM, p. 84).

São também nesse sentido as colocações de Alves (p. 27):

*O esgotamento da ideologia anarcossindicalista como dirigente do movimento operário de massa ocorria por vários motivos, dentre eles o fato universal da Revolução de Outubro de 1917, que mostrou um outro caminho – o da organização do proletariado em partido político e como classe no poder (a fundação do PCB em março de 1922 é um marco final na crise do anarquismo).*

De fato, entre 1917 e 1920 – ainda sob o predomínio ideológico do anarquismo –, pela primeira vez, a classe operária do Brasil apresentou-se enquanto tal na cena política brasileira, exigindo ser reconhecida como sujeito coletivo capaz de orientar o futuro, vinculada à universal rebeldia do trabalho que perpassou o planeta naqueles anos, cujo apogeu foi a Revolução de 17. Conduzida por uma combativa vanguarda anarcossindicalista, a nascente classe operária do Brasil enfrentou as forças coercitivas do Estado liberal oligárquico e da jovem burguesia brasileira. A partir daí, contudo, nenhuma camada social do país poderia dar às costas a presença da questão operária no país, marca indelével de uma modernidade capitalista que começava a ser moldada.

A contaminação capitalista, sob o impacto do imperialismo, começava a se disseminar de forma irreversível no modo sócio-produtivo brasileiro daquela época, a partir do complexo

produtor cafeeiro que propiciou a origem da burguesia industrial e do proletariado no Brasil.

Como refere Del Roio (2003, p. 282),

*Essa difusão do capitalismo ocorreu sob uma forma social secularmente caracterizada por uma variante colonial de feudalismo e escravismo e por formas absolutistas de poder, que resistiam a qualquer influxo capitalista, a não ser aqueles que viessem a reforçar a sua própria dominação oligárquica, como foi o reconhecimento do estatuto da propriedade privada, em 1824, e a Lei de Terras, em 1850, que consolidaram o controle da terra e da força de trabalho, e o federalismo republicano de 1891, que serviu de invólucro liberal tanto para dominação feudal e das oligarquias regionais como para a disseminação do capitalismo induzido pelo imperialismo.*

*Nessas difíceis condições socioculturais e culturais, permeadas por formas de exploração pré-capitalistas, com a nascente classe operária submetida a formas violentas de extração de mais-valia absoluta e com a acumulação capitalista passando pelo pedregoso caminho traçado pela presença imperialista, é que surgiu o primeiro grito de rebeldia do proletariado que se formava nessas paragens.*

Das derrotas destes embates, uma parte da vanguarda anarco-sindicalista vislumbrou, no marxismo e no comunismo que se desenvolvia no rastro da revolução socialista do Oriente russo, não só uma forma de se dotar de um instrumental de luta social na modernidade capitalista que se gestava no Brasil, mas também como um meio de preservar o internacionalismo.

Dessa forma, da mesma maneira do que ocorrera em Portugal, Espanha e outros países mais, o comunismo surgia no Brasil de uma cisão no anarco-sindicalismo. A marca urbana característica do anarco-sindicalismo no Brasil assim se transferiu para a política de alianças sociais, quando essa se fez necessária. De outra sorte, a crise do Exército, manifestada

nos anos 1920, por meio de um sem-número de eclosões de revoltas contra a ordem oligárquica, num amálgama entre a exigência de um liberalismo democratizado e a recuperação da vertente progressiva da ideologia positivista, que supunha direitos sociais, criou uma ponte de aproximação entre a juventude militar e os comunistas (Ibidem, p. 283).

Neste processo divisor de águas entre anarquistas e comunistas, relativamente aos acontecimentos internacionais de outubro de 1917, pairava uma certa confusão quanto ao efetivo caráter daquela revolução. Assim, para as esquerdas brasileiras, num primeiro momento, a revolução de outubro de 17 era tida como sendo uma vitória das forças anarquistas. Logo mais os analistas anarquistas veriam com outros olhos o sentido da Revolução Russa, e começaram a lançar pechas sobre o bolchevismo e a ditadura do proletariado, ou seja, a forma de Estado operário adotado por Lênin. O que importa frisar, nesta fase inicial, é o fato de a defesa que anarquistas, socialistas e comunistas fazem da revolução, em posição traduzida através de comícios e publicações de material de origem estrangeira e nacional.

Neste sentido, aponta Ferreira (p. 196) que

*No Brasil, as notícias que chegavam eram confusas e desencontradas. Os militantes do PCB encaravam com desconfiança e descrença as informações jornalísticas desfavoráveis à União Soviética. Na década de 20, os revolucionários brasileiros estavam inteiramente seduzidos pelo impacto dos acontecimentos que permitiram a fundação do primeiro Estado proletário no mundo e pela perspectiva, otimista, da mesma revolução em nível planetário. Assim, entre os militantes da Seção Brasileira da Internacional Comunista dominava o imaginário da revolução, soviética e mundial.*

Astrojildo Pereira é um dos primeiros a escrever entusiasmadamente sobre a Revolução de Fevereiro. Fundador da revista *O Debate*, edita nela e noutras fontes uma série de artigos no

ano de 1917, todos em defesa do proletariado russo, reunindo-os, em 1918, na pequena brochura denominada *A Revolução Russa e a Imprensa*. A estas somam-se outras publicações em defesa da revolução e dos acontecimentos históricos que lhe sucedem, tais como *Tribuna do Povo* (Recife), *Alba Rossa* (São Paulo), *A Razão* (Bauru), *Voz do Operário* (Aracaju), etc., em ação complementada por manifestações individuais de Lima Barreto, Humberto de Campos, Afonso Schmidt e outros (CARONE, 1989, p. 64).

*O movimento contra a guerra e a simpatia pela revolução na Rússia são dois momentos de mobilização e de enriquecimento para a experiência operária. Mas são fatores momentâneos, pois, terminada a motivação conjuntural, a ação se dilui. O contrário se dá com outros fenômenos que marcam esta transitoriedade do movimento operário, isto é, os de caráter estrutural. Falamos do projeto revolucionário de novembro de 1918 e da fundação do primeiro PCB em 1919. Ambos pretendem instaurar a mudança da sociedade e iniciar ação política própria.*

*É que a luta contra a guerra e a simpatia pelo movimento revolucionário estão na tradição do movimento operário, daí serem apoiadas indistintamente por socialistas e anarquistas, enquanto a ideia socialista do partido e do golpe de Estado foge à preocupação sindicalista, anarquista e anarcossindicalista. O paradoxo, neste caso, é que a iniciativa, em ambos os casos, parte dos dois últimos movimentos, o que demonstra as incertezas e dúvidas que povoam o universo operário.*

*Estas iniciativas, não há dúvida, são motivadas pela Revolução Russa, ou melhor, pela sua incompreensão, se quisermos (CARONE, p. 64-65).*

A ambiguidade entre a consciência e a realidade é, assim, traço fundamental do momento, quando o novo começa a surgir, e o velho persiste. É a razão de os anarquistas, nesta hora, continuarem a repisar os argumentos contra o autoritarismo, contra os malefícios da política permitida pela burguesia, ao mesmo tempo que se organizam em partido. E enquanto atacam o Estado, preparam o golpe para se apossarem das rédeas

do poder do Estado, naquilo que se denominou de “Insurreição de Novembro de 1918.” A insurreição de 1918 – tentativa de tomada do Palácio do Catete, visando a aprisionar o presidente e instaurar um governo popular – é mais um *putsch* do que movimento revolucionário. Fracassa e leva à prisão seus líderes, quais sejam: Astrojildo Pereira, João da Costa Pimentel, Carlos Dias, José Oiticica, Álvaro Pimenta, Manuel Campos e grande número de outros. Meses após o episódio, os acusados são postos em liberdade, eis que a justiça nada apurara quanto às provas de culpabilidade dos réus.

Depois do malogro do movimento revolucionário de novembro de 1918, muitos dos seus implicados partem para novas experiências. A simpatia anarquista pela Revolução Russa começa a desaparecer a partir de 1920. É natural que ela poderia subsistir por pouco tempo, porque os Oiticica, os Leuenroth, e boa parte das lideranças anarquistas logo iriam perceber a verdade sobre o bolchevismo. A partir de então teriam que negar o seu passado recente (CARONE, p. 66).

Como já analisado, as greves que percorrem os anos de 1917 a 1920, os reflexos da Revolução Russa, o movimento revolucionário de novembro de 1918 e a fundação do primeiro PCB são escalas de um patamar de transição, cujo resultado acaba sendo frustrante, porque, em parte, o operariado continua a patinar no mesmo terreno, mostrando-se incapaz de superar a sua experiência anterior. O que marca cada um desses momentos é o economicismo e pragmatismo das lideranças anarquistas e sindicalistas, a confusão entre bolchevismo e anarquismo, a noção de que a revolução pode ser desencadeada em data pré-fixada e não ser o resultado de um processo revolucionário. A tensão social declina a partir de 1920 (Ibidem, p. 72).

O recuo da onda de agitação, bem como a frustração dela resultante repercute entre as diversas camadas operárias. O resultado é a formação de clima de repressão e desânimo, que percorre a década de 20. E o que veremos, ao contrário do período anterior, não serão manifestações espetaculares nem

intensas movimentações da massa trabalhadora. Conforme salienta Maestri (2001. p. 96), analisando o quadro contextual rio-grandense,

*A derrota da greve de 1919 inaugurou um longo período de refluxo do movimento operário sulino. Duramente reprimido e, sobretudo, sob o influxo desorganizador da recessão que varreu o mundo desenvolvido após 1920, quando mais de duas centenas de fábricas rio-grandenses fecharam suas portas.*

Contrastante, no entanto, neste momento, cabe à classe média (tenentismo) e à oligarquia dissidente papel de relevo na problemática de contestação radical. Ao lado destes percalços negativos, começou a germinar, de maneira imperceptível e lenta, uma nova corrente de ideias, que foi se afirmando nos anos seguintes. O bolchevismo, neste primeiro instante, não apareceu definido em todos os seus contornos, mas a partir de 1922 ele se transformaria de idealização vaga e confusa em objeto concreto (CARONE, p. 73).

No contexto internacional este foi o período em que a social-democracia desbanca as outras correntes na disputa pela liderança do movimento trabalhista europeu. No contexto historiográfico brasileiro do mesmo período, sobressaiu a importância da influência positiva exercida por anarquistas e sindicalistas até determinado momento. Todavia, com a Primeira Guerra Mundial e o conseqüente crescimento econômico, tornou-se difícil a estas facções operárias adaptarem-se às novas relações de produção que passaram de artesanal à capitalista. O marxismo foi, neste contexto, a concepção mais ajustada de mundo e luta capaz de responder às novas necessidades do movimento operário no Brasil (Ibidem, p. 78).

Como constata Bandeira (1967, p. 151),

*As greves de 1917, 1918 e 1919 mostraram que o movimento operário estava objetivamente maduro, mas não possuía uma direção conse-*

*quente capaz de abrir a perspectiva política. Os anarquistas, apesar da firmeza, da combatividade e do devotamento com que lutavam, não podiam desempenhar essa tarefa, em virtude das limitações da sua doutrina.*

Hardman (1987, p. 85-86), por sua vez, atesta que

*[...] a recusa em considerar a organização necessária ao proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa em organizar a classe em partido próprio, com vistas à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada “resistência anticapitalista”, que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; a exaltação das formas espontâneas de luta, de ações voluntaristas e heroicas, individualizadas e desvinculadas das massas; enfim, esses aspectos da teoria e prática anarquistas revelaram o impasse e o beco sem saída a que foi levado o movimento operário no Brasil neste final dos anos 10 [...] as ações do movimento anarquista não superaram a espontaneidade economicista [...].*

Este também foi o período em que surgiram os grupos comunistas nos mais diversos Estados, superando as proposições de meros partidos socialistas expectadores da realidade em curso, tendo com fins básicos, em sua grande maioria, a luta decidida contra o capital.

Estes grupos se denominavam: Zumbi, Centro de Estudos Sociais, os diversos Núcleos Comunistas e o que se centrou ao redor da revista *Clarté*. Este grupo surgiu no Brasil em 1921, marcado por influência intelectual e pequeno-burguesa e sob liderança reformista, em que pesou sua ligação com a esquerda comunista. Seus fundadores são Nicanor Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Agripino Nazareth, Pontes de Miranda e outros 30, que logo mais se mostrariam contrários ao PCB: unicamente Everardo Dias e

Afonso Schmidt representavam transição do socialismo para o comunismo (CARONE, p. 86).

Contrárias a estas manifestações, surgiram outras destinadas a lutar radicalmente em benefício da Revolução Russa e do modelo organizatório bolchevique, fato este que levou Astrojildo Pereira a levantar acusações à incompetência e à “ignorância” de vários fundadores do *Grupo Clarté*.

*De qualquer maneira, cabe aos grupos chamados de comunistas representarem o elo final para a formação do PCB. Eles são vários, esparsos cronológica e geograficamente: o primeiro deles aparece no Rio Grande do Sul, em 1918; depois no Rio, em 1921, e sob a influência do último surgem os de São Paulo, Pernambuco, Juiz de Fora (Minas Gerais), Cruzeiro (Estado de São Paulo).*

*O primeiro é o de Porto Alegre. Denominado de Centro ou União Maximalista (1918), depois passa a ser Grupo Comunista de Porto Alegre. A sua liderança cronológica se explica, entre outros fatores, pela aproximação do Estado com o Uruguai e a Argentina, que a partir de 1919 tornam-se centro de irradiação da Internacional Comunista. A União Maximalista de Porto Alegre é orientada por um imigrante de origem libanesa, Abílio de Nequete. Pobre, se dedica a ofícios humildes, não tendo recebido influência nenhuma das correntes ideológicas dominantes – anarquismo, anarco-sindicalismo, sindicalismo.*

*Depois de participar das greves gaúchas de 1919, volta-se para o bolchevismo (CARONE, p. 87).*

Marcos Del Roio (2002, p. 20) mencionou a existência desses grupos e o próprio surgimento do PCB como resultado de algumas convergências, assim aduzindo:

*A afirmação, tantas vezes feita, o marxismo comunista brasileiro tem sua origem na cisão da liderança anarco-sindicalista precisa ser pelo menos matizada, já que o PCB é produto da convergência de três polos, unificados pela conjuntura de crise da dominação oligárquica.*

*O movimento operário no Rio Grande do Sul, mesmo contando com significativo peso do anarco-sindicalismo, sofreu influência do socialismo reformista de Uruguai e Argentina e também da forte tradição positivista de setores médio-agrários e oligárquicos gaúchos. É desse caldo de cultura, em meio à luta social e ao impacto da revolução socialista, que surge, em novembro de 1918, a União Maximalista, fundada pelo barbeiro de origem libanesa Abílio de Nequete, a qual, em fins de 1921, passou a chamar-se Grupo Comunista de Porto Alegre. Pequenos grupos de simpatizantes da revolução dos soviets surgiram também em Livramento, fundado por Santos Soares, e Passo Fundo.*

Akcelrud (1952) também faz menção, digna de nota, da importância destes grupos no processo de pré-fundação do PCB, bem como de sua existência e dinamismo no Rio Grande do Sul, assim dizendo:

*[...] em 1918, aos 28 anos de idade, Santos Soares fundou e se colocou à frente da liga comunista de Livramento. Essa foi a primeira organização comunista do Rio Grande do Sul. A primeira medida da liga foi publicar um jornal, que efetivamente circulou em vários números e foi disputado pelos trabalhadores. A sede da liga comunista foi assaltada pela polícia.*

*Mas ela existiu até a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.*

*[...] promovia com maior intensidade a leitura do escasso material revolucionário obtido através da fronteira com o Uruguai [...] animava a chama da solidariedade à União Soviética [...]. A fundação da Liga Comunista de Santana do Livramento não foi um fato isolado. Com pequena diferença de tempo, surgem organizações semelhantes em diversos pontos. Funda-se um centro em Passo Fundo. Os trabalhadores de Porto Alegre editam o Manifesto Comunista de Marx e Engels. Os trabalhadores de Rio Grande inscrevem na fachada da União Operária o lema "Operários de todos os países uni-vos" [...] Essa*



Passo Fundo, 1910. Antiga Rua do Comércio, hoje Avenida Brasil. Este era parte do teatro que o militante libertário Sante Barbieri exercitava o seu proselitismo ideológico.

Foto: *Correio do Povo*, de 28/01/2009.

*iniciativa de fundar ligas e círculos comunistas é uma demonstração da necessidade que os trabalhadores sentem do partido. A atuação de Santos Soares está na própria raiz da organização do partido comunista no Rio Grande do Sul (AKCELRUD, 1952).*

Como nos diz João Batista Marçal (p. 6), “Em 1921, Santos Soares funda o Centro Socialista de sua cidade, já plenamente alinhado com a Revolução Russa. Não é mais um ‘comunista libertário’. É um marxista”.

No que se refere a Passo Fundo, em que pese a menção de Del Roio e Akcelrud, sua confirmação foi permeada de

dúvidas, eis que não efetivamente provada – pelo menos em documentação – até os dias de hoje, a existência de tal grupo. Menção neste sentido também foi feita por José Carlos Ruy (p. 26), por ocasião de seu artigo na Revista *Princípios*.

A União Maximalista de Porto Alegre mantém contatos com líderes operários do Rio, dentre os quais, Astrojildo Pereira. Este, a partir de 1919, procurou novos caminhos revolucionários, já que o anarco-sindicalismo mostravam-se inoperante nas condições de crise social em que vivia o proletariado brasileiro; pouco depois ele defendeu a aplicação do modelo sindical norte-americano, sendo que em 1921 ajudou a fundar o Grupo ou Núcleo Comunista do Rio de Janeiro, no dia 7 de novembro daquele ano. Junto com ele, mais 12 militantes, entre intelectuais e trabalhadores: o próprio Astrojildo, Cristiano Cordeiro, Luis Peres, Hermogênio Silva, Manuel Cendón, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, José Elias P. da Silva e outros. O resultado desta fundação foi muito satisfatório, haja vista existirem lideranças operárias com tradição e espírito organizativo. Por esses motivos, dentre outros, o ponto de irradiação dos Núcleos Comunistas se faria no Rio de Janeiro e não em Porto Alegre, em que pesasse ter sido na capital gaúcha o foco inicial, juntamente com Santana do Livramento. O fato de estes grupos ou núcleos pulularem em regiões geograficamente distantes prova que há uma demanda social comum a todo o Brasil, e é isto que explica o caráter nacional que o PCB assumiria (CARONE, p. 89).

Na época focada, ou seja, o ano de 1922, deveria ocorrer o pleito presidencial em todo o país. Em Passo Fundo, o Partido Republicano, chefiado pelo Dr. Vergueiro, acompanhou a chapa de Nilo Peçanha, sendo que a dissidência, encabeçada pelo Sr. Pedro Lopes de Oliveira, aliou-se aos federalistas, apoiando a candidatura de Arthur Bernardes.<sup>18</sup> Apesar de

---

<sup>18</sup> A cisão no Partido Republicano foi resultado da não-emancipação de Carazinho, à época distrito de Passo Fundo. Até então, as figuras representativas do Partido eram o intendente Pedro Lopes de Oliveira, o deputado estadual Nicolau de Araújo Vergueiro e o presidente do Conselho Municipal, Gabriel

vencer as eleições em Passo Fundo, Nilo Peçanha foi derrotado nacionalmente por Arthur Bernardes, fato que redundou em difícil posição para o Dr. Borges de Medeiros, então presidente do estado do Rio Grande do Sul e aliado de Nilo Peçanha. O Dr. Borges, candidato a reeleição ao Governo do Estado, seria enfrentado pelo Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Os dois candidatos, em novembro de 1922, estiveram em campanha na cidade, sendo o Dr. Borges ciceroneado pelo líder republicano local, Dr. Nicolau Vergueiro, enquanto o Dr. Assis Brasil recebia as honras através do líder federalista, Dr. Edgar Schneider, também encarregados das saudações aos postulantes ao governo. A curiosidade é que os dois estiveram em Passo Fundo no mesmo dia (13 de novembro), fato que transformou a cidade em palco de duas grandes concentrações políticas. Os partidários de Assis Brasil aglomeraram-se em frente ao sobrado do Sr. Argemiro Camargo, local onde hoje está estabelecido o Fórum de Passo Fundo, ao mesmo tempo em que, quase concomitantemente, os “Borgistas” reuniam-se ao pé da sacada do Clube Pinheiro Machado no intuito de ouvir os oradores (GHEM, 1978, p. 88-89).

Findado o pleito com a confirmação da reeleição de Borges de Medeiros, a lisura do mesmo foi contestada pelos federalistas, logo descambando em luta armada. O deputado estadual federalista Arthur Caetano da Silva começou a organizar os revoltosos em Passo Fundo, promovendo reuniões que ocor-

---

Bastos. Intérprete oficial do pensamento republicanista passo-fundense, o jornal *O Gaúcho* tornou-se o centro aparente da cisão ocorrida na Comissão Executiva dos Republicanos, haja vista que era dirigido pelo jornalista Brasília Lima, também secretário da Intendência e cunhado do intendente. Em contrapartida, a executiva partidária passou a utilizar um órgão de imprensa até então alinhado com a Intendência para atacá-la publicamente. O jornal “*A Voz da Serra*, dirigido por João Batista Curio de Carvalho, fazia o ataque ao intendente, enquanto o periódico *O Gaúcho* atacava a Comissão Executiva. Deflagrada a “guerra”, logo os incidentes começaram a surgir, tomando maior vulto depois do ocorrido em outubro de 1917, entre o Dr. Antonio Bitencourt de Azambuja (partidário da executiva) e o promotor Carlos Silveira Martins Leão, da política do intendente. Resultou ferido o promotor, fato este que determinou a prisão do Dr. Azambuja, por ordem do juiz da Comarca, Dr. La Hire Guerra. Meses após o fato, o Tribunal Superior de Porto Alegre determinou a soltura do preso, o que ocorreu em meio de grandes manifestações de seus correligionários (GEHM, 1978, p. 98-99).

riam em sua residência, situada na Rua Morom, nº 21. Por conta disso, alguns republicanos, à revelia do chefe partidário, Dr. Vergueiro, sabendo das reuniões clandestinas na casa do deputado federalista, promoveram um distúrbio próximo, atraindo para ali os participantes da reunião, ocasião essa em que houve troca de tiros e saiu levemente ferido o maragato de origem libanesa, Pedro Estácio, amigo e colaborador de Arthur Caetano. O coronel Lolico (Pedro Lopes de Oliveira), ainda tendo presente a não emancipação de Carazinho, e como revidando aos republicanos, propôs que as forças revolucionárias de Passo Fundo fossem comandadas pelo coronel João Rodrigues Menna Barreto, no posto de General, cuja aceitação foi quase unânime, eis que passível de alguma discordância por parte de João de Souza Ramos (Jango do Padre, de Coxilha). Ao tomar conhecimento das reuniões conspiratórias encabeçadas por Arthur Caetano, o Dr. Vergueiro fez contato telegráfico com o presidente do estado, Dr. Borges de Medeiros, o qual, diante da gravidade da situação, providenciou a formação de um corpo provisório da Brigada Militar em Passo Fundo (Ibidem, p. 102).

O jornal *A Época* de 11 de janeiro de 1923, noticiava, sob o título “Boatos Alarmantes”, referindo que grupos armados estavam se formando no interior do município, implicando a saída de várias famílias da cidade.

Conforme relata Delma Gehm (p. 102),

*Em Campo do Meio, reuniram os federalistas ou maragatos uma força de 1080 homens, ao mando de um jovem passo-fundense, Quim César, contando com apoio de Raão Fagundes, destemido gaúcho destas paragens. Era o ano de 1923.*

*Em Coxilha, encontrava-se Jango do Padre, bem como Fernando Goelzer; enquanto no Ponto se movimentava Simeão Machado e no Carazinho o General João Rodrigues Menna Barreto, chefe militar das operações, ao qual se juntara o coronel Lolico, no Pinheiro Torto.*

*Todas essas forças eram desprovidas de armamento, que se limitava a algumas espingardas de caça, Winchesters e armas de cintura: revólveres, pistolas e espadas. Mandaram fabricar, às pressas, 300 lanças. Não havia barracas e nenhum abrigo, a não ser o individual, como ponchos, capas e palas, sendo todos, porém, bem montados.*

Nesse contexto de 1923, os revolucionários de Carazinho, aproveitando a situação confusa do município e do Estado, emanciparam Carazinho, escolhendo um prefeito e dando-lhe o nome de Assisópolis, alusivo a Assis Brasil, sendo que, todavia, essa emancipação só efetivou-se em 1931. O gesto revolucionário de Passo Fundo soou como um grito que pôs o Rio Grande em pé-de-guerra. Além dos chefes revolucionários ali sediados, levantaram-se: em Palmeira, Leonel da Rocha; no sul do estado, José Antonio Neto e Honório Lemos; Manoel Higino Pereira, em São Sebastião do Caí e Demétrio Ramos, em Vacaria. O jornal *Correio do Povo*, edição de 14 de fevereiro de 1923, comentava a declaração de Assis Brasil, em sua visita a Passo Fundo: “Os rio-grandenses livres prosseguirão, sem esmorecimento, sem qualquer vacilação, na campanha iniciada pela libertação do Rio Grande... que tem o aplauso e merece a simpatia de todo o país. O Brasil inteiro tem olhos voltados para o Rio Grande.” Como já visto, tais desdobramentos da conjuntura estadual e local fizeram com que o governo *borgista*, através do Decreto nº 3.086 de 16 de janeiro de 1923, criasse o 1º Corpo Provisório da Brigada Militar, com sede em Passo Fundo, e efetivo de 270 homens, dentre os quais 19 oficiais sob o comando do Major João Candido Machado (GEHM, p. 109-112).

*O movimento revolucionário havia tomado corpo em todo o Estado: do lado legalista salientaram-se Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Claudino Pereira, Lucas Martins, Juvenício Lemos, Firmino de Paula, Firmino Paim, atuando todos em diversos pontos do Estado, cuja bandeira era Borges de Medeiros. Em Passo Fundo, o chefe político,*

*dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, foi o líder da resistência legalista; do lado revolucionário foram influentes chefes: Felipe Portinho, Zeca Neto, Honário Lemos, Menna Barreto, Salustiano de Pádua, Quim César, Jango do Padre, João Coni, Leonel Rocha, Adão Issler, Fidencio Melo, Cristiano Goelzer e outros, cujos nomes não chegaram a representar chefia revolucionária, quer geral, quer de Brigadas. A bandeira era Francisco de Assis Brasil (Ibidem, p. 112-113).*

Dentre os diversos confrontos ocorridos na região, o de 23 de junho de 1923, em Boa Vista do Erechim, resultou em violento combate do qual os legalistas venceram, retomando Boa Vista dos revolucionários. O ataque partiu de Passo Fundo, sob o comando do general Firmino de Paulo. Dado o grande número de feridos legalistas, os mesmos foram transportados para Passo Fundo, de trem, e socorridos no Hospital de Caridade (hoje “da Cidade”), cuja direção, à época, teve que improvisar leitos e solicitar, por empréstimo das famílias locais, toda gama de objetos necessários para a emergência surgida. Segundo os que vivenciaram a situação, os maragatos que faziam parte da Sociedade Hospitalar, após o episódio, retiraram suas contribuições vez que o referido Hospital estava atendendo os feridos legalistas. Em 15 de dezembro de 1923 foi assinado o Pacto de Pedras Altas, que selou a paz entre as forças em enfrentamento (Ibidem).

Assim sendo, resta evidenciado que no período que envolve a fundação do Partido Comunista no Brasil, a conjuntura local e regional era permeada pela disputa entre grupos políticos oligárquicos, restritos às classes mais influentes, sem qualquer notícia de uma participação popular com propósitos similares aos postulados pelos comunistas.

## 1.4. O PCB em meio ao “tenentismo”

O Partido Comunista do Brasil surgiu da unificação dos diferentes grupos comunistas, por ocasião de seu Congresso de fundação, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922. Nasceu, como já mencionado, sob a influência direta da Revolução Russa de Outubro de 1917, sendo seus fundadores Astrojildo Pereira, Hermogenio Silva, Manuel Cendón, Cristiano Cordeiro, José Elias, entre outros.<sup>19</sup> A primeira Comissão Central Executiva, composta por 5 titulares e 5 suplentes, ficou assim composta: como titulares foram escolhidos Abílio de Nequete, secretário-geral; Astrojildo Pereira, imprensa e publicidade; Antonio Bernardo Canellas (gráfico), secretário internacional; Luis Peres, frações sindicais; Antonio Gomes Cruz Junior (comerciário), tesoureiro. Os suplentes eleitos foram Cristiano Cordeiro (estudante), Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Manoel Cendón e Antonio Carvalho (estivador). Abílio de Nequete foi eleito para a Secretaria Geral a partir de uma indicação de Astrojildo Pereira, possivelmente em deferência a maior Antiguidade da “União Maximalista” e por sua estreita relação com o Partido Comunista Uruguaio e com o Bureau da IC para a América Latina.

A Internacional Comunista foi criada em 1919 para inspirar em todo o mundo a organização de partidos comunistas. No Brasil, buscou contato com lideranças operárias de destaque e, em 1921, enviou um emissário – conhecido como “Cometa de Manchester” – que se encontrou com Astrojildo Pereira, a quem propôs a criação de um partido comunista no Brasil (RUY, p. 23). Segundo aponta Del Roio, o processo de constituição dos grupos comunistas deveria culminar na fundação do PCB em fins de 1922, fato este que foi apressado pela necessidade de buscar se reconhecer a nova organização, já no IV da Internacional Comunista (IC), marcado para realizar-se em

---

<sup>19</sup> *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 147.

julho e tendo efetivamente ocorrido em novembro. A sugestão de antecipar o congresso de fundação do PCB partiu de Abílio de Nequete, seguindo sugestão do Partido Comunista da Argentina (PCA) e foi plenamente acatada por Astrojildo Pereira. Astrojildo tinha uma visão mais clara da necessidade de inserir o novo partido, cuja fundação teria um significado transcendente ao seu tamanho, num movimento de vanguarda internacional, tal como era a IC, fomentadora da Revolução Socialista em nível mundial. Entendia ele que a legitimidade do PCB, frente ao movimento operário brasileiro – às voltas com os limites do anarquismo –, passava também por esta etapa. Dessa maneira, o PCB surgiu como elemento constitutivo fundamental da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao marxismo refundado na práxis estatuída pela revolução popular socialista no Oriente russo e na Europa Centro-Oriental (DEL ROIO, 2002, p. 23). Por sua vez, Marly Vianna (1995, p. 24/25) destaca o caráter nacional da organização partidária comunista de 1922 e de sua vinculação a IC:

*O PCB foi fundado em março de 1922, sendo o primeiro partido político brasileiro de âmbito nacional. Era integrado inicialmente por um grupo pequeno de militantes, conhecido apenas nos meios sindicais e na polícia! Logo eles procuraram filiar-se a Terceira Internacional Comunista, pois, assim, passariam a contar com o prestígio da revolução socialista e a ser membros do “exército revolucionário mundial”, o que, como disse o historiador inglês Eric Hobsbawm, lhes dava grande força moral.*

Um dos fatores a influenciar fortemente nas concepções que norteariam a vida política do país, no anos 20, certamente foi o movimento que ficou conhecido como *tenentismo*<sup>20</sup> e que

---

<sup>20</sup> Movimento político-militar iniciado em 1922, no episódio conhecido como o Levante do Forte de Copacabana, e que se opunha à forma da política implementada pelas oligarquias. “O que se pode afirmar do Tenentismo, em

contribui decisivamente para a queda da República Velha. Os acontecimentos de 1935 não se restringem à especificidade da história do PCB. Na realidade, fazem parte de um final de período da história brasileira, ou seja, das rebeliões tenentistas que se iniciaram em 1922. Falam da história política do final de uma época de transição, da República Velha para a República Nova. Refletem, também, com todas as especificidades brasileiras, a crise mundial do liberalismo econômico e do liberalismo político, uma época de crença em regimes totalitários, como o que se consolidou no Brasil, em 1937, com o advento do Estado Novo (VIANNA, 1995, p. 7).

Embora sendo adeptos da democratização política do país, os tenentes não acreditavam na democracia liberal, vez que tinham a “classe política” como corrupta, ao que, simpatizavam com a ideia de uma ditadura militar que moralizasse o país. Essa regeneração se daria através da luta armada, vinda dos quartéis, para a qual estavam eles preparados (Ibidem, p. 8-9).

O levante que ficou conhecido como “Os Dezoito do Forte”, e que teve início na madrugada de 5 de julho de 1922, impressionou pelo heroísmo de seus participantes. Os rebeldes resistiram por três dias, e os dezoito tenentes que sobreviveram saíram unidos pela avenida da praia. Mesmo derrotados, os tenentes não pararam de conspirar. Dois anos depois, no dia 5 de julho de 1924, houve uma nova revolta, dessa vez em São Paulo, sob o comando do tenente-coronel da Força Pública, Isidoro Dias Lopes. Por algum tempo os rebeldes dominaram a capital paulista, mas tiveram que recuar quando o governo começou a bombardear a cidade. Eles foram então juntar-se aos tenentes gaúchos que, a 29 de outubro de 1924, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes, haviam sublevado

---

suas etapas iniciais – até 1926, vamos dizer –, é que se mantém, predominantemente, no âmbito de um reformismo pequeno-burguês, que divaga em formulações ou que se repete, mas não se renova. O inconformismo militar, aliás – que não foi específico do caso brasileiro, mas aqui se apresentou, na forma do Tenentismo, dotado de características especiais –, correspondentes aos abalos nas velhas estruturas coloniais ou dependentes, e foi a forma possível de contestação ao que elas representavam.” (SODRÉ, 1985, p. 27; PRESTES, 1993; FORJAZ, 1977).

várias unidades naquele estado. Vencendo as forças legais, paulistas e gaúchos deram início à legendária marcha que ficou conhecida como a *Coluna Prestes*<sup>21</sup>.

Considerada o maior feito da história militar do Brasil, a coluna percorreu 25 mil quilômetros do território nacional, cortando o país de sul a norte, de leste ao oeste. A coluna não só resistiu, como também derrotou os dezoito generais do Exército que foram combatê-la, o que propiciou enorme prestígio aos tenentes, em especial a Prestes, que passou a ser conhecido como o “Cavaleiro da Esperança” (VIANNA, p. 9-10).

*Em fevereiro de 1927, já terminado o quadriênio de Artur Bernardes (que governou de 1922 a 1926 sob o estado de sítio), a coluna encerrou sua marcha e exilou-se na Bolívia.*

*O mineiro Artur Bernardes foi então substituído pelo paulista Washington Luís, que governou de 1926 a 1930. Ao terminar o mandato, sua insistência em colocar outro paulista na presidência descontentou não só aqueles já insatisfeitos com o esquema eleitoral da Velha República, como também desagradou aos mineiros, que achavam ser sua vez de indicar o novo presidente. Tal situação acabou por criar forte oposição ao candidato paulista. Essa oposição, contando com o apoio dos tenentes, organizou-se na Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, como candidato à Presidência (Ibidem, p. 11-12).*

Importante salientar que este apoio dos tenentes a Vargas motivou a ruptura definitiva de Prestes com o tenentismo, sendo que os comunistas aproveitaram-se desta ruptura para justificar sua oposição à Aliança Liberal, conforme veiculação destes fatos no jornal do PCB: “A Classe Operária”, edição de agosto de 1930 (FAUSTO, 1987, p. 15).

Como refere Vianna (p. 11-12).

---

<sup>21</sup> A Coluna Prestes foi o episódio mais marcante de um movimento militar que depois ganharia o nome de Tenentismo (DRUMOND, 1987, p. 7-8).

*A adesão dos tenentes a Getúlio Vargas motivou o rompimento de todos eles com Luiz Carlos Prestes, que naquela ocasião começava a simpatizar com as ideias comunistas. O prestígio do “Cavaleiro da Esperança” era enorme, e Vargas queria seu apoio, chegando a entregar-lhe grande soma de dinheiro destinada à compra de armas para o movimento que planejava. Mas Prestes foi irredutível: em maio de 1930, lançou um manifesto em que rompia publicamente com os tenentes, com a candidatura de Vargas e elogiava o comunismo. Em outubro de 1931, depois de violentas cartas e manifestos contra os tenentes, Prestes embarcou para a ex-União Soviética onde foi trabalhar como engenheiro. Antes de partir, entregou a Harry Berger, um representante da Internacional Comunista que se encontrava em Montevideú, boa parte do dinheiro que recebera de Vargas. “O dinheiro agora ficaria para a verdadeira revolução”, declarou. Um ano antes, a revolução de outubro de 1930 havia posto um ponto-final na República Velha, levando Getúlio Vargas ao poder.*

Vamireh Chacon (1998, p. 109) faz uma análise detalhada desses fatos, referindo que a decepção dos jovens oficiais levaria a Escola Militar a ser a área mais inquieta da Primeira República, em sucessivos levantes armados, donde emergiriam os tenentistas, frisando que

*1930 repetiu, à sua maneira, 1889, com os militares, de patente superior, passando o poder a setores civis não tão impacientes nas reformas.*

**E diz ainda que**

*Utilizando agora alguns parâmetros durkheiminianos (Nuna parte de Schumpeter: “sem a proteção de algum grupo não-burguês, a burguesia é politicamente desarmada e incapaz, não só de dirigir a Nação, mas mesmo de defender seus próprios interesse de classe, o que significa praticamente que tem necessidade de um senhor”), acrescentaríamos que só a crescente complexidade da divisão do trabalho social, consequ-*

*ência da industrialização e urbanização, torna mais forte a sociedade civil – na forma de sindicatos, igrejas, partidos e outras instituições intermediárias como Tocqueville o previra de certo modo – assim logrando começar a opor-se ao Estado. Até lá tendem a predominar as Forças Armadas; dentro delas o seu setor majoritário, o Exército, e dentro dele, em círculos concêntricos, o subsetor de segurança política, detentor daquilo que Max Weber considerava o dom mais caro da burocracia, neste caso armada, o “sigilo do cargo” (Ibidem).*

Todavia, não se pode negar que os oficiais tenentistas, na medida de sua compreensão da realidade sócio-política da época, cumpriram este papel de asseguradores da ordem, após terem sido o braço armado da Aliança Liberal, até porque, como frisa Fausto (1987, p. 58), “Trata-se de um movimento substitutivo e não organizador do ‘povo’”.

Seguem daí as observações de Chacon (p. 110):

*É isto que explica, em última instância, o que Boris Fausto chama de “o impasse do tenentismo (que) não reside tanto nas limitações programáticas, na incapacidade de formular uma perspectiva autônoma, em substituição ao programa da classe dominante. Sua contradição básica resulta do fato de que era um movimento destituído de coesão interna, sem possibilidades de alcançar o poder impondo-se, de cima, ao conjunto da sociedade ao mesmo tempo em que não tinha condições para obter apoio de qualquer categoria social”.*

Esta tese é defendida também por Anita Leocádia Prestes, isto é, de que o movimento tenentista carecia de uma “base social de apoio”, ao que, “acabariam se transformando em ‘agentes de Vargas’, integrados ao novo esquema de poder, ou seja, à burocracia civil e militar que estava sendo construída naquele período”, após a ruptura com Prestes, em maio de 1930, episódio esse que consagrou a crise do movimento, que seria levado a abandonar os ideais liberais até então

defendidos em troca da adesão às concepções autoritárias, centralizadoras e corporativas em voga no início dos anos 30, momento em que a morte do liberalismo se anunciava em escala mundial.

Seja em razão de suas origens sociais, seja pela formação recebida nas academias militares e na caserna, os jovens “tenentes” careciam de uma base social autônoma. Da mesma forma que a pequena burguesia, analisada por K. Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, no Brasil, as camadas médias urbanas – cujos interesses eram representados, em certa medida, pelo tenentismo – dada a sua posição intermediária no sistema social, caracterizavam-se pela impossibilidade de assumirem uma posição independente em face dos conflitos presentes na sociedade. Mas, diferentemente do caso francês, examinado por K. Marx, não havia, no Brasil dos anos 20/30, um proletariado capaz de, numa conjuntura de crise, atrair essas camadas para suas posições políticas. Na realidade, elas não poderiam deixar de ser caudatárias das oligarquias ou, em momentos de crise, das dissidências oligárquicas (PRESTES, 2001, p. 80).

### 1.5. A Revolução de 30

Sem a pretensão de aprofundamento no contexto de 1930, é importante frisar que ele marca o início de uma década que transformou a realidade brasileira. Tais transformações já vinham se desenrolando há quase uma década, fosse no campo político, com o chamado *tenentismo*, em vista do descontentamento social contra o sistema oligárquico que dominava a política brasileira, fosse no econômico, através de alterações que se processaram em nível mundial, afetando a economia brasileira de caráter exportador, na razão direta dos reflexos com a crise de 29, devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocasionando a queda no preço do café, com prejuízos na venda do principal produto da balança comercial brasileira,

prejudicando os cafeicultores, além de abalar as estruturas da República Velha.

No ano de 1929, o intendente de Passo Fundo, Dr. Nicolau Vergueiro, fundou o Comitê popular pró-Getúlio Vargas, promovendo manifestações cívicas em redor da Praça Marechal Floriano, com a realização de um grande comício, do qual vários oradores se revezaram na tribuna. Em 16 de novembro daquele ano, chegava em Passo Fundo, oriundo de Cruz Alta, o Dr. Oswaldo Aranha, que foi recebido em frente à intendência, onde foi saudado pelo Dr. Vergueiro. Desde então, o Dr. Vergueiro foi, em razão do prestígio que detinha nas hostes políticas locais e regionais, o timoneiro absoluto da campanha, aliando republicanos e libertadores (antigos federalistas e dissidentes republicanos) (GEHM, p. 128).

Fatos a serem destacados no período são as prisões ocorridas na cidade, destacando-se a do Coronel Estevão Leitão de Carvalho, então comandante do 8º Regimento de Infantaria, por não aderir ao movimento revolucionário, sendo conduzido até Porto Alegre por uma escolta de conceituados cidadãos passo-fundenses, como o Dr. João Junqueira da Rocha, advogado, e o Sr. Ivo José Ferreira, presidente do Conselho Municipal. Destaque aqui para o Dr. João Junqueira que em 1935 seria o Presidente do Diretório Municipal da Aliança Nacional Libertadora de Passo Fundo e, por conta disso, preso e remetido a Porto Alegre no final daquele ano. Mas, sem dúvida, a prisão que marcou este período foi a do General Candido Mariano Rondon, também por sua negativa em aderir ao movimento. Rondon estava de passagem por estas plagas, em missão pacífica de delimitação das divisas entre o Brasil e o Uruguai. Também foi conduzido a Porto Alegre por cidadãos, dentre os quais o Dr. Victor Graeff, advogado, que em 1945 se elegeria deputado estadual pela UDN (GEHM, p. 135).

A Revolução de 1930 agitou o cenário nacional e o regional, sendo que em relação a Passo Fundo, houve o envio de tropas chefiadas pelos coronéis Quim César e Edmundo Oliveira e pelo General João Rodrigues Menna Barreto. Seguindo essas



Revolução de 30 . Nas fotos, Eduardo Barreiro possivelmente na Ponte de Marcelino Ramos e imediações, guarnecendo a fronteira com Santa Catarina. Depois, de terno e gravata, já em São Paulo.

Arquivo Tania Barreiro

tropas ia o *trem da Revolução*, que passou por Passo Fundo em 14 de outubro de 1930, levando consigo o então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, além de outras figuras da política sul-riograndense, destacando-se Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Simões Lopes, Maurício Cardoso e Maciel Junior (MEDEIROS, 1998, p. 103-104).

O deslinde do movimento revolucionário teve seu ápice com a deposição do presidente Washington Luiz e a instalação de uma junta provisória de governo, que logo repassou-o ao candidato derrotado nas eleições presidenciais. Desse modo, em 3 de novembro de 1930, Getúlio tomava posse da chefia do Governo Provisório. Em Passo Fundo, mesmo antes da posse de Getúlio, a certeza deste ato já era motivo de júbilo,

conforme dava conta a edição do jornal *O Nacional*, de 29 de outubro daquele ano, referindo que o “povo delira e saiu para as ruas vivendo a revolução, subindo ao ar centenas de foguetes.” A leitura da notícia deixa claro que a cidade aguardava ansiosa pelo desfecho vitorioso do movimento, sendo seus combatentes recebidos como heróis revolucionários. A cidade vivia a intensidade da política, com forte movimentação dos principais partidos do município, o PRR e o PRL (Ibidem).

No que se refere ao quadro partidário da época, importa ressaltar a velha aspiração dos opositores de Passo Fundo na constituição de um partido nacional e democrático, que buscasse a regeneração dos costumes nacionais, fato este que propiciou a assinatura de um manifesto subscrito pelos remanescentes do federalismo e dissidentes republicanos, agregados na Aliança Libertadora de Passo Fundo<sup>22</sup>, cujo diretório deveria organizar-se em comício a ser realizado na chácara do Sr. Amador César Sobrinho, irmão do coronel Quim César. Assinavam o manifesto, dentre outros, o general João Rodrigues Menna Barreto, o coronel Pedro Lopes de Oliveira e o Sr. Eduardo Barreiro, que, mais além, nos anos de 1935-45, seria integrante do Diretório local da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista do Brasil (PCB). A aspiração pela democracia ainda faria com que no ano de 1931 circulasse em Passo Fundo a possibilidade de criação de um partido de feições “mais agressivas”, no que tange a dicotomia capital e trabalho. Assim é que o Partido Populista Radical (PPR)<sup>23</sup>, em boletim de 1º de maio de 1931, proclamava

---

<sup>22</sup> Em 3 de março de 1928, a Aliança Libertadora transformou-se em Partido Libertador, fundindo definitivamente os federalistas e os dissidentes republicanos.

<sup>23</sup> Este partido, ao que se tem notícia em Passo Fundo, teve duração efêmera, não obstante sua composição através de médicos, advogados, industrialistas, militares e alguns operários locais, sendo sua *base programática* de cunho reformista. Também não foi possível identificar o nome dos componentes partidários. O historiador João Bastista Marçal, em sua obra: *Notas para uma história operária de Passo Fundo*, Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 19, também aponta para o fato da existência fugaz desse partido, que nasceu e morreu sem deixar vestígios. Todavia, o historiador Alessandro Batistella, natural de Loanda-PR, radica-

“o fracasso das fórmulas governamentais da atualidade brasileira subordinada ao imperialismo nacional e estrangeiro que se funda na exploração desumana dos trabalhadores pelos capitalistas” (CARONE, 1991, p. 93).

Como já frisado, o objetivo aqui, ainda que muito superficial, é situar o que foi a revolução de 30, não só nas opiniões sobre aquele movimento e a relação entre as forças sociais e as disputas de projetos inseridas no processo, como principalmente a postura dos comunistas. A análise de fundo, com respeito às questões de concepções teórico-ideológicas, reservamos para o próximo item deste capítulo.

Cumpramos observar, ainda, sem maior aprofundamento de mérito, que naquela conjuntura – revolução de 30 –, o marxismo poderia compor-se com o positivismo, enquanto a questão social fosse a prioridade, e com os liberais, quando a democracia e os direitos liberais fossem os temas propostos. Mas, para a formação de um bloco histórico assim constituído, com uma determinação material que desse passagem às forças sociais interessadas no avanço da democracia, e uma alternativa nacional-popular para o desenvolvimento da economia e da cultura, faziam-se mister amplas e móveis alianças sociais.

Entretanto, neste contexto, se por um lado a fundação do Partido Comunista do Brasil significou um enorme salto de qualidade da classe operária, no sentido da sua transformação de *classe em si* em *classe para si*, por outro lado, padeceu de grandes debilidades, das quais pode se destacar o fato de seu surgimento em período de refluxo do movimento operário e de repressão governamental, assim como pelo grande desconhecimento da teoria marxista em nosso país, seja na classe operária, seja na intelectualidade progressista.

---

do em Passo Fundo, em sua obra: *Movimento operário em Passo Fundo-RS (1920-1964)*, Passo Fundo: Méritos, 2008, p. 72, relata que, por ocasião da publicação do manifesto de fundação do Partido Populista Radical, “de caráter nitidamente comunista”, foram presos, no dia 02 de maio de 1931, o advogado João Junqueira da Costa e João Cony, elementos que estarão ligados, logo adiante, na organização do PCB em Passo Fundo.

A preservação da autonomia política e cultural do marxismo e dos comunistas na disputa pela hegemonia só poderia ocorrer com a difusão do senso crítico, não somente em relação à ordem vigente, mas também em relação aos aliados. Como o marxismo brasileiro, por carência de base material e mais uma longa série de motivos políticos, não conseguiu se emancipar do invólucro positivista e da tradição cultural do movimento operário, das próprias camadas médias e da educação militar, os comunistas tomaram assento como agentes subalternos no processo de revolução burguesa no Brasil, ainda que exercendo alguma pressão condicionante sobre as opções da modernidade capitalista em construção (DEL ROIO, 2002, p. 13).

Portanto, o sectarismo e a espera da *terceira revolta* impediram que o PCB participasse do movimento de 1930, visto como mero acerto de contas entre facções oligárquico-burguesas e expressão da luta entre os imperialismos britânico e norte-americano.

O Partido não compreende então o processo político em curso de um movimento, ainda um tanto confuso, por transformações democrático-burguesas. Considera que o proletariado nada tem a ver com os fatos em desenvolvimento no país. Adota posições sectárias e se alheia da situação real. Aplicando mecanicamente as teses da Internacional Comunista, defende a criação de um governo apoiado em soviets de operários e camponeses. Desta forma, o Partido se afasta da realidade concreta, não consegue ligação com as grandes massas nem ter qualquer espécie de projeção nacional, sendo somente um *pequeno grupo com atividade bastante reduzida*.

Depois da revolução liberal de 1930, o esforço de aproximação com o tenentismo – ou com o que de mais autêntico restou dele – se aprofundou, culminando com a filiação de Prestes ao Partido, para o qual ele trouxe seu enorme carisma e popularidade, mas também os métodos conspiratórios próprios da formação dos tenentes (RUY, p. 24-25).

Na abordagem de Thomas Skidmore (1982, p. 29), o “Partido Comunista desdenhou a revolução, chamando-a de luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos do Exército”.

Em que pese a semelhança da Revolução de 30 com os outros movimentos políticos ocorridos até então, patrocinados pelas elites – sem alteração da estrutura social e política –, havia dois fatores que distinguiam os acontecimentos de 1930 de todas as lutas anteriores pelo poder na história republicana, como ainda indica Skidmore (p. 26):

*Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. A magnitude desse descontentamento com o sistema vigente e a natureza exata dos remédios propostos variavam enormemente numa coalizão de malhas frouxas contra a liderança situacionista da República Velha. Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo e reorganização nacional, em larga escala. O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo.*

Foi somente depois do III Congresso do PCB, realizado no início de 1929, que uma teoria da revolução brasileira<sup>24</sup> ficou razoavelmente delineada, por obra, principalmente, de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão (DEL ROIO, 2003, p. 283).

*Uma das questões nodais mais importantes a que os comunistas tiveram que se ater, nesses oitenta anos, diz respeito à política de alianças e à definição do inimigo principal. A lúcida formulação de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, de fins dos anos 1920, capaz de manejar com as mediações, mas com dificuldades no trato da questão agrária, foi substituída no crítico momento da queda do Estado Liberal por outra mais objetiva, mas que deixou de lado as mediações. A intervenção da Internacional Comunista nos assuntos do PCB, no momento da configuração do regime stalinista na URSS, estreitou os laços do comunismo brasileiro com as instâncias centrais do movimento em Moscou (Ibidem, p. 285).*

Na razão direta desse posicionamento, passou a predominar no partido a concepção de que a aliança operário-camponesa deveria ser o propulsor da revolução-democrática, na perspectiva de derrotar o bloco feudal-burguês guarnecido pelo imperialismo, sendo que, pela leitura da Internacional Comunista (IC), o Brasil era tido como a “China do Ocidente”, cuja estratégia de luta revolucionária passaria pelo consórcio da guerrilha rural (da qual a Coluna Prestes seria precursoro-

---

<sup>24</sup> O desenho estratégico era calcado na aliança da classe operária, ainda em fase de organização, com as camadas médias urbanas representadas parcialmente na juventude militar rebelada. As divisões nas e entre as oligarquias regionais criavam as condições para o fim do regime e para o avanço da burguesia industrial, bem como da classe operária e do próprio campesinato. Com isso, também a luta pela autonomia nacional diante da compressão imperialista ver-se-ia fortalecida. De fato, o PCB empenhava-se em realizar uma revolução democrática que desenvolvesse as forças produtivas do capital, inclusive a classe operária. Para isso seria necessário, antes de tudo, a derrubada do Estado oligárquico e a instauração de um Estado democrático pequeno-burguês (análogo ao que Enngels propugnava para a Itália de fins do século XIX, ou que Bukharin defendia para a China daqueles dias, isto é, cujo predomínio caberia à pequena produção mercantil) (DEL ROIO, 2003, p. 283).

ra) ao movimento operário e popular urbano em oposição ao conjunto das classes dominantes ligadas ao imperialismo.

Consequência desta postura foi o banimento dos intelectuais das hostes partidárias, bem como a não participação no movimento revolucionário de trinta, ao que, sobressaiu um quadro contextual onde o “campesinato foi deixado sob o tacão do latifúndio e a classe operária acabou sendo reprimida e incorporada ao Estado pelo instrumento do corporativismo, sendo seus direitos e ações reguladas por uma legislação específica” (DEL ROIO, p. 284).

## 1.6. *Intelectuais orgânicos*

No interregno, fuge ao objetivo deste estudo analisar as influências e contrainfluências das Revoluções de 1922, 1924 e 1926, bem como a influência do movimento tenentista nas hostes comunistas. As análises existentes são por demais abundantes e tratam mais da questão historiográfica, propriamente falando, do que de questões relacionadas às concepções que permearam a atuação dos comunistas em tais acontecimentos. Também não se analisará a participação de Prestes nestes episódios – sendo o mais marcante deles, em nossa opinião, a sua recusa em dirigir a revolução de 30<sup>25</sup> –, vez que sua efetiva inserção ao PCB ocorre em 1934, e cujos desdobramentos desta inserção analisaremos no Capítulo II. O que pretendemos, ainda que sem esgotar o tema, é fazer uma análise crítica das posturas metodológicas e ideológicas construídas pelo PCB no período em apreço, tentando demonstrar que a carência de uma formação marxista mais sólida, e das influências – aqui vitais – que o Movimento Comunista

---

<sup>25</sup> Como aponta Juremir Machado da Silva, em sua obra: *1930: águas da revolução*, 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 90: “Em manifesto de 29 de maio de 1930. Luiz Carlos Prestes, que recusara o comando militar da revolução depois de muitas conversas e viagens clandestinas para encontrar Osvaldo Aranha na sua chácara do bairro Tristeza, em Porto Alegre, detona a Aliança Liberal e a revolução dos oligarcas”.

Internacional irrompeu na construção de um marxismo genuinamente brasileiro.

Este tópico se reveste de maior importância em relação aos demais até aqui dispostos – e que tem um sentido mais narrativo – por conta da análise que buscaremos empreender à luz de um profundo e profícuo estudo debruçado sobre o tema realizado especialmente por João Quartim de Moraes, Marcos Del Roio e Michel Záidan, no que se refere à formação e deformação das concepções marxistas alinhadas à realidade brasileira.

A originalidade não está, como referido, no aprofundamento do estudo e, sim, na sua sistematização analítica de forma a permitir a compactação do material até aqui acumulado.

Seguindo os postulados gramscianos, entendemos que os intelectuais não compõem uma classe, mas toda classe tem seus intelectuais. No processo de desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil a classe operária forjou seus intelectuais na luta externa, contra o jugo do capitalismo em ascensão, e internamente, na luta contra as concepções anarquistas que refutavam a ideia de organização como forma de aglutinação do proletariado na luta pelo poder. Dentre todos estes, no período que encerra um ciclo do comunismo brasileiro no ápice revolucionário de 1930, destacam-se, por sua militância e contribuição teórica, Astrojildo Pereira e Otávio Brandão. Mesmo que manejando rudemente o marxismo, eles elaboraram uma estratégia de participação da classe operária nos desdobramentos cronológicos da era de 30, estratégia esta que acabou sendo abortada pela influência do stalinismo no incipiente leninismo que se fazia penetrar nas fileiras do PCB. Aqui apenas a inserção de breves parênteses para acrescentar que a cisão do PCB, ocorrida em 1962, resultou na manutenção da sigla PCB (então com a denominação de Partido Comunista Brasileiro), ao passo que a outra vertente desta cisão, o PC do B (com a denominação originária de 1922, Partido Comunista do Brasil), propiciaram, no ano de 1992, novos rumos para o comunismo brasileiro. O PCB transformou-se em PPS (Partido

Popular Socialista), de cunho social-democrata, ao passo que o PC do B, afirmando sua condição marxista-leninista, refutou a retórica dos modelos pré-concebidos de socialismo por ocasião da realização de seu 8º Congresso, ocorrido em Brasília-DF. O lapso de 1930 a 1992 representa, em nosso modo de entender, o período de amadurecimento teórico do PCB – agora PC do B –, onde a permanência do dogmatismo staliniano amordaçou e estagnou a perspectiva do socialismo em nível mundial e a possibilidade de um marxismo com conotações brasileiras.

A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu num momento de refluxo do movimento operário orientado pelo marxismo refundado aliado a sério revés da luta operária de inspiração anarquista, crise ideológica e coerção estatal. Em nível internacional, ficou configurado o isolamento da Rússia, tendo esta que organizar-se como Estado, implementado a Nova Política Econômica (NEP)<sup>26</sup>, motivada pelo contra-ataque do capital, fato que propiciou a sobreposição da cisão do movimento operário. No Brasil, o marxismo e o Partido Comunista, para assumir forma, foram obrigados a enfrentar essas questões, sendo o nascimento do PCB motivado na necessidade de provisão do movimento operário de um novo instrumento que pudesse fazer frente à ofensiva do capital e ao Estado liberal em crise. Nessa medida, para constituir-se em força legitimada a construir a frente única

---

<sup>26</sup> Em março de 1921, Lenin lançou a Nova Política Econômica (NEP), com o objetivo de aumentar a produção industrial e agrícola e atraiu capitais e técnicos estrangeiros. Pela NEP, os investimentos passaram a ser dirigidos aos setores fundamentais da economia (energia e matérias-primas básicas): comerciantes e agricultores foram organizados em cooperativas; foi abolida a necessidade de entregar a produção agrícola ao Estado. As empresas com menos de vinte trabalhadores voltaram às mãos particulares; hierarquizaram-se salários; as fábricas estatais foram reunidas em trustes, com obrigação de investir os lucros. Do ponto de vista econômico, a NEP foi um sucesso. Fez crescer a produção agrícola e industrial e impulsionou o comércio. Os preços agrícolas caíram, enquanto o Estado mantinha altos os preços industriais para aumentar a capacidade de investimento na indústria. Os camponeses tinham de reservar parte da colheita para comprar produtos manufaturados. Os empresários se beneficiaram com a nova situação; havia também corrupção. Embora isso contrariasse o caráter socialista da revolução, Lênin manteve essa política para garantir o abastecimento.

proletária era preciso a credibilidade que era representada pelo acoplamento a um movimento de caráter universalizante, tal qual o representado pela Revolução Russa e pela IC (DEL ROIO, 2002, p. 25).

*O instrumental teórico dos marxistas brasileiros, que alimentava a polêmica na liderança operária, continuava sendo aquele transmitido pela orientação política da IC, em língua castelhana ou francesa. Somente em 1923, por iniciativa de Otávio Brandão, foi traduzido para o português o Manifesto Comunista de Marx e Engels. Também escreveu, um pouco antes, demarcando sua ruptura com o anarquismo e a adesão ao marxismo, o livro “Rússia proletária”, tendo-se dedicado ainda a escrever folhetos de educação política. Poucos foram os intelectuais a aderir ao PCB neste primeiros anos, o que reforça o caráter de partido emerso do mundo do trabalho urbano, de modo que a elaboração teórico-política ficou quase que integralmente a cargo de Otávio Brandão e Astrojildo Pereira. Indício também das dificuldades de assimilação do marxismo à realidade brasileira e da relutância da intelectualidade – firmemente ancorada à perspectiva de desigualdade étnica e social – em reconhecer a possível autonomia das massas na construção do devir histórico (Ibidem, p. 27).*

Por sua vez, João Quartim de Moraes (1991, p. 72) menciona que:

- 1. enquanto corrente política, o comunismo precedeu o marxismo em nosso país, ou mais exatamente, já que ambos, embora estejam longe de se confundir, são inseparáveis, o marxismo penetrou na luta política por meio do comunismo;*
- 2. a inexistência no Brasil de uma corrente marxista pré-comunista (vinculada à Segunda Internacional socialdemocrata) poupou ao movimento operário e em geral à esquerda brasileira a sempre traumática ruptura entre “verdadeiros” e “falsos” marxistas, com sua inevitável seqüela de ressentimentos, de intolerância recíproca: a “luta ideoló-*

*gica” que acompanhou o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) foi muito mais objetiva e civilizada do que seriam, em décadas posteriores, as que suscitaram os numerosos “rachas” que dividiram num fatal processo de fragmentação o movimento comunista brasileiro.*

Nesta conjuntura, o marxismo em nosso país é absorvido sob a espécie de leninismo que teve seu mérito da refundação revolucionária do comunismo pelos bolcheviques, cujo imenso impacto deveu-se ao triunfo da Revolução Russa. Aqui a constatação historicamente justa de que a esquerda e o movimento operário brasileiro chegaram ao marxismo através do leninismo – passando antes pelo anarquismo -, sem que se olvide o fato de que também nos países europeus onde o movimento socialista estava profundamente entranhado na cultura operária, o impacto do bolchevismo conduziu à refundação revolucionária do marxismo à luz das ideias de Lênin. A diferença, na verdade, está em que enquanto nestes países o marxismo se refundava, em países como o Brasil ele se fundava (MORAES, 1995, p. 48).

*[...] a demora na recepção dos escritos de Marx deveu-se, entre nós, ao predomínio do positivismo nos meios intelectuais progressistas e ao anarquismo no movimento operário. O entusiasmo suscitado pelo triunfo do bolchevismo estendeu-se ao marxismo, fundamento teórico explícito da ação revolucionária de Lênin e de seus companheiros. Do anarquismo operário e do positivismo intelectual os mais entusiastas e determinados passaram ao comunismo.*

*Exatamente por ser entusiasta a descoberta do comunismo e através dele, do marxismo, se fez às pressas, movida pela ânsia de reproduzir aqui o cenário exaltante da Revolução de Outubro. No plano intelectual, a preocupação maior era a defesa e ilustração da epopeia dos comunistas russos. Assumiu-a com notável talento polêmico Astrojildo Pereira logo secundado por outros jovens intelectuais, militantes do movimento operário. Dentre os positivistas, a primeira adesão foi a*

*do professor Leônidas de Resende [...]. Mais tarde viriam outros, o mais célebre dos quais seria Luís Carlos Prestes (Ibidem, p. 56).*

Se Lênin era marxista, Stálin foi *stalinista*, ou seja, utilizou-se dos postulados marxistas-leninistas para impor sua vontade<sup>27</sup>, amordaçando a possibilidade de um desenvolvimento da doutrina marxiana dentro de seus reais e efetivos postulados. A bem da verdade, o primeiro a utilizar-se do termo marxismo-leninismo foi Otávio Brandão em sua obra *Agrarismo e industrialismo*, publicado entre 1924-1925, antecipando-se a Deborin e Stálin neste sentido.<sup>28</sup> “Para além das rupturas e heranças carregadas por Otávio Brandão, temos esse comunista antecipando a expressão ‘marxismo-leninismo’, criada em 1928 na União Soviética e incorporada ao léxico marxista por Stálin no final dos anos 30” (SILVA, 2000, p. 134). Por outro lado, se Otávio Brandão convergiu em alguns de seus postulados a uma proximidade com Stálin, isso não significa dizer que Brandão era ou foi stalinista, haja vista que sua visão da revolução brasileira diferia das condições analisadas pela IC naquela conjuntura, isto é, no período de sua bolchevização, eis que o processo de sua stalinização ocorreu na década de 30. Esta bolchevização não estava dissociada do efeito stalinista, assim pensamos. Aliás, ela é efeito do stalinismo, mesmo que num processo de afirmação de Stálin no poder soviético. Segundo Anderson (2004, p. 42), “o

---

<sup>27</sup> “Todo o problema está não em ter o poder político, mas em saber dirigir”, tinha dito Lênin; “tudo consiste em conservar o poder, em consolidá-lo em torná-lo invencível”, transcreve Stálin nos princípios do leninismo. Uma política nutrida da teoria, como a de Lênin, é substituída por uma teoria pensada e modelada como instrumento de uma política: uma política na qual, segundo os cânones da lógica decisionista, a verdade torna-se subproduto e acessório da autoridade (Gerratana, 1987, p. 252-253).

<sup>28</sup> “O pioneirismo intelectual de Brandão não se limitou, portanto, à aplicação do marxismo-leninismo na interpretação do Brasil: abrangeu a própria caracterização da doutrina por meio da qual o interpretou. Reforça-se assim a hipótese de haver sido espontânea sua convergência ao marxismo de Stálin, ou, para ser mais exato, com a evolução doutrinária do marxismo sob a ditadura staliniana, já que o próprio Stálin relutou em utilizar a fórmula lançada na URSS por Deborin. Só no final dos anos 30 empregou-a em artigo que redigiu para a *História do Partido Comunista da União Soviética*” (MORAES, 1991, p. 79).

pensamento político leninista foi esterelizado pelo stalinismo da Terceira Internacional, que progressivamente subordinou as políticas dos partidos que a constituíam aos objetivos da política externa da URSS”.

Salvadori (1986, p. 323), ao tecer sua “crítica marxista ao satalinismo”, faz referências à obra de Vitor Serge – *Destino de uma revolução. URSS 1917-1936* –, militante comunista contemporâneo de Trotski, Lênin e Stálin, aduzindo que sua produção intelectual até hoje é bastante negligenciada pelos “operadores do marxismo”. Para ele, Serge e Trotski têm análises semelhantes no tocante à burocracia staliniana que destruiu a obra de Lênin, em que pese não haver modificado o caráter da base socialista, devido à nacionalização dos meios de produção e introdução do planejamento econômico. Todavia, Serge, ao contrário de Trotski, cria ser plenamente possível que a burocracia se utilizasse da nacionalização como forma de um tipo peculiar de exploração. Segundo Serge, ainda analisa Salvadori (p. 325):

*A URSS lhe parecia agora definitivamente conquistada, em sua natureza, por um totalitarismo que nada tinha a ver com o socialismo e tinha muito em comum com o totalitarismo fascista. Mesmo continuando a defender Lênin e Trotski no plano subjetivo (“eles tinham boa fé”), indicou agora os germes do stalinismo já nos anos do poder deles, quando, “fundada a Tcheka<sup>29</sup>”, tinham dado vida a “uma autêntica inquisição”, e, “estatizando os sindicatos e as cooperativas”, tinham “desarmado as massas” e “aberto caminho ao totalitarismo”: um totalitarismo que tinha triunfado com Stalin no fim dos anos 20, e*

---

<sup>29</sup> Lênin pretendia reerguer a produção russa. Porém, suas medidas foram retardadas pelas hostilidades externas e por frequentes sublevações internas, contrárias ao novo poder. Antigos oficiais czaristas, cossacos e prisioneiros russos do exército austriaco constituíram o exército contra-revolucionário, chamado Exército Branco. Seguiram-se batalhas travadas entre brancos e vermelhos. Em agosto de 1918, Lênin foi gravemente ferido num atentado e os comunistas reagiram com a adoção de uma política de terror, com fuzilamento de reféns, julgamentos sumários e execução de suspeitos. Para reprimir as manifestações de resistência, foi criada uma polícia secreta, a Tcheka, que mais tarde se transformaria na KGB.

*que de nenhum modo podia ser considerado, segundo as categorias de Trotski, como um “Estado Operário”, ainda que degenerado.*

Um marxismo determinista não existiu em Lênin, mas um leninismo determinista existiu em Stálin, forjado na luta deste contra seus adversários, dentre eles Trotski, vez que reduziu a teoria a uma técnica de análise de situações e conjunturas, fazendo dela mero instrumento para a afirmação de suas convicções.

Assevera Quartim de Moraes (1991, p. 55) que:

*[...] Stálin utilizou o corpus comunista, formado pela osmose do marxismo e do leninismo, com extrema eficácia, não somente durante os anos da luta pelo poder na cúpula do partido bolchevista (1924-29), mas também ao longo dos anos 30 e durante a Segunda Guerra. No que se refere aos anos 20, nem Trotski, nem Kamenev, nem Zinoviev nem Bukharin careciam de qualidades intelectuais e políticas para assumir a direção da República dos Sovietes. Se Stálin conseguiu sobrepujá-los, aliando-se com Kamenev e Zinoviev contra Trotski, a Bukharin contra Trotski, até enfrentar juntos, Bukharin, Zinoviev e Kamenev e, vencendo-os, erigir-se em ditador da URSS, não há de ter sido apenas, como sugerem os que o escondem como o Diabo, por um manobristo rasteiramente maquiaveliano. Em todos esses embates ele foi taticamente mais consistente e politicamente mais consequente do que seus adversários: compreendeu antes e melhor que eles por onde passavam as linhas de força de cada situação concreta e (muito mais maquiaveliano do que marxista) apressou-se, em cada uma delas, a fazer de uma só vez todo o mal necessário para assegurar seu próprio triunfo. Essa mesma superioridade tático-estratégica ficou evidenciada, em terreno aberto (e não apenas nos bastidores do poder), na condução do Exército Vermelho e do povo soviético contra as hordas hitlerianas.*

O constatado por Quartim de Moraes é evidenciado em alguns fatos daquela época, dentre os quais os mais importantes

talvez sejam o isolamento da URSS e a consequente discussão da possibilidade do “socialismo num só país”. Se, entre 1924 e 1928, a maioria do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) ficou com Stálin e contra Trotski, não foi somente em razão do controle burocrático exercido sobre o Estado e o partido, por parte daquele, mas sobretudo na razão lógica de que a perspectiva de construir o socialismo era muito mais mobilizadora do que a espera ansiosa de que se verificasse a “revolução permanente”<sup>30</sup>, anunciada por Trotski.<sup>31</sup> Aqui, Stálin contava com a colaboração de Bukharin, o principal teórico do “socialismo num só país”. E Stálin e Bukharin tiveram historicamente razão contra Trotski em pelos menos duas questões decisivas: o poder político oriundo da Revolução Russa foi mantido sem o apoio governamental dos Estado proletários e contra o assalto frontal das hordas nazi-fascistas, quando o Estado operário soviético mostrou-se militar e patrioticamente muito mais valoroso do que os Estados democrático-burgueses que desabaram diante da agressão hitleriana. Ao serem desmentidas pelos fatos, as previsões derrotistas de Trotski só vieram a reforçar o prestígio e a autoridade de Stálin dentro

---

<sup>30</sup> A revolução permanente era defendida por Trotski, na perspectiva de que o proletariado russo enviasse esforços na eclosão da revolução socialista em nível mundial e não só na URSS.

<sup>31</sup> Posteriormente, no início da Segunda Guerra Mundial, Trotski condenou o conflito internacional como sendo simplesmente uma repetição da luta interimperialista da Primeira, na qual a classe operária não deveria optar por nenhum dos lados – apesar do caráter fascista de um e do caráter democrático-burguês do outro. Essa posição foi justificada mediante a afirmação de que, na década de 1930, o mundo imperialista estava se deteriorando e caminhando para o desastre econômico e, portanto, a distinção entre as duas formas de Estado capitalista deixaria de ter importância prática para a classe operária. Os erros dessa evolução teórica são evidentes. Os primeiros escritos de Trotski sobre a Alemanha são a melhor refutação de seus escritos posteriores sobre a guerra. Evidentemente, a partir do momento em que a URSS foi atacada pela Alemanha, Trotski mudou de posição. Trotski foi o primeiro marxista a desenvolver uma teoria da burocratização de um Estado operário. Sua análise da URSS da década de 1930 continua sendo uma obra magistral, por qualquer padrão que se julgue. Trotski, dentre outras posturas, não obstante considerar a URSS como sendo um Estado operário, defendia a necessidade de uma “revolução política” para restaurar a democracia proletária onde ela tinha sido abolida por uma casta usurpadora de funcionários (ANDERSON, 2004, p. 137-138).

e fora a URSS.<sup>32</sup> Todavia, Trotski viu muito bem o fundo do problema, qual seja, os limites desta construção, freidores das forças produtivas, mesmo em relação ao capitalismo. O horizonte utópico do comunismo só tem significado em escala planetária. Trotski tem seu mérito no apego a esta exigência. No entanto, mostrou-se limitado na perspectiva de transformá-la em linha revolucionária, como confirma irrefutavelmente a loquaz esterelidade política do trotskismo. O colapso do “socialismo real” comprovou que o socialismo só se realizará em escala planetária (MORAES, 1991, p. 69).

Parênteses para referir que a autocrítica aos postulados stalinianos só será feita pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1992, no documento intitulado *Informe político ao VIII Congresso*<sup>33</sup>, sob o item *A direção de Stálin*. É dito:

*Stálin, como principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS. Não foi ele quem deixou cair a bandeira revolucionária. Enquanto dirigiu o Partido e o Estado os ideais da Revolução de 1917 sempre estiveram em lugar de destaque.*

*Mas, Stálin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à*

---

<sup>32</sup> Só quando se chegou ao ponto máximo dos choques entre os blocos liderados por Stálin e Bukhárin, de um lado, e por Trotski, Zinoviev e Kamenev, de outro, é que as expulsões do partido se afirmaram como norma corrente. Foi neste processo que o regime interno degenerou: os debates de ideias ocuparam um espaço cada vez mais reduzido e negligenciável, tornou-se impossível a crítica séria, de baixo para cima, da linha adotada, a hegemonia russa transformou-se em imposição ditatorial. Toda a Internacional se gabava de seu monolitismo, mas este era só de fachada. O que desapareceu foram os momentos positivos da democracia: a discussão aberta, a crítica, as eleições não-formais. De fato, as lutas de grupo e de pessoas passaram para os bastidores (HÁJEK, 1985, p. 210).

<sup>33</sup> Neste documento o PC do B reafirma sua opção marxista-leninista em plena crise das experiências socialistas do Leste europeu.

*sua personalidade que conduzia à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda.*

*Criou a fetiche da direção que tudo sabe e tudo resolve, direção que se reduzia ao Birô Político e, dentro do Birô, a ele próprio.*

*[...] com a burocratização do aparelho estatal e a excessiva centralização da atividade dirigente do Partido, Stálin concorreu para uma superposição do Partido ao Estado de tal modo que anulava, em boa parte, a atuação independente do Estado e de suas instituições.*

*Conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime.*

*Stálin não esteve à altura da generalização da prática revolucionária. E por isso caiu, em certa medida, no subjetivismo, no empirismo, que se manifestaram na orientação do Partido. Em tais circunstâncias, a teoria revolucionária estagnou.<sup>34</sup>*

A autocrítica, em nossa opinião, apesar de justa, está temporalmente desfocada. A degenerescência do marxismo por Stálin data lá dos anos 20. Daí por diante sua influência dará o rumo e a submissão dos movimentos comunistas mundiais. Os que nessa cartilha não professaram sua fé acabaram por ser proscritos ou eliminados, fosse na URSS, fosse fora dela.

### 1.6.1. O obreirismo

Os atores que se formavam nas fissuras cada vez maiores da dominação oligárquica, no decorrer dos anos 20, configuravam-se em torno de alguma concepção revolucionária. Também setores da oligarquia agrária interessados na formação de um mercado interno e de um Estado nacional mais sólido procuraram atualizar o ideário positivista, aí possibilitando a convergência com setores da esquerda militar. Neste panorama, segundo Del Roio (2000, p. 73),

---

<sup>34</sup> *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 438-441.

*O movimento da juventude militar rebelada contra as mazelas das oligarquias, na sua nebulosa postura programática, ia ao encontro da reivindicação de diversificados setores sociais que esperavam uma reordenação do Estado e da vida social em sentido liberal-democrático e, portanto, antioligárquico.*

*[...] A incontornável crise de acumulação do capital mercantil e das alianças sociais que davam sustentação à dominação oligárquica, assim como a emergência de novos atores na arena política, sugeriam de maneira indelével a proximidade da revolução [...] embora reste pouca dúvida de que a questão decisiva era o desenvolvimento das forças produtivas do capital, ou seja, a industrialização e a formação de um moderno Estado nacional capaz de sobreviver à enorme turbulência do cenário internacional.*

É dentro dessa realidade que o incipiente marxismo se erguia no Brasil, sendo que a concepção teórica de Brandão<sup>35</sup> advogava a mais ampla frente política, envolvendo todas as forças de oposição ao regime oligárquico visando à derrocada do partido republicano e do Estado agrário, ao que, nesta fase, seria desejável uma aliança de cunho orgânico e ideológico, até certo ponto, com os revoltosos pequeno-burgueses, concentrando o combate ao imperialismo, à grande burguesia e aos restos feudais. Como ainda aponta Del Roio (p. 73),

*Astrojildo Pereira e Octávio Brandão encarregaram-se de entabular o esforço de formulação teórica a fim de inserir o movimento operário como sujeito sociopolítico autônomo no processo de desagregação da dominação*

---

<sup>35</sup> [...] No Brasil, de 1924 a 1928, Astrojildo e Octávio Brandão formularam um lúcido e concreto programa antioligárquico centrado na aliança da classe operária com a pequena-burguesia revolucionária, mobilizada desde 1922 sob a bandeira tenentista. E se é verdade que foram politicamente atropelados pela intervenção do secretariado Sul-Americano (SSA) do Komintern, em 1929, também é incontestável que o apoio a essa intervenção por parte dos militantes do próprio Partido Comunista do Brasil (PCB), alguns motivados principalmente por sectária hostilidade à aliança com Prestes e o tenentismo revolucionário, outros por um purismo obreirista igualmente sectário, constituiu fator decisivo para sua eficácia (MORAES, p. 67-68 apud FIGUEIREDO, 2004, p. 614).

*oligárquica. Os elementos condicionantes dessa formulação teórica são a restrição das preocupações da tradição cultural anarquista no Brasil ao mundo do trabalho urbano, a formação cientificista e o acoplamento ao pensamento positivista. Este último aspecto ficou realçado com a aliança formada no jornal “A Nação” com o conhecido professor Leônidas de Rezende, assim como a proposta de aproximação com “os revoltosos pequeno-burgueses”, em parte também de formação positivista.*

É dentro desta perspectiva que, em dezembro de 1927, em nome do PCB, Astrojildo Pereira foi ao encontro de Prestes na Bolívia (DEL ROIO, p. 75). Todavia, o VI Congresso da IC, realizado em 1928, em que pese não interferir impositivamente na linha política do PCB, vai ter reflexos nela na razão objetiva da análise feita para o processo revolucionário em pauta na América Latina. A IC indentificava o imperialismo como o principal inimigo dos povos e o Brasil como um país semicolonial, submetido econômico-politicamente aos Estados Unidos.

No sentido dessa afirmação, imprescindível a citação do que menciona Záindan a respeito destes acontecimentos. Ainda extremamente longa que seja, ela se justifica na medida em que esclarece os fatos que permearam, em nossa opinião, o erro mais profundo dos comunistas relativamente ao processo histórico que perpassa a fundação da República, indo até o VIII Congresso do PC do B, em 1992. Esclarece Záindan (1991, p. 99-100) que:

*Como era de se esperar, as teses da IC sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias, na conjuntura de fins dos anos 20, influenciaram decisivamente nas teses do III Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado nos últimos dias de 1928 e primeiros de 1929. De volta ao Brasil, a delegação do PCB ao VI Congresso da IC publicou de imediato as suas intervenções [...] As teses do III Congresso do PCB, por sua vez, deixariam traír pela primeira vez a influência*

*direta da estratégia política da IC sobre o seu entendimento da questão nacional [...]*

*Comparando-se as teses enunciadas pelo PCB sobre a caráter e as forças motrizes da revolução brasileira, em seu II Congresso (1925), bem como a linha efetivamente assumida pelo partido até o VI Congresso da IC, e as teses do seu III Congresso (1928), não há como deixar de reconhecer as grandes mudanças que ocorrem na elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros, em perfeita sintonia com as novas orientações vigentes no movimento comunista internacional.*

*A revolução brasileira deixa de ser “democrático-pequeno-burguesa” para se tornar “democrático-burguesa” anti-imperialista. Em consequência, suas tarefas mudam bruscamente, da mera conquista das liberdades democráticas para a revolução agrária anti-imperialista.*

**Ainda sobre este assunto, conforme Aricó (1987, p. 263),**

*[...] é possível afirmar que, até o VI Congresso da Internacional em 1928, e mais claramente até a primeira conferência dos partidos comunistas latino-americanos em 1929, a ausência de uma definição estratégica precisa e a frouxidão dos vínculos existentes com a direção do Comintern criaram condições propícias para o desenvolvimento daquelas organizações comunistas que eram mais sensíveis ao crescimento das lutas anti-imperialistas. [...]*

*Com a celeridade característica dos processos de difusão dos grandes eventos revolucionários, surgiu rapidamente a ideia segundo a qual os países latino-americanos estavam maduros para uma “via chinesa”, que, na ausência de uma elaboração estratégica específica, aparecia como modelo.*

Assim sendo, a linha do VI Congresso da IC para os países caracterizados coloniais e semicoloniais seria consolidada para os PC's latino-americanos na I Conferência Comunista da América Latina, realizada em Buenos Aires, em julho de 1929. Lá presente, Jules Humbert-Droz, responsável pela

seção latina da IC, voltou a expor sua análise sobre as perspectivas revolucionárias dos países latino-americanos, bem como as críticas feitas à ação de vários PC's do continente, dentre os quais o Brasil, em relação ao qual formulou sérias restrições à teoria da *revolução democrático-pequeno-burguesa*, taxando-a de “menchevista”, “reformista”, “pequeno-burguesa”. O contexto brasileiro está dentro do quadro mundial onde se desenrolava a culminância da luta de frações dentro do partido bolchevique, quando a maioria do comitê central, liderada por Stálin e por Bukhárin foi enfrentada pelo bloco das oposições, encabeçado por Trotski, Zinoviev e Kamenev (HÁJEK, 1985, p. 205).

*Estas circunstâncias contribuíram para que os comunistas tentassem superar à esquerda aquele aparente beco sem saída, numa atitude mais dura em relação aos partidos socialistas. A ideia era compartilhada seja pela oposição, seja por Stálin e Bukhárin. Na direção do Comintern, os iniciadores da nova virada à esquerda foram justamente aqueles que, um ano depois, em vão tentariam detê-la: Humebrt-Droz, Togliatti e Bukhárin. Tinha nascido a nova linha de “classe contra classe” (Ibidem).*

Como analisa Záindan (p. 99-100),

*O eixo das alianças passa da busca de contato com a pequena burguesia (urbana) “revolucionária” para a aliança com as massas camponesas [...]. De modo semelhante, a burguesia é empurrada para o lado dos latifundiários e do imperialismo, entendendo-se que ela constitui um mero apêndice econômico do capital financeiro e, portanto, sem nenhuma autonomia de classe para ser um aliado confiável ao proletariado e seu partido.*

[...]

*Era evidente que, no contexto da sociedade brasileira dos anos 20, essa mudança brusca de linha conduziria inevitavelmente o PCB ao isolamento político [...].*

*Se se pode aceitar que, com tal mudança o partido se reconciliava com a ortodoxia “marxista-leninista” (em construção), por outro lado, não há como negar que assim perdia o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social brasileira, por mais absurda, menchevista, reboquista e pequeno-burguesa que parecesse a teoria da revolução democrático-burguesa e o reconhecimento da especificidade da questão pequeno-burguesa no Brasil.*

Desse modo, pois, para Záindan (p. 101), o VI Congresso da Internacional Comunista e da realização da primeira conferência dos PC’s latinos constituem-se num marco para a história das relações entre a IC e o continente. É um novo capítulo onde a palavra de ordem da bolchevização dos partidos comunistas e a construção de uma ortodoxia marxistaleninista terão lugar destacado.

Para Carone (1991, p. 55),

*[...] os primeiros efeitos das diretivas emanadas pelo VI Congresso da IC*

*[...] o PCB começa a pôr em prática a política obreirista, isto é, passa a defender a política anti-intelectualista. [...] Como resultado temos a crítica à 3ª via, de Otávio Brandão, e, conseqüentemente, a sua mea-culpa, a expulsão de Astrojildo Pereira e o afastamento de muitos outros militantes históricos.*

Eliézer Pacheco (1984, p. 133) assinala que

*A proletarização passa a ser a presença física dos operários nos órgãos dirigentes, mesmo de forma artificial, com a indicação de militantes operários, mesmo à custa do alijamento de grandes dirigentes por estes terem sua origem social na pequena burguesia.*

Os apontamentos de Carone e Pacheco nos fazem ver que o surto obreirista impingido ao PCB pela IC, e aceito sem critérios pela sua vanguarda, vão desmantelar praticamente toda a produção e acúmulo intelectual que – até tal aporte – havia sido constituído.

Sérgio Pinheiro (1991, p. 197-198) destaca:

*As acusações de que Astrojildo será alvo em Moscou, e Otávio Brandão em Buenos Aires, foram a repetição ritual das mesmas acusações brandidas contra dirigentes comunistas de países europeus. Entre 1928 e 1934, todos os partidos comunistas mudaram, em grande parte, suas características. Mesmo com as exclusões ocorridas por cisões e com a rígida disciplina que era marca registrada do comunismo, os partidos comunistas do período anterior tinham conhecido alguma liberdade intelectual. Considerava-se normal haver certo número de opiniões divergentes, algumas mais para a direita, outras mais para a esquerda. A interferência das rixas internas do Partido Comunista soviético nos outros partidos comunistas foi um duro golpe contra essa relativa liberdade interna. No caso do PCB, seria impensável que assim não fosse, dada a própria composição inicial do partido – a indefinição ou a falta de uma definição mais rígida dos militantes operários do horizonte anarco-sindicalista, os intelectuais de referência bastante diversificadas (como Otávio Brandão, dificilmente integrado na ortodoxia marxista, especialmente na primeira fase).*

A conclusão de Záindan (p. 102-103) é de que

*Para os comunistas brasileiros, essas inovações teórico-políticas terão uma tradução muito específica: obreirismo e revolução democrática-burguesa anti-imperialista, cujos efeitos na prática seriam a depuração dos intelectuais “pequeno-burgueses” da direção do partido e a sectarização de sua linha política. Depois do grande tournant de 1928, o movimento comunista latino-americano, e o brasileiro em particular,*

*jamaís seriam os mesmos. Até chegarem às denúncias do famoso relatório de Khrushchev, nos anos 50, quando outra vez as relações entre a IC e o resto do mundo sofrerão novo abalo, permitindo aos comunistas brasileiros uma relativa autonomia na elaboração de sua política.*

Já para Del Roio (2000, p. 78),

*Entre outubro de 1929 e junho de 1930, toda a concepção e análise teórica que os marxistas brasileiros vinham amadurecendo foi desautorizada pelo Secretariado Sul-Americano da IC, deixando uma parcela razoável do movimento operário despojado de maiores possibilidades de incidência no agravamento da crise política que deitaria abaixo a forma vigente de dominação oligárquica”.*

E isso porque “A exclusão daqueles que melhor trato tinham com a teoria teve o condão de dificultar ainda mais a maturação de um novo grupo dirigente e a conformação do marxismo como cultura crítica” (DEL ROIO, 2002, p. 62). Como se pode notar, as conclusões de Pinheiro, Záindan e Del Roio não se afastam das demais, sendo uníssonas no fato de que o sectarismo interno, aliado ao mandonismo forâneo, incapacitaram o PCB de andar por suas próprias pernas.

Mas, sem dúvida, a conclusão mais emblemática dos fatos ocorridos no desenlace da Revolução de 30 é feita por Quartim de Moraes (1994, p. 93-94), assim posta:

*[...] o PCB [...] através das páginas de A Nação, marcadas pelo ardoroso, mas original bolchevismo de Otávio Brandão, investira suas esperanças na aliança com o tenentismo revolucionário. Em 1927-1928, a perspectiva de que esta aliança viesse a constituir a principal linha de força do combate antioligárquico configurava uma possibilidade objetiva que merece ser examinada tanto por suas consequências de curto prazo sobre as articulações e alianças dos diversos componentes da esquerda, quando por sua significação histórica como*

*uma das grandes (e poucas) ocasiões históricas perdidas para imprimir um rumo nacional e democrático à evolução da sociedade brasileira.*

Portanto, a conclusão da análise até aqui procedida sobre o desenvolvimento e o conseqüente amadurecimento político-ideológico dos comunistas brasileiros no período de 1920 a 1930 é de que sua maturação andou bem, até ser profundamente comprometida pelo sectarismo. Seguindo com Moraes (op. cit.):

*Para a esquerda brasileira e muito particularmente para a esquerda militar brasileira, o desfecho de outubro de 1930 encerrou o drama iniciado em 1922, mas desencadeou a tragédia cujo último ato ocorreria em novembro de 1935. Na linha de acontecimentos que conduziu ao desfecho dramático de outubro de 1930, a recusa de Prestes em comandar o levante da Aliança Liberal constituiu o fato político de maiores conseqüências para a tragédia futura (a de 1935), da qual ele seria o ator principal. Mas de imediato (isto é, relativamente ao levante de outubro de 1930) a conseqüência foi a redução do peso específico do tenentismo na derrubada do regime oligárquico. É óbvio, com efeito, que se à frente do movimento armado estivesse Luis Carlos Prestes e não Góis Monteiro, o herói da Coluna e não um de seus perseguidores, a correlação de forças entre o componente tenentista e o componente getulista da Aliança Liberal seria menos favorável a este último”.*

A necessidade torpe e medíocre de um “encaixe”, desfocado e abstrato, da Revolução Mundial num compartimento menor que era o Brasil daquele período constituiu-se na deformação da tenra personalidade marxista que começava a tomar corpo no esqueleto orgânico pecebista. À época, não foram levadas em conta as peculiaridades do processo da revolução burguesa brasileira. Talvez, em razão disso, a mudança da linha programática do Partido que – em 1995, por ocasião da

elaboração do Programa Socialista, fruto das discussões do VIII Congresso – aponta para a perspectiva de um socialismo brasileiro, com peculiaridades locais.

O comprometimento desta compartimentação vai ter reflexos no desenrolar de outros acontecimentos onde o PCB vai ser ator ou mentor. São novos caminhos, num mesmo horizonte. O aprendizado continua. Mas isto é um outro capítulo a ser descortinado.

2.

## *Na legalidade da Liga Eleitoral Proletária ao PCB – A construção discursiva de uma memória negativizada*



Analisar o PCB no período em que esteve na legalidade significa retomar o estudo da história local e regional sem olvidar, todavia, de sua relação com a conjuntura geral a qual influenciou, de uma ou outra forma, na formatação daquilo que se pode chamar de movimento comunista. Significa igualmente rebuscar a memória estampada nos periódicos, assim como relacioná-la aos atores que descortinaram as cenas deste episódio que se insere, em definitivo, nos marcos da construção sócio-político-econômica do país e também de Passo Fundo e arredores.

## 2.1. Jornalismo e “história” do PCB

Quando da fundação do PC, em 1922, havia uma discursividade sobre o anarquismo, mas nada ainda sobre o comunismo, pelo menos nos jornais do Rio de Janeiro. Na década de 20, não estava claro aos meios intelectuais o que era o partido comunista. Os membros fundadores do PC eram originários do anarquismo. Por outro lado, este período reveste-se de um dado importante, qual seja, a dificuldade na divulgação das ideias de Marx. Assim, a recepção do marxismo, no Brasil, verifica-se por leituras leninistas e stalinistas (MARIANI, 1998, p. 140).

*O nascente marxismo brasileiro foi levado a se “adaptar” a um quadro caracterizado pelo esvaziamento sistemático da reflexão. [...] Muito mais importante do que defender as ideias de Marx passou a ser justificar a ação de Lênin, continuada por Stálin: a figura palpável que o marxismo tinha assumido: o Estado soviético (KONDER, 1988, p. 199 apud MARIANI, p. 140).*

Interessa notar, com esta citação, que a memória em “formação” do PCB e dos comunistas, cujas bases discursivas firmam-se, num primeiro momento, em meados dos anos 30 do Século XX, estarão impregnadas não só das consequências da tragédia de 35<sup>36</sup>, como também da política internacional timoneada por Stálin, e que em solo pátrio representou a afirmação de uma política de precipitações e equívocos, seja

---

<sup>36</sup> Referência ao levante comunista de 1935, perpetrado por alguns integrantes da Aliança Nacional Libertadora. A ANL foi um movimento essencialmente urbano que não conseguiu integrar em suas fileiras os trabalhadores e os pequenos e médios proprietários rurais, já que 70% de seus militantes eram originários das classes médias. Posta na ilegalidade, em 11 de julho de 1935, sua atuação confundiu-se com a atuação do PCB, sendo as resoluções deste geralmente adotadas pela ANL. A mais equivocada destas resoluções foi o levante militar de 23 de novembro de 1935, desencadeando uma ação totalmente deslocada do movimento de massas, logo sufocado pelo Governo, fruto, já à época, de uma perceptível incapacidade da ANL em aglutinar diferentes classes e setores de classe que lutavam contra o fascismo no Brasil (FREITAS, 1998, p. 141-145).

pela incompreensão do Marxismo, seja pela visão golpista das hostes militares assentadas no PC.

Como aponta Almeida (2003, p. 87),

*Desde os anos 1930, o Partido Comunista do Brasil foi fortemente marcado pela cultura stalinista que se espalhou, em maior ou menor escala, por todas as organizações ligadas à Terceira Internacional (para nos restringirmos a este caso). Acrescente-se a esta influência mais geral o impacto produzido no interior do partido pelo ingresso de amplos contingentes oriundos do tenentismo de esquerda, a começar pelo próprio Luís Carlos Prestes. Embora exista inegável relação entre o centralismo burocrático-autoritário do partido e as elaborações programáticas feitas em determinadas conjunturas, ela não é de direita.*

Em seu trabalho *Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades*, Marialva Barbosa (p. 87) faz uma interessante relação entre estes dois “polos” da informação (jornalista e historiador), aferindo que

*A primeira aproximação está na atividade de seleção, privilégio tanto do historiador, como do jornalista. Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. E, dessa forma, constituem uma memória privilegiada do presente que vai ser objeto de análise do historiador num futuro. Os impressos são, sobretudo, documentos e como tal monumentos de memória.*

Mas entendemos que esta memória se projeta em temporalidades que podem ser distantes, ou não, do momento de sua produção, observado, como assevera Mariani (p. 67), que “nada é neutro nem transparente em termos da prática discursiva”, e, como diz Marialva (p. 87), “historiadores e jornalistas estão no centro desse teatro”. Memória do passado e

memória do futuro são constituídas num presente, vez que o ato de selecionar, hierarquizar e priorizar a informação é – no âmbito do jornalismo – “uma seletiva reconstrução do passado” (Ibidem, p. 88), segundo a autora, que acrescenta estar este ato também “fixando no hoje uma memória futura do próprio acontecimento. E é essa capacidade de ser um dos senhores da memória da sociedade que lhe dá um inegável poder” (Ibidem).

Mariani (p. 62) nos diz que “no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si”, ou seja, numa subjetividade explícita de quem mascara a informação, tem-se uma afirmação objetiva que se transforma em inquestionável, já que a notícia é a verdade do fato que ela relata, “fazendo crer que apresenta os fatos reais tais como são, como uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico” (Ibidem, p. 61), sendo que “este didatismo, com relação às esquerdas, apareceu em diversos momentos históricos, mas ele se mostra mais intenso nos anos 30 e no período pós-64. Nos anos 30, predominam as definições e explicações sobre o que é comunismo” (Ibidem, p. 62). Talvez se deva, também a isso, muito da apatia de uma resistência verificada quando da cassação do registro legal do PCB em 1947: um partido sem músculos e sem uma memória (cérebro) capaz de unir o povo em sua defesa.

Por outro lado, essa espécie de artimanha silenciadora “jamais impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados em todos os continentes” (Ibidem, p. 20), inclusive no Brasil, pois, “cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado” (MARIANI, p. 63), ou, melhor dizendo, a imprensa oficial (oficiosa) acaba por “permitir” a “voz das minorias”, sem no entanto proporcionar-lhes uma efetiva explicação de seus propósitos, constituindo-se, tal estratagem, numa “propriedade do discurso jornalístico”.

Diz ainda Mariani (p. 63) que essa propriedade

*é a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes; é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Essas propriedades, no nosso entender, estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência. Lembramos aqui que os grupos sociais minoritários, bem como os partidos comunistas, criam seus próprios jornais como forma de escapar desses gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso.*

Neste sentido, é oportuno lembrar não só do jornal *A Classe Operária* (órgão informativo central do PCB), mas de tantos outros informativos que circulam “internamente” ao partido e simpatizantes. São jornais com contato de massa, todavia não são jornais de massa. Seria o reverso da moeda. É a arma da política (partidária) que visa a constituir um discurso paralelo ao oficial. Assim, a título de ilustração, digno de menção o trabalho de Eliane Garcindo<sup>37</sup>. Em seu estudo, por demais profícuo, resta sublinhada a importância da imprensa popular naquele Estado para a manutenção da “chama comunista”, servindo ela como elo aglutinador e fomentador de novos aderentes.

Todavia, são movimentos localizados, ainda que para “fora” do Partido, não assumem dimensão capaz de “pôr em cheque” o que diz a outra imprensa. É importante referir, salvo engano, que em Passo Fundo não se tem notícias de um “noticioso popular”, seja de produção local ou não. Ali quem registrou a notícia foram os jornais locais, e é a eles que nos remeteremos em breve.

Nos lembra Mariani (p. 107-108) o fato de que

---

<sup>37</sup> Trabalho inserido nos *Anais do Colóquio História e Imprensa*, onde analisa a trajetória da imprensa partidária do PCB no Estado de Goiás.

*O uso da palavra “comunismo” nos jornais, ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido [...] sempre negativo.*

*[...] A denominação “comunista”, então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados.*

Através dos jornais, mesmo que “isentos”, cria-se uma cultura que faz do leitor comum um anticomunista, não por suas convicções, mas por *ver falar, ver dizer*. E isto numa cultura geral onde os comunistas são relegados ao isolamento, clandestinidade e ilegalidade, faz com que eles não se assentem em bases sólidas, vez que rápidas – e inseguras – são suas inserções no mundo real. Ou seja, nas colocações oportunas da autora (p. 149),

*O discurso jornalístico tem um papel importante na inauguração desse processo não porque os diferentes jornais assumem posições relativamente ao comunismo e nem porque a censura, tantas vezes atuante, obrigou-os a noticiar de uma determinada forma. A parte que cabe ao discurso jornalístico e seu assujeitamento a um já dito, embora os jornais se julguem livres para informar.*

Desse modo, o discurso jornalístico constrói uma linha diretiva, conduzindo o leitor a aprender *sobre* os comunistas na proporção da realidade que lhes é dada absorver por esta discursividade. E, como já mencionado, “trata-se de um discurso que funda o comunista como inimigo” (Ibidem, p. 148).

## *2.2. PCB – representação e imprensa*

Analisar a representação do PCB na imprensa passo-fundense, nos idos de 45, importa, necessariamente, incursionar nos acontecimentos que antecedem um episódio composto

de vários atos. Desde a sua fundação, em 1922, o PCB tem sua permanência na atividade ilegal, sendo a legalidade uma exceção. Conceber o partido, num processo de longa duração, significa, portanto, inequivocamente, a tentativa, ainda que inconclusa, de buscar compreender esta regra (ilegalidade) genuinamente imposta aos comunistas, em razão de um contexto social (conjuntura nacional) e da limitação ideológica, resultante de uma adequação com os rumos do movimento socialista (conjuntura internacional).

Assim colocado, nossa análise pretende ser dinâmica – mesmo que sem pretensões dialéticas – num procedimento que abarca o particular (local) e o geral (nacional e internacional), encetado por um movimento de ida e volta, de relacionamento, ainda que suas conclusões não se constituam em tese e, sim, quando muito, na localização de atos (e atores) e fatos (e fatores) que possam sedimentar uma base para incursões mais profundas.

Ser ilegal num cenário onde a legalidade é a permanência significa ser inconstante na realidade objetiva –, importando procurar entender quais fatores subjetivos levam a isso – mesmo que a impermanência não seja aceita por comodismo. Então, se ela é imposta, ou posta de forma subliminar, empreende desvendar se a produção de uma memória capaz de transpor essa barreira é possível, levando-se em conta que a desmobilização da memória é um mecanismo de dominação.

Esse mecanismo se faz notar, ainda que dele não se possa contestar – haja vista que enuncia parecendo anunciar, isto é, denuncia fazendo noticiar – no período que se inicia com a Revolução de 30, num prelúdio de Estado com conotações lockianas logo sufocado pelo de conotações hobbesianas<sup>38</sup>. A classe operária já está evidente, com suas reivindicações e organizações, sendo preciso acomodá-la, vez que sua supressão

---

<sup>38</sup> “Lokiano”: termo proveniente de John Locke, autor de *Segundo tratado sobre o governo*, considerado o pai do liberalismo. “Hobbesiano”: termo proveniente de Thomas Hobbes, autor de *O Leviatã*, obra que inspirou a formatação dos Estados absolutistas.

significaria abdicar do próprio Estado burguês, coisa que não constava do ideário revolucionário de 30. Antes pelo contrário, a afirmação da burguesia é permeada por “concessões” legais ao proletariado, na perspectiva de que ele (classe) amolde-se a esta afirmação sem rebeldia, tornando inócua a sua necessidade organizativa legal (partido).

Nesse sentido, aponta Brandão (1997, p. 47) que

*[...] a cassação e, mais que isso, a não-recuperação do registro eleitoral do PC, sua permanente ilegalidade, são não só um dos mais claros índices da precária consolidação institucional do sistema partidário, como também uma variável forte, e não fraca, para explicar a detectada subalternidade política da classe operária durante o período da República Liberal.*

Entendemos essa “subalternidade” como algo imposto, inobstante a não aceitação dessa imposição pelos comunistas. Entretanto, as formas de não-aceitação redundam em posturas sectárias ou inadequadas ao movimento real – inação, no caso de 30 ou ação tresloucada, no caso de 35<sup>39</sup> –, sendo que as hostes dominantes tinham um referencial, pois a

*[...] presença legal de um grande partido societário, de base operária, independente do Estado e dotado de forte liderança popular; não só contrasta com toda a história anterior; como introduz um elemento complicador e, naquela altura, provavelmente incompatível com o compromisso então engendrado entre uma ordem política liberal e a estrutura sindical corporativa, cuja funcionalidade em relação ao controle da classe como à acumulação, além do mais, acabava de ser descoberta pela própria burguesia industrial. Desse modo, a compressão do perfil institucional do Partido Comunista – o mais próximo, se não o único instrumento de fazer política disponível à classe operária no*

---

<sup>39</sup> Referência à abstenção do PCB em tomar parte na Revolução de 1930, e sua atitude em deflagrar a “Insurreição” de 1935.

*período histórico em pauta – não foi um fenômeno neutro em relação ao modo de ser da classe operária, nem ao sistema político como um todo (BRANDÃO, p. 48).*

Brandão labora na análise a que nos sujeitamos, ou seja, são os desdobramentos ocorridos na base econômica da sociedade – sem que pretendamos, assim como autor citado, empreender uma compreensão materialista-histórica do período focado neste trabalho – que implicam reagrupamento em torno do poder estatal, sem transformação do Estado burguês-oligárquico, mas com um assentamento das bases liberais-desenvolvimentistas, visando ao acúmulo de capital e ao estabelecimento de um novo contrato social onde a burguesia se apresenta em sua feitura sem passar procuração às oligarquias agrárias, vez que de mãos dadas com as oligarquias empreendedoras.

Segundo Del Roio (2000, p. 79),

*[...] o processo da revolução burguesa no Brasil passava fundamentalmente pela desagregação e recomposição do bloco de poder, com a incorporação da burguesia industrial e de parcela das camadas médias urbanas, pela expansão econômica industrial e pela expansão da máquina administrativa do Estado. A corporativização estatal da classe operária foi a forma encontrada para, com um único movimento, esvaziar a pressão das classes subalternas e bloquear a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade.*

Portanto, é no político que ocorrem as alterações, haja vista que no aspecto econômico os desdobramentos implicam reordenamento do Estado em sua concepção liberal-clássica, onde a ocorrência do novo contrato permite a exploração da classe operária com políticas concessivas, quando, objetivamente, seria incômoda a presença de um organismo legalmente

habilitado para questionar tal contratação. Aliado a isso, o PC constitui-se, desde sua fundação, num organismo com ramificações nos quatro cantos do país, ao passo que

*fracassaram antes e depois da fundação do PC todas as tentativas das oligarquias agrárias de constituir partidos nacionais; na verdade, a organização proletária se antecipa à própria burguesia industrial, que entre 1914 e 1930 apenas começa a se politizar (BRANDÃO, p. 70).*

Paralelo a estes desdobramentos, sendo também consequência da efervescência política do período, a interferência do Secretariado Sul Americano da IC no PCB ocorre quase em concomitância com a cisão no movimento da juventude militar perpetrado por Luiz Carlos Prestes – e que originou uma nova esquerda militar de concepções positivistas indo ao encontro do marxismo – com a publicação do manifesto de maio de 1930, quando Prestes expressou-se como tendo incorporado a teoria da revolução, tal como a IC vinha tentando implementar no seio do PCB. Em que pese a inclinação de Prestes ao PCB, este, por sua vez, rechaça, de início, esta aproximação, deixando o “Cavaleiro da Esperança” isolado politicamente, forçando sua ida para a URSS, onde completaria sua mutação ideológica, lá permanecendo no período de consolidação do stalinismo, fazendo com que absorvesse um marxismo com nuances positivistas, convergindo com sua formação precedente (DEL ROIO, p. 79).

De reiterar que foi com a afirmação da ditadura stalinista na URSS e na IC que acabou prevalecendo a visão de que a crise capitalista de 1929 possibilitava a retomada da revolução socialista em escala mundial, após breve lapso estabilizatório. Era a chamada fase de “classe contra-classe”<sup>40</sup>, numa pers-

---

<sup>40</sup> O processo é denominado de bolchevização, fase da ascensão final de Stálin ao poder, no PC russo, em 1927. A fase de radicalização de luta de classe, chamada de *classe contra classe*, está inserida no denominado *terceiro período*. O *primeiro período* é o que se segue à Primeira Guerra Mundial, momento de crise aguda do sistema capitalista, de inúmeros movimentos revolucionários proletários que termina em 1921, quando a Rússia Sovi-

pectiva que apontava para o caráter da revolução brasileira, definida como de cunho democrático-burguês, todavia dentro de um país “semicolonial”, onde a questão agrária implicava luta contra o feudalismo e a grande propriedade. A questão nacional se direcionava na luta anti-imperialista, cujo resultado prático seria a transformação da revolução burguesa em proletária e socialista (DEL ROIO, p. 81).

Era como se o Brasil fosse a China, sendo que o ajustamento dessas igualdades profundamente desiguais desembocava numa noção instrumental da ação política e desprezo pela teoria como dimensão da práxis.

Perpassando este quadro, importante ressaltar que as posturas reclamadas de um autêntico bolchevista e a maneira stalinista de ser firmaram-se, para os militantes comunistas, como mitos, modelos e exemplos para todas as suas relações e atividades humanas (FERREIRA, p. 86).

*Apesar dos esforços iniciais do PCB na década de 20 em formar seus quadros, somente no início dos anos 30 os dirigentes comunistas adotaram uma orientação pedagógica definitiva, afinada com as mudanças políticas da URSS, com a nova orientação da IC e com o processo de dogmatização do marxismo. A bolchevização do partido brasileiro, da mesma maneira que a de outros partidos comunistas, não mais permitia discussões, debates e interpretações divergentes. Os militantes, fascinados pelos mitos que sustentavam o ideal revolucionário, dispunham, até*

---

ética rechaça as invasões dos exércitos capitalistas; e, também, época da fundação da IC e início do comunismo no país. O *segundo período* começa com a derrota do proletariado alemão (1921-23), com a nova ofensiva da burguesia e a estabilização parcial do sistema capitalista. Mesmo assim, na Rússia, o socialismo avança nas suas conquistas e há, cada vez mais, maior influência dos partidos comunistas no mundo: o período dura até 1927. O *terceiro período*, que se inicia em 1927, é o momento do reerguimento da economia capitalista e do aumento da produtividade na Rússia, além dos níveis de antes da guerra; e da existência de movimentos revolucionários nas colônias, da radicalização da luta de classe etc. As conclusões do Sexto Congresso, traduzidas no lema de *classe contra classe*, provocam consequências bastante radicais, invertendo as direções estratégicas dos comunistas no mundo inteiro. (CARONE, 1989, p. 255-256).

*fins dos anos 20, de certa liberdade para se apropriarem deles e, por meio de sua cultura oral, interpretá-los de vários modos. No entanto, a bolchevização dos partidos comunistas agregou ao mito um outro elemento que, a partir dessa época, constitui definitivamente o ideário revolucionário: a ortodoxia (Ibidem, p. 100-101).*

É nesse contexto que Prestes entra oficialmente no PCB, em 1934, trazendo consigo uma leva de admiradores seus.

Para Del Roio (p. 83), é neste quadro que ocorre uma síntese de grande alcance para o comunismo no Brasil:

*O stalinismo predominantemente instalado na IC e assimilado por um PCB portador de uma tradição cultural que o encontra predisposto convergia com a cisão da esquerda militar que vislumbrava no marxismo-staliniano um instrumental teórico-prático para radicalizar as esperanças contidas na sua originária convicção positivista, de uma ordem social fraterna, culta e orientada pela ciência. Pode-se então dizer que, no Brasil, forjou-se uma particular cultura política de esquerda que seria predominante por todo o processo da revolução burguesa, tornando-se mesmo um seu elemento constitutivo.*

*O importante é notar que a visão de revolução prospectada por essa tendência almejava a construção de uma moderna economia industrial e um forte Estado nacional capaz de agir no combate à miséria e ao atraso cultural, bandeiras comuns do stalinismo e do positivismo.*

Bem apontado isso, cabe observar que os comunistas não concebem a questão da democracia como algo a ser aprofundado, na medida em que a burguesia não seria “companheira” desta empreitada, haja vista sua subserviência ao latifúndio feudal e ao imperialismo, com o que, a síntese político-cultural acaba por se completar com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que procurou a efetivação da aliança entre

a classe operária e a pequena burguesia urbana<sup>41</sup>, sem olvidar o chamamento aos trabalhadores rurais e até a parcela da burguesia que se postasse contra o imperialismo (DEL ROIO, p. 83).

Em que pese a incompreensão do PCB com relação à questão democrática, há, das hostes dominantes – em contrapartida –, uma compreensão velada de que ele (PCB) pode ser o esteio desta perspectiva (democrática), sempre a ele desferindo seu golpe mais contundente em situações de crise aguda.

Ainda assevera Del Roio (p. 83) que a

*derrota da ANL serviu apenas para constatar – como diria Gramsci – a insuficiência das forças antagônicas, que não conseguiram dotar as classes subalternas de uma intelectualidade “orgânica” e materializar uma hegemonia, embora seja perceptível a atração exercida pela organização de frente popular entre os intelectuais antifascistas, emersos de um ambiente cultural permeado pelo positivismo.*

---

<sup>41</sup> A política de Frente Popular na Europa, que pregava a unidade operária e a aliança com o campesinato e a pequena burguesia, nos países da periferia foi lida como Frente Nacional-Popular anti-imperialista, e o arco de alianças foi estendido até os setores da burguesia cujos interesses se chocassem com o imperialismo. No Brasil, essa concepção foi materializada na importante experiência da Aliança Nacional Libertadora. Como se sabe, na prática, a ANL contava com um contingente de massa majoritariamente pequeno-burguês, respaldado pelo movimento operário de corte comunista e socialista, de modo a reproduzir o esboço estratégico defendido por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão em fins dos anos 1920, incluindo um forte contingente militar. Após a derrota de grande significado histórico do movimento operário e da perspectiva da revolução democrática, no segundo lustro dos anos 1930, os comunistas, em nome do desenvolvimento das forças produtivas e de relativa autonomia política que o Estado bonapartista corporativo de Vargas conseguira alcançar no campo internacional, passaram a apoiar a burguesia e a apregoar a “união nacional” contra o imperialismo nazi-fascista. Essa política culminou no processo de democratização de 1945 e no aparecimento, em embrião, de um partido comunista de massas. A possibilidade da consolidação de uma democracia liberal burguesa permeada pelos direitos sociais estabelecidos pelo Estado corporativista pareceu, por um momento, factível. A aliança com a burguesia em nome da soberania nacional e do desenvolvimento autônomo das forças produtivas teria o significado de uma reversão democrática do processo de revolução burguesa e de desconstrução da “via prussiana”, separando a burguesia das oligarquias latifundiárias (DEL ROIO, 2003, p. 286-287).

A matriz positivista-marxista descarta<sup>42</sup>, de plano, a questão da luta pela hegemonia, já que sua pretensão é o todo, sem que com isto seja de cunho totalitária, em sede de Brasil, na medida em que sua concepção de Estado interventor se amolda aos pressupostos do *welfare State*, na promoção do bem comum. Pensamos que esse prenúncio de *welfare State* no Brasil pode ser creditado ao governo Vargas, em que pese suas limitações do ponto de vista da participação política, o que não impediu uma série de iniciativas no campo da promoção social – façamos a revolução antes que o povo a faça<sup>43</sup> –, especialmente após a tragédia de 35, ratificando Del Roio (p. 84) que:

*A pressão operário-popular, no entanto, foi suficiente para obrigar as classes dirigentes a se reciclarem e a colocarem em andamento uma revolução passiva que iria culminar no Estado Novo. Nesse processo, foram parcialmente incorporadas algumas reivindicações de cidadania e direitos sociais que vinham sendo expressas pelo movimento operário desde 1917, ainda que ao preço de extensa limitação de elementares direitos civis e políticos.*

Todavia, a concepção de todo aqui assume ares de caserna, onde a hierarquia dá o tom da música. Para que haja hierarquia, não há que se pensar em disputa pela hegemonia.

De fato, Gramsci não poderia servir a estes dois senhores ideológicos com pretensões totais: o stalinismo e o positivismo.

---

<sup>42</sup> Devemos ressaltar ainda que o marxismo chega ao continente permeado pela hegemonia filosófica de viés positivista, outro componente estrutural na construção das formas analíticas da realidade latino-americana e de uma intelectualidade situada na periferia do capitalismo e permeada pela ideologia da conciliação, cuja base de fundamento era o positivismo (MAZZEO, 2003, p. 154).

<sup>43</sup> A versão militar da famosa frase atribuída a Antônio Carlos “façamos a revolução antes que o povo a faça” – se encontra neste texto do tenente Juarez Távora: “A História não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas” (TÁVORA, 1927-1928, vol. I, p. 113-115, apud FAUSTO, 1987, p. 65-66).

Aliás, não serviria – como de fato não serviu – a eles isoladamente, quiçá unidos numa lógica equidistante da percepção democrática sempre presente em Gramsci, para quem o próprio Estado (como ente do poder político), mesmo sendo o da classe dominante, pode assumir, por conta das disputas internas, uma postura, mesmo que temporária e frágil, acima das classes em confronto. Portanto, para os comunistas de então, a questão democrática não é entendida na possibilidade de um “apoderamento” de parte do poder pelas classes subalternas, senão pela sua submissão aos interesses das classes dominantes. Isso tudo reflete também a

*[...] especificidade do comportamento ideológico e da ação do PC [...] sua incapacidade (ou impossibilidade) de optar definitivamente entre uma via revolucionária e uma via reformista, entre a construção de um “comunismo nacional” e a reprodução cega do “internacionalismo”. [...] Dito de outra forma, a contradição entre “civilistas” e “militaristas”. [...] Tem que ver [...] com a concepção de fazer política: politicista ou insurrecional [...]; ela mascara a existência de duas almas (BRANDÃO, p. 49-50).*

Essas “duas almas”, nos dizeres de Brandão, implicam uma disputa interna no PCB, sendo que a postura militarista-golpista acaba prevalecendo sob

*[...] uma leitura por sua vez intimamente ligada à visão apocalíptica de uma revolução socialista iminente e imanente a todas as ocorrências da luta social e política. Dela resultando uma concepção intempestiva, ativista e golpista da ação política, que não consistia apenas num modo de relacionar as posições dos partidos de vanguarda com os movimentos de massa, mas num modo de fazer política – de luta pelo poder – que desprezava a avaliação atenta da condições objetivas, a busca de objetivos intermediários e limitados para a ação coletiva*

*e, sobretudo, a elaboração de soluções positivas para os problemas nacionais (Ibidem, p. 51).*

Dessa feita, uma análise, ainda que inconclusa, da realidade local, sob o prisma da legalidade do PCB, implica, mesmo que de relance, a retomada, ou a releitura – sem pretensão de refazimento – dos momentos e acontecimentos que a antecedem, e sob os condicionamentos em nível internacional e nacional que concatenam imagens, cenas e atores em solo passo-fundense e em seus arredores.

### *2.3. PCB e a Aliança Nacional Libertadora (ANL)*

No início de nosso estudo e pesquisa sobre a formação local de um núcleo comunista que antecederesse a ANL, chegamos a afirmar que se no âmbito geral a equação poderia ser posta de outra forma (do PCB a ANL), em Passo Fundo ela só encontra um grau razoável de solução se entendido o PCB como sucessor da ANL – tendo presente sucessão como um misto de hereditariedade e reciprocidade motivadas pelo antifascismo e a concretização da democracia em 45. Esta razoabilidade – também admissível no contexto geral – assume contornos peculiares em sede local, haja vista que a ANL funciona como um pólo aglutinador daqueles que serão os futuros membros do PCB, sendo que em nível nacional são os membros do PCB que acorrem à ANL. É na visão antifascista e democrática que essa afluência se faz massiva em solo passo-fundense, sendo a ANL um catalisador destas aspirações também em solo pátrio.

No entanto, a expulsão de João Junqueira da Rocha<sup>44</sup>, das fileiras pecebistas, ocorrida em novembro de 1945, fez-nos mudar de posicionamento. Justificamos esta mudança

---

<sup>44</sup> A expulsão de João Junqueira do PCB, bem como das repercussões na imprensa local estão inseridas no 3º capítulo deste trabalho.

pelo fato de que a expulsão de João Junqueira envolve um processo lastreado na análise de uma militância de 14 anos. Sendo assim, é possível afirmar, mesmo ante à inexistência de documentos neste sentido, que a organização clandestina dos comunistas em Passo Fundo data de muito antes de 1945.

Todavia, antes de adentrarmos nas especificidades da ANL em Passo Fundo, é importante que se situe sua ação em nível geral, trazendo à baila – ainda que sem propósitos de aprofundamento de análise – as concepções que nortearam esse movimento.

Nos apontamentos de Del Roio (p. 84),

*Ainda que o PCB tenha exercido significativa atração sobre a intelectualidade no seu período de legalidade do pós-guerra, isso ocorreu de maneira difusa e ligada ao impulso antifascista que vinha desde a formação da ANL. A exclusão do PCB do espaço legal indicava o temor das classes dirigentes diante da autoatividade das massas e da política de unidade popular pela democracia que os comunistas buscavam por em prática.*

Desse modo, se para os comunistas a ANL acaba revestindo-se em instrumento para “alavancar” a revolução proletária<sup>45</sup>, norteadada por uma concepção positivista-determinista da realidade – tem que ser assim –, em contrapartida, para o outro contingente de aderentes, ela é vista como instrumento capaz de barrar o fascismo na perspectiva de afirmação de uma democracia ampliada, num momento em que o país era agitado pelo aparecimento agressivo do integralismo na

---

<sup>45</sup> Diorge Alcenio Konrad, em sua dissertação sob o título: *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: PUC, 1994, p. 61, assevera que: “Ainda em 1934, começam as primeiras articulações para a formação de uma frente antifascista. O PCB e seus dirigentes, numa posição sectária e estreita, recusam-se a participar de qualquer bloco, pois seguem ainda a tática política do VI Congresso da IB de ‘classe contra classe’. A partir do surgimento da ANL, só aderem ao movimento com o firme propósito de transformá-lo em forma e instrumento para a realização da primeira etapa da revolução socialista no Brasil”.

cena política, fato que provoca a divisão e radicalização das camadas médias urbanas, permeada por intenso movimento grevista e lutas de rua entre democratas e fascistas nacionais (VIANNA, 2003, p. 31).

A ANL entusiasmou imensos setores da população. Nos meses de abril, maio e junho de 1935, ou se era aliancista ou se era integralista, e mesmo que isso não significasse efetiva adesão à Aliança ou à Ação Integralista Brasileira (AIB), as simpatias nacionais estavam radicalizadas e divididas. No entanto, segundo Marly Vianna (p. 38),

*Apesar da questão do poder e dos meios para atingi-lo não estar colocada, as duas principais forças da ANL – os tenentes de esquerda e o PCB – viam na luta armada o caminho para a efetivação de sua política. Os tenentes não abandonaram a ideia de serem as Forças Armadas a vanguarda revolucionária do país, e os comunistas, por sua vez, trabalhavam com uma visão idealizada e fantasiosa a respeito da “luta armada das grandes massas” para a tomada do poder. Desde a fundação da ANL, a união dos tenentes com o PCB indicava o caminho conspirativo que a aliança manteve sempre e que se fortaleceu com o seu fechamento. A chegada de Prestes ao Brasil, aclamado como presidente de honra da ANL selou, implicitamente, a aliança entre tenentes e comunistas, cuja unidade Prestes expressava.*

Assim, pois, se o entusiasmo pela ANL era enorme, como relata Apolônio de Carvalho, fundador do núcleo aliancista de Bagé, onde servia, em entrevista concedida no Rio de Janeiro, em junho de 1988, assim dizendo: “A receptividade no meio da pequena burguesia foi imensa! Juízes, professores, advogados, médicos....havia também padeiros e vários anarquistas, mas não havia PC, fora alguns comunistas dispersos” (Idem, p. 39), entusiasmo este que se constituía na perspectiva da via democrática. Por outro lado existiam aqueles que já vislumbravam a ANL, desde seu início, como forma instrumental de

“assalto ao poder”, conforme o inserido na Carta de Prestes à ANL, em que dizia:

*Não há tempo a perder. A tarefa da ANL, o segredo de seu sucesso está na rapidez com que souber e puder passar da agitação à ação. Precisamos agir com rapidez e decisão. [...] nas condições atuais do Brasil pode a ANL chegar rapidamente a ser uma grande organização nacional revolucionária capaz de sustentar a luta de massas pela instauração de um governo popular nacional revolucionário em todo o Brasil.*<sup>46</sup>

A radicalização das palavras, baseada numa avaliação idealizada de que o povo havia chagado a um grau de maturidade, que o levaria para a revolução não só estava inserido no “ideal pecebista” como também nas hostes tenentistas que compunham a ANL.

Existia um clima emocional de esperanças no Exército e a favor de golpes militares cada vez mais fortes. A agitação popular era tanta que levava a crer – assim pensavam – que o povo responderia imediatamente aos chamados da ANL. É quando entra em cena o jornal *O Globo*, denunciando a descoberta de um plano subversivo, para implantação imediata de um regime soviético no Brasil (Plano Cohen)<sup>47</sup>, o que levaria ao fechamento da ANL. Daí para a tragédia de 35 foi um passo.

---

<sup>46</sup> Carta de Luis Carlos Prestes à ANL, dirigida a seu presidente, Hercolino Cascardo, Barcelona, 25 de abril de 1935. Prestes datou a carta de Barcelona para fazer crer que estava fora do Brasil.

<sup>47</sup> Era preciso atingir mais profundamente a burguesia e a pequena-burguesia e dar ao golpe um caráter de “legalidade” e necessidade, relata Carone. Aproveitando-se destas hesitações e de seus aliados, o governo cria um incidente valendo-se de um falso documento do Capitão Olímpio Mourão Filho, o mesmo que – já então General – seria um dos atores destacados no Golpe de 64. Para dar verossimilhança à trama, este Capitão deixa-se “surpreender” batendo à máquina, no Ministério da Guerra, “com alguma cautela”, um documento que relata um plano terrorista, Levado à presença de Góis Monteiro, denuncia ser um “plano comunista” para subversão da ordem. Segundo Skidmore, o plano não passou de uma falsificação grosseira fabricada pelos integralistas e entregue a Góis Monteiro por um oficial integralista, o Capitão Olímpio Mourão Filho (CARONE, 1975, p. 135; SKIDMORE, 1982, p. 48).

Löwy (1999, p. 26-27) analisa o quadro geral da conjuntura na América Latina, aduzindo, em relação à ANL, que

*A outra (e última) tentativa de insurreição comunista na América Latina foi a rebelião vermelha de 1935 no Brasil.*

*[...] A ação de 1935 foi o produto de um período de transição.*

*[...] Em 1936, o processo de stalinização dos partidos comunistas, que se desenvolvera de maneira desigual e contraditória desde o final da década de 1920, estava cristalizado e completo. Com stalinismo queremos designar a criação, em cada partido, de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário – intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente todas as mudanças de sua orientação internacional. O resultado desse processo foi a adoção da doutrina da revolução por etapas [...].*

*[...] Essa foi uma doutrina elaborada por Stálin e aplicada na China, e, mais tarde, generalizada para todos os chamados países coloniais ou semicoloniais (inclusive, é claro, a América Latina).*

Ainda que não se trate aqui, conforme salientado, de uma análise profunda nos meandros da ANL, é importante referir as colocações de Brandão e seu posicionamento em relação à ANL, tendo em vista que – como trataremos a seguir – não só o seu fechamento, mas as suas iniciativas após esse fechamento trazem consequências para o movimento também em Passo Fundo, com prisões de muitos de seus integrantes. Para nós, a incursão em Marçal, ainda que breve, é prodigiosa na medida em que ele observa a ANL como uma tentativa de restabelecer, em época imprópria, a aliança entre comunistas e liberais (os liberais já tinham feito sua revolução sem os comunistas em 1930), num movimento de “retomada” extemporânea daquela “teoria” proposta por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão (p. 136), todavia desprovida de força política para se opor à interpretação alternativa que a Internacional impunha naquele momento. O drama deste dois intelectuais dirigentes e

de direções partidárias, será o de tantos outros inseridos em direções nacionais de PC's da época, apanhadas no roldão das disputas internas do PC russo e da IC e obrigadas a aceitar o modelo de revolução, disciplina e vaivéns táticos que então se canonizava.

Segundo Brandão (p. 136),

*A ANL será o banco de prova retardatário e deformado daquela "teoria". Não porém a aventura de 35, contra a qual individualmente se bateram, mas o movimento de 35; a precoce exclusão desses homens liquida, na verdade, com a possibilidade de uma frente única estruturada em torno do antifascismo. O que dramatiza a ação dos comunistas e aliancistas do período, beneficiados com o enorme (para as dimensões do movimento) afluxo de especialistas em armas e crenças salvacionistas, é terem posto de lado a ação política possível – o pequeno avanço possível – em troca da Grande Ruptura redentorista, e isso no preciso momento em que sociedade e economia adentravam a crescer e um novo Estado estava a se consolidar.*

É o que possibilita Getúlio Vargas levar adiante seu Governo, com o Golpe de 37 – inclusive sua aproximação com o fascismo – já que em solo pátrio os antifascistas de ontem são os golpistas de hoje. Esta afirmação não está revestida de uma ingenuidade histórica, haja vista que o Golpe de 37 seria objetivado, com ou sem a insurreição de 35, conforme as ponderações de Marly Vianna (1995, p. 80) – as quais nos submetemos –, assim postas:

*Não é correto afirmar que o Estado Novo – ditadura que se instalou no Brasil, em novembro de 37 – foi uma consequência das insurreições de novembro de 35. Tudo indica que Getúlio Vargas preparava-se para não deixar o governo, o que só seria possível através da ditadura. Além do mais, naquela época o mundo vivia um período de descrença na*

*democracia e em muitos países se haviam instalado regimes ditatoriais ou fascistas.*

A tragédia revestiu-se com ares de comédia (o que os golpistas intentavam, ou seja uma ditadura de viés positivista-stalinista, foi abortada para dar lugar a uma ditadura hobbesiana, e a formatação de um arremedo de Estado Social). A importância, para nós, na análise da ANL, está no fato de que ela poderia ter representado, em termos de afirmação de uma cultura democrática no Brasil e que é extirpada, mais uma vez – a primeira foi a abdicação de 30 – pelas funestas concepções deterministas de uma realidade imposta àquela que já está posta. Isso só reforça o que até aqui foi dito. A exclusão dos intelectuais orgânicos, afeitos a uma perspectiva de disputa pela hegemonia, faz o PCB refém de uma política golpista e de assalto ao poder. A possibilidade aliancista não passava de uma fachada para esses elementos inseridos na ANL.

E, como atesta Brandão (p. 136),

*A ANL acaba sendo, pois, uma realização perversa e temporã daquela originária proposta de aliança entre comunistas e liberais; tornou-se, agora, uma política executada por quem não acreditava nela, uma Frente Popular sem a teoria e conteúdo da Frente Popular [...].*

Enquanto isso, Astrojildo acaba vendendo bananas em Caxias do Sul e Brandão vira professor de escola de quadros do Komintern, tradicional castigo de dissidentes (Ibidem).

São, como já frisamos, concepções que impedem uma possibilidade de trabalho pela democracia na perspectiva de uma acumulação de forças pela disputa da hegemonia no poder após a Revolução de 30, ou pelo poder através da ANL. Do conjunto destes fatos será configurada a identidade do PCB, pois, como bem refere Marçal, “não é preciso lembrar que o fato de ter pegado em armas marcará definitivamente a identidade e a posição do Partido Comunista, e, por exten-

são, da esquerda política, na sociedade brasileira” (Idem, p. 154). O PCB foi o primeiro partido comunista a intentar uma insurreição armada no continente latino, sendo o único em assim haver procedido por muito tempo.

Consequência disso é que “a partir daí contra ele tudo vale: *apartheid* ideológico, guerra religiosa, ruptura com a tradição da própria elite brasileira (que em várias ocasiões concedeu anistia aos seus dissidentes!), tudo isso é adotado pela direita orgânica” (Idem, *ibidem*), todavia a ela não se restringindo, na medida em que, conforme as circunstâncias, até mesmo os liberais lançarão mão deste expediente como postura ética, plenamente justificável pela natureza demoníaca do inimigo (Idem, *ibidem*), com o que “o movimento de 35 se torna parte ineliminável da identidade do PC, [...] o partido era radical, vale dizer, capaz de ir até as últimas consequências na luta pelas suas ideias e objetivos” (BRANDÃO, p. 155).

*A decisão insurrecional de 1935 se demonstrou um erro funesto. A derrota dos movimentos armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro aplainou o caminho para o golpe de estado de novembro de 1937, em preparação por Vargas e pelo general Góes Monteiro. Correto teria sido a preservação máxima da legalidade da ANL, primeira grande frente de massas anti-imperialista e antifascista dirigida por comunistas, na América Latina. Quanto mais a ANL prolongasse a legalidade e aumentasse o prestígio político, tanto mais se constituiria em obstáculo à instauração da ditadura estado-novista. Mesmo que não conseguisse bloquear a consumação do golpe, a influência de massas da ANL permaneceria atuante como fator de resistência ao Estado Novo* (GORENDER, 1987, p. 249).

Desse processo, e como resultado dele, “em torno de meados da década de 30 que se fixa na imprensa esse sentido negativizado para comunismo-comunistas” (MARIANI, 1998, p. 153), e, por outro lado, “nesse confronto que se estabelece, os demais brasileiros são significados como patriotas e de-

mocratas” (Ibidem, p. 155), resultando desse discurso, sobre comunistas, nos jornais, a seguinte conclusão: “brasileiro que é brasileiro (e, portanto, maduro, democrata e patriota) jamais era comunista” (Ibidem). Daí é que se forma uma “memória histórica oficial”, nos dizeres de Bethânia Mariani (p. 35-36), “sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder e sempre preservando a nostalgia de um passado bom e verdadeiro”.

No que se refere à questão relativa à memória e ao discurso jornalístico relacionado ao contexto político em que ele se insere e influencia, procuraremos tratar, de forma mais sistematizada, nos itens seguintes.

Importante destacar que a atitude fracassada de 1935 irá repercutir também na possibilidade de formação de uma concepção de partido afastada do dogmatismo impingido por Stálin, haja vista que a repressão daí advinda abortará um prelúdio de uma atividade editorial mais ampla, assim como da permanência da realização de cursos voltados à formação dos militantes.

Segundo aponta Ferreira (p. 102-103),

*Se na primeira metade da década de 30 o partido, por meio de cursos e manuais de vulgarização, tentava enquadrar a cultura oral dos militantes nos limites da ortodoxia, o movimento comunista conheceu, na mesma época, um surto na divulgação impressa de ideias de vários autores marxistas. Em contraste com a cultura formal imposta pelos teóricos do marxismo-leninismo, proliferavam nas livrarias brasileiras, com liberdade incomum até então, as mais diversas interpretações das teses revolucionárias. Nesse período, a produção editorial superou a fase artesanal e voluntarista e, com certo arrojo, publicou obras marxistas de variadas tendências. O leitor, que antes somente conhecia a literatura revolucionária na língua francesa ou espanhola, agora podia ler, em português, obras de Marx, Engels, Lênin, Stálin, Bukharin,*



João Junqueira da Rocha e João Azevedo Lopes (avô materno do autor) em atividade no Círculo de Pais e Mestres do Colégio Protásio Alves. Década de 1940.

Arquivo Yara Lopes Brotto.

*Plekhanov, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Max Beer; Riazonov, Radek, Jonh Reed, entre outros.*

*A repressão política que se abateu sobre os comunistas após o fracasso da insurreição de 1935 encerrou um período de efervescência editorial dos revolucionários, como também inviabilizou a realização de cursos. Durante dez anos muito pouco, e mesmo assim a custo de muito sacrifício e risco foi publicado.*

Como se pode perceber, a construção de uma memória negativizada dos comunistas está também associada a uma falta de possibilidade de formação teórica da militância, capacitando-a em intervir neste processo de forma eficaz, respondendo às investidas de um discurso que passava a associar o comunismo com o “mal”.

Conforme Jorge Ferreira,

*A legalização do PCB, em 1945, permitiu aos revolucionários retomarem a circulação de suas ideias em textos impressos, particularmente com uma política editorial coordenada sistematizada e definida. Inversamente à primeira metade dos anos 30, quando os comunistas não tinham domínio sobre as publicações de obras marxistas, com o fim da Segunda Guerra, o PCB passou a controlar diretamente duas editoras: a Editorail Vitória e a Edições Horizonte, além da influência indireta sobre a Calvino Editores (Ibidem).*

Esse controle editorial, se positivo pelo aspecto do domínio do partido, revestiu-se, negativamente, na edição de obras cujo fito era sublinhar os “feitos de Stálin” e sua capacidade na produção de obras teóricas. A partir de então, ser comunista era assumir, dentre outros compromissos políticos, “a maneira stalinista de ser – sinônimo de comunista após 1945” (FERREIRA, p. 86).

*Para atuarem como verdadeiros e autênticos militantes bolchevistas, os quadros revolucionários tinham um modelo exemplar a seguir: Stálin. Nos jornais, livros e narrativas orais, os comunistas emitiam e manejavam mensagens exaltantes da figura do líder soviético, elegendo-o como paradigma de militante comunista (Ibidem, p. 91).*

## 2.4. A ANL em Passo Fundo e sua precursora: a Liga Eleitoral Proletária (LEP)

Nosso objetivo, neste item, é retratar, ainda que de maneira geral, alguns acontecimentos que precedem a ANL em Passo Fundo, no intuito de poder localizar, nos desdobramentos da história dos comunistas passo-fundenses, uma sequência de nomes que permanecem ligados a ela, mesmo antes da ANL. É o caso da LEP<sup>48</sup>, que faz adeptos também no município de Passo Fundo, numa prévia do que mais adiante viria a ser a constituição da ANL e, posteriormente, do PCB. De referir, salvo engano, que o estudo é pioneiro sobre esse tema, haja vista que não localizamos qualquer referência ao assunto na produção historiográfica.

Assim é que em Passo Fundo, na razão direta das eleições estaduais de 1934 –, a convite da Sociedade Operária, representada pelo seu Presidente, Dr. João Junqueira da Rocha e da Legião Proletária Rio-grandense, representada pelo seu Presidente, Sr. Jonathas Diniz – noticiava *O Nacional*, de seis de agosto de 1934, a realização de assembleia geral de sócios e não-sócios, naquela data, para a constituição do comitê da

---

<sup>48</sup> A ideia de união operária para o momento eleitoral tornou-se, neste momento, valor aceito até por reformistas e não-reformistas. Tivemos, assim, em vários Estados, movimentos e organizações de frente única como, por exemplo, no Rio Grande do Sul e sua Liga Eleitoral Proletária. Seu programa tocou em questões particulares do Estado, nada tendo a ver com o antifascismo. Falou-se em revisão das tarifas de energia elétrica, dos transportes, do telefone e dos impostos, além de vantagens educacionais e de salários para os trabalhadores (CARONE, 1991, p. 160).

Liga Eleitoral Proletária. Na edição de sete de agosto de 1934 eram levados ao público leitor os resultados da concorrida assembleia que escolhera para a composição do Comitê os seguintes nomes: João Junqueira da Rocha, secretário-geral, e Donato Luiz da Silva, Oreste de Carli, João Roma e Valentim De César, para comissários.

No dia cinco de setembro daquele ano, era noticiada a passagem da Caravana Operária em Passo Fundo, que ficou hospedada no Hotel Avenida, graças aos “preços módicos” cobrados pelo gerente do hotel, Sr. Eduardo Barreiro, fato este digno de nota por parte do presidente da Sociedade Operária, o Dr. João Junqueira que também usou da palavra no comício realizado na sede daquela associação para dizer que “a emancipação econômica e cultural dos trabalhadores só poderá ser conseguida no regime do socialismo aplicado através da ditadura do proletariado”<sup>49</sup>.

O Dr. João Junqueira da Rocha fez parte da chapa dos que concorriam para deputado estadual, conforme notícia veiculada no *O Nacional* de nove de outubro de 1934, informando também que os *camaradas* Donato Luiz da Silva, João Roma e Verdi De César, dentre outros, poderiam prestar maiores esclarecimentos aos eleitores. Esta liga teria curta duração em Passo Fundo, já que logo seria sucedida pela ANL.

Seguindo essa rápida incursão ao passado, no jornal *O Nacional* de 17 de junho de 1935, era noticiada a constituição, em Passo Fundo, do Diretório da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (VIANNA, 1995; KONRAD, 1994), ficando assim composto: presidente: Dr. João Junqueira da Rocha, advogado; vice-presidente: Eugênio Zanin, comerciante; secretário-geral: Dr. Verdi De César, advogado; secretário: Joaquim Musa, professor; tesoureiro: Eduardo Barreiro, hoteleiro; delegado de propaganda e organização: Donato Luiz da Silva e Theobaldo Fleck, ambos marcineiros. Baseando sua organização em nú-

---

<sup>49</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-9-1934.

cleos<sup>50</sup> formados por unidade de classes, foram designados os companheiros Pedro Ferrão Teixeira, Enio Malander, Ernesto Delvaux, dentre outros, para formarem os respectivos núcleos.

Dessa listagem, fica evidente a composição heterogênea da ANL, refletindo, localmente, uma realidade que era comum a ANL no resto do país. O entusiasmo instaurado aos quatro cantos do país, com a criação da Aliança Nacional, era também propulsor da criação de novos núcleos municipais, sendo que em 20 de junho de 1935, conforme a edição n. 2.136 de *O Nacional*, era informado aos passo-fundenses de que:

*[...] todos os companheiros incumbidos da organização de novos núcleos profissionais têm recebido inúmeras adesões. Ainda ontem receberam a incumbência de formarem novos núcleos os companheiros Múcio Martins de Castro e Luiz Gonzaga Rocha, que irão organizar, respectivamente, os núcleos de intelectuais jovens e carpinteiros.*

Aqui, o interesse da citação da notícia daqueles idos fica por conta do nome de Múcio de Castro, um dos futuros proprietários do jornal *O Nacional*, homem de postura firmemente democrática, e que seria posta à prova por ocasião do Golpe Militar de 1964, quando então, segundo contam as vozes jornalísticas de Passo Fundo<sup>51</sup>, rechaçou a intervenção dos militares em seu jornal para que despedisse o repórter “comunista” João Freitas (falecido adiante em três de outubro de 1992).

---

<sup>50</sup> Estes núcleos visavam à organização da ANL por locais de moradia e por locais de trabalho, ou por afinidade de profissões.

<sup>51</sup> Este fato foi confirmado por jornalistas de Passo Fundo que vivenciaram o episódio, dentre os quais destacamos o Srs. Argeu Santarém e Ivaldino Tasca, repórteres do jornal à época, e que por várias vezes já confirmaram o relatado em manifestações públicas, sendo a última delas ocorrida em eventos promovidos pela FAPLAN (Faculdades Planalto de Passo Fundo) e UPF (Universidade de Passo Fundo), alusivos ao Golpe de 1964. Referido fato também é ressaltado pelo historiador José Ernani de Almeida, em sua obra: *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo, 1964/1978*, Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 177, ao referir que “O jornalista Múcio de Castro reagiu à apreensão de seu jornal e à prisão do jornalista João Freitas através de contundentes editoriais, tornando mais tensa a relação de *O Nacional* com as autoridades do regime militar.

Os aliancistas passo-fundenses faziam questão de destacar esta postura democrática que os identificava com a ANL, afastando qualquer comentário ou notícia em contrário.

Tal assertiva é confirmada pela informação veiculada em *O Nacional*, de 28 de junho de 1935, quando o secretário-geral da entidade supra-partidária, Dr. Verdi De Césaró, explicando as finalidades da ANL, declarou: “a ANL não é o que por aí se diz, por ignorância ou malícia – a Aliança não é comunista.” Robustece ainda o asseverado a matéria jornalística que dava a notícia de que o comício seria realizado pelos aliancistas no dia cinco de julho de 1935, às 20 horas, na Praça Marechal Floriano, assim posta:

*Para esse comício, serão convidados, além do povo em geral, dos simpatizantes e aderentes da Aliança, todas as organizações e associações da cidade, independente de credos políticos ou partidários, pois, não é demais frisar que a A.N.L não é um partido político para disputar postos governamentais. É uma organização devidamente registrada, legal, por conseguinte, para formar uma vasta corrente de opinião para combater o imperialismo, o latifúndio e as manifestações anti-democráticas.<sup>52</sup>*

Em que pese a ligação objetiva da ANL com as formações operárias locais – o próprio presidente da ANL, Dr. João Junqueira da Rocha era advogado ligado às causas populares em sua atividade profissional –, fica evidente que era a intelectualidade a condutora mestra desse movimento em Passo Fundo. Não poucas vezes era noticiado nos jornais locais a cedência das dependências da sede da Sociedade Operária para a realização de atividades, tanto da LEP como da ANL. E assim foi por ocasião do comício aprazado para o dia cinco de julho de 1935, tendo em vista a proibição de sua realização em praça pública, conforme notificação recebida pelos Drs.

---

<sup>52</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2-7-1935.

João Junqueira da Rocha e Verdi de César, de lavra do Comandante do 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar de Passo Fundo e do Delegado de Polícia, por ordem emanada do governador do estado.<sup>53</sup>

O comício da ANL movimentou Passo Fundo, mesmo se realizando em recinto fechado, “indo grande aglomeração de povo postar-se à frente do edifício por não caberem no amplo salão que se achava literalmente lotado”.<sup>54</sup> Na oportunidade, usaram da palavra o Dr. João Junqueira da Rocha, presidente do Diretório Municipal da ANL, “produzindo um substancioso discurso entrecortado de aplausos da assistência, explicando as finalidades da ANL, que disse ser a defesa das liberdades democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio.”<sup>55</sup> Conforme o veiculado,

*O orador demorou-se em considerações demonstrativas de que a ANL não é contra Deus, contra a religião ou contra a pátria, como assoalham os seus adversários, que não encontram outro argumento para combater de frente os justos ideais da ANL.*<sup>56</sup>

Após o pronunciamento do presidente local da ANL, falou o proletário Jonathas Diniz, que “produziu entusiástica oração, frisando a diferença entre a ANL e o comunismo.

O orador foi muito aplaudido por todos.”<sup>57</sup> É visível, nas manifestações, seja de intelectuais ou de operários, a afirmação da perspectiva democrática, avessa aos pressupostos golpistas que permeavam a aliança em outras localidades. Todavia, em nível nacional, a ANL era totalmente permeada pelo PCB. Basta lembrar que Luiz Carlos Prestes era seu presidente de honra.

---

<sup>53</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-7-1935.

<sup>54</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-7-1935.

<sup>55</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-7-1935.

<sup>56</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-7-1935.

<sup>57</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-7-1935.

No entanto, o fechamento da ANL, por ordem do governo federal, logo repercutiu em Passo Fundo, sendo que no dia 15 de julho de 1935, a direção da ANL era notificada dessa ordem, pelo Sr. coronel Jorge Pellegrino Castiglione, comandante do 3º Regimento da Brigada.<sup>58</sup> A notícia, em nível nacional, originária do Rio de Janeiro, ficou assim registrada no periódico:

*Tomando por base as declarações feitas à imprensa, pelo chefe de polícia desta capital, foi assinado um decreto ordenando o fechamento de todos os núcleos da Aliança Nacional Libertadora no Brasil. Fundamenta o decreto a alegação de que a Aliança estava desenvolvendo uma atívisíssima propaganda subversiva da ordem pública e social existentes.*<sup>59</sup>

O periódico também fazia noticiar o comunicado que recebera da secretaria da ANL de Passo Fundo, nos seguintes termos:

*FECHAMENTO DA SEDE – Sábado, à noite, a direção da ANL foi notificada pelo Sr. coronel Jorge Pellegrino Castiglione, comandante do 3º Regimento da Brigada, de que por ordem do governo federal foram fechadas por 6 meses as sedes da ANL em todo o território nacional, e que portanto ficava absolutamente interdita a sede do núcleo desta cidade.*<sup>60</sup>

Ainda era informado que o Diretório Municipal da ANL, em visita ao jornal, havia transmitido – em razão deste ato – um telegrama ao Dr. Dionélio Machado, presidente do Diretório Estadual da ANL, com o seguinte conteúdo:

*Pretexto combater surto regime força governo liberal democrático acaba praticar ato inominável violência proibindo Aliança exercer*

---

<sup>58</sup> O Nacional, Passo Fundo, 15-7-1935.

<sup>59</sup> O Nacional, Passo Fundo, 15-7-1935.

<sup>60</sup> O Nacional, Passo Fundo, 15-7-1935.



II Guerra Mundial. No meio, aparece o jovem repórter Maurício Sirotski Sobrinho. Pressionado duramente pela esquerda, liberais e democratas em geral, Getúlio Vargas finalmente declara guerra aos países do Eixo - Alemanha, Japão e Itália - em 31 de agosto de 1942. O fato repercutiu imediatamente em Passo Fundo e os comunistas locais promoveram um grande ato de mobilização patriótica organizado por Eduardo Barreiro. No encontro, entre outros, estava o dirigente estadual do PC Sérgio Holmos.

Arquivo Yara Lopes Brotto.

*direitos garantidos expressamente constituição pelo que fomos ontem notificados comandante Regimento Brigada ordem fechar nossa sede severa interdição nela penetrar. Dispostos empregar nossos esforços libertação nacional garras imperialismo e fascismo aguardamos ordens enviando saudações democráticas diretório municipal. João Junqueira da Rocha, Eugênio Zanini, Verdi De César, Eduardo Barreiro, JoaquimMusa, João Carlos Fleck, Donato Luiz Silva.<sup>61</sup>*

<sup>61</sup> O Nacional, Passo Fundo, 15-7-1935.

A insurreição ocorrida no Rio Grande do Norte em 23 de novembro de 1935, que também atinge outros Estados da nação, traria revezes aos partidários aliancistas do município, redundando na prisão dos Srs. João Junqueira da Rocha, Eduardo Barreiro e Pedro Ferrão Teixeira, acusados de “comunismo”, conforme *O Nacional*, de 23 de novembro de 1935.

O noticiário que se produz e reproduz, a partir do fechamento da ANL e da tragédia de 35, põe por terra e sufoca, qualquer postura democrática, engolfadas pela avalanche contrária ao tresloucado golpismo da ANL, cujo surto anti-comunista se propaga, sendo as resenhas jornalísticas – em sede local – um reflexo daquilo que também seria manchete em nível nacional e estadual.

*O Nacional* noticiava os acontecimentos do centro do país, nos seguintes termos:

*O ministro Sr. Vicente Rao, em nome do Sr. Getúlio Vargas, respondeu o pedido de informação da Corte Suprema, declarando que a Aliança Nacional Libertadora não passa de um disfarce do comunismo, conforme se vê claramente do manifesto lançado pelo Sr. Luiz Carlos Prestes, seu presidente honorário. Acrescenta que o fechamento de suas sedes foi feito de acordo com os termos da Lei de Segurança Nacional no interesse da ordem pública. Termina dizendo que, nesses termos, não cabe, no assunto, o mandado de segurança requerido.*<sup>62</sup>

Sobre a ANL *O Nacional* registrava também as impressões do governador, general Flores da Cunha:

*Falando a um representante dos Diários Associados, o general Flores da Cunha declarou: “Tenho opinião conhecida sobre os extremismos. Sou pela democracia, regime em que melhor se equilibram os conceitos de liberdade e autoridade, onde a questão social pode encontrar solução*

---

<sup>62</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6-8-1935.

*adequada. Embora leia nos jornais as ameaças dos integralistas de apossarem-se do governo, não vejo possibilidade desse acontecimento”. Gravíssima, porém, é a ação da Aliança que não esconde os seus propósitos subversivos. Todas essas tendências exóticas, não encontrando no estado condições apropriadas, estão destinadas a frágil malogro. Sinceramente, declaro que, se me visse forçado a optar por uma dessas duas correntes, escolheria o integralismo, porque prega e defende as ideias culminantes de família, pátria e religião.<sup>63</sup>*

Como visto, as declarações do Ministro da República e do governador do Estado são uníssonas no sentido de acolher a tese anticomunista implicando não só o fechamento da ANL, mas o aplainamento do terreno para a eclosão do golpe de 1937. Esse fechamento implica, em sede local, a obstrução de um movimento – ainda que incipiente – em direção à organização dos comunistas. Representa, por outro lado, em nível geral, e com a tragédia insurrecional a possibilidade concreta de repressão e aniquilamento das ideias e dos ativistas, com as prisões de aliancistas sendo lugar comum nos quatro cantos da nação.

No tocante à insurreição de 1935, os jornais locais noticiam sua repercussão e desdobramentos em nível nacional, como segue:

#### *FOI SUFOCADO O MOVIMENTO EXTREMISTA IRRROMPIDO NA CAPITAL DA REPÚBLICA*

*Foi preso o cap. Agildo Barata, um dos chefes do movimento.*

*O Sr. Getúlio Vargas dirigiu pessoalmente as operações militares contra os extremistas – No ataque contra o 3º R.I., os extremistas tiveram grande número de baixas – A ordem pública foi restabelecida às 13 horas.<sup>64</sup>*

---

<sup>63</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26-7-1935.

<sup>64</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28-11-1935.



Conjunto de dirigentes locais do Partido Comunista na década de 1940. Chama a atenção a elegância do grupo: iam para as reuniões como quem vai para uma festa. Local: frente do Hotel Avenida.

Arquivo Yara Lopes Brotto.

A repercussão do intento comunista é extremamente negativa, eis que associada à campanha anticomunista já deflagrada quando do fechamento da ANL, e que acaba por se justificando com malfadada iniciativa do PCB. O fracasso do movimento era alaardeado como uma grande vitória do governo Vargas, como se denota:

#### *FRACASSOU A INTENTONA EXTREMISTA*

*Foi restabelecida a ordem no Rio Grande do Norte.*

*RIO, 28(D)— Os sucessos da Intentona não preocupam mais a opinião pública. Apenas os jornais publicam longas reportagens narrativas sobre os detalhes do movimento extremista, enaltecendo a pessoa do Sr. presidente da República, pela maneira enérgica com que enfrentou a situação, evitando que a capital nadasse num oceano de sangue.*

*A polícia continua exercendo severa vigilância, efetuando inúmeras prisões de elementos suspeitos.*

*RIO, 28(D)– Um rádio captado pela Central da Polícia informa que o vapor de “Santos”, no qual fugiram os revolucionários do Rio Grande do Norte, se dirige para o sul, acreditando-se que os extremistas pretendem desembarcar no porto de Buenos Aires.*

*Os fugitivos sobem a 500 pessoas, afora parte da tripulação que foi obrigada a embarcar.<sup>65</sup>*

As notícias assumem vulto regional, eis que as prisões de aliancistas aqui efetuadas têm seu desfecho com a remessa destes para a capital, Porto Alegre, conforme informavam os periódicos:

#### *FORAM POSTOS EM LIBERDADE*

*P. Alegre, 5 (D)– Por determinação do Gal. Flores da Cunha e de acordo com o Dr. Poty Medeiros, chefe de Polícia, foram postos em liberdade os Srs. Dr. João Junqueira Rocha, Eduardo Barreiro, Pedro Ferrão Teixeira, e Jonathas Diniz, presos nessa cidade por determinação das autoridades competentes.*

*Investigando melhor a notícia, a nossa reportagem foi informada que as exmas. esposas dos Srs. Junqueira Rocha e Pedro F. Teixeira haviam recebido telegramas de seus esposos confirmando a notícia divulgada. Pelas 17 horas mais ou menos, o diretor desta folha recebeu um telegrama do Dr. Junqueira, anunciando aos leitores do Diário da Manhã que, por ordem do Dr. Chefe de Polícia, tanto ele como seus companheiros haviam sido soltos.<sup>66</sup>*

Em Passo Fundo, as notícias ocuparam a redação dos dois periódicos, já que as prisões referiam-se a pessoas muito conhecidas na cidade:

---

<sup>65</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 29-11-1935.

<sup>66</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 6-12-1935.

FORAM ONTEM PRESOS, NESTA CIDADE, OS SRs. DRS. JOÃO JUNQUEIRA ROCHA, EDUARDO BARREIRO E PEDRO FERRÃO TEIXEIRA.

*Ontem à noite foram presos, nesta cidade, os Srs. João Junqueira Rocha, advogado neste foro, Eduardo Barreiro, gerente do Hotel Avenida e Pedro Ferrão Teixeira, empregado na gerência desta folha.*

*Essas prisões e a notícia de que ainda outras seriam feitas, sob a acusação de comunismo, prendem a atenção de todas as rodas, não só ontem, como esta manhã.*

*Os detidos foram conduzidos ao Edifício da Prefeitura, na Delegacia de Polícia, onde pernoitaram.*

*Esta manhã correu o boato de que haviam os detidos seguido para P. Alegre, pelo trem de tabela. Entretanto, desde logo foi desmentida a notícia, encontrando-se todos ainda na Delegacia de Polícia.*

*Ao que pudemos apurar, até o momento de redigirmos esta notícia, as autoridades locais aguardavam ainda ordem de P. Alegre, sobre o destino a ser dado a esses cidadãos.<sup>67</sup>*

Os periódicos locais se revezavam em noticiar os fatos que permeavam a prisão dos aliancistas passo-fundenses, já que as medidas policiais provocavam inquietação no público leitor, que acompanhava com vivo interesse o noticiário regional e nacional, como realça a seguinte matéria jornalística:

*AMPLA NOTICIÁRIO SOBRE A VIDA DA CIDADE MEDIDAS POLICIAIS CONTRA ELEMENTOS DA A. N. L.*  
*Domingo, pelas 21 horas mais ou menos, nossa reportagem foi avisada de que lá, pela polícia, algo de anormal se estaria passando. Imediatamente nos colocamos em campo, constatando que de fato, a polícia havia efetuado a prisão do Dr. Junqueira Rocha, Presidente da Sub-secção da Ordem dos Advogados, desta cidade.*

---

<sup>67</sup> O Nacional, Passo Fundo, 2-12-1925.

*Logo em seguida, foram presos os Srs. Pedro Ferrão Teixeira, funcionário da Administração do nosso colega, O Nacional, e Eduardo Barreiro, gerente do Hotel Avenida.*

*Essas prisões, de acordo com o que colheu nossa reportagem, foram determinadas pelo Dr. chefe de Polícia do Estado.*

*Em continuação, foram presos ontem pela manhã, os Srs. Jonathan Diniz e João Muniz, também como os demais, pertencentes à A.N.L. desta cidade.*

*Começaram então a surgir as mais variadas versões, sendo a mais corrente, a que fazia crer ter vindo a ordem por intermédio do Comando, do 8º R.I. para que fossem presas as pessoas acima mencionadas.<sup>68</sup>*

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, junto ao Livro de Registros da Casa de Correção, aberto em 21 de novembro de 1935, pelo então chefe de Polícia Poty Medeiros, em suas páginas 49/50, constam os recolhimentos àquela Casa, dos Srs. João Junqueira da Rocha, Eduardo Barreiro, João Bonifácio Arangipe, João Roma, Donato Luiz da Silva e Enio Malander, entre outros, sob a acusação de extremismo, em consonância com os fatos divulgados pelos jornais locais, assim postos:

#### *REMETIDOS PARA PORTO ALEGRE*

*Dois elementos acusados de extremistas. Seguiram hoje para a Capital do Estado, por determinação da Chefia de Polícia os Srs. João Roma e Eugenio Zanini, que, conforme noticiamos, foram presos por terem sido acusados de pertencerem à Aliança Nacional Libertadora.<sup>69</sup>*

*Combate ao extremismo – Por determinação do Dr. Chefe de Polícia, seguiram hoje para Porto Alegre os Srs. Eugênio Zanini e João Roma, presos nesta cidade por pertencerem a A.N.L.<sup>70</sup>*

---

<sup>68</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 2-12-1935.

<sup>69</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13-12-1935.

<sup>70</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 13-12-1935.

Numa conclusão parcial, relativa aos desdobramentos da LEP, ANL, resta evidenciado o caráter democrático que inspirou os ligacionistas e aliancistas passo-fundenses.

No interregno de 1935-45, em sede local, não há sinal, ou notícias de uma continuidade, salvo engano, e cujo elo é reatado com a democratização de 1945, voltando à cena alguns dos atores antes mencionados e que foram relegados a um lapso forçado de esquecimento e recrudescimento da militância.

## *2.5. A legalidade e a memória que a precede*

De 1938 até o início de 1942, em que pesem algumas atuações isoladas em alguns Estados, o PCB praticamente *desaparece* do cenário nacional, mesmo como organização clandestina. Nesse interregno, é importante salientar a existência de duas correntes com posturas políticas opostas no seio do PCB, sendo que uma “quantidade expressiva de documentos produzidos, seja pelo Diretório Estadual de São Paulo da ANL, seja pelo Comitê Regional (CR) de São Paulo do PCB, durante os anos de 1936-38, refletem a posição do grupo paulista liderado por Hermínio Sacchetta. O CR de São Paulo – cujos membros eram, na prática, os dirigentes da ANL naquele estado – defendia uma orientação política que frequentemente chocava-se com a do Secretariado Nacional do PCB, chefiado naquele período por Lauro Reginaldo da Rocha (o Bangu). Este era acusado pelos paulistas de “direitista” e “oportunista” (PRESTES, 2001, p. 21).

Se bem que o objetivo de fundo a que nos propomos não seja a análise mais apurada dos antecedentes ao período legal de 1945-47, certamente que os fatos ocorridos no período de 1938-42 e que precedem a reorganização do PCB em 1943, são deveras importantes, haja vista que irão se refletir nesse movimento da conjuntura interna partidária dos comunistas, cujos desdobramentos se darão na linha política elaborada

para o enfrentamento da realidade sócio-política então vivenciada na conjuntura do país.

No que diz respeito a estes fatos, sem dúvida alguma a importância dos apontamentos de Anita Leocádia Prestes, endereçados ao pleito de 03 de janeiro de 1938, que assim situa os mesmos:

*Segundo Heitor Ferreira Lima, dirigente comunista aliado a H. Sacchetta, a insistência de Bangu e de seus seguidores no apoio à candidatura do Catete pode ser explicada pelas ilusões eleitorais que alimentavam, pela incompreensão da tática getulista de perpetuação no poder e preparação do golpe em aliança com o integralismo, pela vã esperança de que José Américo no governo decretaria a anistia e o restabelecimento das garantias constitucionais a que todos tanto ansiavam.*

*O Secretariado Nacional do PCB pregava o combate ao integralismo sem perceber que o seu maior aliado e sustentáculo era o próprio Vargas. Contribuía, portanto, ainda que inconscientemente, para o sucesso dos intentos golpistas de Getúlio e seu grupo no poder, posição criticada pelo Comitê Regional de São Paulo, que em numerosos documentos afirmaria a necessidade de conjugar o combate ao integralismo com a luta contra o Governo Vargas e, em particular, contra o golpe que vinha sendo preparado por Getúlio com a participação dos adeptos do Sigma (PRESTES, p. 26-27).*

Em resumo, enquanto a posição do Comitê Regional paulista era de conceder apoio ao candidato presidencial que assumisse publicamente o compromisso de cumprir um programa mínimo centrado na anistia, volta à Constituição, abolição das leis terroristas, luta contra o integralismo e o getulismo, luta contra a carestia de vida, pelo aumento de salários, a posição do Secretariado Nacional do PCB era de apoio incondicional ao candidato oficial e, por via de consequência, ao próprio Vargas. As posições antagônicas levaram

ao aprofundamento das divergências, sendo que em novembro de 1937 ocorreu grave cisão partidária, quando Sacchetta e muitos de seus correligionários foram expulsos do PCB pelo Secretariado Nacional, denunciados como trotskistas<sup>71</sup>. A expulsão do grupo se afinava às orientações da Internacional Comunista, vigorantes desde seu VII Congresso realizado em agosto de 1935, no sentido de que os partidos comunistas deveriam empenhar-se na formação de Frentes Populares contra o imperialismo e o fascismo.

Após o golpe getulista de 10 de novembro de 1937, Sacchetta e seu grupo manifestam-se contra qualquer espécie de apoio ao ditador, propugnando pelo estabelecimento de uma “frente comum antifascista e pela liberdade”, cujo mote principal era a derrubada de Vargas. Por outro lado, a direção do PCB, com Bangu à cabeceira, iria mais uma vez prostrar-se na linha do absentéismo à luta pela “derrubada de Vargas”, substituindo-a pela seguinte consigna inserida nos documentos da época: “Abaixo o fascismo! Abaixo o integralismo! Viva a democracia!”.

Daí por diante, prevalecerão as teses que em 1938 iriam estar delineadas no documento do Secretariado Nacional do PCB, intitulado “União Nacional pela Democracia e pela Paz!” Conforme ressalva Anita Leocádia, “Com esse documento, o SN do PCB, sob a direção de Bangu, deixava explícita a nova tática adotada, de ‘União Nacional’, *inclusive com Vargas*, visando a isolar e derrotar o fascismo – entendido este como o nazismo das potências do Eixo e seus agentes internos, os integralistas. Getúlio Vargas deixara de ser o inimigo de antes para ser visto como possível aliado” (PRESTES, p. 37), não obstante, todavia, que no período denominado “biênio da neutralidade”, resultante do pacto de não-agressão germano-soviético, haver ficado um pouco arrefecida tal consigna.

---

<sup>71</sup> Termo advindo do nome Leon Trotsky, revolucionário russo de 1917, e que discordava da linha imposta por Stálin aos rumos da URSS.

A partir de 1942, o PCB começou a reaparecer no cenário político nacional, ao lado de outras forças políticas, somando-se aos movimentos reivindicatórios. Nesse mesmo ano, o Brasil entrou na guerra junto aos aliados. Em síntese, foi ser nesse contexto reivindicatório e de luta pelas liberdades democráticas que o PCB se reorganizou e voltou a agir e influenciar na vida política nacional, sendo o marco desta reorganização a conferência partidária que ficou conhecida como a *Conferência da Mantiqueira*, realizada em agosto de 1943, que ratificou a postura da até então denominada *Comissão Nacional de Organização Provisória* (CNOP), de apoio incondicional à Vargas, no esforço de guerra contra o nazi-fascismo e seu desdobramento natural na conquista inevitável das liberdades que adviriam com a derrubada de tal regime, cujos reflexos seriam os propulsores de tais acontecimentos em nível local.

Esta refundação do PCB, em 1943, ou em 1945, é algo bem salientado, tanto por Del Roio quanto por Brandão. Para Del Roio (p. 84),

*A partir de 1937, os comunistas, ao reduzirem a noção de revolução burguesa a mera industrialização, passaram a entender a burguesia como força motriz essencial da revolução brasileira [...]. Assim, embora o PCB tivesse sido praticamente destruído pela repressão estadonovista, a refundação de 1943 teve o significado de consolidação dessa cultura política da esquerda brasileira e de sua respectiva revolução,*

ou seja, de uma revolução que ora se precipita e ora se amolda aos interesses “democráticos” desta mesma burguesia contra quem ele (PCB) precipitara sua “revolução”. Para Brandão (p. 89),

*Ainda que a influência intelectual do marxismo, galvanizando internamente pela formulação ideológica aliancista, se exerça no país desde*

*a década de 30, é apenas a partir de 1945 que o PC pesa na vida política, e é então que ele começa a existir como partido,*

mas, até aí, a imprensa burguesa já tinha detonado suas baterias, construindo, através do discurso político, especialmente – mas não unicamente – nos meios jornalísticos, uma memória “negativa” de “comunismo” e de “comunistas”, não obstante que “entre 1945 e 1947 o PC seja mais um movimento do que um partido [...], deve-se dizer que se trata, de fato, de um *outro* partido ou, pelo menos, de uma *refundação* do partido de 22” (Idem, p. 156). Todavia, esta *refundação* – ou seria a adaptação a uma democracia mais real do que a da realidade –, como aponta Mariani (p. 61), não se desgarra

*[...] na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada, uma vez que o discurso dos comunistas praticamente inexistia na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso do Partido, o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade.*

Ainda que esta não seja uma maneira muito apropriada de se analisar estes vaivéns, fica a impressão de que o PCB dizia não quando deveria dizer sim, e dizia sim quando deveria dizer não, tendo como suporte a abstenção de 1930 e as “ilusões” democráticas de 1945-1947.

## *2.6. A questão da democracia*

Em 1938, em comemoração ao primeiro aniversário do Estado Novo, preparou-se uma grande exposição que, como não

poderia deixar de ser, possuía um pavilhão anticomunista que documentava (com fotos e textos) a ação comunista desenvolvida em várias partes do mundo, dentre as quais se destacavam a Espanha e o Brasil. Essa “montagem” tinha como propósito a construção da imagem negativa dos comunistas junto à opinião pública enquanto subversivos da ordem. O discurso visual – alimentado com legendas, setas rubras e estatísticas pré-fabricadas – apresentava os comunistas como homens de má-fé e traidores da nação (CARNEIRO, 1999, p. 330-331).

Mesmo assim, ante as duras condições impostas, o PCB foi o único partido a sobreviver, apesar da repressão, neste conturbado período, sendo que em agosto de 1943 reuniu-se – por convocação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) – em Conferência Nacional nos arredores da cidade de Rezende, e que ficou conhecida como “Conferência da Mantiqueira” por representar um marco na reconstrução da vida partidária do PCB.

À medida que o Estado Novo rachava em contradições internas, pelo temor dos oportunistas diante das teses fascistas que defenderam, em seguida afundando, pouco a pouco o PCB foi emergindo (CHACON, p. 141). Apesar de uma política cautelosa e pouco ativa, a repressão desencadeada pelo Estado Novo, num momento de afinidade com o eixo nazifascista, acabou por dismantelar por completo a organização comunista em abril de 1940, com a prisão de quase todos os integrantes da direção. Um terceiro grupo dirigente, bem mais estável e duradouro, formar-se-ia a partir de 1943, aglutinando ao redor de Luis Carlos Prestes militantes forjados no antifascismo e remanescentes de menor destaque das direções anteriores, já no quadro de declínio do Estado Novo (DEL ROIO, p. 61).

Nesta fase governamental, veio a lume a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando Vargas, diretamente, ou por intermédio de seu Ministro do Trabalho, dirigia-se aos trabalhadores, em palestras radiofônicas semanais, valendo-se da legislação sindical e social por ele criada, sem dúvida

com um olho na possível necessidade de pôr fim à ditadura e contar com um novo ator político com peso eleitoral.

Na proximidade da vitória dos Aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou ao auge com a proposta de uma Assembleia Constituinte com Vargas, apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil.<sup>72</sup> Ao que tudo indica, as relações entre o PCB e Getúlio Vargas, em 1945, tinham caráter de aliança política, especialmente após a decretação da chamada “Lei Malaia” (anti-truste). Em agosto daquele ano, o PCB criou o MUT (Movimento de Unidade Trabalhista) para a mobilização operária na campanha queremista (SOUZA, p. 117). Essa guinada, que se assemelhava com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas.

Nas circunstâncias da época – luta interna contra a ditadura e externa contra o nazifascismo –, o motivo do divórcio foi obscurecido pela aspiração geral de democratização, que colocava do mesmo lado parceiros heterogêneos.

Em 1945, ficaram contra Vargas os principais entre seus antigos auxiliares, como Góis, Dutra, Canrobert Pereira da Costa, tidos como simpatizantes do Eixo. Movia esse grupo o receio da política trabalhista implementada pelo chefe de governo, vinculando-a de modo quase paranoico ao perigo comunista. Ficaram também contra Vargas antigos aliados da época pré-Estado Novo, como os generais Juracy Magalhães e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes (CARVALHO, 1999, p. 74).

A deposição humilhante de Vargas foi obra das forças conservadoras visando a substituir o Estado Novo sem solapar

---

<sup>72</sup> Referido movimento ficou conhecido como “queremismo”, ou seja, no sentido da manutenção de Vargas à frente do Governo Brasileiro.



O dirigente estadual do PCB Sergio Holmos (com o cigarro) vem instalar o núcleo local do MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores, órgão de massa de seu partido. Padeiro de origem espanhola, foi dirigente estadual e nacional do mesmo.

Foto tirada na Praça do Hospital de Caridade, em 1945/46. Por ser um agrupamento partidário nevrálgico e, em consequência, sempre às voltas com a repressão, o PC passo-fundense era assistido de perto pela Direção estadual. Além de Holmos, estiveram em reiteradas ocasiões os intelectuais e militantes Fernando Mello (1922-1949), poeta e jornalista assassinado pela polícia de Caxias do Sul, e Laci Osório (1911-1999), também poeta e jornalista. Fregueses, é claro, do Hotel Avenida.

Arquivo Tania Barreiro.

sua estrutura, na resistência a uma abertura descontrolada do processo político, eis que a derrota do Eixo ofuscou o atrativo ao fascismo, ganhando força a expectativa na democracia representativa. Além de que as elites não acreditavam que Vargas refreasse seus impulsos progressistas.

Relata Antonio Paulo Rezende que o “processo de transição que marca os últimos meses do governo Vargas se dá ainda sob o controle do Estado, juntamente com forças políticas e lideranças como Carlos Prestes defendendo uma “constituente com Getúlio” (REZENDE, 1990, p. 45).

O queremismo mobilizou trabalhadores através do PCB e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas, movimento este que não conseguiu barrar o golpe militar que entregou o Poder momentaneamente a um representante do Poder Judiciário.

Entram em disputa dois representantes da classe dominante: o brigadeiro Eduardo Gomes é lançado candidato pela União Democrática Nacional (UDN); o general Eurico Gaspar Dutra é lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e apoiado posteriormente pelo PTB; Yedo Fiúza é lançado pelo PCB, partido que mais cresceu nesta conjuntura com a multiplicação de suas células e comitês em todos os quadrantes do país, sob a batuta da linha política de “União Nacional” (Idem, p. 46/47), obtendo quase 10% do eleitorado: cerca de 600.000 votos para Fiúza, um senador e quatorze deputados federais.

### *2.6.1. Redemocratização de 1945-1946*

A perspectiva de um Brasil democrático, vislumbrada pelos comunistas no ocaso do Estado Novo contrariava os planos da cúpula reacionária do Exército que se afastou de Getúlio na exata medida em que este deixou de representar a garantia política da ordem estabelecida e dos interesses adquiridos.

Segundo João Quartim de Moaraes (1998, p. 169-170),

*O golpe de 29 de outubro de 1945 não passou de um serviço prestado pelos generais Goes Monteiro e Dutra (os mesmos, nunca será demais repetir, que haviam militarmente viabilizado o Estado Novo) à direita liberal antigetulista. Não foi um golpe para derrubar o Estado Novo.*

*Este já estava com seus dias contados. Desde 28 de maio de 1945, com efeito, as eleições legislativa e presidencial estavam marcadas para 2 de dezembro do mesmo ano. [...] O que assustava a direita, a liberal como a cripto-fascista, era a perspectiva de um triunfo getulista e de um sucesso notável dos comunistas nas urnas.*

Diferentes grupos participaram deste processo de “redemocratização”, deles destacando-se uma suposta oligarquia dissidente liberal, as camadas médias (liberal-conservadora ou reformistas, e populares (em especial as vinculadas ao PCB). A negociação de uma democracia restrita, pelo alto, poderia não ter sido o desfecho, já que havia um movimento de bases populares, calcado na União Nacional dos Estudantes (UNE), na Liga de Defesa Nacional (LDN), Sociedade dos Amigos da América, no próprio PCB e sindicatos que postulavam, na luta contra o fascismo, uma nova base sócio-econômico-política, em especial no período de 42/45, quando explodem as grandes manifestações populares (CALIL, 1999, p. 367-368).

Para o cientista político Afonso Arinos, a redemocratização foi resultado da Segunda Guerra Mundial, isto é, dos fatores internacionais (apud CALIL, 1999, p. 368), sendo que já em outubro de 1943 foi lançado o Manifesto dos Mineiros, visando a conter as reivindicações populares e cingir a democracia a pequenas reformas e evitar sua radicalização.

Com Vargas afastado do processo de redemocratização, manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob a direção desta realizaram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946, que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo. Os donos do poder passaram incólumes da ditadura à democracia autoritária.

Reorganizado, após a Conferência da Mantiqueira, o PCB apoia Vargas através da política de União Nacional, abdicando temporariamente da luta de classes, no paradoxo de que se o esforço contra o nazi-fascismo e a mobilização para a guerra

era justo, em plano internacional, o apoio a Vargas significou o confronto com as lutas concretas em defesa da redemocratização. Ao mesmo tempo da aproximação com Vargas, o partido levava ao extremo a concepção *etapista* da revolução, receitada pela URSS, concentrando todos os seus esforços na aliança de classes e no apoio à *burguesia nacional*. O partido abriu mão de qualquer projeto autônomo, convertendo-se em porta-voz de um projeto de desenvolvimento burguês que a própria burguesia não proclamava. Assim, crendo que a “democracia burguesa volta-se para a esquerda”, o partido colocava-se na condição de “guardião” da ordem<sup>73</sup>, negando sua trajetória, e chegando a afirmar que “é preciso restabelecer a confiança nos políticos”. Essa política levou o partido a renegar a luta de classes ao se assumir representante “de todos os brasileiros e da aliança entre os industriais e operários”, contrariando sua identidade historicamente construída (CALIL, 1999, p. 385).

Nesse aspecto, Prestes (1948, p. 6-7) ressaltava, por ocasião do Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Central do PCB, na solenidade de instalação do Pleno Ampliado do Comitê Central, em 4 de janeiro de 1946, no Instituto Nacional de Música, que

*As vitórias de nosso Partido nos meses decorridos de agosto para cá foram antes de tudo grandes vitórias de nosso povo. Bons passos foram dados no caminho da união nacional, do esclarecimento político de extensas camadas de nossa população, insistentemente alertadas por nós, comunistas, durante meses, contra os provocadores fascistas e os demagogos e “salvadores” golpistas. E graças a isto, não pôde o golpe militar de 29 de outubro alcançar os objetivos visados pela reação, servindo, ao contrário, de lição prática para as grandes massas trabalhadoras, confirmação e justeza da linha política de nosso Partido,*

---

<sup>73</sup> O partido espousa a linha de “ordem e tranquilidade” e “apertar os cintos”, que tenta impor um controle sobre as movimentações dos trabalhadores, conseguindo um sucesso bastante provisório (SANTANA, 2003, p. 173).

*e conseqüentemente de ponto de partida para um ritmo novo, mais acelerado, na marcha da democracia em nossa terra.*

Como se denota, a postura do partido era de encarar os fatos, mesmo sob o tacão do governo Dutra, no compromisso de manutenção de um *status* que tinha de se encaixar em sua linha política.

Na conclusão do Informe Político, Prestes (p. 63-64) acentua:

*Como acabamos de ver, é a união nacional a grande tarefa, o grande objetivo a atingir em nossa terra nos dias de hoje, porque só através da união nacional, da união cada vez mais ampla e sólida das camadas progressistas de nosso povo, de todos os patriotas e antifascistas, independentemente de classes, ideologias e crenças religiosas que porventura os possam separar; só assim, unidos, e cada vez mais unidos, poderemos acabar com os remanescentes do fascismo, liquidar a base econômica da reação, abrir novas perspectivas de progresso e de felicidade para o nosso povo.*

*Mas quem, senão o nosso Partido, pelas suas ligações com as grandes massas, com as camadas mais pobres e sofredoras de nossa população, pela sua indiscutível devoção à causa do proletariado e do povo, em condições de realizar essa grande tarefa unificadora? Quem senão o nosso Partido.*

Desse modo, a intervenção do PCB na definição dos rumos da redemocratização enfraqueceu a mobilização dos movimentos populares, que tinham nele um referencial importante, e ficaram desorientadas com sua conversão em “partido guardião da ordem”.

Tal postura do PCB, levou a que o mesmo viesse a boicotar greves, numa clara intervenção de contenção aos movimentos reivindicatórios, fato que contribuiu para o descenso da organização autônoma dos trabalhadores e determinou sua

incapacidade de oferecer uma resposta ao golpe de Dutra, cujo governo extremamente autoritário propiciou a produção de uma Constituição pálida (o sentido histórico mais geral desta Constituição foi o de preservação do arcabouço institucional estado-novista, consolidando-se a burocracia, o fortalecimento do Exército e diversos mecanismos de controle autoritário da sociedade civil), cujos trabalhos foram condicionados pela conjuntura internacional de Guerra Fria, colimando com a cassação do PCB e o fim da autonomia sindical, lançando as condições institucionais que regularam o processo político até 64.

Em que pesem tais fatos, o PCB ainda tentava, frustradamente, aproximação com Dutra, em decorrência da aplicação mecânica das orientações enviada pela URSS, através do Cominform, de que os partidos comunistas deveriam apoiar os governos emergentes após a Segunda Guerra Mundial. Para Marly Vianna (p. 83),

*[...] os comunistas continuavam a interpretar mal a vida política do país. Naquele momento de euforia democrática, consideravam não haver mais conflitos ideológicos entre as suas posições e a dos outros partidos. Acreditavam ser possível um grande união nacional pela democracia brasileira. O raciocínio deles era muito simplista: Estados Unido e ex- União Soviética foram aliados no combate ao nazismo; nos meses que se seguiram ao final da guerra, parecia ser possível a convivência pacífica entre aquelas duas potências. Logo, seria também viável uma aliança interna entre comunistas e seus antigos inimigos. Nesse período, o PCB fazia apelos a que patrões e operários caminhassem de mãos dadas. Pediam aos trabalhadores que “apertassem o cinto” e foram sempre contra as greves operárias.*

Prestes e os principais dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira se entregaram à pregação de um pacifismo sem lastro. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de “progressista”, e recomendavam



Hotel Avenida, localizado na Av. Brasil, ainda em funcionamento. 2005.

aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira.

O PCB não construiu uma “musculatura” democrática, isto é, uma “democracia para fora de si”, solapada com a abstenção de 30 e com a tragédia de 35, sendo o prelúdio democrático de 45 logo derrocado pelo golpe militar, que se legitimou no anticomunismo, ao que, o afastamento dos comunistas da vida política oficial (de 35 a 43), impediu-os de uma resistência com base popular, e que poderia haver sido cultivada desde a ANL. De outra feita, quando estava na “democracia”, por mais ambíguo que possa parecer, o PCB não conseguiu compreender as limitações da “democracia” onde se inseriu, já que nela confia mais que a própria burguesia, apostando todas as suas “cartas” num “primeiro ato” do que para ele já era dado como o “cerrar das cortinas”.

## 2.6.2. A legalização e a legitimação popular, ou vice-versa

No acompanhamento do movimento democrático verificado no período que vai de 1942 a 1945, do qual se fazia peça importante, o PCB foi ter um rápido desenvolvimento, passando de cem militantes na ativa em 1942 para três mil nos anos de 1942-43, atingindo 50 mil filiados em 1945 e a quase 200 mil no seguinte ano.

É o período também em que ocorre grande adesão de intelectuais ao PCB, motivados pelo desprezo que nutriam pelo fascismo e devido ao grande prestígio dos comunistas após o término da II Guerra, em virtude dos ideais de racionalidade, de progresso e ciência, que aparentavam menosprezados pela burguesia, surgiam como bandeiras da URSS. De 1945 a 1947, o PCB afinou-se com a modernidade artística, atraindo para si numerosos intelectuais, dentre os quais: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Oduvaldo Vianna, Dias Gomes, Vinicius de Moraes, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Mário Lago e Oscar Niemeyer (FERREIRA, p.178-179).

A presença de renomados personagens no PCB acalentava a certeza do “militante-comum” quanto à justeza de sua opção, pois

*O militante comunista, geralmente homem de poucas letras, ao saber que importantes e renomados escritores e romancistas estavam ao lado dos bolchevistas, sentia aumentar sua confiança e certeza na causa que abraçou. Quando um intelectual de prestígio se filiava ao PCB, por exemplo, seu nome era explorado com grande destaque pelo partido. A escolha pelos comunistas demonstrava tanto a sua honestidade pessoal, confirmando, assim, [...] a superioridade da proposta política dos revolucionários – afinal, um homem de saber e sensibilidade não poderia se equivocar (Ibidem, p. 178).*

Assim o ano de 1945 é marcado pelo auge do movimento democrático, através de várias concessões do Governo Vargas – pressionado por tal movimento e por outros atores sociais –,



Vinte anos depois: Passo Fundo, 1930. As setas indicam o Clube Comercial e o Chalé ao lado, sede municipal do PCB.

Arquivo Yara Lopes Brotto.

dentre elas a anistia e a liberdade de organização partidária, inclusive para o PCB.

Dentro desse movimento, e sintonizado com ele, as manifestações de solidariedade ao Partido e a Prestes fizeram-se ver pelos noticiários da época em Passo Fundo, conforme a seguinte manchete estampada no *O Nacional*:

*Luiz Carlos Prestes – um dos beneficiários da anistia ampla em perspectiva. Rio, 28. (Press Parga). Entre os que serão beneficiados com a anistia ampla que está sendo esperada para os presos políticos e de crimes conexos às atividades políticas, figura Luiz Carlos Prestes, chefe do Partido Comunista do Brasil, que desde algum tempo se encontra detido nesta capital.*<sup>74</sup>

<sup>74</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 1-3-1945.



Capanha Financeira. Churrasco realizado na chácara de Barreiro, na Vila Vera Cruz, em Passo Fundo, para angariar fundos para o PC, em 3 de fevereiro de 1946. Nesse local foi que desapareceram as armas expropriadas dos integralistas gaudérios de Passo Fundo.

Arquivo Yara Lopes Brotto.

Este mesmo órgão de imprensa empreendeu campanha de arrecadação de fundos em favor da filha de Prestes com Olga Benário, conforme se depreende da notícia estampada em 08/03/45, assim posta:

*“PARA O REPATRIAMENTO DA FILHA DE LUIZ CARLOS PRESTES – O Nacional recebe importantes donativos”, onde era relatado que a mesma encontrava-se residindo no México com uma irmã de Prestes, e registrava os donativos de “100,00 Cruzeiros, cada um, dos Srs. Eduardo Barreiro e Hugo Lisboa”.<sup>75</sup>*



Prestes junto de sua filha Anita Leocádia.

Revista Prestes. Década de 1950.

Naquele período, seguidas foram as informações contidas neste noticioso, apontando os passos da reestruturação

---

<sup>75</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8-3-1945.

dos comunistas em Passo Fundo. Em manchete retratando a conjuntura nacional, veio estampado: “Luiz carlos prestes falará ao povo brasileiro: esperado com grande expectativa o comício monstro de amanhã, em alusão a comício programado para o nosso Estado”.

Comunicou-se da reorganização do Diretório Local do PCB, sendo que tal fato político era resultado de reunião realizada na residência do Sr. Bonifácio João Aranchipe, em 30/12/45, traduzida na seguinte notícia:

### *REORGANIZADO O DIRETÓRIO LOCAL DO PARTIDO COMUNISTA.*

*Do comitê local do Partido Comunista do Brasil, recebemos a seguinte comunicação: “Em reunião realizada a 30 de dezembro, às 15 horas, na residência do sr. Bonifácio João Aranchipe, o Comitê local do Partido Comunista do Brasil reorganizou sua diretoria, que ficou assim constituída: João Roma, secretário-geral do Município; Noé Dornelles Oliveira, secretário de Organização; Eduardo Barreiro, secretário de Divulgação; Arnildo Dieenstmann, secretário Sindical e José Mendes de Oliveira, secretário de Finanças. Membros ativos do Comitê Municipal:*

*João Cony, José Di Primio, João Carvalho Prunes, Sebastião Onofre, Berlino Pila e Salvador Pires. Suplentes: Euclydes Moreira, João Pantaleão Portella, Emílio da Silva Quadros, Virgillo Shssarenko, Jonhataz Diniz e Ângelo Bazzo. Como membro honorário do Comitê Municipal era aclamado o Sr. Bonifácio João Aranchipe.”<sup>76</sup>*

Em razão da expulsão de João Junqueira, em novembro de 1945, ficou esclarecido que a “reorganização” do PCB se deu em virtude da pré-existência clandestina de um núcleo comunista em Passo Fundo.

---

<sup>76</sup> O Nacional, Passo Fundo, 2-1-1946.

Na continuidade dessa reorganização, também referido foi que o PCB estava realizando alistamento eleitoral, cujos interessados eram atendidos em uma dependência do Hotel Avenida, onde o Sr. Eduardo Barreiro e outros membros do Comitê local se faziam presentes.

*Reiniciada pelo P. C. B. a campanha do alistamento eleitoral Em observância às diretivas do Comitê Estadual, o Comitê do P.C.B. desta cidade acaba de reiniciar a campanha do alistamento eleitoral neste município.*

*Para esse fim, foi instalado um posto de qualificação na sede do Partido, em uma dependência do Hotel Avenida, onde sr. Eduardo Barreiro e outros membros do Comitê local atenderão diariamente aos interessados.*

JORNAL MURAL

*Por iniciativa do Comitê local do P.C.B. foi organizado um jornal mural de propaganda democrática e anti-fascista nesta cidade. O referido jornal é constituído exclusivamente de estampas e recortes de jornais e revistas criteriosamente escolhidos pelo Serviço de Divulgação do Comitê local, e, afixado em ponto de grande movimento, tem sido muito apreciado pelo público.<sup>77</sup>*

De igual sorte, repercutiu a Festa de Confraternização do Comitê Municipal do PCB, realizada na chácara de propriedade do Sr. Eduardo Barreiro, assim noticiado:

*Festa de confraternização do Comitê local do P.C.B.*

*Conforme fora anunciado, teve lugar ontem à tarde a festa de confraternização promovida pelo Comitê local do P.C.B. entre seus partidários e suas respectivas famílias. A referida festa, que se realizou em chácara de propriedade do Sr. Eduardo Barreiro, nos arredores desta cidade, teve início ao meio-dia com um gordo churrasco e bebidas que foi servido a todos os presentes, à sombra de frondosas árvores, em*

---

<sup>77</sup> O Nacional, Passo Fundo, 18-1-1946.

*aprazível local. Cerca de cem pessoas, entre partidários e suas famílias se encontravam presentes.*

*Após o churrasco, que decorreu num ambiente de satisfação fraternal, foi realizada uma boa coleta entre os presentes, em benefício da caixa do Partido.<sup>78</sup>*

Em nível nacional, liberto que fora da prisão em razão da anistia, Prestes levou o partido a aglutinar-se e tornar-se pujante com a realização de vários comícios onde a presença popular foi massiva. O PCB alcança o *status* de grande partido, depois de vinte e três anos de luta, quase sempre clandestino, passando, em pouco tempo, por constituir-se numa organização ramificada em praticamente todo o país, com a publicação de oito jornais diários, sendo a *Tribuna Gaúcha* voltada ao povo sulino.

Antonio Segatto (1989, p. 61), aludindo à contextualização de Prestes, nos descortina o momento da pujança do PCB naquela época, ao referir que

*O crescimento do PCB na legalidade é tão grande e inesperado que a antiga estrutura organizativa vai tendo que ser readaptada à nova realidade e à nova linha política elaborada a partir de 1943, que exigia mudanças de atuação e de postura. Esse problema é colocado por Prestes em 1945, da seguinte forma: “[...] essa missão dirigente na vida política nacional nos obriga a nós, comunistas, a grandes mudanças em nossos hábitos. Nosso Partido precisa também ser profundamente diferente do que foi até agora, no primeiro período de sua vida, vida de perseguições e clandestinidade. [...] Hoje precisamos de um Partido de novo tipo, de um grande Partido bem ligado às massas; e nós também, cada um de nós, precisa adaptar-se às novas condições, desenvolver as qualidades novas que de cada um de seus militantes vai exigir o nosso Partido, grande e legal [...]. Estamos frente a grandes, gigantescas tarefas”.*

---

<sup>78</sup> O Nacional, Passo Fundo, 4-2-1946.



Luiz Carlos Prestes informa numa das reuniões plenárias do Comitê Nacional durante a legalidade de 1945-1946.

Revista Prestes. Década de 1950.

Em que pese a forma enfática ao chamamento do povo, os comunistas não solidificam uma base de massas, eis que seus dirigentes confundem democracia com subserviência, hegemonia com hierarquia. Ao que, o PCB define um programa político baseado na lei e na ordem, de cunho pacifista e reformista, mesmo após o golpe militar, desfechado em outubro de 1945, sob o comando de Dutra e Góes Monteiro. Após as eleições de 1945, o PCB terá presença na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, elegendo também razoável número de deputados estaduais e vereadores na eleições de janeiro de 1947. Sobre a participação do PCB na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, apontamos posições um tanto equidistantes entre Segatto e Pacheco, haja vista que o primeiro a ela se refere dizendo que

*A bancada do PCB, na Constituinte de 1946, apesar de pequena e minoritária, desempenhou papel importante e de destaque, principal-*

*mente na defesa dos interesses da classe operária, advogando, entre outras propostas, o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindicais etc (Ibidem, p. 64).*

Em sintonia com Segatto, estão os apontamentos de José Carlos Ruy (p. 27), assim postos:

*[...] A atividade comunista atingiu então seu auge naquele período. O número de filiados, que alcançara um número entre mil e 1,5 mil no final da década de 1920, chegou a 180 mil no final de 1946. Na eleição de 1945, o Partido elegeu um senador, Luis Carlos Prestes, e 14 deputados, entre eles Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar. Essa bancada teve papel destacado na Assembleia Constituinte de 1946, defendendo um programa democrático avançado, anti-imperialista e antilatifundiário, impondo pela primeira vez, naquele ambiente dos representantes da burguesia, da oligarquia e do imperialismo, o debate de questões democráticas e nacionais, como a defesa da soberania do país, os direitos dos trabalhadores, a reforma agrária etc.*

Por outro lado, Pacheco (p. 193), em referência ao que se desenrola neste período, assinala que

*É ainda Weffort quem melhor retrata a dubiedade das posições assumidas pelo PCB nessa quadra da história brasileira: “Partido da ordem, porém combatido pelo governo, a posição do PC na Constituinte era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão, os comunistas buscavam desesperadamente oferecer provas de boa vontade ao governo. Assim, a propósito da repressão havida contra o MUT no mês de março de 1945, João Amazonas de novo negava qualquer responsabilidade dos comunistas pelas greves e declarava sua intenção de apoio ao governo ‘porque sentimos que sem apoio de todas as camadas populares jamais se poderá governar o Brasil e levar nossa pátria para dias mais felizes’” (Diário do Poder Legislativo, p. 378). No mesmo mês, já iniciada a campanha de opinião pública que*

*deveria resultar na cassação do registro do PC, Prestes insistia em sua disposição de apoiar o governo e declarava “é contra a nossa vontade que atacamos o governo” (Diário do Poder Legislativo, p. 261).*

Pensamos que os comunistas, caso tivessem assumido uma postura efetivamente crítica em relação ao governo, sem meios-termos, a retomada, ou mesmo a tomada de posição frente à defesa da democracia fosse um caminho menos tormentoso. A compreensão da dialética nos remete à compreensão do que venha a ser a “lei” da unidade e luta entre os contrários. Todavia, quando acabam os motivos para a unidade, o esquecimento da luta acaba revestindo-se em capitulação. Os comunistas confundiam defesa da unidade com subserviência à autoridade empossada.

Entretanto, não obstante todos os equívocos, o PCB cresceu e esse crescimento provocou o alerta das forças reacionárias, cujo desfecho seria a sua cassação. O professor Luiz de Carvalho Bicalho dimensiona a situação, referindo a contextualização internacional encaixada ao panorama nacional da época, onde

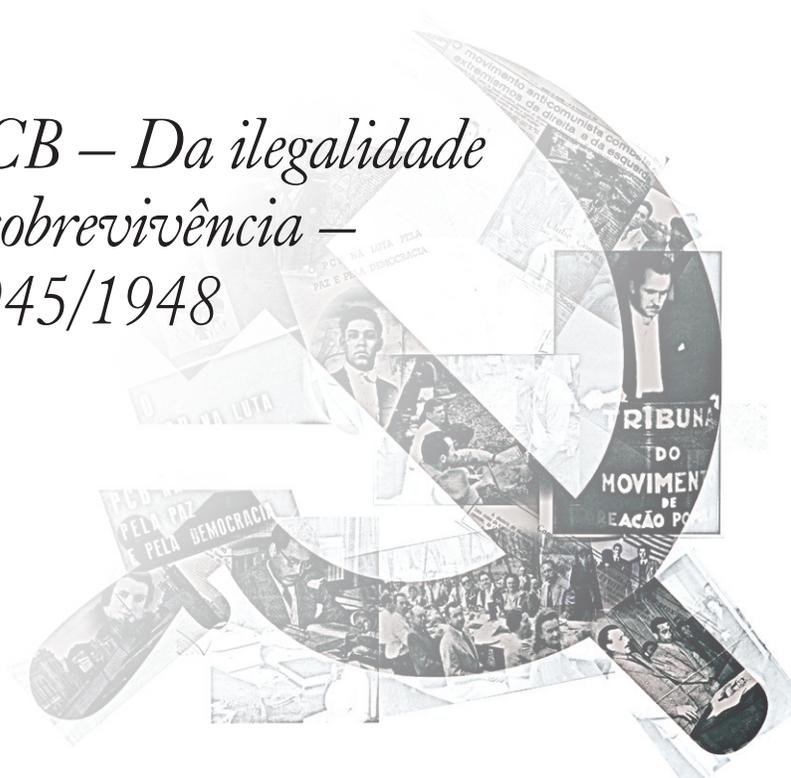
*Como quadro de base, desenvolvia-se mundialmente uma redistribuição das forças políticas que atuaram durante a guerra. O velho e arraigado imperialista Winston Churchill já havia dado o alarme no famoso discurso de Fulton, em março de 1946: o mundo se achava dividido em dois campos. Os comunistas, então ontem aliados, eram hoje inimigos; os fascistas, ontem inimigos, eram hoje aliados. Na Europa, os comunistas são afastados do gabinete francês e do italiano. No Brasil, os comunistas, ontem aliados na luta contra o fascismo são agora inimigos – cassa-se o registro do Partido Comunista; e os remanescentes do fascismo tupiniquim, os integralistas, são reintegrados na vida política, já agora batizados de democratas (PCB, 1980, p. xv-xvi).*

Efetivamente, o PCB não compreendeu os momentos históricos em que esteve inserido, sendo tragado ora pela

inércia, ora por um ativismo sem rumo certo, mas acolhendo em seu seio muitos que nele – e através dele – vislumbravam as esperanças de um Brasil democrático e soberano. Todavia, os comunistas não agem no intuito da preparação de uma resposta ao *golpe* de 45 – em que pese haverem denunciado a possibilidade desse desfecho reiteradas vezes –, haja vista que sua crença para com o aprofundamento do processo democrático no país era maior. “Prestes e o PCB persistiam, entretanto (em atitude talvez taticamente hábil, mas suscetível de engendrar ilusórias esperanças), em tratar os agressores como resíduos do fascismo estado-novista” (MORAES, 1998, p. 174).

Desencadeia-se o anticomunismo sob a batuta de Dutra e o PCB não prepara a *reação*, primeiro por iludir-se com a democracia de ocasião do pós-guerra em plagas brasileiras; segundo, sua associação ao movimento de 35 – na memória – que fazia dele um mau exemplo de democrata. O golpe é dado – em nome da “democracia” contra o comunismo –, o PCB é cassado, e os comunistas forçados, mais uma vez, à clandestinidade. A imprensa nacional acompanha o golpe sem titubear, sendo que a imprensa local faz noticiar esses desfechos, sem uma opinião crítica, mas seguindo as informações que se desenrolam no centro do país e no Estado do Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, a reação é tímida, porque tímida foi a resposta do PCB em nível maior. Mas isso nos reporta ao terceiro capítulo.

### 3. *PCB – Da ilegalidade à sobrevivência – 1945/1948*



A partir de 1947 os comunistas vivenciarão um longo período de mais uma ilegalidade que se coloca na contramão de todo um processo de redemocratização centrado, principalmente, no resgate das liberdades democráticas, e que seria retomado anos mais tarde (1979) por conta da luta pelo fim do regime militar instaurado em 1964.

Essa ilegalidade é precedida e permeada de um processo cuja tônica foi o visceral anticomunismo dos novos mandantes do país no pós-guerra.

Esse processo ganhou vulto quando Prestes (p. 267-8, apud Moraes, 1998, p. 173-174), questionado por jornalistas sobre a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à União Soviética, respondeu:

*Fariamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Petáin e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria, contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.*

A cassação do PCB não foi motivada somente pelo discurso de Prestes – distorcido pela imprensa –, ou pelo desencadeamento da “guerra fria”<sup>79</sup>, em que pesem servirem de “motivação” para tanto. Nem bem iniciado o processo de redemocratização, este já sofre o baque de Dutra, que direciona a repressão à esquerda, a princípio, contra o movimento sindical, logo voltado ao PCB. “A ofensiva reacionária contra os sindicatos abriu a temporada de caça aos comunistas” (MORAES, 1998, p. 172).

Qual seria o motivo da perseguição de Dutra aos comunistas?

Skidmore (1982, p. 92) responde a essa indagação aduzindo que a “mais implacável oposição a Dutra partia do Partido Comunista, que ressurgiu em 1945 como o mais forte partido comunista da América Latina”. Em maio de 1946, o governo Dutra afasta dos cargos públicos todos os funcionários que tinham ligação com o PCB.

---

<sup>79</sup> Em 1947, o diplomata George Kennan escreveu um artigo que iria guiar a política norte-americana no pós-guerra durante décadas. Num texto em que assinou apenas “X”, ele propôs que os EUA freassem a difusão mundial do comunismo por meio da ideologia e da política, em lugar da guerra. A política proposta ficou conhecida como “de contenção”, e Kennan tornou-se um historiador premiado com o Pulitzer. George Kennan, descrito por seus pares no serviço diplomático norte-americano como modelo a ser seguido, morreu em 17-03-2005, na sua casa em Princeton, aos 101 anos, conforme matéria inserida no jornal *Folha de São Paulo*, edição de 19-03-2005, p. A20.

*O Partido Comunista estava facilmente encontrando terreno fértil para suas atividades. Os preços subiram rapidamente e os comunistas se infiltravam com sucesso na liderança de muitos sindicatos. Conseguindo uma importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurada uma base de massas (Ibidem, p. 93).*

Esta resposta é também complementada por Del Roio (2000, p. 84), pois, segundo ele

*Ainda que o PCB tenha exercido significativa atração a intelectualidade no seu período de legalidade do pós-guerra, isso ocorreu de maneira difusa e ligada ao impulso antifascista que vinha desde a formação da ANL. A exclusão do PCB do espaço legal indicava o temor das classes dirigentes diante da autoatividade das massas e da política de unidade popular pela democracia que os comunistas buscavam por em prática.*

Nos idos de 19 de abril de 1945, quando as portas da cadeia abriram-se para a libertação de Luís Carlos Prestes, em razão da Anistia anunciada um dia antes, o PCB vivia seu “conto de fadas”. Longe iam os dias de 1935, de profundas e amargas lembranças.

Imbuídos da política de “união nacional”, os comunistas começaram a aparecer na cena diária, como os antifascistas mais decididos e corajosos, reivindicando um patriotismo a toda prova (REIS FILHO, 2002, p. 71). Efetivada a liberalização de 1945, a ação comunista se tornou intensa, com a fundação de jornais e luta pela influência sindical. Também os comícios se ampliava e a vitória comunista no pleito para a Assembleia Constituinte foi emblemática. Pela primeira vez o PCB era um partido legal e de massas, já que as legalidades de 1922 e 1927 eram de pequena duração.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Entre 1922 e 1985, o PCB (em 85 já são os PC's, ou seja, PCB e PC do B) teve pouco menos de três anos e meio de plena legalidade, a saber: 3 meses e meio em 1922 (de 7-4-1922 até 5-7-1922), 6 meses em 1924 (de 1-1-1924 até 5-7-1924), 7 meses e meio em 1927 (de 1-1-1927 até 12-8-1927

Nesse panorama, os comunistas insistiam na linha política que lhes rendera bons frutos durante a guerra, ou seja, na manutenção e aprofundamento da união nacional visando à liquidação dos resquícios fascistas e à obtenção de credibilidade, ao que, apresentavam-se como os fiscais da ordem e da paz. Reivindicavam mudanças, desde que elas não alterassem o que estava posto com Getúlio, já que este, não obstante sua condição de ditador, havia ganhado significativas parcelas dos trabalhadores com sua política nacional-estatista, cujo exemplo mais emblemático era a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943. Isso tudo fez com o PCB, alheio a outras correntes políticas da época – inclusive os liberais –, apoiasse a permanência de Vargas até as eleições previstas para dezembro de 1945. Sua deposição em 29 de outubro de 1945 não alterou a postura dos comunistas, em que pese a ameaça que começava a desnudar-se com o Governo Dutra (REIS FILHO, p. 72-73).

No desenrolar de 1946, o quadro político sofre alterações com a posse de Dutra, cuja candidatura era resultado de uma coligação de forças avessas aos projetos de Vargas.

Em lugar do nacional-estatismo, uma política *internacionalista liberal*, submissa aos ditames dos EUA. No que diz respeito aos trabalhadores, não mais as propostas de integração e conciliação e sim a repressão. Os comunistas não souberam analisar com agudez essas mudanças, mantendo sua palavra de ordem pela união nacional, então já sob a batuta de Dutra, sem que, todavia, houvessem se absterido de iniciativas no campo da mobilização. Mas elas foram quase nulas (Ibidem, p. 74).

*No início, a burguesia nada pode fazer porque a Rússia é um país aliado, e foram as forças russas que ajudaram a vencer o nazismo. No entanto, logo surgem sinais de modificação no julgamento sobre o comunismo: em março de 1946 começa-se a atacar o PCB, fala-se do*

---

e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18-4-1945 até 7-5-1947). O total dá 41 meses (1.247 dias, quase 5% dos seus 22.952 dias de vida) (CANALE, 1986, p. 84 apud BRANDÃO, 1997, p. 166).



Eduardo Barreiro instala o Movimento de Reação Popular, provavelmente contra a Lei de Segurança Nacional, ou contra a carestia. Ano: 1946.

Arquivo Yara Lopes Brotto.



*cancelamento do partido; a chacina do Largo da Carioca<sup>81</sup>, quando a polícia de Pereira Lima atira sobre militantes e simpatizantes do partido (maio, 1946), mostra que o Governo Dutra, agora, pretende tratar duramente os partidários da esquerda. Afinal, a guerra fria desencadeada pelos Estados Unidos e Inglaterra contra a Rússia é o pretexto ideal para o processo final da luta anticomunista, que começa com o fechamento do PCB e culmina com o rompimento das relações diplomáticas com a Rússia<sup>82</sup>. O projeto de reforma dos militares que tivessem vinculação com as esquerdas, é o último ato desta política anticomunista e restrita de Dutra e da oligarquia nacional (Carone, 1980, p. 10).*

Passados apenas oito dias do início dos trabalhos do Congresso Constituinte, o Tribunal Superior do Trabalho recebeu dois pedidos de cassação do registro do PCB, sob argumentos, um, de sua ação subversiva junto aos movimentos populares,

---

<sup>81</sup> A chacina do Largo da Carioca (23-5-1946) ocorreu quando das festividades alusivas ao primeiro aniversário da conquista da legalidade. O Comitê Metropolitano do PCB dirigiu-se ao Departamento Federal de Segurança Pública, onze dias antes da data prevista para o comício, isto é, no dia 12 de maio de 1946, para comunicar da realização de tal ato. Dentro da “Quinzena da Legalidade” foi realizada ostensiva propaganda do comício. Aos poucos, toda a cidade ficou sabendo de que no dia 23 de maio, comemorando um ano do comício do estádio de S. Januário, o PCB realizaria um comício no Largo da Carioca. Foi neste clima que a polícia arditosamente encaminhou, na véspera do comício, uma nota ao PCB alegando, por razões de “segurança pública”, que o comício deveria ser realizado na Praça Nossa Senhora da Paz. A referida praça localizava-se no bairro aristocrático de Ipanema, de difícil acesso, fato este que redundava em restrição à liberdade de opinião. No dia do comício, que acabou por aglomerar o povo no Largo da Carioca, em que pese a intervenção inicial do Deputado Batista Neto para que recomendar que todos retornassem aos seus lares, ante a proibição da polícia, houve intensa fuzilaria de festim, que provocou pânico e confusão nos manifestantes (CARONE, 1980, p. 11-18).

<sup>82</sup> O rompimento com a União Soviética dar-se-ia a partir de dois incidentes tomados como pretexto. O primeiro deles foi a prisão de um funcionário da embaixada brasileira em Moscou por embriaguês, desordens e agressões. O segundo incidente foi um artigo publicado na revista literária soviética, afirmando que os generais brasileiros conquistavam suas patentes não nos campos de batalha, mas nos campos de café. Apesar das explicações soviéticas sobre a prisão do funcionário e de que a responsabilidade do artigo era da revista e não do governo, as relações diplomáticas com a URSS foram rompidas (PACHECO, p. 196).

e, outro, por ser ele uma organização internacional, orientada pelo marxismo-leninismo (MORAES, p. 173).

*A descoberta de que o PCB se orientava pelo marxismo-leninismo arrombava uma porta aberta. A acusação de que os comunistas brasileiros ficariam a favor da Rússia se esta entrasse em guerra com o Brasil constituía uma deturpação de declarações feitas alguns dias antes por Prestes ao Jornal do Comércio e à Tribuna Popular, comentando um discurso belicista de Winston Churchill em Fulton (Estados Unidos) (Moraes, p. 173).*

Em nível internacional, o discurso de Churchill inaugura a “guerra fria”, havendo sido proferido sete meses após o lançamento da bomba sobre Hiroshima (6 de agosto de 1945), quando os Estados Unidos ainda dispunham do monopólio de uma arma nuclear devastadora. Churchill posiciona-se abertamente a favor dos norte-americanos num conflito com a União Soviética, em razão da crescente penetração dos ideais revolucionários nos continentes do planeta. O “lançamento da bomba atômica em Hiroshima, quando a luta com o Japão estava praticamente decidida, constitui clara advertência à União Soviética de que por tal processo seria barrada sua penetração no Oriente” (SODRÉ, 1965, p. 290 apud MORAES, 1998, 173).

### 3.1. *A cassação e a apatia*

Rompidas as relações diplomáticas com a URSS, e dentro da postura reacionária do Governo Dutra, logo também se encontraram razões para o fechamento do PCB, a partir de declarações de Prestes de que este, em caso de conflito entre Brasil e URSS, optaria em ficar ao lado desta. A isso agregaram-se acusações de que o PCB era um *partido estrangeiro*, já que seus Estatutos divergiam – o legal do TSE e o usual –,

tratando-se efetivamente de uma *organização estrangeira*, pois seu nome assim já o denunciava: Partido Comunista *do Brasil*.

O processo de cassação do registro do PCB, de seus deputados e do Senador Luís Carlos Prestes, estendeu-se por quase dois anos, ou seja, de março de 1946 até 12 de janeiro de 1948, ocasião em que o não mais deputado Gregório Bezerra discursou pela última vez na Câmara dos Deputados. Entretanto houve aqueles que não coadunaram com tais atitudes, não obstante a “responsabilidade” de seus cargos perante o governo reacionário. É o caso de Temístocles Cavalcanti e Francisco Sá Filho. O primeiro, ocupando o cargo de procurador, e com a incumbência de encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral parecer sobre a petição que deflagrara o processo de cassação, manifestou-se pelo arquivamento do processo, sob a argumentação da gravidade e consequências do cancelamento do registro de um partido político.

Sá Filho, um dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, votou contra as denúncias e acusações lançadas ao PCB, argumentando que, ao menos, duas questões de filosofia política interessando o Direito Constitucional envolviam referido processo de cassação. A primeira dizia respeito ao pluralismo partidário, eis que permitir só a atuação de partidos com a mesma orientação política era exigir uma uniformidade doutrinária contrária aos princípios da representação democrática.

O segundo aspecto constitucional endereçava-se ao confisco dos mandatos comunistas, já que a sina anticomunista apelava para a tese de que “extinto o partido, extintos os mandatos”, em contrapartida ao parecer do deputado Hermes Lima, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, que, com sólidos argumentos, evidenciou que as hipóteses de supressão de mandatos parlamentares vislumbradas na Carta maior (artigos 48 a 136) não incluíam, sob que alegação fosse, a cassação do registro partidário. Referiu, ainda, o que instituía o Artigo 1º da Constituição (“todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”), o 56º (“a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes

do povo [...]) e o 141, §8 (“por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de seus direitos [...]”) (MORAES, p. 176-7). “Os casos de perda de mandato são os taxativamente declarados na Constituição, e unicamente estes. Não há caso de perda de mandato por interpretação, ou inferência legal, pois isto significaria total insegurança para a representação política” (SILVA, 1976, p. 435, apud MORAES, 1998, p. 177).

E concluiu seu parecer, desiludido, já prevendo que a maioria se arremetia para violar a Constituição que ela própria havia aprovado, dizendo que

*Desgraçadamente, a vocação da ilegalidade que acompanha o poder neste país tem raízes demasiado profundas nos maus costumes, na mediocridade dos homens públicos, na ausência de mentalidade constitucional e agora, acentuadamente, na atrasada organização social, matriz do reacionarismo (SILVA, 1976, p. 439, apud MORAES, 1998, p. 178).*

O primeiro *round* da questão esvai-se em 7 de maio de 1947, quando o Tribunal Superior Eleitoral, por três votos contra dois, na senda das mesquinhas jurídicas de três ministros (José Antônio Nogueira, Cândido Lobo Rocha Lagoa), pôs o PCB na ilegalidade.

Contra tal arbítrio, além de Sá Filho, o Ministro Ribeiro da Costa. O segundo, ou seja, o confisco dos mandatos comunistas, ficou de fácil solução, eis que o Legislativo teve suavizada sua tomada de posição ante a cassação do PCB. Diante de tamanho empuxo, de nada valeram os argumentos de deputados como Hermes Lima e outros não-comunistas que honraram até o fim seu compromisso com a legalidade democrática (MORAES, p. 177). Atingindo as raias do absurdo e da excrescência jurídicas, o ministro Nogueira vê, nas declarações de Prestes, um “gigantesco” motivo para “salvar a nação da sanha comunista”, ante a deturpação grosseira de sua tomada de posição sobre as guerras imperialistas (Idem, *ibidem*).

Interessante notar que um dos mais empedernidos acusadores do PCB, o deputado Barreto Pinto, alguns anos mais tarde, seria o único parlamentar federal da história brasileira a ser cassado por falta de decoro parlamentar, em decisão da própria Câmara Federal.

Como aponta Pacheco (p. 196),

*Logo foram também encontradas razões para o fechamento do PCB. Prestes, respondendo a uma pergunta de outro parlamentar sobre qual seria a sua posição no caso de uma guerra envolvendo Brasil e URSS, respondeu que, se o país fosse envolvido numa guerra imperialista contra o primeiro estado proletário da história, sua posição seria a de lutar ao lado do proletariado.*

*A imprensa burguesa logo começou a divulgar com grande estardalhaço que Prestes ficaria contra o Brasil em caso de guerra com a URSS, explorando isto até a exaustão e, inclusive, conseguindo impressionar a opinião pública.*

Segundo Chacon (1998, p. 145), a “primeira grande batalha da guerra fria no Brasil travou-se em torno do fechamento do PCB. O seu discurso programático se apresentava muito pragmático: nada de excessos. Linguagem reformista”. O programa visava à União Nacional, à ordem e à evolução pacífica ao socialismo, como se pode denotar:

*O Partido Comunista do Brasil está convencido de que, nas novas condições criadas para o mundo, com a grande guerra vitoriosa de libertação dos povos e o estabelecimento de uma duradoura paz mundial, o desenvolvimento histórico para o socialismo pode realizar-se sob a forma pacífica, dentro da ordem e da lei. [...]*

*O problema econômico imediato do Brasil ainda é o fortalecimento do capitalismo nacional, pois o proletariado sofre mais da debilidade do capitalismo do que do próprio capitalismo. — No programa do Partido Comunista do Brasil, não se incluem os princípios filosóficos marxistas-*

*-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso de nossa Pátria (PCB, 1980, p. 99).*

Como já visto, este *ordeirismo* de pouco adiantou perante o Tribunal Superior Eleitoral, em que pese vozes dissonantes como as de Érico Veríssimo (“O fechamento do PCB seria um prelúdio à volta do fascismo no Brasil”, *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1946), Oswaldo Aranha (“O PCB é absolutamente útil em nosso meio”, *Tribuna Popular*, 15 de junho de 1946) (CHACON, p.146) e Monteiro Lobato.<sup>83</sup> Como já referido, prevaleceram somente as razões políticas para a cassação do PCB, nelas inclusas, segundo Reis Filho (p. 75), o “ambiente pesado da guerra fria; o reacionarismo das forças que haviam empalmado o poder com Dutra e o antidemocratismo básico dos liberais brasileiros”. E conclui alertando para os fatores desconsiderados pelos comunistas, que cometeram o grave erro de subestimá-los, quais sejam:

*O visceral anticomunismo das elites bem pensantes, intoxicadas pelas próprias campanhas caluniosas. O medo de um crescimento ainda mais acentuado dos comunistas num futuro próximo, o que inquietava até mesmo os aliados trabalhistas, além de outras forças de esquerda (Ibidem, p. 75).*

Conforme analisa Pacheco (1984, apud Santana, 2003, p. 174),

---

<sup>83</sup> Em carta datada de 2-2-1947, Lobato assim se manifestava: “O incidente *Brasil-Rússia* sobrevém e Prestes se afirma como homem de coragem sobre-humana... Entre manter-se fiel a si mesmo ou cortejar a avalanche esmagadora que ia desabar sobre ele, Prestes não vacila, a avalanche despeja mas vai pelo caminho se transformando em espanto e admiração. E Prestes emerge do incidente maior do que nunca” (Álbum Comemorativa ao 30º Aniversário de fundação do PCB).

*Apesar do discurso já bastante radicalizado de sua base e da cassação de seu registro, o que coroava uma escalada repressiva do regime, ainda nos primeiros momentos o partido permaneceu fiel à sua postura anterior e acreditava poder, por meio de batalha jurídica, reassumir seu posto no cenário político. Doce ilusão. Segundo Pacheco(1984) a direção do PCB cometeu um sério erro de avaliação do quadro político subestimando as forças da reação e confiando cegamente na democracia burguesa. Como prova disso, indica o fato de que enquanto se decidia no STF o fechamento ou não do partido, este se limitava a dar um tratamento exclusivamente jurídico à questão, confiando apenas na justiça do sistema, sem apelar em nenhum momento sequer para a mobilização popular contra a medida. Prestes, pouco tempo antes, havia afirmado que “ninguém ousaria fechar o PCB”.*

Se a redemocratização do país é erigida no centro da política pecebista do pós-guerra, o partido, através de seus quadros mais destacados, não compreende que a realidade objetiva é permeada da concretude dos acontecimentos e não da vontade subjetiva de quem neles não interfere, omissão essa que dá mais vazão ainda a tal objetividade. O partido confia ao mesmo tempo que desconfia da política de Dutra. E o que faz? Chama o povo ao *ordeirismo* na sua visão estanque de um democratismo antifascista, estampada nas resoluções da Sessão Plenária de 15 de julho de 1946, por ocasião da III Conferência partidária e que podem ser sintetizadas no trecho que segue:

*A III Conferência Nacional reafirma a posição assumida pelo PCB em face ao governo de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso. Para isso o mais importante é saber desmascarar a camarilha fascista enquistada no governo, mobilizando grandes massas no sentido de exigir sua retirada dos cargos que ainda*

*ocupam. Sabemos que o governo no seu todo não é composto de reacionários (CARONE, 1982, p. 68).*

Seria impossível, como efetivamente foi, a um governo militar travestido de democrata aceitar a legalidade do PCB, não pelo fato somente da origem militar conservadora destes governantes, mas em razão de sua postura ideológica de há muito conhecida dos comunistas, e que é atestada pelo conteúdo do manifesto de janeiro de 1948, onde está dito:

*Elemento sumamente prejudicial ao desenvolvimento das forças democráticas no país está, sem dúvida, na posição dirigente e hegemônica que ocupam nas forças armadas os generais mais reacionários, alguns deles fascistas conhecidos que sempre apoiaram a Hitler e Mussolini e que até 1942 não pouparam esforços para colocar o Brasil ao lado das nações do Eixo, como nos casos de Dutra, Newton Cavalcanti, Góis Monteiro [...].*

*[...] Desde a guerra que o imperialismo ianque vem colocando junto aos generais brasileiros seus agentes especializados e dessa forma exerce hoje no meio deles, entre os mais reacionários, influência decisiva que os transforma, como no caso dos anteriormente citados, em instrumento dócil da política norte-americana no Brasil e no Continente (Ibidem, 79).*

Mas e o PCB o que é então neste quadro conjuntural? Um mero expectador que aposta na vitória do bem contra o mal, sabendo, desde o prelúdio desta luta, da inexistência dos “bons” neste processo, como dão conta seus documentos. A contradição é reflexo da linha política de fundo oportunista, na medida em que Dutra, perfeitamente já enquadrado nos planos imperialistas norte-americanos de repressão aos comunistas em âmbito mundial, rechaça o PCB.

Segundo análise posterior a estes fatos, procedida no 50º aniversário de fundação do PCB

*Esses insucessos, além das causas objetivas, decorrem de erros da linha política. Ainda que justa a luta pela redemocratização do país, a orientação do Partido tem fundo oportunista. Está baseada na ideia de que, com a derrota do nazismo, surgia uma nova época de desenvolvimento pacífico, que prescindia da revolução. Admite que o imperialismo está de dentes quebrados e não mais pode impedir o avanço pacífico da democracia no Brasil e no mundo. Nega, no essencial, o princípio da luta de classes e defende a colaboração com a burguesia. As opiniões revisionistas de Earl Browder<sup>84</sup>, renegado do PC dos Estados Unidos, influem na linha do Partido. [...]*

*A política do Partido, sem base nos princípios marxistas-leninistas, é refutada pela vida. Não se situa no quadro da luta de classes e das exigências da situação concreta. Embora elementos dessa orientação já se encontrassem em germe na linha da Conferência da Mantiqueira, especialmente depois de lançada a palavra-de-ordem de União Nacional para a Guerra e para a Paz, ela é traçada e defendida obstinadamente pelo então secretário-geral do Partido, Luís Carlos Prestes, que exerce influência quase absoluta no Comitê Nacional.<sup>85</sup>*

O partido se acomoda. Sem condições de estabelecer uma linha de análise que abarcasse a realidade concreta, pela insuficiência teórica de seus dirigentes, ou pela confiança cega na *infallibilidade* dos mesmos, ajusta-se ao sabor dos ventos políticos imediatistas, vendo o movimento em curso no país sem no entanto conseguir compreendê-lo.

Nesse aspecto do “culto a Prestes”, em nível de Brasil, na mesma lógica do “culto a Stálin”, em nível internacional, em rituais dos quais o PCB não escapou, importa ressaltar

---

<sup>84</sup> Earl Browder foi secretário-geral do PC dos EUA e promoveu a dissolução do partido com base na ideia do fim das adversidades mundiais em razão da vitória dos aliados contra o nazismo.

<sup>85</sup> “50 anos de luta”. Documento datado de fevereiro/março de 1972, escrito por João Amazonas e Maurício Grobois, membros do Comitê Central do PCB nos anos 40 (*Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 157).

a análise que é feita em 1972, relacionada a ampliação do Comitê Nacional, por ocasião da Conferência da Mantiqueira, segundo a qual

*Anistiado, Prestes assume a chefia do Partido. Desde logo, tenta impor a ampliação do Comitê Nacional, eleito na Conferência da Mantiqueira, com a inclusão de elementos que haviam defendido posições liquidacionistas ou que, em diferentes épocas tiveram atitudes oportunistas. Em consequência dessa sua posição, entram na direção nacional, sem que houvessem feito qualquer autocrítica, Agildo Barata, Fernando Lacerda, Astrojildo Pereira, José Maria Crispim, Otávio Brandão, Orestes Timbaúva, entre outros. É uma decisão à margem dos princípios, que colocava no mesmo plano revolucionários e oportunistas e expressava conciliação no plano político e ideológico.*<sup>86</sup>

Nos interessa aqui, à guisa de exemplo, o caso de Fernando Lacerda que – por ocasião do IV Congresso do PCB, realizado em 1954 – foi taxado de liquidacionista<sup>87</sup> pelo simples fato de discordar da linha política em debate, que pregava a derrubada de Vargas.

Resultando deste Congresso o primeiro programa elaborado pelos comunistas tinha o aval do “Guia Genial” dos povos, tendo em vista que

*O governo democrático-popular, nascido da revolução.. [...], procurará “atrair a colaboração de governos e de capitalistas estrangeiros, cujos*

---

<sup>86</sup> “50 anos de luta”. Documento datado de fevereiro/março de 1972, escrito por João Amazonas e Maurício Grobois, membros do Comitê Central do PCB nos anos 40 (*Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 157).

<sup>87</sup> Afirmou Prestes: “Devemos agora decidir se é admissível que permaneça como candidato a membro do organismo máximo do partido e que [...] participe do IV Congresso quem professa e predica ideias contrárias as defendidas pelo Partido de que é militante”, conforme Augusto César Buonicore, membro do Comitê Central do PC do B, em artigo intitulado: “O IV Congresso e o programa democrático nacional”, publicado no órgão central do partido, o jornal *A Classe Operária*, edição de novembro de 2004.

*capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras”. Muitos antigos militantes afirmaram que Diógenes Arruda, então secretário nacional da organização, gostava de dizer que esta proposta de programa havia sido aprovada pelo próprio Stálin, o que dava a ela o status de algo inalterável.<sup>88</sup>*

Em 1954, era o próprio Prestes – que havia defendido a inclusão de Lacerda no Organismo Máximo do PCB – quem o vetava. Mas não vetava sozinho. Tinha, por seu turno, o aval dos demais companheiros de Comitê Nacional, inclusive daqueles que em 1972 o chamavam de nacional-reformista. Se Stálin era infalível para os PC’s do mundo, Prestes era o líder máximo para o PCB, eleito para sua direção nacional, na posição suprema de secretário-geral, quando ainda prisioneiro do estado-novista-getulista, época em que já expressava sua postura reboquista, quando, em 23 de maio de 1944, num documento por ele subscrito, afirmava que “Na situação atual do Brasil, podemos afirmar, como Lênin, que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja O Desenvolvimento Ulterior do Capitalismo” (RUY, P. 27).

Segundo o articulista Buonicore,

*As argumentações de Prestes eram infundadas, pois Fernando Lacerda estava se colocando não contra o programa do Partido, mas contra um projeto que deveria justamente ser objeto de discussão e aprovação na instância máxima da organização comunista: o congresso nacional. Além disso, ele, corretamente, se posicionava através de um órgão especialmente criado para este fim: a Tribuna de debates. Isso evidenciava o espírito pouco democrático reinante na direção do Partido*

---

<sup>88</sup> Conforme Augusto César Buonicore, membro do Comitê Central do PC do B, em artigo intitulado: “O IV Congresso e o programa democrático nacional”, publicado no órgão central do partido, o jornal *A Classe Operária*, edição de novembro de 2004.

*naquela época, para a qual qualquer divergência era encarada como um perigoso ato antipartidário. Muitas das preocupações de Lacerda comprovaram ser justas. Os aspectos esquerdistas presentes no projeto de programa, criticados por ele, tiveram que ser retificados poucos meses depois, especialmente depois do impacto do suicídio de Vargas. A visão estanke sobre as etapas da revolução brasileira e a superestimação do papel da burguesia brasileira nesse processo precisaria de mais alguns anos para serem superadas.*<sup>89</sup>

Um breve, mas oportuno parêntese, para referir que será somente em 1995, por ocasião de seu programa socialista, que os comunistas do PC do B revisarão esta superestimação do papel da burguesia, referindo que tal classe não se engajará na luta por mudanças do sistema, na medida em que ela própria assim o é em razão da situação de um capitalismo dependente e deformado, mas que a mantém dominante. E afirmam: “Sob a direção da burguesia e de seus parceiros, o Brasil não tem possibilidade de construir sua economia própria, de alcançar o progresso político, social e cultural, característico de um país verdadeiramente independente.”<sup>90</sup>

Conforme os documentos do PC do B, relativos a sua 8ª Conferência Nacional, realizada em Brasília, no mês de agosto de 1995, e dentro da linha programática referida, a questão das “etapas” também será posta de lado, como se infere do trecho extraído, que segue:

*O nosso último Programa, aprovado no 7º Congresso de 1988, seguia ainda a linha dos precedentes, moldado por uma etapa de caráter nacional, democrático-revolucionária, ficando a revolução socialista como indicação para uma “segunda etapa” [...].*

---

<sup>89</sup> Conforme Augusto César Buonicore, membro do Comitê Central do PC do B, em artigo intitulado: “O IV Congresso e o programa democrático nacional”, publicado no órgão central do partido, o jornal “A Classe Operária”, edição de novembro de 2004.

<sup>90</sup> *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 459-460.

*Apesar da constatação apresentada de que a “burguesia e latifundiários aburguesados” detinham a hegemonia do poder político, da existência de uma classe operária extensa e do predomínio do capitalismo em todo o campo, ainda não estávamos liberados para uma “análise concreta da situação concreta” [...].*

*Assim, concluía-se que as tarefas democráticas e nacionais se “aproximavam” e se “entrelaçavam” com as tarefas socialistas, embora justificando ainda a necessidade de duas etapas revolucionárias de naturezas distintas.<sup>91</sup>*

É, portanto, a partir de 1995 que os comunistas brasileiros colocarão na ordem do dia a revolução socialista, sem etapas precedentes e sem qualquer dirigismo voltado ao conluio com a burguesia.

Fechado o parêntese, e segundo Santos, já por ocasião da Conferência da Mantiqueira Lacerda havia atentado para o fato de que o “apoio incondicional a Vargas liquidava o papel independente do PCB” (SANTOS, 1988, p. 67). Conforme elucidado por José Ruy (p. 28),

*o Partido não se preveniu contra o ultradireitismo que crescia na conjuntura política, reforçado pelo governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra e pelos remanescentes do fascismo estadonovista. A campanha anticomunista recrudescceu e levou, em 7 de maio de 1947, à cassação do registro legal do Partido e, em 10 de janeiro de 1948, à cassação dos mandatos de todos os seus parlamentares. O partido foi pego indefeso e desarmado: a confiança na consolidação da democracia levou Prestes e – pelo peso de sua influência – a direção comunista, à convicção de que a reação não atacaria o Partido. Essa ilusão foi desfeita e, depois de um curto período de legalidade, de cerca de dois anos, os comunistas foram novamente jogados à clandestinidade.*

---

<sup>91</sup> CONSTRUINDO o futuro do Brasil. Programa Socialista do PC do B. Documentos da 8ª Conferência Nacional do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995, p. 41.

Assim sendo, em 07/05/1947, a Resolução n. 1.841, emanada do Tribunal Superior do Trabalho, por 3 votos contra 2, determina o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Sobre tal episódio, ilustrativos os apontamentos de Eliezer Pacheco (p. 196-197), ao mencionar que

*Se o próprio fechamento do Partido por decisão judicial já era surpreendente, mais surpreendente ainda foi a tranquilidade e a indiferença com que este fato foi consumado. Um solitário funcionário da justiça lacrava, no dia seguinte, a sede de um partido com cerca de 180 mil membros, um senador, expressiva bancada federal, centenas de deputados estaduais, vereadores e profundas raízes junto à classe operária. A direção do PCB cometera sério erro de avaliação do quadro político, subestimando as forças da reação e confiando cegamente na democracia burguesa. Tanto é verdade que, enquanto se decidia no STF o fechamento ou não do Partido, este se limitava a dar um tratamento exclusivamente jurídico à questão, confiando apenas na justiça do sistema, sem apelar um momento sequer para a mobilização popular contra a medida. Prestes, pouco tempo atrás, afirmava que “ninguém ousaria fechar o PCB”.*

Não só ousaram como, de fato, fecharam aquela agremiação política que agora via seus antigos “aliados” na luta pela democracia voltarem-se todos contra si, como foi o caso da evolução política da União Democrática Nacional (UDN)<sup>92</sup>,

---

<sup>92</sup> Apenas a título de ilustração, Waldir Porfirio, militante comunista e assessor parlamentar na Paraíba, nos relata, através do sítio do PC do B: [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br), conforme o *Diário Vermelho* de 26-11-2003, que em João Pessoa “terminado o pequeno período de legalidade do Partido Comunista, que durou pouco menos de dois anos (28 de maio de 1945 a 7 de maio de 1947), a agremiação entra novamente na clandestinidade, perdendo vários quadros e militantes que aderiram ao PCB naquela época. Mesmo assim, os comunistas que ficaram na agremiação se mobilizaram e conseguiram eleger, no pleito de 12 de outubro de 1947, o vereador mais votado da história de João Pessoa, o gráfico Cabral Batista, com 958 votos, pela legenda da União Democrática Nacional. Cabral conseguiu se reeleger em outras eleições até pedir afastamento do Partido em 1955.”

que, segundo relata Carone (1982, p. 77), conforme o inserido no documento do PCB intitulado “Do manifesto de janeiro à autocrítica de 1958 (1948-1958)”,

*[...] da oposição demagógica do governo Vargas em 1945, marchou rapidamente para a colaboração aberta e descarada com a [...] ditadura de Dutra, cuja orientação no fundamental sempre apoiou, mesmo nas medidas mais reacionárias contra a democracia, contra os trabalhadores e os interesses nacionais.*

*[...] E aqui, quando falamos do governo Dutra, podemos agregar os dos diversos Estados da Federação, porque todos eles, com exceções raras e ocasionais, fazem a mesma política do governo central: logo depois de empossados, puseram de lado os programas demagógicos com que concorreram às eleições, passaram a atacar as classes trabalhadoras, como o Sr. Ademar de Barros, a negar o direito de reunião, a perseguir a imprensa, a prender, torturar e assassinar trabalhadores, tanto os governantes pessedistas com os udenistas, em Sergipe ou na Bahia, no Pará como no Ceará etc.*

Como se sabe, por já fazer parte da história do PCB, o apoio a Ademar de Barros era focado no “social progressismo” de seu partido, o Partido Social Progressista (PSP), partido esse que em Passo Fundo abrigou em sua legenda alguns comunistas, já na perspectiva das eleições municipais de 1947, em razão da cassação do PCB, como veremos logo mais. Segundo Skidmore (p. 95),

*O populista mais notável da era Dutra foi Ademar de Barros. [...] Ademar tinha uma ambição compulsiva que o impelia a se mostrar com uma nova forma política.*

*[...] Para surpresa de quase todos os políticos da velha guarda, Ademar arrebatou a governança de São Paulo, em 1947. A eleição de Ademar foi um tour de force. Durante a campanha, fez acordo declarado com o Partido Comunista, em troca do apoio deste. Isso lhe*

*valeu uma grande quantidade de votos da classe operária, e levantou também a raiva dos políticos conservadores e dos oficiais do Exército que questionavam abertamente o direito de Ademar ser empossado. [...] Foi permitido a Ademar assumir o cargo, onde ele começou um pitoresco governo de quatro anos. Entre os seus adeptos mais desabusados, o lema era “rouba mas faz”.*

Como visto, esse “social progressismo” em Ademar de Barros não passava de um “social cretinismo” que movia o ambicioso e inescrupuloso político paulista. A análise procedida pelo PCB, anos mais tarde, bem denota a cilada onde os comunistas se embrenharam.

*Na verdade não assinalamos na época com força suficiente tais modificações na situação nacional e mantivemos no fundamental a mesma linha política anterior que nos levou ao sucesso eleitoral de 2 de dezembro de 1945, insistindo em condições já bem diferentes daquelas de 1945, na mesma preocupação de ordem e tranquilidade, de mão estendida ao governo etc.*

*[...] Essas tendências foram particularmente sensíveis em São Paulo, onde nosso apoio à candidatura vitoriosa de Ademar de Barros criou nas massas ilusões perigosas que nosso Partido não soube em tempo liquidar, tendo ao contrário alimentado através do “Plano de realizações” que chegou a formular e do silêncio criminoso que durante meses manteve diante das arbitrariedades do governo paulista e da descarada traição de Ademar ao povo de São Paulo (CARONE, p. 81).*

Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a “burguesia-progressista”, assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio. Não menos ilustrativos os apontamentos de Edgard Carone (p. 83-84),

ao reprimir o conteúdo do Manifesto de janeiro de 1948, onde encontramos a seguinte análise feita pelos membros da direção do PCB:

*Mais tarde, ao retirarmos, em 5 de agosto de 1947, diante das provocações do inimigo, a palavra de ordem de renúncia de Dutra, não fomos capazes de fazer a necessária autocrítica e, nem mesmo, sentir a necessidade de uma análise aprofundada da situação nacional e internacional a fim de buscar as causas verdadeiras de nossos insucessos e do incontestável avanço da reação, persistindo nas explicações superficiais, nas justificações fáceis, como tendências a ver nas massas, em seu atraso político, naquilo que chamávamos reformismo e apatia das massas a causa das derrotas, em vez de procurá-las em nós mesmos, na orientação política do Partido.*

Como referido, os comunistas cederam às provocações, abdicando de uma intervenção política condizente com o momento vivenciado. Mais uma vez sua análise esteve submetida a circunstâncias imediatas, sem capacidade de compreensão da dicotomia entre a realidade política nacional, de repressão e contenção aos movimentos populares, e à realidade política internacional, em sua dupla face: uma, de ascensão do “comunismo” o Leste da Europa; outra, de deflagração da “guerra fria” motivada por aquela ascensão.

*Esse perigoso e desastroso embotamento do sentido autocrítico em nossas fileiras nos impediu, mesmo após a publicação das memoráveis Resoluções da Conferência de Varsóvia, de examinar nossos erros, de buscar as causas do continuado avanço da reação e da penetração imperialista no país. Aplicamos de maneira mecânica a palavra de ordem de resistência ao avanço da reação, mas não conseguimos com ela quebrar a apatia e a passividade que ganhavam nossas fileiras, nem muito menos mobilizar as massas, tão grandes a confusão que se estabeleceu no Partido (CARONE, p. 83/4).*

A aplicação mecânica da palavra de ordem de resistência era inculcada para a “massa” de fora do partido. O partido não conseguia desobscurecer sua visão, eis que o acomodamento das “massas” era reflexo também de sua prática alheia ao seu palavreado.

Mesmo com as Resoluções da Conferência de Varsóvia que apontavam para o inevitável confronto entre as forças capitalistas e socialistas emergentes do pós-segunda guerra, entre Estados Unidos e URSS, a falta de senso crítico impediu uma análise contundente do momento político em que os comunistas estavam inseridos.

A institucionalização engessou os comunistas, que se mantinham fiéis ao parlamento quando este já servia, uma vez mais, passado um fugaz momento de aparência democrática, as vozes e as práticas da reação, avolumadas pela falta de uma proposta que pudesse envolver o povo na defesa dos propósitos democráticos, como corrobora a análise do Manifesto de 1948, ao referir:

*E, isto, porque não apresentamos desde então uma perspectiva política clara para o Partido. Fomos conduzidos a essas posições por tendências reformistas, o que nos levou a ceder demais à reação. Não soubemos em tempo, ou há mais tempo, utilizar a grande experiência leninista de que “com a combinação das formas de lutas legais e ilegais, parlamentares e extraparlamentares, é às vezes vantajoso e, mesmo obrigatório saber renunciar às formas parlamentares” (LÊNIN, IV, p. 337).*

Enfim, estes são alguns dos fatos que bem evidenciam o período crítico vivido pelo PCB e seus militantes, na sua incapacidade de análise da realidade concreta, seja por oportunismo, seja por incompreensão do momento político, sendo que após as análises e autocríticas, o Partido enveredaria, a partir de 1950, para uma postura isolacionista e esquerdista, conclamando o povo e as massas trabalhadoras para a “revo-

lução” que havia sido posta a cozinhar em “banho-maria” por seus dirigentes máximos, em especial Prestes.

O Manifesto de Agosto de 1950, subscrito por Prestes na condição de máximo representante do PCB, é a prova escrita desta postura, conforme o trecho que se transcreve:

*[...] E é justamente por isso que, hoje, mais uma vez, nos dirigimos a todos vós, democratas e patriotas e, diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente. Este é o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz.*

*[...] Unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista político-filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL para a ação e para a luta.<sup>93</sup>*

O manifesto de agosto de 1950 é consequência das derrotas e fracassos da linha política, que tornam evidente seu caráter oportunista, ao que, o Partido inicia a busca do caminho revolucionário que funde-se a posturas sectárias, como a de abstenção do processo eleitoral de 1950. Vitorioso, Vargas é eleito inimigo número um do PCB, até sua morte, por suicídio, em agosto de 1954. Morto, Vargas é aclamado pelo PCB como grande estadista e homem que conduziria o país ao efetivo desenvolvimento. Daí para a aliança com o PTB, não precisou muito esforço das hostes comunistas, as mesmas que há bem

---

<sup>93</sup> Álbum comemorativo ao 30º aniversário do PCB, que circulou clandestinamente no ano de 1952.

pouco tempo atrás *batiam* severamente nos trabalhistas, numa atitude que gera confusão e revela falta de coerência política. No curso destes acontecimentos, o partido, por ocasião de seu IV Congresso, realizado também em 1954, elabora e aprova o primeiro programa de toda a sua existência. Inobstante ser um marco na vida partidária, o programa – que demonstra ser indispensável a revolução com a necessidade de criação de ampla frente única que incluía a burguesia nacional – revela, uma vez mais, concepções etapistas e influência de ideias burguesas em suas fileiras.<sup>94</sup>

De 1954 até 1985, quando os PC's são legalizados<sup>95</sup>, a democracia novamente seria solapada pela saída golpista, encontrando o movimento popular mais uma vez sem uma liderança que pudesse resistir e engajá-lo na mobilização contra o retrocesso. Os comunistas, divididos e acuados, retornariam a mais dura clandestinidade. A luta armada sairia dos escritos para a realidade. O Araguaia não seria somente o nome de mais um rio ou uma região do Brasil.

### 3.2. *A imprensa e o anticomunismo*

No Rio Grande do Sul, como já vinha acontecendo em vários pontos do Brasil, as declarações de Prestes repercutem, causando revolta e desencadeando movimento de repúdio, em razão da *verdadeira orientação do PC*, sendo que, em Porto Alegre, vários comunistas abandonam o PCB e vão para o PTB. O periódico passo-fundense *O Nacional*, conforme edição de 27-03-1946, fazia repercutir essa bombástica notícia que abalava as hostes comunistas em todos os níveis, assim redigida:

---

<sup>94</sup> *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. Anita Garibaldi, São Paulo, 2000, p. 159.

<sup>95</sup> Em 1962 ocorreu a cisão dos comunistas em PCB e PC do B.

## AS DECLARAÇÕES DE LUIZ CARLOS PRESTES CONTINUAM CAUSANDO REVOLTA.

P. ALEGRE 25 (Agência Nacional) – *Está crescendo em todo o Estado um movimento de repúdio em torno da verdadeira orientação do Partido Comunista que, segundo Luiz Carlos Prestes, em caso de guerra entre o Brasil e a Rússia, se colocaria ao lado desta.*

*Os jornais locais tem dado publicidade da forte reação que se está registrando em todo o País bem como no seio das classes armadas diante desta atitude dos comunistas.*

*Pode-se dizer que comunistas em massa estão, há dias abandonando as fileiras do P.C.B. e se incorporando, preferencialmente, no PTB, o qual iniciará esta semana em todo Rio Grande, forte movimento de repúdio ao credo vermelho. Essa organização Partidária nomeou uma comissão especial para tratar do movimento que terá vastíssima amplitude.*

Também o matutino passo-fundense *Diário da Manhã* dava ênfase às repercussões que as declarações de Prestes estavam causando. A edição de 27-03-1946 trazia matéria onde o entrevistado sobre tais declarações era o Sr. João Junqueira da Rocha, assim posta:

*“Mais cedo ou mais tarde o tigre despiria a pele”*

*Declara ao DIÁRIO DA MANHÃ, o Dr. João Junqueira da Rocha, referindo-se às recentes declarações de Luiz Carlos Prestes.*

*Continua causando a mais funda repercussão em todo o país, a inesperada atitude do líder esquerdista, Sr. Luiz Carlos Prestes, declarando que se o Brasil entrasse numa guerra contra a Rússia, os comunistas brasileiros seriam empregados num movimento de guerrilhas contra o governo que declarasse guerra à União Soviética.<sup>96</sup>*

Como visto, era o ex-militante comunista, expulso do Partido por discordar da orientação deste logo quando de

---

<sup>96</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 27-3-1946.

sua reorganização, que agora vinha, de público, externar seu pensamento sobre os fatos que permeavam as declarações de Prestes. Seguiu a notícia ponderando sobre a destacada militância do Dr. Junqueira, de seu desprendimento pela causa e dos revezes sofridos, inclusive com privação de sua liberdade. Destacava o noticioso que

*Agora, em face das declarações do Sr. Luiz Carlos Prestes, resolvemos ouvir a palavra autorizada do dr. João Junqueira Rocha, que há muito havia profetizado a orientação futura do partido, contrariando os interesses e sentimentos cívicos do povo brasileiro.*

*Concluindo suas declarações ao representante do Diário da Manhã, o Dr. João Junqueira afirmou o seguinte: “Era de prever, portanto, que mais cedo ou mais tarde o tigre despiria a pele de cordeiro em que se retocara, e por isso não me surpreendem esta e outras declarações que o senador há de fazer.”<sup>97</sup>*

O anticomunismo local, nas palavras de João Junqueira, tinha também suporte em quem estava “autorizado” a fazer um “juízo” sobre as declarações, pouco importando o fato de que tal “autorização” fosse uma retaliação de quem discordava das orientações dos comunistas, como era o caso do Dr. Junqueira. Ao que se pode aferir, a expulsão de Junqueira estava relacionada ao fato de sua discordância da linha política implementada pelo partido, conforme nota divulgada à imprensa gaúcha, assim redigida:

*Ao proletariado e ao povo do Rio Grande do Sul  
O Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil divulgou pelo rádio e outros meios a minha expulsão das fileiras partidárias sob os fundamentos de: ter realizado na prática diversos desvios de esquerda; ter me declarado partidário da revisão do marxismo-leninismo ou eliminação da referência ao marxismo-leninismo no Estatuto;*

---

<sup>97</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 27-3-1946.

*ter pleiteado a questão da revisão do marxismo-leninismo por uma Conferência Internacional dos Partidos comunistas na presença de um oficial que representava o comando da região militar; ter confessado a incapacidade de assimilar a linha política do partido; ter declarado que, embora fanático por Luiz Carlos Prestes, aceitara com repugnância a palavra de ordem de apoio ao governo ditatorial getulista; ter tentado lançar a organização de Passo Fundo contra o Comitê Estadual.*

*Ainda bem que não me tacharam de traidor nem de nazista, apesar do “inquérito” haver compreendido o período desde 1932, conforme expressamente consta na divulgação.*

*Eu solicitei meu desligamento e fui “liquidado”, expulso. A minha expulsão foi um ato lógico da “democracia consequente” do Comitê Estadual. Se tivesse concedido o desligamento voluntário, que eu pedi, teria realizado na prática a política de união nacional, que apregoa, a linha política seria de tolerância, candura e fraternidade consequente, eu talvez não tivesse motivo para me desligar ou ser expulso.*

*Mas a expulsão violenta e brutal de um militante de 14 anos, que se mostra vacilante e propõe uma reforma na estruturação ideológica do partido pela eliminação das referências no Estatuto do marxismo-leninismo ou a revisão desta doutrina para ajustá-la às novas condições do mundo, é um procedimento logicamente consequente de quem se diz comunista e proclama que não existe ambiente nem sequer para o socialismo e muito menos para o comunismo por falta de condições subjetivas e objetivas.*

*Eu vinha sendo “cozinhado” desde a instalação do partido, e fui “liquidado” agora por ocasião do ampliado estadual que se reuniu nos dias 1, 2 e 3 de novembro.*

*Sinto-me bem com esse desligamento, pois a vinculação ao partido comunista somente me acarretava prejuízos morais e materiais.*

*Passo Fundo, 9 de novembro de 1945.<sup>98</sup>*

---

<sup>98</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 10-11-1945.

A nota acima reproduzida nos leva, obrigatoriamente, a algumas incursões. Uma delas, já mencionada anteriormente, é de que o PCB precede a ANL em Passo Fundo.

Outra é a de que havia um descontentamento com a linha política do partido em sede local, e que tal fato foi resolvido com a expulsão dos descontentes, como é o caso de Junqueira.

Por último, também fica nítido que a postura de Junqueira já não era de afinidade com o PCB, eis que razões de ordem ideológica e pessoal o distanciavam da organização.

Ferreira (p. 279) capta episódios similares ao de Junqueira, aduzindo que

*[...] após dedicar anos de vida ao partido, às vezes décadas, o militante, muito lentamente, descobria outra realidade. Em diversas situações, o revolucionário, triste e amargurado, revoltava-se contra os dirigentes do partido. As críticas, nesses momentos, eram contundentes e agressivas. Quanto mais ele acreditou e confiou na direção coletiva, quanto mais ele participou das crenças e das tradições culturais bolchevistas, maiores eram seus ataques aos líderes partidários. Nesses momentos, a decepção, o desapontamento e o desgosto abalavam os sentimentos do revolucionário.*

Em proporções menores, mas não menos angustiantes, a situação de Junqueira se assemelhava a de tantos outros que viram seus ideais serem subjugados a um “conjunto de dirigentes” que, segundo eles, não refletiam e praticavam os ideais que norteavam o partido. Todavia, era impensável, em tal período, que o questionamento dos líderes partidários e de suas práticas redundasse em boa coisa aos discordantes. Como percebe Ferreira, em caso relativo ao militante Otávio Brandão, mesmo

*Magoado e ressentido, sentindo-se injustiçado e abandonado, Octávio Brandão, mesmo assim, não pensou em abandonar o PCB. Em*

*momentos de crise, um comunista dificilmente questionava o ideal de revolucionar o mundo ou o partido organizado nos moldes leninistas. Para ele, as decepções, os sofrimentos e as amarguras via de regra provinham dos dirigentes, dos líderes partidários que desvirtuaram a grandeza de um ideal.*

*Ao aderir ao partido, o militante acreditava participar de uma organização política única [...] o partido detinha códigos “científicos” para a compreensão e transformação do mundo. Portanto, tornou-se uma tradição nos partidos comunistas a elevação de seus dirigentes à categoria de homens especiais (FERREIRA, p. 278-279).*

Os dirigentes eram postados acima de qualquer falha humana, sendo venerados como deuses. Junqueira, em sua nota, mesmo discordante da linha política, declarava-se “fanático” de Prestes. Mas não era só ele, e só em Passo Fundo que esta “veneração” se fazia sentir.

*A figura do “Cavaleiro da Esperança” assumia proporções místicas na imaginação de milhares de patriotas e eu era um dos mais ardorosos e entusiastas admiradores dele. E não escondia esse sentimento. Não vem ao caso explicar ou interpretar psicologicamente por que eu chegara a esse grau de submissão quase fanática a meu antigo companheiro. A verdade pura e simples é que eu era assim. E isto não acontecia só comigo... Centenas de milhares de brasileiros tinham por Prestes uma admiração e um devotamento que roçavam pelo fanatismo (BARATA, 1978, p. 321 apud FERREIRA, Jorge, p. 23).*

Como visto, a campanha anticomunista, aliada ao descontentamento de parcela da militância, começava a fazer “estragos” no PCB, que até então era visto como fiel escudeiro da União Soviética, cuja participação nos episódios finais da 2ª Guerra havia sido decisiva para a “libertação do pesadelo nazista de Hitler”. O PTB, aliado ocasional dos comunistas, fazia agora a campanha visando a angariar

novas filiações e ampliar sua base de influência no Estado do Rio Grande do Sul.

### 3.2.1. *O tenente Gonçáline Curio de Carvalho – o anticomunismo fardado*

Na perspectiva do anticomunismo, seja em Passo Fundo e em outras cidades por onde andou, sobressai a figura do itinerante tenente Gonçáline Curio de Carvalho. Ao que podemos saber, através de informações do Sargento Liberatto<sup>99</sup>, o tenente não sentou praça no município, eis que era designado para tarefas em todo o Estado do Rio Grande do Sul, conforme a necessidade. O que pudemos recolher é o que está inserido nos jornais locais.

Em Passo Fundo, o jornal *O Nacional*, edição de 28-03-1946, trazia na capa um “a pedido” assinado pelo tenente Gonçáline Curio de Carvalho, assim redigido:

*“Aos Comunistas do Brasil” – G. Cúrio de Carvalho As recentes declarações de Luiz Carlos Prestes, referentes à atitude do P. C. B., em caso de uma guerra do Brasil com a Rússia, só poderão causar surpresa para os espíritos menos avisados e às indiferentes aos destinos de sua pátria. [...]*

*É de fato um ultrage lançado à face da Pátria, valer-se um cidadão dos plenos direitos de liberdade, que lhe garante a democracia, reforçado das prerrogativas de representante de um partido político, junto ao Senado Nacional, justamente no momento que as atenções estão voltadas à carta magna a ser elaborada, quando as esperanças do povo estão dirigidas para seus representantes eleitos, para vir de público declarar os interesses de uma nação estrangeira superiores aos de sua Pátria, sem qualquer ressalva. [...]*

---

<sup>99</sup> O sargento Liberatto estava engajado na Brigada Militar, corporação de Passo Fundo, sendo o responsável pelo Arquivamento de fatos e personalidades que marcam a vida e atuação da corporação em sede local.

*Quem de vós, comunistas do Brasil, poderá negar as declarações de Prestes e quem de vós desejará ver vossa Pátria subjugada a uma nação estrangeira. [...]*

*Voltai a pertencer a vós mesmos. Reconquistai vossa liberdade. Livrai-vos do jugo do partido que exigiu juramento e obediência incondicional. Reconquistai vossa personalidade, vinde pertencer ao nosso Brasil. A ele somente deveis jurar fidelidade incondicional. Errai com ele. Acertai com ele. Saboreai seus frutos bons e amargos e, acima de tudo, "AMAI COM FÉ E ORGULHO A TERRA EM QUE NASCESTES".*

Como visto, as declarações de Prestes repercutem em Passo Fundo, fazendo com que a imprensa local fosse caixa de ressonância do anticomunismo exacerbado de Curio de Carvalho, assíduo frequentador dos jornais passo-fundenses. Sabendo utilizar-se do fato público e notório das relações que o PCB mantinha com Moscou, o tenente apela para o lado da sensibilidade patriótica do povo brasileiro, como se a questão assim se apresentasse: o Brasil ou a Rússia? Com mordaz artimanha põe na "boca de Prestes" palavras por ele jamais



Comício Comunista com a presença de Luiz Carlos Prestes. No primeiro plano, da esquerda para a direita João Roma, Hugo Lisboa, Luiz Carlos Prestes e Albertina Rosado. 1946.

Arquivo Saul Ortega.

pronunciadas, querendo impressionar aos desavisados e fazer crer, aos mesmos, que a “liberdade” estava para ser violada pelos comunistas. Visando a desconstituir a publicação da “Carta Aberta” de Gonçalves, condenando as declarações de Prestes, é feito publicar um “A pedido – Como se conta a história das declarações de Prestes”, em trecho extraído de um artigo publicado pela *Voz do Povo*, de Caxias do Sul, assim posto:

*A pedido*

*Como se conta a “história” das declarações de Prestes “Impedir que se sacrifique um país em benefício de meia dúzia de financistas sem pátria e sem sentimentos – nisto consiste a servidão de Prestes a Rússia!...*

*É fácil acusar um homem. O difícil é compreender uma realidade e um povo como os compreende Prestes!*

*De outro lado, esta agitação toda, é o sinal da agonia imperialista que estertora num último esforço, procurando distrair este “mundo só” que nos legaram os heroicos soldados da FEB, os tomfes britânicos, os maquis franceses, os gloriosos soldados de Eisenhower, os guerrilheiros de Tito e os camponeses e operários do exército vermelho. O povo, o indomável juiz dos homens e das guerras, que a paz. Ele é o elemento mais seguro para a harmonia internacional. E os senhores do capital financeiro não marcham com o povo. Marcham contra ele, pois é do suor e do sangue popular que se fazem suas fortunas internacionais”. (Trecho de um artigo de fundo publicado pela “Voz do Povo”, de Caxias, mandado transcrever por Eduardo Barreiro, secretário de Divulgação do Comitê local do PCB)<sup>100</sup>*

Como refere Mariani, “os partidários do PCB só falaram (e pouco) nos jornais pesquisados em raras ocasiões de mudança política. Por exemplo, Prestes, entre 1945 e 1947, ou quando voltou do exílio, em 1979..[...]” (MARIANI, p. 190). Resta acrescentar, ainda, que, quando falaram, no mais das vezes foi

---

<sup>100</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 30-3-1946.

para justificar uma postura ou externar uma defesa, como o fez Barreiro pela republicação de uma matéria originalmente veiculada em Caxias do Sul, naqueles idos de 1946. Se Prestes que era “o Prestes”, o “cavaleiro da esperança”, *pouco falou*, quiçá seus admiradores e seguidores em nível mais baixo (do país para o município neste caso).

Mas Gonçalves continuou sua missão, sendo também motivo de divulgação o choque armado entre comunistas e autoridades, verificado na cidade de Rio Grande, após comício em comemoração ao 1º de maio de 1947

*[...] quando elementos filiados ao PCB resolveram, com mais de 300 pessoas, levar a efeito uma passeata no centro da cidade, sem que para isso contassem com licença das autoridades policiais. [...] Os extremistas foram obstados no seu intento, nas imediações do estádium do Grêmio General Osório, pelo Dr. Evaldo Miranda, delegado da Ordem Política e Social e pelo Tenente da Brigada Militar Gonçalves Curio de Carvalho que se dirigiram com palavras amistosas aos manifestantes. Entretanto, a suletas, um dos elementos agride a socos o Dr. Evaldo Miranda, tendo os demais sacado dos revólveres que descarregaram contra aquelas autoridades, havendo reação e forte tiroteio. Do choque havido resultaram cinco mortos e cinco feridos. De início, tombaram o soldado Francisco Resis e o manifestante Euclides Pinto. Tombou uma senhora que empunhava a Bandeira Nacional e outros dois. Ficou ferido o tenente Gonçalves Curio de Carvalho. A senhora que empunhava a Bandeira Nacional e que tombou morta na cidade de Rio Grande era a líder comunista Angelita Gonçalves. O tenente Gonçalves Curio de Carvalho, que restou ferido, era natural de Passo Fundo, onde residiam vários de seus irmãos e parentes da conhecida família Curio de Carvalho, conforme informava a notícia.<sup>101</sup>*

---

<sup>101</sup> O Nacional, Passo Fundo, 03-5-1947.

restaurante equiva-  
ler a uma escola  
-a escola e um  
-a escola.

**PASSO FUNDO E  
DE BELLE BRASILE**  
te, interessados o  
Carlos De Danilo  
a féda da fun-  
cional e onde fe-  
Respondem-mos  
a de fundação da  
Popular Anti-Comu-  
na de Passo Fun-  
do, de um grupo  
patriotas, viva-  
sados na defesa  
herança e que  
continuar assis-  
ativamente a sa-  
ta que por aqui  
corpo. A féda foi  
entusiasta pela  
da do nosso povo,  
movimento des-  
a féda realidade  
a princípio parecia  
se converter; re-  
trilha que Passo  
fo do Movimento

**Anti-Comunista**, que  
palhando por to-  
do inúmeras as-  
sontam com es-  
sua féda consti-  
tuição.

Uma, através e nome-  
da, de Associação  
de um grupo de  
bera do Cachoeira, con-  
se o grupo organiza-  
se, através de uma  
eção para a próxi-  
midade de organiza-  
ções populares, in-  
fluência na prole-  
tariado. Para a local  
de organização consi-  
derável.

**A EM BRUCALINA**  
de um município  
de, que a féda se  
de, que a féda se  
de, que a féda se  
de, que a féda se



Seu colega Carlos De Danilo  
Quardos, presidente do Move-  
mento Popular Anti-Comuni-  
sta de Passo Fundo.

**APOIO DA IMPRENSA**  
Em sua grande maioria, os  
jornais do Rio Grande têm des-  
de sempre uma atitude favorável  
em relação ao movimento anti-  
comunista.

Uma vez que a imprensa  
de um município  
de, que a féda se  
de, que a féda se  
de, que a féda se

terem que passar a ser  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**ORIENTAÇÃO PARA OS  
PRINCIPAIS ELEIÇÕES**  
Tomando o conteúdo da  
palestra, vivamente empolgado  
com o movimento que dirige, o  
nosso colega Carlos De Danilo  
Quardos prosseguiu:  
— "Nos próximos eleições  
pretendemos ter atuação de  
destaque, na defesa dos princi-  
pais que defendemos. Desde já  
nosso declarar que o Movimento  
Popular Anti-Comunista pa-  
lestrou, em nome dos candida-  
tos à deputação ao governo do  
Estado, que levava a seu encerra-  
mento a inscrição de propaganda  
de confiança do povo, por profes-  
sionários ideológicos contrários aos  
nosso princípios tradicionais.  
Os comunistas têm que ser de-  
denunciados ao povo, para que  
eles os reconheçam fiáveis e he-  
rando partido da ignorância de  
milhares de brasileiros, facili-  
mente conquistados pela propa-  
ganda profusa e bem dirigida  
desse nosso inimigo."

Um segundo, a imprensa  
de um município  
de, que a féda se  
de, que a féda se  
de, que a féda se

**O FRENTE DO DIA**  
A imprensa começa no dia — A  
imprensa começa no dia — A  
imprensa começa no dia — A  
imprensa começa no dia — A

que não se dá a  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**A REGIÃO DA EXTINÇÃO  
DOS PARTIDOS EXTRE-  
MISTAS**  
Acusado não tem origina-  
los mais diferentes pronun-  
ciamentos, é da anunciada extin-  
ção, pelo governo dos partidos  
extremistas, foi a nossa per-  
turbado ao jornalista Carlos De  
Danilo Quardos, que assim se  
manifestou:  
— "A extinção dos partidos  
extremistas, que circulam sobre  
a extinção dos partidos extre-  
mistas. É de assegurar que no  
dia em que tal coisa se possi-  
bilitar, cessará por completo as  
suas atividades, e claro que  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**O COMÍCIO DO PRÓXIMO  
DOMINGO**  
Realizando a nossa ativida-  
de em nome do Movimento  
Popular Anti-Comunista, o  
comício do próximo domingo  
que nos acontecerá:  
— "É de assegurar que no  
dia em que tal coisa se possi-  
bilitar, cessará por completo as  
suas atividades, e claro que  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**ALVARO**  
Obrigado Carlos De Danilo  
Quardos, presidente do Move-  
mento Popular Anti-Comuni-  
sta de Passo Fundo, por ter  
nos dado a oportunidade de  
expressar o nosso apreço  
pelo movimento que dirige,  
e pelo apoio que nos dá.  
— "É de assegurar que no  
dia em que tal coisa se possi-  
bilitar, cessará por completo as  
suas atividades, e claro que  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

que não se dá a  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**CLUBE COMERCIO**  
Baile Mensal, dia 23 do corrente  
A Diretoria do Clube Com-  
ercial preparou, para o próximo  
baile, mais uma de suas  
festas, levando a efeito o "Baile  
Mensal", destinado, como nos as-  
suetudes, a atingir um grande nú-  
mero de seus associados. Desde  
já notamos um interesse pre-  
cioso da parte dos frequentado-  
res, e a Diretoria de organização  
está fazendo os melhores esforços  
para a realização de uma festa  
de sucesso.

**Carnet Social**  
ANIVERSÁRIOS  
Fazem anos, hoje a jovem O-  
límpica, filha do tenente Heitor  
Mirczynski e de sua exma. es-  
posa e filho ornamentado da  
cidade, o Sr. Carlos de Danilo  
Quardos, nasceu em 23 de  
setembro de 1914.

**Muito bem recebido**  
a campanha em favor dos alunos  
da sua turma do "Protasio Al-  
varado".  
A turma de Passo Fundo con-  
stituiu um grupo de trabalho  
para a campanha em favor dos  
alunos da turma do "Protasio  
Alvarado", nascido em 23 de  
setembro de 1914.

que não se dá a  
de novo. Tratando desse  
exemplo, encontramos na capital  
do Estado uma mesma retrospetiva,  
que se vê desdobrando todos  
os aspectos para que o leitor  
seja atido com toda a brevidade."

**Encontrado enforcado**  
perto de São Miguel  
As autoridades policiais de  
Passo Fundo, após uma longa  
busca, encontraram, próximo  
de São Miguel, o cadáver de  
um homem de cor branca, de  
pele enfiada, enfiado em um  
cabo de aço, com as mãos  
amarradas aos lados. O corpo  
estava em uma posição que  
parecia ter sido enforcado.  
O corpo foi encontrado em  
um terreno baldio, próximo  
de um rio. As autoridades  
estão investigando o caso.

**Silvio Dal Maso**  
advogado  
oficinas em sua casa  
avenida Prudente de  
Moraes, nº 1008 — (a rua  
a rua)

**PARA VIVER TRANQUILO? Segure-se de vida. PARA SEGURO DE VIDA!**

# PREVIDÊNCIA do Sul

Antes De Aviar Suas Receitas  
Lembre-se Sempre

## Farmácia Rosa

A Que Mais Barato Vende  
& Melhor Atende

ABERTA AOS DOMINGOS E FERIADOS

### Comício Anti-Comunista-Domingo próximo

**CONVITE**

ento Popular Anti-Comunista, de Passo Fundo, tem a grande satisfação de convidar a população anti-comunista desta cidade, município e vizinhos para o primeiro e grandioso comício de combate à ideologia comunista, que realizará a 24 de novembro de 1946.

Falarão diversos oradores, especialmente convidados pelo movimento.

Movimento Anticomunista de Passo Fundo onde se destaca o Sr. Carlos De Danilo Quardos, presidente do movimento, bem como o convite para o comício anticomunista, que ocorreu no dia 24 de novembro de 1946.

Diário da Manhã, 19/11/1946.

Como visto, o tenente Curio de Carvalho<sup>102</sup> espriava suas atitudes repressivas também na cidade de Rio Grande, cumprindo à risca sua incumbência na contenção das atividades comunistas.

### 3.2.2. *O anticomunismo em Passo Fundo e arredores*

Na vizinha cidade de Passo Fundo, distante pouco mais de 70 km, segundo relata Cassol, “numa esfera mais geral, a condenação pública do comunismo, em Erechim, vai ter início por volta de 1945. Os jornais, em especial o periódico *A Voz da Serra*, constituem-se em aliados das forças capitalistas”, e arremata: “com o surgimento do Partido em nível local, originou-se também uma frente de oposição a este. Isso ficou evidente em esfera pública a partir das publicações do periódico *A Voz da Serra*” (CASSOL, 2004, p. 42 e 46). Nas edições do período mencionado, resta evidenciada essa postura anticomunista num “a pedido” assim redigido:

*A PEDIDO* *Motivos pelos quais o homem sensato e civilizado não pode ser adepto do comunismo*

- 1) *Porque nenhuma pessoa sensata e equilibrada pode negar a existência de Deus como faz o Comunismo ateu.*
- 2) *Porque o Comunismo sendo condenado pela Igreja, até as pessoas não católicas concluem haver motivo para esta condenação.*
- 3) *Porque os propagandistas do comunismo ou estão iludidos não conhecendo as barbaridades que ela ensina, ou são homens de má-fé.*
- 4) *Porque o Comunismo não contente em tirar ao povo os haveres e entregá-los ao Estado tira-lhe a independência e liberdade.*
- 5) *Porque o Comunismo intromete-se na parte moral do povo e dissolve-lhe toda a ordem social com a desmoralização dos costumes.*

---

<sup>102</sup> Importante ressaltar que o tenente Curio de Carvalho é o mesmo que no ano de 1951 executaria a prisão de Ernesto Delvaux e que, em 1964, segundo depoimento de Tália Cassol, procederia a inquisição de várias pessoas ligadas ao movimento democrático-popular de Erechim.

6) *Porque no Comunismo não há mais casamento, mas fantasia de casamento, sem nenhuma garantia legal e nem defesa, podendo qualquer bandido apossar-se da mulher e das filhas de qualquer cidadão, sem que este possa reclamar direito algum.*

7) *Porque no regime comunista, tal como existe na Rússia são todas as terras absorvidas pelo governo, que aos particulares concede parte dos produtos que plantaram e colheram.*

8) *Porque o programa do Comunismo é a destruição completa da ordem e civilização cristã, com a mais depravada dissolução dos costumes transformando a sociedade num verdadeiro rebanho de animais.*<sup>103</sup>

Em edição subsequente, era veiculado o seguinte artigo – subscrito por Jaime Soares, cuja procedência e influência local, à época, não foi possível identificar – que bem denota a postura anticomunista vazada no texto:

*O erro do socialismo e do comunismo*

*A marcha da humanidade através de todos os séculos vai se operando por força das grandes leis naturais que a observação e a experiência demonstram. Repete-se o ato que nos beneficiou, não se repete o que nos produziu mal. Os instintos têm grande parte na conduta humana e social.*

*Dizia o grande Codben: “Todas as casas, todos os moinhos, todas as pontes, todos os navios, todas as grandes obras e empreendimentos que fizeram a civilização e a felicidade da humanidade são obra do capital, dos que economizaram. É o que distingue o homem dos animais. Graças ao capital, tudo quanto vemos na civilização humana foi levantado e reconstruído. Os animais não tendo nem o capital nem a moeda, vivem da mão para a boca, isto é, de que encontram no dia e na hora para comer.*

*Dentro do capitalismo é perfeitamente possível uma melhor distribuição dos proventos sociais. O socialismo e o comunismo passarão como*

---

<sup>103</sup> A Voz da Serra, Erechim, 18-9-1945.

*passam todas as doutrinas e teorias. O que fica permanentemente é a natureza, a realidade e os fatos que imperam inexoráveis. O comunismo quis fazer com o capital o mesmo que os selvagens que derrubam as árvores para colherem os frutos destas. As doutrinas ou teorias são na concepção de Bacon, ídolos do teatro, cerebrinismos.*<sup>104</sup>

Cassol (p. 47) nos relata que a Igreja Católica de Erechim condenava publicamente o regime comunista e seus adeptos. Segundo depoimento de Garibaldi Canova, “eles tinham uma visão de que o Partido era um ‘bicho feio’, que fazia as coisas erradas. Nos sermões da missa, diziam que era preciso combater os comunistas, que eles tinham uma visão negativa das coisas”. Nesse aspecto, Cassol ainda menciona que

*Com o material jornalístico colhido para a elaboração da pesquisa, percebe-se que há, proporcionalmente, 12 referências consideradas anticomunistas para cada publicação comunista ou de simpatizantes. Constatamos assim a postura e interferência do grupo não-comunista na imprensa local e regional.*

*O núcleo comunista erechinense não teve grande participação na imprensa escrita. Salvo engano, consideramos também o fato de o mesmo não possuir acesso irrestrito aos meios de comunicação (Ibidem, p. 48).*

Por derradeiro, observa Cassol (p. 50) que os comunistas de Erechim, através de Olympio Zanin, conhecido advogado e militante do PCB, possuía um certo “espaço” no jornal local, mas não pelo fato de ser do PCB. Sua condição de intelectual contava mais, e era em razão dela sua inserção ao periódico. Semelhantemente a Erechim, em Passo Fundo era Albertina Rosado quem gozava desta condição, qual seja: intelectual e comunista. A ela, dedicaremos um tópico especial mais adiante.

Não muito distante deste fato, os anticomunistas se arregimentavam em Passo Fundo, conforme o noticioso local, datado de 08 de novembro de 1946, assim posto: “Escolhida,

---

<sup>104</sup> A Voz da Serra, Erechim, 24-11-1945.

ante-ontem, a nova Diretoria do Movimento Popular Anticomunista de Passo Fundo. Foi eleito presidente o nosso colega Carlos de Danilo Quadros”,<sup>105</sup> A edição do *Diário da Manhã*, de 10 de novembro de 1946, informava que os anticomunistas passo-fundenses realizariam um comício em data próxima, assim como *missas*, no dia 27, pelas almas das vítimas de 1935, numa referência aos “mortos que não houve”, por ocasião da insurreição de 1935, mais conhecida oficialmente como *Intentona*.

Esta arregimentação tem seu ponto alto com a realização do comício anunciado nos meios de comunicação local, e que efetivamente ocorreu no dia 24 de novembro de 1946, como noticiou o *Diário da Manhã*:

*Realiza-se hoje o comício anticomunista – A grande manifestação cívica terá lugar no largo fronteiro ao Altar da Pátria. Como vem sendo noticiado, deverá realizar-se hoje, com início às 17hrs, no largo fronteiro ao Altar da Pátria, na Avenida Brasil, o primeiro grande comício promovido pelo Movimento Popular Anticomunista de Passo Fundo, que é presidido pelo Sr. Carlos de Danilo Quadros, diretor do Diário da Tarde.*<sup>106</sup>

Interessante notar que o comício anticomunista em Passo Fundo foi precedido pelo comício dos comunistas, inclusive com a presença de Prestes, fato este também divulgado pela imprensa local.

*Deixou, ontem, Passo Fundo, o senador Luiz Carlos Prestes – O senador Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, foi hóspede do sr. Antônio Rosado, funcionário da Prefeitura Municipal, e de sua exma. esposa, d. Albertina Rosado, professora estadual e conhecida escritora que colabora na imprensa rio-grandense sob o pseudônimo de*

---

<sup>105</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 08-11-1946.

<sup>106</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 24-11-1946.

*Latif Chasid. O casal Rosado foi incansável em cumular de gentilezas o secretário-geral do PCB, que ante-ontem, em comício público, falou aos passo-fundenses.*

*Ontem pela manhã, após ter recebido inúmeras pessoas com as quais se demorou em agradável palestra, o senador Luiz Carlos Prestes, recebeu a visita oficial do dr. Gelso Ribeiro, prefeito substituto do município, no exercício do cargo de prefeito, e, com quem manteve cordial palestra.<sup>107</sup>*

No escoar de 1946, era criada a Comissão de Propaganda do Movimento Anticomunista de Passo Fundo, sediada na Vila Rodrigues, assim noticiada:

*Comissão de Propaganda do Movimento Anticomunista na Vila Rodrigues. A instalação da Comissão de Propaganda do Movimento Popular Anticomunista de Passo Fundo será realizada na Vila Rodrigues, onde reina grande interesse do povo para a organização da mesma.<sup>108</sup>*

O Sr. Carlos De Danilo Quadros ocupou a presidência do movimento anticomunista de Passo Fundo até janeiro de 1947, quando então, por motivos de ordem pessoal e profissional, deixou a cabeça de tal movimento, sem no entanto afastar-se de seus ideais, conforme ofício endereçado ao Sr. Florisbelo Gonçalves Dias, transformado em nota divulgada à imprensa, assim concluía:

*Valho-me do ensejo para apresentar a V. S. e demais dirigentes do Movimento, os protestos de minha elevada estima e alto apreço, certo de que o meu afastamento da presidência em nada modificará os meus*

---

<sup>107</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 19-10-1946.

<sup>108</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 08-12-1946.

*propósitos de continuar, como cidadão e como jornalista, a batalhar em defesa dos sagrados ideais cristãos e da nossa Santa Igreja Católica Apostólica Romana, da qual sou adepto sincero e leal.*<sup>109</sup>

Neste quadro o panorama político em Passo Fundo logo estaria às voltas com o pleito municipal, onde causa impacto a notícia de que os comunistas apoiariam o Sr. Dionísio Lângaro mesmo que esse negasse tal apoio.<sup>110</sup> Uma declaração do Sr. Eduardo Barreiro tornava público que efetivamente os comunistas apoiariam o Sr. Dionísio Lângaro, bem como de que dois companheiros comunistas integrariam a chapa de vereadores do PSD.<sup>111</sup> Logo após, é veiculado “a pedido” no jornal *O Nacional*, no intuito cristalino de prejudicar a candidatura de Dionísio Langaro<sup>112</sup>, assim posto:

#### *A Pedido*

*Os comunistas apoiarão, em massa o candidato do PSD, sr. DIONÍSIO LANGARO*

*Declara em sensacional entrevista a O Nacional o sr. Eduardo Barreiro.*

*Há poucos dias, divulgamos a notícia em que levamos ao conhecimento público, os primeiros passos constatados com respeito a elementos comunistas dispostos a dar seu apoio irrestrito à candidatura do Sr. Dionísio Langaro, ao governo deste município.*

*Efetivamente, que, nos círculos da extrema esquerda local, se vem processando um movimento destinado a que os comunistas, como fizeram com o sr. Walter Jobim, venham a amparar o candidato 30, atuando como goleiro no time de futebol do 14 de julho de Passo Fundo. É progenitor do Dr. Sérgio Langaro, conceituado médico passo-fundense.*

---

<sup>109</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 31-1-1947.

<sup>110</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 25-10-1947.

<sup>111</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 30-10-1947.

<sup>112</sup> O Sr. Dionísio Langaro era empresário do ramo madeireiro. Também destacou-se como atleta nos anos ?????????? em que ano??

*situacionista, isto é, o candidato do Partido Social Democrático, Sr. Dionísio Langaro.*

*Desta vez, porém, o candidato do PSD não terá o apoio do Partido de Representação Popular, pois que este está formando uma coligação que apoia outra candidatura.*

*Com o objetivo de melhor esclarecer a massa popular compareceu hoje á redação de O Nacional o líder político sr. Eduardo Barreiro, que prestou ao repórter as seguintes declarações:*

*“Soube que um grupo de chamados democratas do PSD estão fazendo força para que cidadãos amantes da liberdade não tenham suas candidaturas registradas para concorrer ao pleito municipal na qualidade de candidatos a vereadores”.*

*“Aliás, já contamos com dois companheiros comunistas integrando a chapa do Partido Social Democrático”.*<sup>113</sup>

Os companheiros referidos na suposta declaração se tratavam de João Cony e Albertina Rosado, fato este efetivamente comprovado pela leitura da nominata dos candidatos à vereança lançados pelo PSD de Passo Fundo.

*“Creio — prossegue o sr. Barreiro — que os senhores peésedeistas estão revelando suas boas intenções, como o fizeram quando concorreu ao pleito de 19 de janeiro o atual governador do Estado”.*

*“Os homens do PSD local vieram ao encontro de nosso pensamento. E, tanto assim, — diz com entusiasmo o Sr. Eduardo Barreiro — que, bem reconhecendo os méritos libertários e democráticos dos dirigentes do Partido Social Democrático, os comunistas de Passo Fundo, em massa, apoiarão o Sr. Dionísio Langaro e marcharão de braços dados com esse senhor na jornada de 15 de novembro”.*

*Finalizando, afirma o sr. Barreiro:*

*É possível que o Sr. Dionísio Langaro diga que não deseja o apoio e voto dos comunistas”. Mas, não esqueça S. S. que foram os votos do*

---

<sup>113</sup> O Nacional, Passo Fundo, 31-10-1947.

*PCB que decidiram a eleição do Sr. Jobim... Sómente a votação do PRP não era suficiente... ” “Essa é a verdade: o Sr. Langaro diz ser democrata e cristão e o mesmo vem repetindo o seu partido – pois nós, como homens essencialmente democratas, vamos segui-los”.*  
(Mandado publicar, por um anticomunista).<sup>114</sup>



Albertina Rosado (1917-1953).

Ao que podemos inferir, tais declarações do Sr. Barreiro jamais foram veridicamente precisadas, sendo que esta impossibilidade ainda hoje permanece pela falta de documentos que objetivamente pudessem dar esta certeza. Todavia, em “a pedido” feito publicar no jornal *Diário da Manhã* de 1 de novembro de 1947, era dito por Alady Barlese de Lima, comunista passo-fundense, que votaria em Armando Annes, contrariando, assim, as supostas declarações de Barreiro. Segundo a nota, declarava o Sr. Alady que

---

<sup>114</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 31-10-1947.

*Eu, por exemplo, votarei em Armando de Araújo Annes, na conformidade de minha análise há tempo realizada. E sou comunista, fichado, militante como o Sr. Barreiro, que afirma sem poder falar em meu nome, – pois não fui consultado – que os comunistas apoiam em massa o sr. Dionísio Langaro.*<sup>115</sup>

Ao que transparece, referidas declarações não passaram mais que da utilização do anticomunismo, pelos candidatos ao pleito, como forma de “desqualificação”.

E, as vésperas do pleito municipal majoritário é feito publicar no jornal *O Nacional* outro “a pedido” cujo tema central é o anticomunismo direcionado à candidatura de Dionísio Langaro, como se denota:

#### *A Pedido*

*ADVERTÊNCIA Ao eleitorado cristão de Passo Fundo Há cerca de 4 meses, membros graduados do PSD local, já naquela época de que pela verdade não conseguiriam seus objetivos eleitorais, forjaram uma ficha comunista do sr. Armando Araújo Annes, na tentativa inútil de mudar a boa fé do Povo Passo-fundense, que conhece bem esses métodos de propaganda do PSD e conhece melhor a personalidade de Armando Araújo Annes, cidadão de formação espiritual profundamente cristã e, por isso mesmo, visceralmente contrário á ideologia comunista. Desmascarando esses forjadores de mentiras, lançamos-lhes, há mais de 3 meses, pelo jornal “O Nacional”, um repto para que exibissem em publico essa ficha falsa, a fim de que o povo pudesse comprovar a sua falsidade e, assim, melhor julgar os homens e os condenáveis métodos do PSD.*

*O repto ficou até hoje sem resposta. Os nossos adversários silenciaram sobre a famosa ficha, obra de suas próprias mãos, receiosos da inevitável reação da Opinião Publica.*

---

<sup>115</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 1-11-1947.

*Agora, porém, chegou ao nosso conhecimento que os senhores do PSD reservaram essa ficha falsa para uma espécie de “bomba atômica”, às vésperas das eleições de 15 de Novembro. Mandaram imprimir milhares de boletins, contendo o clichê dessa ficha por eles forja e os espalharão, às vésperas do pleito, por todos os recantos do interior do município.*

*É contra essa possível manobra que estamos alertando o esclarecido eleitorado passo-fundense, para que não se deixe iludir e não se deixe levar por quem verdadeiramente está aliado ao Partido Comunista, em Passo Fundo: o PSD.*

*A entrevista concedida no dia 30 do corrente, ao “O Nacional”, desta cidade, pelo chefe comunista Eduardo Barreiro, afirmando que o Partido Comunista apoia e votará em massa no senhor Dionísio Langaro, a 15 de Novembro, veio abrir os olhos do eleitorado Cristão do município e derrubar a última máscara do PSD.*

*Passo-Fundenses! A luta está travada: de uma lado o PSD e o Partido Comunista contra o povo, e, do outro, os demais Partidos e o Povo contra o Comunismo e o PSD (Mandado publicar pelo Coligação “PTB – UDN”).<sup>116</sup>*

Como era de se esperar, Dionísio Langaro perdeu as eleições por pequena margem<sup>117</sup> para o Sr. Armando Annes, ligado a UDN<sup>118</sup>, ou seja, o fator comunismo, até pouco tempo saudado como libertário e democrático, era agora visto como fator negativo e destrutivo. Manifestações de anticomunismo também não faltaram entre os políticos gaúchos, especialmente nas propagandas eleitorais. Uma análise dos *a pedido*

---

<sup>116</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13-11-1947.

<sup>117</sup> Conforme depoimento dos Srs. Rafi Dadia e Eluyr José Reschke, funcionários da Câmara Municipal de Passo Fundo, e que acompanharam os acontecimentos de foram os votos dos então Distritos de Passo Fundo, Tapejara e Marau, que decidiram a eleição de 1947.

<sup>118</sup> No jornal *Diário da Manhã*, edição de 21 de novembro de 1947, era dado o resultado final do Pleito, assim concluído: Armando Araújo Annes (PTB-UDN), com 5.561 votos; Dionísio Langaro (PSD), com 5.396 votos e Carlos Galves (PL-PRP), com 1515 votos.

publicados no *Jornal do Dia*, por ocasião das eleições para o governo estadual ocorridas entre 1945 e 1964, revela um intenso debate, carregado de acusações, cujo centro era o comunismo (RODEGHERO, 1998, p. 91).

O anticomunismo marcou a campanha eleitoral para o governo do estado em 1947, disputada por três candidatos: Alberto Pasqualini (PTB), Walter Jobim (PSD,PRP,PCB) e Décio Martins da Costa (PL, UDN). Nessa campanha, o PTB criticou com veemência a aliança do PSD com o PCB. Por sua vez, o candidato Walter Jobim, apesar de tal aliança, dizia-se defensor dos quesitos propostos pela Liga Eleitoral – LEC – e procurava mostrar que o seu principal oponente, Alberto Pasqualini, era *ateu e esquerdista*. É importante, neste sentido, saber que um dos quesitos da LEC referia-se expressamente à exigência de que os candidatos e partidos não colaborassem com o comunismo nem nomeassem seus adeptos para qualquer cargo de direção no estado. Assim, apesar de fazer aliança com o PCB – que vivia seu curto período de legalidade – o PSD atribuía ao candidato do PTB os adjetivos normalmente relacionados aos comunistas: esquerdista e ateu (Idem, p. 92).

Por tudo isso, ficam evidentes as semelhanças do ocorrido nas cidades de Passo Fundo e Erechim, fato que, embora não possa permitir uma generalização afoita, demonstra a utilização dos mesmos métodos para divulgação do partido, assim como aquilo já descrito, em outras palavras, por Bethânia Mariani, ou seja, de que a permissividade das manifestações comunistas eram restritas a defesas e explicações de seus atos políticos, isto é, quem não fala tudo que deve falar, fala o que pode, e o que pode nem sempre é o que melhor lhe recomenda. A memória se constrói na destruição cotidiana de quem se “pretende preservar”.

### 3.3. *Inimigos do Brasil*

Segundo Mariani, “*inimigos do Brasil* é uma forma de denominar que, embora hegemônica, convive de modo tensionado com outras formas de denominação, através das quais o comunista não é negativizado” (MARIANI, 1998, p. 135). Todavia, se não são negativizados, os comunistas jamais serão *positivados*, na medida da memória que deles se faz e traz, numa relação permanência e continuidade. Diz-se deles *inimigos do Brasil* para não dizer o pior. Com isto, por mais abrangente que fosse a influência do PCB em conjunturas diversas, a supressão da cena política de um partido operário legal impossibilitou a formação de uma consciência política de classe, haja vista que a clandestinidade não colabora para a construção de uma identidade partidária, na medida em que o *representar a classe* está para além da liberdade de organização partidária. E este representar significa a possibilidade concreta da existência de um organismo capaz de armazenar uma memória rica em acumulações e experiências, sob pena de tal possibilidade deslocar-se para o organismo mais semelhante, “não-operário”, como o varguismo e o PTB, que incorporavam suas demandas, porém realizado-as de seu modo (BRANDÃO, 1997, p. 170). Ou, nos dizeres de Sartre (1997, p. 171),

*Numa classe em perpétua agitação e cuja organização [...] está sempre em atraso em relação ao patronato, são necessários quadros, referências, cauções e experiência. Na medida em que o passado se mantém [...] é porque está conservado por órgãos especializados; da mesma maneira que tem necessidade de mediação entre os membros, a classe operária, longe de estar unificada pela sua memória, necessita de uma mediação entre ela própria e o seu passado.*

Significa isto dizer que a ausência de “uma organização política legal é um *impedimento* estratégico, prévio, à formação

de uma classe operária ‘autônoma’” (BRANDÃO, p. 171). Aqui, a disputa de concepções entre a experiência revolucionária e o jogo do parlamento assume lugar de destaque na perspectiva da clandestinidade e da atuação legal. Se paira sobre o PCB a acusação de que este não conseguiu se constituir no elo clássico de ligação entre a ação de classe e a participação institucional, pesa, de igual forma, a restrição institucional à sua participação enquanto força política não alocada ao sistema dominante. Mas então, trazendo a discussão para os nossos dias, porque o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu parte desta “façanha”?<sup>119</sup> Porque o PT se adequou ao sistema, não pesando sobre ele a pecha de uma memória negativizada, na razão direta em que não questiona a fundo os motivos da dominação de classe, persistindo numa ideia onde a transformação revolucionária dá lugar ao acatamento das *regras eleitorais*. Ao invés de *inimigos*, *amigos* do Brasil para os petistas é a denominação que surge no contexto diário. É uma memória que se assenta na positivação. Como explica Mariani (p. 135-36),

*No período da legalidade, entre 1945/47, por exemplo, os partidários do sr. Prestes podiam até estar no poder, mas uma mesma direção no processo de produção dos sentidos retorna, fechando a possibilidade da emergência de outras palavras na imprensa.*

---

<sup>119</sup> Evidentemente, há uma enorme diferença entre um partido que nasce fora do sistema político e tenta conquistá-lo ou destruí-lo e outro que se organiza participando das eleições, tentando conquistar o poder pelo voto e exercê-lo em seu próprio nome. Mais do que isso, o fato de que o segundo respire o ar poluído das grandes cidades industriais e não o abafado das catacumbas, permite que amadureça, por assim dizer, com maior rapidez, e torne-se, provavelmente, capaz de retificar a própria conduta com menos traumas, sobretudo quando o crescimento eleitoral e partidário acomoda as tensões internas e abre espaço “para todos”. Nessas condições, o partido transforma-se num elemento de fortalecimento da ordem política democrática, não só porque sua participação a legitima e força os adversários e aliados a se ideologizarem para competir eleitoralmente, como também porque, por meio dele, vêm para a luta política setores que, na ausência, tenderiam a optar por métodos de ação direta e insurreicionais (BRANDÃO, p. 174).

*Depreende-se, então, nesse período, dois processos discursivos concorrendo de modo tenso no espaço discursivo-jornalístico. Um instaura a possibilidade da construção da referência discursiva para comunista que vincula o comunismo a um partido político. O outro, temporariamente excluído do discurso jornalístico, preserva a negatização, mantendo a imagem do comunista como inimigo. Quando os comunistas são cassados, a possibilidade de discussão política é novamente silenciada e o processo discursivo mais uma vez se fecha em uma única direção.*

Marçal (Brandão, p. 175), ao que nos aparenta, esposou a tese de que os comunistas não compreendem a legalidade como um meio de afirmação, utilizando-a de forma até mesmo panfletária, vez que a “situação factual da ilegalidade foi transfigurada em clandestinidade escolhida: favoreceu ou foi reforçada pela adoção de políticas maximalistas e pela rarefeita reflexão sobre a natureza das instituições”. Mas a natureza de nossas instituições sempre foram frágeis, para não dizer débeis e quase inexistentes, se por elas quisermos colocar em primeiro plano a questão da *democracia*. Portanto, se nessas “condições, mesmo nos períodos mais moderados da ação partidária, a capacidade de formulação e articulação de sua alma politicista acabou sempre por se dobrar o poder do veto revolucionarista” (Ibidem), insistimos nós na hipótese de que tal fato se deva mais a uma falta de visão da perspectiva política concreta dentro do sistema vigente, do que propriamente de uma intenção golpista, tendo em vista o quadro conjuntural pós-45. Todavia, no “imaginário posto pelos jornais para comunistas há pouco ou quase nenhum espaço para a discussão do político propriamente dito” (MARIANI, p. 138). Em não havendo espaço político, o político cede lugar ao inconformismo, que pode assumir várias nuances, inclusive a do esquerdismo.

Neste aspecto, Brandão (p. 176-7) não deixa dúvidas, ao ponderar que

*A redemocratização de 1945 é um desses raros momentos na história brasileira em que a emergência dos trabalhadores não pode ser dissociada da ação do Partido Comunista, este podendo ser visto como o epicentro de uma rede de instituições políticas, econômicas e culturais mediante as quais se realiza a entrada em cena de uma classe e seus aliados, isto é, forças políticas de massa mobilizadas pela crise existente. [...] Nesses termos e em relação ao clima vigente desde a guerra, o período Dutra configura claro retrocesso. A exclusão do PC é a contraface de um novo bloco que refaz transitoriamente a unidade dos partidos num governo de ordem e tranquilidade nacionais”.*

Portanto, se se respirava democracia pós-45, esta não era das mais puras em terras brasileiras. É certo, pois, que os comunistas a compreendiam como possibilidade mobilizadora para enfrentamento daquela época de crise. No entanto, como a história demonstraria não muito além, o PCB confia mais na *democracia com ordem, que na mobilização para pôr ordem efetiva na democracia*. Deu no que deu. Erraram os comunistas? Sim. Mas seu erro não foi a falta de política e sim a execução de uma política em falta com a realidade concreta que vivenciavam sem concebê-la em todos os seus meandros.

Como ressalta Mariani (p. 146-147)

*Para se definir o termo “comunismo”, seria necessário incluí-lo na ordem do político, pensá-lo enquanto proposta de partidos políticos que, partindo de uma leitura do materialismo dialético, objetivam um sistema social e econômico baseado na propriedade coletiva.*

Os comunistas não souberam realizar isto, quer na prática e, muito menos, na teoria.

### 3.4. *Prelúdios da cassação em Passo Fundo e no Estado*

Em que pesem tais fatos envolvendo a permanência legal da sigla, já no desenrolar do ano de 1947, o PCB continua sua atividade legal tendo como prioridade as eleições estaduais. Em Passo Fundo realiza-se comício com vistas ao pleito, como salienta o noticiário local em manchete assim posta:

*O PCB realizará amanhã um “grande comício”, informando que, sob a direção do secretário local, Sr. Alkindar Rodrigues, o comício se realizaria, como de fato se realizou, no Largo do Barão de Rio Branco – Altar da Pátria –, visando a divulgar candidaturas ao pleito Estadual, com início para às 20:30h e transmissão ao público pela Rádio Passo Fundo, sendo que usariam da palavra o Sr. Abílio Fernandes, deputado federal, e os candidatos a deputação estadual, Srs. Walter Graeff, de Carazinho e Eduardo Barreiro, de Passo Fundo.*<sup>121</sup>

Em tal episódio, importante notar a presença de Albertina Rosado que, como representante do comitê municipal do PCB, fazia a saudação aos comunistas visitantes, em fato que realça sua condição de militante, como noticiava a imprensa local:

*O PCB realizou sábado um grande comício nesta cidade Com início às 20,30 horas, teve lugar sábado, no Altar da Pátria, o anunciado comício promovido pelo Comitê local do Partido Comunista do Brasil, cujos oradores falaram através do importante serviço de altos-falantes da Propaganda Guarany, especialmente contratado pelos promotores do comício.*

*Àquela hora, perante numeroso público, que erguia entusiásticos vivas aos próceres do seu partido, usou da palavra lendo aplaudido discurso de saudação em nome do Comitê local do P.C.B, ao deputado federal*

---

<sup>121</sup> O Nacional, Passo Fundo, 3-1-1947.

*Abílio Fernandes, que na ocasião visitava Passo Fundo, a exma. sra. Prof. D. Albertina M. Rosado.*

*Em seguida falou de improviso pronunciando aplaudido discurso de propaganda eleitoral da chapa de seu partido, o sr. Eduardo Barreiro, candidato do P. C. B. à Assembleia Legislativa.*

*O terceiro orador foi o ferroviário Julio de Souza Victoria, que leu entusiástico discurso referente à sua ideologia política, merecendo aplausos da assistência.*

*Falou, também, de improviso, o dr. Fernando Silveira, médico residente em Erechim, candidato do P.C.B. à Assembleia Legislativa e que se revelou excelente orador, merecendo fortes aplausos.*<sup>122</sup>

O dr. Fernando Silveira, renomado médico, foi Presidente do Comitê Municipal do PCB de Erechim, exercendo ativa militância nos idos de 1945 naquela cidade.

Prosseguindo a notícia,

*Em seguida usou da palavra, falando de improviso e pronunciando longo e aplaudido discurso, o sr. Edgard José Curvello, candidato do P.C.B. à Assembleia Legislativa do estado.*

*O ultimo orador inscrito era o deputado federal e ex-operário metalúrgico, sr. Abílio Fernandes, que, de improviso, pronunciou importante discurso entrecortado de aplausos.*

*Antes de encerrar o comício pronunciou breve alocução aos seus companheiros de partido o sr. João Cony, veterano líder antifascista residente nesta cidade.*

*O serviço de manutenção da ordem durante o comício, feito pela Delegacia de polícia local, mereceu elogios, não tendo havido anormalidade. O deputado Abílio Fernandes e o candidato Edgard José Curvello, depois de assistir, domingo, um comício do P.C.B. em carasinho, regressaram para Porto Alegre, e o dr. Fernando Silveira regressou para Erechim.*<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> O Nacional, Passo Fundo, 7-1-1947.

<sup>123</sup> O Nacional, Passo Fundo, 7-1-1947.



Walter Graeff, advogado carazinhense. Década de 1950.

*O Nacional*, 15 e 16/05/2004.

Logo a seguir, no dia 18/01/1947, o PCB de Passo Fundo realizava o comício de encerramento da campanha com vistas ao pleito estadual, ocasião em que a energia elétrica foi sabotada, conforme o assim noticiado

*Comício de encerramento da campanha eleitoral do PCB A candidatura W. Jobim – Os discursos – Outras notas*

*Promovido pelo respectivo Comitê Municipal, realizou-se anteontem à noite, no Altar da Pátria, o comício de encerramento da campanha eleitoral do partido Comunista para o próximo pleito do dia 19.*

*Apesar da chuva, que de instante a instante fustigava as ruas, o comício realizou-se a céu aberto e contou com o comparecimento de regular número de povo, que aclamava os oradores que falavam através dos microfones da emissora local instalados no Altar da Pátria.*

*Abrindo o comício, pronunciou aplaudido discurso de propaganda eleitoral o sr. João Cony.*

*O segundo orador da importante noiteada cívica foi o sr. Rubens Pinheiro, do Comitê Municipal do P.C.B. de Carazinho e que pronunciou aplaudido discurso.*

*Em seguida, falando de improviso sob vibrantes aclamações populares, iniciou seu discurso o sr. Eduardo Barreiro, candidato pelo P.C.B. à Assembleia Legislativa do Estado.*

*Ao referir-se o orador ao sr. Getúlio Vargas, o comício foi sabotado com a interrupção da corrente elétrica durante 15 ou 20 minutos, tendo naturalmente, escurecido a cidade e cessando a irradiação do discurso.*

*Mas, o orador redobrando de entusiasmo e sob vibrantes aplausos de seus partidários, prosseguiu seu improviso, atacando violentamente Vargas e seu governo. A Seção de Eletricidade da Prefeitura Municipal restabeleceu a energia elétrica, prosseguindo a irradiação dos discursos, continuando com a palavra Eduardo Barreiro.*

*Referindo-se o orador ao apoio democrático do P.C.B. à candidatura de Walter Jobim ao Governo do Estado, a assistência aplaudiu demoradamente o nome do ilustre candidato do P.S.D.*

*Encerrando o comício, falou de improviso o sr. Edgard José Curvello, candidato do P.C.B. à Assembleia Legislativa e que pronunciou longo*

*discurso de propaganda eleitoral do seu partido, discurso esse entrecortado de aplausos a cada instante.*

*O serviço de policiamento durante o comício, dirigido pessoalmente pelo delegado, sr. Ivens Pacheco, foi muito bem organizado e eficiente, não se tendo por isso verificado nenhum incidente desagradável, a não ser a já mencionada sabotagem da luz elétrica.*<sup>124</sup>

Não muito distante disso, era noticiada a realização, bem como as resoluções, da 1ª. Conferência Municipal do PCB, ocorrida nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril de 1947, portanto no prelúdio da cassação de seu registro pelo TSE. Segundo consta da notícia, participaram vários delegados das mais diversas células de Passo Fundo, bem como era destacada a presença do instrutor do Comitê Estadual, Sr. Fernando Mello, visando à aprovação das teses relativas ao IV Congresso do Partido Comunistas realizado no Brasil.<sup>125</sup>

Na sequência desses fatos, é comunicado da cassação do registro do PCB, em que é informado sobre a entrega do Parecer do procurador Alceu Barbedo, ao TSE, pronunciando-se pela ilegalidade do partido em face da Constituição Federal, conforme o noticiado “A Cassação do registro do PCB.”.

*RIO, 14 (Reuters) – O procurador Alceu Barbedo fez entrega, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral, do seu parecer sobre o processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Nesse documento, que é longo, aquele procurador conclui pela ilegalidade do partido, em face da Constituição de 18 de Setembro, e conseqüente cassação do registro do mesmo.*<sup>126</sup>

Por conta disso, haveria a realização de “Comício do PCB”, em “protesto ao parecer do Procurador Alceu Barbedo”, no

---

<sup>124</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18-1-1947.

<sup>125</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 29-4-1947.

<sup>126</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14-2-1947.

Altar da Pátria, com a presença dos Srs. Fernando Silveira, médico residente em Erechim, Walter Graeff, advogado de Carazinho e Eduardo Barreiro. Independentemente disso, era informado no noticioso que o PCB local iria comemorar seu 25º aniversário de fundação, sendo que as comemorações aconteceriam na sede do partido, localizada na Av. Brasil, 339, às 20:30h.<sup>127</sup>

Na data de 08/05/47, em manchete de capa, o jornal citado dava conta de que o Partido Comunista deixava de existir como organização política. Ainda era informado que a cassação dos mandatos comunistas, diante de representação enviada ao TSE pelo PSD, seria matéria nova, onde todos os juizes deveriam tomar parte do julgamento. O jornal *Diário da Manhã*, edição de 08/05/47, também em matéria de capa, noticiava: “Fechado desde ontem o Partido Comunista do Brasil.” Em edição de 09/05/47, o *Diário da Manhã* informava sobre determinação do Tribunal Superior Eleitoral, de fechamento do PCB e também da ação da polícia no fechamento da sede e das células do Partido em Passo Fundo, conforme trecho extraído da notícia

*Dando execução a essa ordem, ontem às 9 horas, o sr. Ivens Pacheco, acompanhado de funcionários da Delegacia de Polícia e bem assim de membros do PCB, esteve naquela sede, tomando as providências legais. Toda a papelada ali encontrada foi apreendida pela Polícia, que apenas encontrou de documento uma relação dos comunistas pertencentes a diversas células instaladas nos subúrbios da cidade. O fichário e demais provas de atividades dos comunistas passo-fundenses não foram encontrados na sede. Depois de cumprir todas as determinações superiores, o delegado Ivens Pacheco determinou que a sede do PCB, na Avenida Brasil, ficasse guarnecida por praças da Brigada Militar até segunda ordem.*<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> O Nacional, Passo Fundo, 18-3-1947.

<sup>128</sup> Diário da Manhã, Passo Fundo, 9-5-1947.

Nesse desenrolar, o noticioso local trazia entrevista com o Sr. Alkindar Rodrigues, secretário do PCB, que se manifestou surpreso com a atitude do delegado de Polícia, Sr. Ivens Pacheco, pois a determinação de fechamento das sedes e atividades comunistas não estava proibida segundo ele. Por fim, declarou ele ao matutino “que o Delegado de Polícia de Passo Fundo havia concordado com o direito de reunião dos comunistas locais e havia prometido devolver ainda hoje todo o material apreendido na sede do PCB e nas células dos subúrbios da cidade.”<sup>129</sup> De sua parte, o delegado Ivens declarou que “apenas cumpria ordens superiores”, não havendo qualquer possibilidade de atendimento ao reivindicado pelos comunistas.

O *Diário da Manhã* também informava, logo em seguida, na edição de 18/05/47, que havia uma determinação aos comunistas locais, emanada do Diretório local, para que estes ingressassem em massa na denominada “Sociedade Amigos de Passo Fundo”, também conhecida por “Sociedade Amigos da Onça”. Todavia, esta notícia não era confirmada, como advertia o próprio jornal.

Em nosso Estado, o desenrolar desses fatos são assinalados através dos Anais da Assembleia Legislativa, onde o PCB tinha assento em três cadeiras ocupadas pelos Deputados Antonio Ribas Pinheiro Machado Neto, Júlio Teixeira e Jover Teles, sendo o mais eloquente e polemista o Sr. Júlio Teixeira. Na 62ª Sessão Legislativa, de 24/06/1947, o 1º orador inscrito, deputado Júlio Teixeira, referiu-se à moção aprovada por esmagadora maioria, contra as manobras tendentes à cassação dos mandatos comunistas.<sup>130</sup>

O Deputado Júlio Teixeira, por ocasião da 69ª Sessão, refere sobre as arbitrariedades da polícia de Uruguaiiana que proibiu veiculação de manifesto sob o título “ao povo de Uruguaiiana”, assinado pela ‘Comissão de Defesa da Consti-

---

<sup>129</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 10-5-1947.

<sup>130</sup> ANAIS da Assembleia Legislativa do RS, V. VI, p. 270-280.



Albertina Rosado juntamente com seu esposo e filhos. Fotografia presentada ao Sr. João Azevedo Lopes e sua esposa, Sra. Araci Mathias Lopes, avós maternos do Autor. Década de 1940.

Arquivo Yara Lopes Brotto.



João Cony ao lado de Heloisa Goelzer de Almeida, hoje reconhecida por sua dedicação às causas sociais. Década de 1950.

Arquivo Sr. Saul Ortega.

tuição”, onde se denunciavam as posturas antidemocráticas do governo Dutra.<sup>131</sup>

Nos trabalhos ordinários da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, inseriu-se o debate sobre a cassação do PCB, travado entre o deputado Júlio Teixeira e o deputado do PSD, Godoy Ilha, favorável à cassação, onde o deputado Teixeira assevera que:

*O que se viu, porém, foi que, abrigados nessa decisão, as autoridades inimigas da democracia – porque, em verdade, o Partido Comunista não poderia fazer mal algum – visaram foi tapar a boca de todos aqueles que tivessem a capacidade de, sobretudo em praça pública, levantar os problemas que os comunistas levantam hoje em dia, de problemas muito sérios, muito graves e, – sabemos, estamos seguros disso – à medida que o governo federal sente-se incapacitado para as resolver.<sup>132</sup>*

Assim sendo, não obstante as manifestações e atos de protesto, o fato da cassação consumou-se concretamente. Seria o início de mais uma longa fase de ilegalidade e proscricção, que perduraria até 1985.

### 3.5. *A ausência do PC da disputa eleitoral*

A consequência imediata e direta da cassação do registro e dos mandatos parlamentares do PCB foi sua ausência da disputa eleitoral, com a migração de seus militantes para outras legendas, no intuito da participação nos pleitos vindouros. Em Passo Fundo, por ocasião das eleições municipais de 1947, os comunistas migram para o PSP, sendo que o edital de publicação das candidaturas desta agremiação continha os nomes de do Sr. João Cony e da Sra. Albertina Rosado, ambos pertencentes ao PCB.

---

<sup>131</sup> ANAIS da Assembleia Legislativa do RS, V. VI, p. 670-672.

<sup>132</sup> Sessão de 22/07/47, p. 178-216 dos Anais da Assembleia Legislativa do RS, V. VII.

*EDITAL: O Dr. Arthur Oscar Germani, juiz eleitoral da 33ª Zona. Faz Saber a quem interessar possa que foi deferido o pedido de registro dos candidatos a VEREADORES, do Partido Social Progressista, às eleições de 15 de novembro vindouro, neste município, a seguir nomeados.*

*Albertina Rosado, João Cony, Berlino Pilla, Miguel Farias de Oliveira, Euclides Moreira, Alcides Assis do Prado e Ermelindo Tonet. De conformidade com os dispositivos legais, o recurso de decisão que deferiu o pedido somente poderá ser interposto dentro de 48 horas a contar da publicação deste no edifício do Fórum desta cidade de Passo Fundo, no local de costume. Dado e passado em Passo Fundo, aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de 1947. Eu, Jonathas M. Ferreira, eleito.*

*Ral Substituto, o datilografei e subscrevo.*

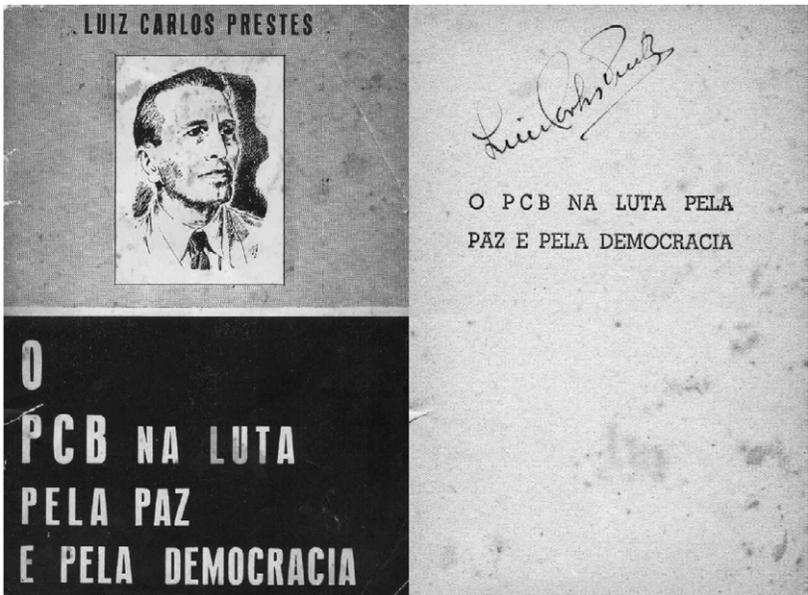
*Arthur Oscar Germany. Juiz da 33ª Zona Eleitoral.*<sup>133</sup>

As consequências em nível maior seriam de que a ausência do PC na disputa eleitoral, segundo aponta Marçal (Brandão, p. 168), viria a “ser uma das principais condições de possibilidade da alternativa que acabará se efetivando, qual seja, a requalificação do varguismo como *direção política* da classe operária. [...]”. Para Skidmore (p. 94),

*A supressão do Partido Comunista criou um vazio na esquerda. O PTB, cuja criação Vargas havia encorajado em 1945, especificamente para mobilizar o apoio da classe operária em seu benefício, movimentou-se rapidamente para ocupar o terreno deixado pelo PCB. Durante a campanha para colocar fora da lei os comunistas, Vargas havia procurado dissociar o PTB do comunismo, que ele rejeitava como “destituído de idealismo construtor”. Uma análise das eleições para a Assembleia Legislativa de São Paulo, em janeiro de 1947, mostrava que a votação da classe operária estava dividida entre o*

---

<sup>133</sup> O Nacional, Passo Fundo, 28-10-1947.



Livro enviado por Prestes à Albertina. Década de 1940.

Arquivo Família Rosado

*PCB e o PTB. Com o desaparecimento do primeiro, o PTB deveria certamente se beneficiar.*

E se beneficiou. Mas não só o PTB, ou Vargas, ou Ademar de Barros. A ligação estabelecida pelo eleitorado operário à luta, ao patriotismo, à abnegação, foi direcionada aos comunistas através do voto, no seu curto período legal. O comunismo estava proscrito, mas não estava esquecido. Seus adeptos, apesar dos erros e equívocos, tinham, no seio da classe operária, respeito e admiração. Por isso, seu apoio era sempre bem vindo para aqueles que dele só lançavam mão nos pleitos eleitorais. Até 1964, com o Golpe Militar e a instauração da ditadura que duraria 20 anos, os comunistas mesclariam a clandestinidade com atividades abertas. Em Passo Fundo também foi assim, como veremos a seguir.

### *3.6. Os comunistas de Passo Fundo no testemunho dos que com eles conviveram*

Como já discorrido no corpo deste trabalho, é a partir de 1945, em razão da euforia democrática, que muitos aderem ao PCB, sejam intelectuais ou “homens comuns” do povo.

Em Passo Fundo isso pode ser verificado através de alguns personagens que se inserem na história do PCB. Se bem que a trajetória de alguns se afine com a postura em defesa de “algo diferente” em se tratando de perspectiva de um novo mundo, é com o processo de democratização que o partido aflora em Passo Fundo.

As concepções destes personagens revelam algo já apropriado por Ferreira em sua profícua pesquisa e estudo sobre o PCB. Trata-se da adesão pelo fato de que o socialismo, ou a atuação em sua defesa, representava a possibilidade de um futuro de paz e progresso infinitos. Segundo Ferreira (p. 200),

*É necessário lembrar que, entre 1914 e aproximadamente 1950, o capitalismo parecia dar razão às esquerdas e praticamente tudo dava errado, segundo Eric Hobsbawm. Nesse período a humanidade sofreu os horrores de duas guerras mundiais, conheceu regimes autoritários e fascistas que quase sepultaram a democracia liberal, enquanto o próprio capitalismo agonizava desde o colapso de 1929. Milhões de homens e mulheres morriam nas guerras, por fome ou desempregados apenas suportavam, como podiam, a vida. “Qualquer tipo de socialismo”, diz Eric Hobsbawm, “tinha que ser melhor que isso”. A União Soviética, único país a crescer durante a Grande Depressão, parecia comprovar a superioridade do regime de economia planificada.*

Todavia, um fato marcante desta pesquisa é a “descoberta” de Albertina. Mas o que descobrimos não estava afastado da possibilidade que outros assim o fizessem. Não é fruto de nossa capacidade especulativa ou argumentativa, senão o resultado de quem por primeiro enveredou por esta senda.

Albertina, a primeira mulher a se lançar a um pleito eleitoral em Passo Fundo. Sem dúvida, a primeira mulher a ser comunista por estas terras.

### 3.6.1. *Quem foi Albertina?*

Albertina Rosado era comunista, isto nos idos de 1945, quando ser comunista – mesmo para os homens – significava um ato de coragem e, acima de tudo, de convicção.

Sua busca por um mundo melhor fez com que ela, em 1947, fosse a primeira mulher a concorrer a um cargo eletivo em Passo Fundo. Era para ser pelo PCB. Como este estava proscrito, alistou-se no PSP, juntamente com outro comunista, o Sr. João Cony, por sinal tio-avô de uma das mais destacadas comunistas da atualidade, a Deputada Estadual Jussara Cony, domiciliada em Porto Alegre-RS e integrante da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil (PC doB).

Albertina foi a mais votada da legenda, com 146 votos, num colégio eleitoral de 13 mil eleitores, fato este que revela sua profunda ligação com a comunidade local, eis que professora estadual do Colégio Protásio Alves. Mas Albertina também se ligava à comunidade local em razão de seus escritos, muitos assinados com o pseudônimo de Lafit Chasid, no intuito de desviar a censura de que à época eram vítimas os comunistas.

Sua profunda convicção com a busca de melhorais para a vida da comunidade local e sua intelectualidade marcante foram fatores decisivos para que seus escritos fossem vinculados nos jornais locais, independentemente de sua condição de militante comunista.



No primeiro plano Sr. Ernesto Delvaux e esposa. Em pé a Sra. Ione Rosado, filha de Albertina Rosado, Sr. Saul Ortega e o Sr. Julio Henrique Costa, atual Presidente do PTB de Passo Fundo. Década de 1950.

*O Nacional*, 15 e 16/05/2004.

Talvez os mais marcantes artigos naqueles idos sejam os que dizem respeito a sua visão no trato da coisa pública, e em sua profunda preocupação com a educação como forma de inclusão e melhoria social do povo. Pela importância dos mesmos, transcrevemos na íntegra seus conteúdos.

### OTIMISMO

*Max Nordau diz que a filosofia pessimista não suporta exame sério e que o otimismo forma a base, a essência de nossos sentimentos. E apresenta, entre outros exemplos, a loteria, a escolha de uma carreira e até o próprio descontentamento como provas de otimismo, sentimento que jamais nos abandona. Se meditarmos um momento, veremos que, de fato, Max Nordau tem razão. O otimismo se manifesta através do subconsciente em nossos menores atos. No panorama político, então, otimismo chega a ser comovente. Somos todos "Candidatos" incuráveis. O otimismo move os candidatos e impulsiona os eleitores. Estes são campeões de otimismo. Votaram em 45, esperando melhorar; votaram em 46, votaram em 47 e continuarão a votar, embora a realidade esteja aquém do que esperavam. Ninguém lhes diz que a propaganda de guerra, a campanha anticomunista representam o que de fato é o capitalismo: temente a democracia popular. É, portanto, o otimismo subconsciente que os impele para a democracia. Não é o otimismo que sustenta os candidatos [...] Um orador abriria a boca, se não fosse o pensamento otimista de que será aplaudido [...] Não é ainda o otimismo que faz com que um orador escreva previamente um improviso em que agradece a eleição para um posto [...]*

*Em meu fraco entender, não censuro ninguém, porque, por feitiço natural, sou otimista incurável, sempre disposta a ver o lado positivo das coisas. E, desta maneira, encaro o trabalho futuro de nossa Câmara Municipal. Dois motivos teriam levado os vereadores ora empossados na Câmara a candidatar-se ao honroso posto que ocupam — o sincero desejo de bem servir o povo ou o desejo, também sincero, de arranjar "cartaz" político. Ora, nem num nem noutra caso, os ilustres pais do município serão obrigados a dar o melhor de si mesmos pelo povo. Se forem bem intencionados, como julgo, nada teremos a temer. Se, porém, o*



Iara Bernardi, deputada federal pelo PT de Sorocaba - SP, ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República.

*Revista Iara Aqui.* Sorocaba: T. Max Propaganda, s.d.

*desejo que os mover, for o de, vaidosamente, conseguir "cartaz", ainda assim, os vereadores serão obrigados a trabalhar pela coletividade, porque, caso contrário, a imprensa se encarregará de castrar-lhes a ruína política, como já aconteceu com alguns medalhões desta terra. Assim sendo, otimismo, de qualquer forma.*

*Otimismo, nem que ele represente "a consciência da nossa força, do processo orgânico da nossa vida".*

*Latif Chasid.<sup>134</sup>*

Albertina, através deste escrito, demonstra toda sua sensibilidade feminina, traduzida na visão da perspectiva progressista que a democracia pode representar, se efetivamente bem conduzida. Sabe das dificuldades que o processo democrático se reveste, ao direcionar sua fala para os políticos passo-fundenses e na aposta em seus propósitos de servir antes de quererem "aparecer". Tem plena consciência da importância da imprensa como meio de controle da democracia através da vigilância e fiscalização dos atos dos homens públicos encarregados do governo. E noutro artigo, sob o título de "Comentário", referia:

*O mundo marcha para uma nova renascença, para as democracias populares. As recentes eleições na Itália e nos Estados Unidos provam de maneira cabal que o mundo marcha para o socialismo. Não podemos barrar essa marcha, como não podemos influir na trajetória de um planeta. Em nosso país, por indiferentismo e por falta de cultura do povo, com a enorme percentagem de analfabetos, a marcha se faz em carroção, lerda, mormacenta. Mesmo assim, podemos considerar o envio de tropas expedicionárias composta de judeus à Palestina, para ajudar numa contenda em que árabes e judeus sairão prejudicados em benefício da Inglaterra, como pilheris.*

*Nosso eleitorado quatro vezes menos do que o da Itália ou França, regula com o das Ilhas Filipinas. Desta maneira é necessário que*

---

<sup>134</sup> O Nacional, Passo Fundo, 1-12-1947.

*justamente as pessoas a quem, por sua tarefa de ensinar, cabe grande parcela de responsabilidade na era atual, compreendam o papel que devem desempenhar para que não cheguemos “tarde” na marcha de redemocratização para o socialismo.*

*A escola no Brasil tem grande tarefa a cumprir – cimentar a verdadeira solidariedade humana, sem distinção de raça, cor, religião ou situação econômica. É paralelamente a escola, a campanha de alfabetização, sem o que a democracia popular é conversa fiada.*

*A escola deve estar à altura de todas as conquistas da civilização moderna, cabendo aos que a dirigem enormes responsabilidades – guiar a mocidade para o futuro em busca das liberdades preconizadas por Roosevelt. Dentro destes princípios, toda e qualquer distinção racial, religiosa, ou econômica poderemos dizer que é crime contra a humanidade.<sup>135</sup>*

A comunista revela acreditar piamente no processo educacional como meio de superação de todas as desigualdades. Aqui, talvez, sua condição de educadora falasse mais alto, eis que o processo educacional, em nossa opinião, também não se reveste de neutralidade numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Revela, também, sua crença num regime democrático, esculpido nos “moldes europeus” das democracias populares do pós-guerra. Conforme aponta Ferreira (p. 201),

*A propaganda e exaltação que os comunistas brasileiros faziam do regime soviético, de suas realizações e de sua superioridade sobre o Ocidente capitalista, eram intensas e apaixonadas, permitindo que eles se preocupassem mais com os feitos do país dos soviéticos do que com o debate teórico.*

*E no imaginário político dos comunistas brasileiros, na URSS, bem como nas chamadas democracias populares, as utopias de uma sociedade*

---

<sup>135</sup> O Nacional, Passo Fundo, 28-2-1948.



João Roma, provavelmente aos 18 anos de idade, e da medalha recebida por 25 anos de serviços prestados à empresa Brahma – Passo Fundo. Década de 1980.

Arquivo Dona Wilma Roma.

*igualitária, justa, democrática e fraterna estavam sendo vividas por milhões de pessoas.*

Ferreira pondera que “alegria e fartura são, via de regra, as mais expressivas simbologias referentes ao mundo socialista, elaborando-se, assim, um imaginário político que dava subsídios a uma utopia e, ao mesmo tempo, incitava uma ação para torná-la possível” (Ibidem).

Yara Lopes Brotto<sup>136</sup>, à época com 13 anos, costumava frequentar a casa de Albertina, em companhia de seus pais, João Azevedo Lopes e Aracy Mathias Lopes. Iam até lá por dois motivos: as reuniões espíritas e as reuniões comunistas. As espíritas eram de responsabilidade de Antonio Rosado, esposo de Albertina. As comunistas tinham em Albertina a anfitriã.

Nos relata Yara Brotto, em seu depoimento, que o pai, João Lopes, também espírita, era adepto das ideias socialistas em razão de sua “proximidade” com as espíritas, em especial no que dizia respeito ao *bem coletivo*. Relembra perfeitamente que seu pai ganhou de Prestes um livro e uma foto – soube depois que se tratava de uma brochura sobre a *A Coluna Prestes* e uma foto, de Anita Leocádia, autografados – enterrados no quintal de casa por medo da repressão, já que era funcionário estadual – escrivão do Fórum de Passo Fundo, nomeado pelo governador do estado.

Albertina costumava receber, dentre outros, ao que se recorda, o Sr. Eduardo Barreiro e sua esposa Julieta, o Sr. Ernesto Delvaux e o Sr. João Cony. Nas reuniões eram lidos documentos do partido que vinham para Albertina de Porto Alegre. Tanto ela como Ernesto se encarregavam não só de ler, mas também de interpretar e comentar tais documentos.

O fato também nos foi confirmado pelo depoimento de Saul Ortega e Ione Rosado Ortega.<sup>137</sup> Segundo seus depoimentos, Albertina chegou a realizar concursos para lecionar português e latim – língua que escrevia e falava fluentemente – em outras escolas da região.

Todavia, em que pese suas excelentes colocações nestes concursos, jamais foi chamada em razão de ser comunista. Albertina também tinha perfeito domínio do esperanto, um

---

<sup>136</sup> Yara Lopes Brotto, graduada em Direito, professora estadual aposentada, é progenitora do autor.

<sup>137</sup> Saul Gomes Ortega, policial rodoviário federal aposentado e sua esposa, Ione Rosado Ortega, de lides domésticas. Ele, filho de Ernesto Delvaux. Ela, filha de Albertina Rosado.

“idioma” que se pretendia fosse utilizado para comunicação universal entre os povos.

Albertina, segundo os relatos, era uma mulher “à frente de seu tempo”, sem que sua independência e as fortes convicções libertárias descambassem para um feminismo vazio e irresponsável.

Ortega comenta que Albertina “faleceu em 07-02-53, e, mesmo doente, continuou escrevendo para o jornal até 1951. Túlio Fontoura era contra ela. Ela nunca foi católica, mas era a mulher mais inteligente de Passo Fundo.”

Dona Carlinda Berthier Machado, nascida em 29 de junho de 1924, irmã de Albertina, nos relata que perderam o pai “muito cedo”. Albertina, então com dezesseis anos, “assumiu a casa”. Logo vieram de Lagoa Vermelha para Passo Fundo, onde ela estudou e formou-se professora.

Além delas, havia mais cinco irmãs, quais sejam, Israelina, Hermínia, Bila, Bernardina e Maria, todas vivas, à exceção de Albertina.

Segundo Dona Carlinda, Albertina era uma “pessoa muito boa, fazia muita caridade. Tinha muita sensibilidade e energia positiva.”

Lembra ainda que quando sua irmã adoeceu, lia os livros para ela, pois Albertina “não enxergava mais. Tomava muita morfina, em razão da dor por causa do câncer.”

Refere Dona Carlinda que “naquele tempo ser comunista era muito difícil, mas ela sempre lutou muito.” Quando “convidou Prestes para vir a Passo Fundo, ele hospedou-se na casa dela, mas a casa ficou cercada pela Polícia durante todo o tempo. Frisa que ela nunca teve medo e tinha orgulho de ser comunista. Era uma mulher muito bonita, mas sem ser vaidosa. Às vezes entrava nas repartições públicas e era anunciado: ‘lá vem a comunista’.”

Lembra que o dia que extinguiram o Partido Comunista, Albertina chorou o dia todo. Também recorda de Prestes, e



Campo dos Mellos. Solenidade comemorativa ao 50 aniversário do Combate do Campo dos Mellos, realizada em 13 de agosto de 1945. De capote, à direita, Eduardo Barreiro. À esquerda, de terno preto, discursando, o historiador Antonino Xavier. Atrás dele, de barba, João Cony.

Arquivo Tania Barreiro.

que a “irmã emprestou uma toalha para ele usar que depois guardou e não deixava ninguém usar.”

Tem presente na memória, “como se fosse hoje”, o dia do comício que Albertina foi e falou. “Ela não tinha medo da polícia, pois sabia que poderia ser presa.”

Para Dona Carlinda, Albertina era uma “pessoa com um dom muito especial, a frente de seus tempo em ideias e atitudes.” Diz que até hoje “ela é um enigma”.

Fato também digno de nota é que sua sobrinha, Iara Bernardi, filha de sua irmã Israelina é, atualmente, deputada federal pelo PT, de Sorocaba-SP, sendo autora da lei que trata do assédio sexual.

Mais do que um simples tópico de uma dissertação, sua história está a merecer um estudo mais profundo e que pretendemos empreender em breve.

Tarso de Castro, um dos gurus da imprensa do Brasil, “cria” da casa d’*O Nacional*, em artigo intitulado “Os meus heróicos, românticos e belos comunistas”, publicado na revista *Afinal*, de São Paulo, no idos de 1989, dirá:

*[...] Sobre tudo e todos reinava a linda professora Albertina, com sua pele branca, seus cabelos, mulher de finos tratos. E comunista. Com o que, tenho certeza, se alguém nos perguntasse naqueles dias, aos berros, na rua, o que éramos, poderíamos responder em coro: somos comunistas.*

### 3.6.2. Outras presenças marcantes de militância comunista

O depoimento do senhor Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936, consorciado com Dona Ione Rosado Ortega, nascida em 11/05/1936, nos é esclarecedor em muitos pontos. Ele é filho de criação do seu “Piti”, adotado aos dois anos. Quando

entrevistamos o senhor Valentim Viana<sup>138</sup> – em data anterior a entrevista com o senhor Saul –, o mesmo se referiu ao “Piti” como sendo um “comunista porreta”. Todavia, não conseguiu recordar seu nome. Quando da entrevista com o senhor Saul, tivemos a confirmação de que o “Piti” referido por Valentim era seu pai adotivo, o senhor Ernesto Delvaux.

Ortega, em que pese ser um guri à época, recorda que visitou a casa dos Rosado, juntamente com seu pai, nos idos de 1946. Lá estavam, dentre outros, Luis Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, Walter Graeff, advogado e militante comunista de Carazinho, Eduardo Barreiro, João Cony, Hermelindo Tonet, Hugo Lisboa (pai do médico passo-fundense Hugo Lisboa), Ernesto Delvaux (Piti), Ibraim Cordeiro (liderança ferroviária) e João Roma. A segurança no quarteirão onde residiam os Rosado foi feita por membros do partido, sendo um deles o tal José Pacheco, que era barbeiro e tinha seu salão na Rua Morom.

Ortega recorda os nomes e pessoas, já que seu pai, “até por volta de fins dos anos 50 do século passado, continuou militando no comunismo e se relacionando com aquelas pessoas”. Ernesto Delvaux deu início à construção da Igreja Catedral, sendo pressionado para não fazer mais as obras, ao que, se mudaram para Getúlio Vargas.

Refere ele que nas reuniões eram discutidas a situação política do Partido (PCB); a distribuição de panfletos e dos jornais *Voz Operária* e *A Tribuna*, publicados no Rio de Janeiro e Porto Alegre. Isso, além de pichações, era sempre feito depois da meia-noite – dois com panfletos e dois fazendo segurança –, quando entravam nas casas e colocavam debaixo das portas, A distribuição de jornais – todos os domingos – foi até por volta de 1952.

Fatos semelhantes a estes ocorriam em Erechim, pois, segundo Cassol (p. 50), “a forma mais comum de o Partido se

---

<sup>138</sup> Senhor Valentim Jesus Viana de Oliveira, ferroviário aposentado, nascido em 1929.

expressar diante da sociedade era através da distribuição dos folhetins. Os panfletos continham ideias comunistas, assim com algum esboço de estratégia para transformar a conjuntura social que a sociedade enfrentava”.

*Quando distribuíam os folhetins – os comunistas, como o Dr. Silveira, João Firmin Bender, Marinho Kern, Plínio de Ângelo e Luís Otero, e nós, a juventude íamos junto distribuir os panfletos, que tinha que colocar embaixo da porta escondido. E nós varava a noite fazendo isso – depoimento concedido pelo Sr. Helly Parenti, em 28-09-2004 (Ibidem).*

João Roma, nos informa Viana, “quando trabalhou na Cervejaria Barbieux, lá pelos idos de 43/44, levava gelo em um carinho e junto levava os panfletos comunistas, que eram distribuídos no quartel. Eu tinha 12 anos e ia junto para ganhar uns trocados”.

A senhora Wilma Roma, nascida em Passo Fundo, em 30/12/1935, filha de João Roma e Aurora Valadares Roma, nos relata que na família só o seu pai é que era militante político. Não soube nos dizer o local de nascimento de seu pai, falecido em Passo Fundo, no ano de 1993, quando contava 84 anos de vida.

Dona Wilma relembra do pai com muito carinho, acrescentando que “Ele era um homem muito honrado, muito honesto. Excelente pai. Muito responsável com o seu trabalho. Foram 48 anos na Cervejaria Serrana e depois Brahma. Ganhou uma medalha de ouro, de honra ao mérito por serviços prestados. Foi preso quando eu ainda não tinha nascido.”

Segundo seu depoimento, seu genitor era um comunista de “cruz na testa”. “A mãe tinha muita preocupação que ele fosse preso de novo. A mãe tinha muito medo.”

Lembra que o pai “tinha uma relação muito amistosa com o senhor Bonifácio Aranchipe, que também era comunista.”

Mais uma vez é Ferreira (p. 208-209) quem bem analisa este “apego religioso” ao partido, como acontecia com João Roma:

*O mito político permitia que o militante brasileiro dominasse o caos dos acontecimentos de um mundo ameaçador que ele repudiava. Ao negar e mesmo romper com seu meio histórico, a utopia mística fornecia-lhe uma nova identidade social. O fascínio, a reverência e a profunda admiração que os comunistas brasileiros devotavam à URSS, contudo, tinham raízes mais profundas.*

*Estas necessidades simbólicas dos militantes comunistas, como as dos antigos, revelam que eles só poderiam viver em um espaço sagrado, o único realmente a existir.*

*As representações de uma sociedade perfeita e isenta de contradições não se referem a uma ficção, pois, na crença dos comunistas, ela estava ao alcance da humanidade. Sua realização era garantida e mesmo comprovada pela marcha dos acontecimentos, pelas “leis” da história ou, neste caso, pela própria existência da União soviética como utopia viabilizada no presente.*

No mundo capitalista, como era o caso de João Roma, um operário, mesmo dedicado ao serviço, só era reconhecido por isso após longos anos de labor, vivenciando sua dedicação na exploração e subordinação dos proprietários dos meios de produção. No socialismo, em especial o soviético, isto soava diferenciado: eram os operários que “mandavam” que eram reconhecidos agora, e não no futuro, por sua dedicação a uma causa que era a causa de toda a humanidade. Desse modo,

*No imaginário mítico dos revolucionários, a URSS surgia como o Paraíso perdido que foi recuperado, como também sinalizava o resgate da pureza e da inocência do homem em suas origens. Em 1935, um ano antes do início do Grande Terror stalinista, os militantes brasileiros liam: “O homem – esta palavra ressoa altivamente só na União Soviética. O humanismo do socialismo é o sol que aquece a vida. A*

*U.R.S.S. leva ao mundo os princípios superiores da humanização, do humanitarismo socialista (FERREIRA, p. 208-209).*

A resignação e a dedicação, mesmo num plano imediato e capitalista, eram suavizadas pela perspectiva da transformação inevitável que este plano sofreria num futuro próximo. A crença num “outro mundo” aproximava os comunistas da religiosidade daqueles que viam seus sofrimentos na Terra como benção por um “bom lugar no céu”.

Ainda rebuscando a vida dos comunistas de outrora, por informações dos senhores Rafi Dadia e Eluyr José Reschke, soubemos que Eduardo Barreiro, além de empresário do ramo hoteleiro – era gerente do Hotel Avenida, localizado bem no centro de Passo Fundo –, era um exímio boxeador, sendo que seguidamente participava de “ringues” em local onde hoje está estabelecido o Turis Hotel de Passo Fundo.

Segundo Dadia e Reschke, ambos funcionários da Câmara Municipal de Passo Fundo, Barreiro era também um “amante” do futebol, fato que o levou a organizar um time de futebol amador cujo nome era América Futebol Clube. Indagado sobre a cor das camisetas, Dadia respondeu sem titubear: “vermelha, lógico”, numa clara alusão à forte militância comunista de Eduardo Barreiro. Ele também foi candidato a deputado estadual pelo PCB em 1947, obtendo votação de 546 votos, conforme resultado divulgado em 26 de janeiro de 1947, no *Diário da Manhã*.

Barreiro ainda seria vítima de nova prisão, em 1948. Em notícia que ganhou capa de jornal, era anunciada sua prisão, motivada, uma vez mais, por suas “idas e vindas” com o “comunismo”. Dizia a matéria de *O Nacional*, de 31/05/1948:

### *ULTIMA HORA*

*PROSEGUE a campanha da polícia contra o comunismo, apreensão de armas e munições numa fazenda próxima à Vila Tapejara*

*Como é de conhecimento do público, a polícia gaúcha, desde que o Partido Comunista foi declarado fora da Lei, vem desenvolvendo tenaz campanha contra elementos acusados de extremismos e sobre os quais recaem suspeitas.*

*Essa campanha teve início na capital do Estado, estendendo-se pelas cidades do interior. Em Passo Fundo, os policiais, tendo à frente o delegado Delmar Kuhn, vêm se mantendo ativos nesse sentido.*

*Em prosseguimento à campanha de combate ao extremismo, a polícia apreendeu diversas armas numa fazenda perto de Tapejara, dadas como pertencentes a elementos comunistas, constando as mesmas de um mosquetão, uma granada-de-mão, com raio de ação de 300 metros, um fuzil, uma espingarda de fogo central, calibre 24, uma adaga punhal e 250 cartuchos de guerra.*

*A apreensão dessas armas efetuou-se na casa de moradia de Elias Rosa, nas proximidades da fazenda do sr. Gil Monteiro.*

*Elias e agregado e em poder do mesmo foram encontradas aquelas armas, as quais segundo ele foram entregues a seu cuidado, ignorando para que fim.*

*A propósito a Delegacia de Polícia forneceu-nos a seguinte NOTA OFICIAL:*

*“Interrogado, Elias Dias, declarou ter recebido o dito material do sr. Eduardo Barreiro, que lhe pediu ficasse aos seus cuidados, não declarando a finalidade. Em virtude disso o escrivão Aldo Pinto de Moraes convidou o sr. Barreiro para prestar esclarecimentos, na Delegacia de Polícia.*

*Hoje às 14 horas, acompanhado do titular da D.P. dr. Delmar Kuhn, do subdelegado de Tapejara, João Nunes, e do inspetor Lima, segue o Sr. Barreiro à Capital, a fim de ser apresentado à D.P.E.S.S.E.P.”*

**Tal fato também mereceu destaque no Diário da Manhã de 04/06/1948, que assim noticiou:**

*Posto em liberdade, ontem, o líder comunista Eduardo Barreiro. O Dr. Juiz de Direito denegou o pedido de prisão preventiva requerida pela Polícia de Passo Fundo contra o Sr. Eduardo Barreiro por considerar que o seu crime é da competência da Justiça Militar.*

Segundo Valentim Viana, por falta de provas de que aquelas armas fossem do PCB, Barreiro foi solto logo em seguida. Todavia, após tais fatos, a militância comunista foi algo sempre difícil e bastante vigiado naqueles tempos idos. “Mas eles insistiram até 64”.

Ortega recorda, ainda, que das reuniões também participavam o senhor Ibraim Cordeiro, “que sabia muito de comunismo”. Segundo o depoimento do Sr. Viana, Ibraim Cordeiro de Mello, “era de Santana do Livramento, ferroviário, e que dava palestras aos ferroviários até os idos de 1953-54.

Segundo Saul, “até por volta dos anos 60 continuaram a militância, inclusive com programas de Rádio, com duração de 15 minutos, pagos com recursos locais, onde liam artigos que eram publicados na Voz Operária relativos ao governo, ao FMI e a dívida externa. Saul recorda-se que no ano de 1959, “teve comício do Prestes no Altar da Pátria e apareceu um bando de piá – internos do colégio conceição – que, junto com os Padres, e a mando destes, atiraram bombinhas. Então fizemos uma corrente humana para tirar o Prestes e ele entrou no carro do Graeff e foi para Carazinho. Fechou o pau. Veio o Exército com o Major Grei Bellis e dissolveu a manifestação. Saímos e fomos subindo em direção à praça, levando pau. Entramos no táxi e quase viraram o carro. Continuamos correndo até em casa. Os repressores queriam queimar a casa do pai. Foi a Delma Ghhem que pediu para pararem.”

Depois de 64, acrescenta Saul, “com o golpe o PCB se diluiu e muitos foram presos. O pai e o João Freitas, que era simpatizante, foi preso igual. Ele escreveu alguns artigos para nós lermos no programa de Rádio.”

Para ele, tanto Delvaux, Barreiro, Cony, Roma, eram “militantes aguerridos e obstinados pelo socialismo”, sendo que de Albertina “então nem se fala”, pela sua coragem e “destemor”.

## Considerações finais



A primeira conclusão a que se chega neste estudo é que os comunistas ainda permanecem. Sim, porque em 1935, ao prender Prestes, Filinto Muller<sup>139</sup> havia dito: “acabou o PCB”. Em 1989, por ocasião da *queda do muro de Berlim* e dos regimes burocráticos do Leste Europeu, muitos apressados disseram: *o socialismo acabou, o capitalismo é o fim da história*. No Brasil, o PCB, então já Partido Comunista Brasileiro – fruto da cisão de 1962 –, por seus dirigentes máximos, tendo à frente o Senador Roberto Freire, passa a denominar-se PPS (Partido Popular Socialista), afastando de si o “surrado comunismo”.

Após quase 20 anos de legalidade reconquistada em 1985, os comunistas que ainda permanecem continuam a revelar

---

<sup>139</sup> Ex-membro da Coluna Prestes. Expulso por roubo. Depois foi chefe da polícia política de Vargas.

as mesmas convicções de seus predecessores. Acreditam num mundo possível, de paz e autodeterminação entre os povos. São os exemplos de homens, jovens e velhos, operários e intelectuais que expressam a mesma tenacidade dos que – antes deles – permaneceram até o fim.

Mas isto é o agora!

Ontem foram outros que fizeram de parcelas de suas vidas – ou de toda uma vida, e não só em tese – uma contínua busca de um mundo melhor, mais humano, mais igualitário.

Mesmo com tais propósitos, suas atitudes, não raras vezes, lhes propiciaram dissabores e contratempos. Não se fizeram entender ou entenderam mal o que isto significava do ponto de vista prático e teórico.

Este estudo, menos que análise da vida pessoal de cada comunista, procurou identificar e explicar um contexto mais amplo – possibilitado sim pela intervenção do indivíduo na história – onde cada qual pode ser também uma generalização, um movimento, uma cena, uma decisão.

A pesquisa nos revela, e muito, que os comunistas do mundo também andaram em Passo Fundo. Seja na presença física, com Prestes, seja na presença da perspectiva transformadora, na radicalização da democracia, com as concepções de luta por um Brasil menos desigual.

Mas onde estava este novo mundo, este Brasil mais democrático que buscavam?

Menos nos ídolos que neles próprios. E os ídolos se foram, sem que seus erros possam afastar o reconhecimento de sua dedicação a uma causa que motivava suas vidas. Se a causa permanece é porque ela não depende de ídolos e modelos para resistir. Permanece resistindo porque diz respeito a algo em que outros homens também acreditam.

Como vimos, no Brasil o comunismo vem pelas fronteiras e aporta de navio, junto com os imigrantes. A redundância é provocativa, já que sem portos e navios, certamente que ainda estaríamos longe de qualquer ensaio nesta linha dis-

sertativa. Queremos dizer, com isso, que o comunismo é fruto do progresso da humanidade, sem que, com isso, estejamos a afirmar que a humanidade seja, ou que será, comunista. Mas, mesmo que somente em termos culturais e políticos ela é, em parcelas que acreditam nessa ideia. E parcelas já reverteram o econômico, sem interferir neste aspecto como forma – e a ponto – de reverterem a ordem econômica mundial. Todavia, reverteram na Rússia em 1917, mesmo que por pouco tempo.

E por haver revertido, essa ideia é que chegou ao Brasil como algo que pudesse ser acrescentado à recente linha de desenvolvimento industrial que renunciava nos idos de 1920. E se chegou com o desenvolvimento, não significa dizer que chegou para o desenvolvimento, sem questioná-lo. Tal desenvolvimento industrial escoa para a luta ideológica, isto é, no desencadeamento da luta de classes que se tornava mais evidente, entre patrões e empregados, entre os que ganhavam com o desenvolvimento, e os que ganhavam – e pouco – para desenvolver a economia do país com seu trabalho.

Os anarquistas fazem sua entrada triunfal, já que serão eles os pioneiros das primeiras associações de auxílios e socorros. Negam a organização na visão de sua luta contra o jugo opressivo do capital, vez que esta organização era algo imprimido pelo patrão. E de fato o era, mas somente para a produção: *todos juntos para o lucro*. Por conta disso, questionavam e criticavam a organização que não fosse no leito da luta por melhores condições de vida dos trabalhadores. Marx superaria Proudhon e outros anarquistas de renome. Mas isso era na Europa. Aqui no Brasil eles chegavam convencidos de que ainda estavam certos quanto à organização apartidária dos trabalhadores.

A Revolução Bolchevique os pegou de “a surpresa”. Lênin e Trótski organizaram os proletários para derrubada do Czarismo da Rússia e erigiram o primeiro Estado Operário do Mundo. No Brasil, as greves descambam por melhores condições de vida, trabalho e salário dos trabalhadores. Os

anarquistas ainda fazem frente e veem na Revolução Russa a “confirmação” de seus propósitos.

Não tardaria para que o movimento operário desse conta de que na Rússia a vitória não fora capitaneada pelos anarquistas. Estes renegavam o Estado. Na Rússia havia um Estado comandado pelos trabalhadores. Que contradição!

Em 1922, uns poucos idealistas e anarquistas arrependidos fundam o PCB. Eles nem imaginavam no que estavam se metendo, pois, logo de supetão já serão postos na ilegalidade e proscritos de uma vida política amena. A classe operária engatinhava no Brasil, enquanto, lá fora, já fazia a revolução. Em solo pátrio, revolução era coisa dos militares rebelados, tendo um Prestes à frente de sua épica Coluna. Os tenentes arregimentavam graúdos setores das camadas médias nas rinhas com as oligarquias regionais.

Como se pode constatar, a revolução era algo a ser copiado, já que dera certo na Rússia. Por conta disso, aqui teria que ser como foi lá. Um comunismo eivado de um leninismo-staliniano entra Brasil afora. As análises de que no Brasil deveria ser como em outros lugares revelava, não só a deficiência ideológica dos comunistas brasileiros, mas sua vinculação aos organismos que viriam posteriores à Revolução.

A perspectiva da Revolução como sendo obra de uns poucos, porém resolutos, faria do PCB um refém da insuficiência ideológica de seus dirigentes. Em razão disso, a política revolucionária ficou solta ao sabor das circunstâncias imediatas, pendulando permanentemente entre os polos do sectarismo e do oportunismo, sem ligar-se com uma linha coerente, eficaz e capaz de orientar sobriamente, em cada circunstância, a ação revolucionária.

Como afirma Caio Prado Junior (1987, p. 29),

*No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda, e que*

*forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, isso é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é mais grave – encaixar nesses conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada, os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte na irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com frequência grosseiramente deformadas.*

A III Internacional Comunista engessaria os PC's do mundo, na linha da argumentação staliniana às voltas em seu embate com o trotskismo. No Brasil isto redundava na abstenção dos comunistas em participarem efetivamente dos acontecimentos de 1930. O esquerdismo, a doença infantil do comunismo, segundo Lênin, tinha sua primeira e profunda manifestação em solo pátrio, a ponto de os intelectuais andarem “fantasiados de operários”.

O estudo nos demonstrou que as possibilidades de uma “revolução tupiniquim”, ou seja, ajustada às nossas peculiaridades, e de caráter democrático-pequeno-burguesa, segundo as formulações de Astrojildo e Brandão, foram refreadas e aniquiladas pelo rolo compressor do dogmatismo.

Daí por diante, as concepções comunistas serão sempre norteadas por Moscou.

Existia autonomia sim. Mas ela, de regra, estava permeada pelo que diziam e decidiam os homens da Internacional, com o guia genial dos povos à frente. Stálin não só destruiu todos os seus adversários, como – e o que é grave – a perspectiva de construção de um Estado Operário, democrático e socialista. A revolução que Trotski novamente defendia, tinha a ver com a necessidade de transformações políticas nas relações internas da URSS. Anos mais tarde ela veio para liquidá-la.

Em solo pátrio, a visão determinista leva à tragédia insurrecional de 1935, também por conta da formação militar-positivista de Prestes, que via na hierarquia do Exército a mesma que poderia ser transposta para a vida social. Passados dez anos, com o fim do conflito mundial, os comunistas novamente estão “de bem” com o mundo.

A democracia e, com ela, a legalidade servem para reafirmar sua inserção popular, consequência da participação decisiva da URSS no desfecho da vitória dos aliados sobre o nazismo de Hitler. Servem também para jogar o PCB num comodismo ordeirista e determinista, de que o mundo caminhava “sozinho” para o socialismo. Acabou a guerra, os comunistas voltam-se aos pleitos eleitorais, ansiosos por confirmarem esta nova realidade, ao mesmo tempo em que o anticomunismo volta a agir, a princípio, sorrateiramente.

No Brasil, a democracia é afirmada como opção de manutenção do sistema capitalista. O imperialismo norte-americano continuava de unhas mais cravadas do que antes, com a placidez de nossas elites dominantes. As democracias populares pululavam na Europa. O socialismo, mesmo que só de pregação, era *persona non grata* para aqueles que conduziam nossa política. Os comunistas, todavia, ainda insistiriam por um bom tempo no “caráter progressista da burguesia nacional”, mesmo quando estavam nos porões infestados das cadeias que ela lhes “providenciara”.

Somente anos mais tarde é que as concepções estratégicas de revolução, de socialismo, de modelos e de democracia seriam revistas à luz de uma severa crítica ao stalinismo e seus estragos no movimento comunista internacional. Em que pesem os erros e equívocos dos comunistas brasileiros, seus exemplos e sua luta por um mundo melhor repercutiram aos quatro cantos de nosso país.

O estudo e a pesquisa nos levam a concluir, no que diz respeito à questão estratégica da revolução, que os comunistas farão *as pazes* com Caio Prado a partir de 1992. Essa afirma-

ção tem sua fundamentação na relação direta da comparação da obra deste marxista, “A Revolução Brasileira”, editada em 1977, com o Programa Socialista dos comunistas, e que veio a público em 1995.

Caio Prado foi um severo crítico dos programas comunistas elaborados de “fora para dentro” da realidade concreta do Brasil, ajustados – o melhor termo seria “engessados” – aos ditames de Moscou. Sua visão de que o capitalismo já vingava em nossa estrutura agrária no Brasil-colônia e escravista, visando a produzir para o mercado – ao que se afasta da tese feudal –, era, ainda, associada ao fato de que o imperialismo aqui se assentou “por dentro” de nosso desenvolvimento, isto é, não era algo estranho em nossa economia como de fato o fora nos economias asiáticas, eis que aqui associava-se a nossa burguesia, inclusive a “progressista”, na medida em que [...]

*enquanto nos países e povos do Oriente as contradições geradas no processo de penetração imperialista se apresentam desde logo em nítida polarização de interesses econômicos e forças sociais e políticas que se alinham em posição frontal, no caso brasileiro aquelas contradições se vão revelar lenta e sutilmente, e a princípio tão-somente nos pontos de articulação da economia do país com o sistema internacional imperialista, e em particular, como verificamos acima, nas nossas relações internacionais e financeiras (Idem, p. 94).*

O Programa Socialista dos comunistas, em seu item 24, que trata da questão do *desenvolvimento* é claro em adotar as concepções e Caio Prado, ao referir que o desenvolvimento capitalista

*[...] adotado pelo Brasil é essencialmente dependente e deformado. Assenta-se numa estrutura atrasada que tem por base o monopólio da terra e a subordinação aos interesses do capital monopolista, em especial*

*dos Estados Unidos. Considerável parcela das classes dominantes compactua com a espoliação estrangeira, torna-se sócia menor dos imperialistas, em detrimento do progresso e da soberania nacional.*<sup>140</sup>

Se a luta é contra o imperialismo – e efetivamente é –, não significa que ela o seja em conluio com a burguesia em oposição a essa dominação, na medida em que a burguesia é também parte integrante desse domínio contra os interesses nacionais. Significa, assim, que a revolução, mesmo que tendo tarefas nacionais e democráticas a resolver por conta deste capitalismo dependente, só o pode na perspectiva do socialismo.

Dessa forma, nos permitimos concluir que um programa mais vinculado à nossa realidade, de iniciativa dos comunistas, na perspectiva de um socialismo com peculiaridades locais – sem cópias, sem etapas e conluios oportunistas com a burguesia –, vem a se tornar um fato concreto após 80 anos de movimento comunista nestas plagas.

Todavia, se isto é em nível mais geral da discussão e do debate de ideias, concluímos, também, que a classe operária era ainda incipiente e desorganizada no início do século XX, sendo que a intelectualidade progressista, por sua vez, via no socialismo a possibilidade de uma nova organização social, primando pelo bem da coletividade, numa aspiração muito mais de processo democrático do que propriamente de um processo revolucionário.

Em razão disso toma parte nas primeiras organizações de auxílio e socorro. Em Passo Fundo, isso pode ser confirmado com a atuação do advogado João Junqueira da Rocha, que, devido à sua pública posição democrática e antifascista, acaba sendo o presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, migrando, mais adiante, para o Partido Social De-

---

<sup>140</sup> CONSTRUINDO o futuro do Brasil. Programa Socialista do PC do B. Documentos da 8ª Conferência Nacional do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995, p. 20.

mocrático (PSD), pelo qual foi eleito vereador em 1955, não obstante a sua militância clandestina no PCB desde 1932.

E vem daí também a inserção de outros personagens que marcariam época na militância comunista, como Eduardo Barreiro, João Roma, João Cony e outros mais.

Passando pela Liga Eleitoral Proletária (LEP), pela ANL, eles organizariam o PCB em 1945.

A redemocratização era o palco ideal para essa aparição com a “legenda própria e legal” pela primeira vez em Passo Fundo. É ela que também serve de palco para que assim ocorra em Erechim e Carazinho, municípios vizinhos.

É o período em que também a construção de uma imagem negativizada do comunismo e dos comunistas ganha terreno. A imprensa é o foco central desta cena que se descortina a partir de 1935, quando a ameaça se tornara a realidade insurrecional, ainda que malograda. A cassação do PCB e de seus mandatos parlamentares revelava a debilidade daquela democracia que os comunistas tinham como “também sua”. Se em nível geral as precauções sequer existiam, em sede local algumas vozes logo seriam sufocadas. O anticomunismo, a visão distorcida e preconceituosa dos comunistas como elementos do mal fazia estragos em todos os níveis onde a opção se identificasse. Em Passo Fundo e Erechim não foi diferente.

Era nítido que os comunistas causavam o mal-estar na democracia, já que viam nela, e através dela, uma forma de denunciarem suas próprias limitações estruturais no atendimento das necessidades do povo. Mas a democracia de Dutra e Camarilha não era para tanto. Como até hoje, mudados os polos, continua não sendo.

A democracia restou maculada também por seus campeões. Stálin & Cia fizeram seus estragos, sob o silêncio mortal dos que nele viam o gênio do bem, que acertava mesmo quando errava.

Todavia, a realidade social, as dificuldades da vida dos trabalhadores, a corrupção que despontava nos meios políticos

continuavam a fazer do PCB uma alternativa para aqueles que viam nele um escoadouro de homens sérios e abnegados na luta por uma causa nobre: mudar o mundo para melhor.

O estudo e a pesquisa nos fazem compreender que somente tendo esta visão é que podemos explicar a adesão de personagens locais como Albertina Rosado, Barreiro, Cony, Roma e Ernesto Delvaux. Se o comunismo era tudo aquilo que diziam, seria possível pessoas de bem como eles estarem tão enganados? O comunismo deles estava longe do espírito de seita que impregnou o PCB e os comunistas mais destacados, até final dos anos 80.

O mesmo se pode dizer dos militantes comunistas de Erechim, na figura do Dr. Silveira, e de Carazinho, na figura do advogado Walter Graeff.

Mas, sem dúvida, para nós, o fato mais marcante do estudo é a “descoberta” de Albertina, “uma mulher à frente de seu tempo”, que via no socialismo democrático, e na educação popular a perspectiva mais imediata de inclusão e desenvolvimento social.

Quando ainda garoto, e nas vezes que adentrava à casa de meu avô materno, deparava-me com sua foto, pendurada na parede, em uma moldura de madeira trabalhada.

Nos referíamos a ela como a “Tia Albertina”. Minha mãe havia comentado algo sobre ela e suas convicções. Todavia, nunca dei a atenção devida.

Albertina foi o “grande achado”. Sua condição de mulher comunista nos idos de 1945, sua militância e sua inteligência marcante nos desafiam a continuar os estudos e as pesquisas.

Ao que se pode depreender deste estudo, ainda que sem esgotamento do assunto, o processo político de construção da democracia brasileira, ao longo dos anos, esteve permeado por uma espécie de “controle interno” direcionado através de uma cúpula dirigente (elites), cujo poder apoiou-se sempre nos setores militares.

Este processo se desenrolou junto com o próprio desenvolvimento do país, cuja dependência dos EUA se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, sendo que os traços da política internacional da Guerra Fria se refletiram em solo pátrio por via de um “controle externo” como que “assenhorando” os madatários de plantão.

O Partido Comunista surgiu dos movimentos sociais que buscavam inverter essa lógica, mesmo que, por várias vezes, a tenha ratificado, seja por inconsciência dos atos de seus dirigentes, fosse por inconsistência ideológica que lhes capacitasse uma leitura real da realidade, sendo que a tônica de sua trajetória foi a proscricção, a ilegalidade e a cassação de seus direitos de agremiação política.

De erros e equívocos, o PCB procurou apresentar a democracia como ponto programático estratégico, nos idos de 45, no exato momento em que a democracia era vista como algo perigoso pelos condutores do poder. Cassado mais uma vez, permanece, “insistindo” em existir, mesmo quando sua extinção definitiva era dada como certa, resistindo ao tempo e aos erros, até mesmo aos abandonos de sua militância.

Sua identidade, enquanto partido marxista, muitas vezes foi contraditória ao próprio marxismo, sem que isso compromettesse ou retirasse o idealismo de seus militantes e a tenacidade de seus dirigentes.

Em Passo Fundo e arredores os aderentes ao comunismo assim o fizeram na perspectiva de que ele, o comunismo, era prenúncio de um mundo melhor e menos desigual. Muitos deles, como é o caso de Barreiro, não mediram esforços para ver a concretização deste ideal. Carentes de uma maior formação ideológica, também depositavam no “Cavaleiro da Esperança” a crença da infalibilidade dos grandes homens e do socialismo e do comunismo enquanto doutrinas insuperáveis. Junqueira nos demonstra que em nível local essa não era uma concórdia, como também não o era em nível geral.

Sua expulsão, em que pese o fato de seu oportunismo, não foi ato precedido de análise da trajetória de um militante que ousou discordar da linha política do partido. O dogmatismo também brotou em solo local.

Como referimos lá no início deste trabalho, certamente que lacunas e questões restarão a serem suprimidas e respondidas. No entanto, nosso conforto no fato de que as “pistas” já são conhecidas.

O tempo não pára. Para o tempo que passa permanece a insistência do pesquisador que nele se embrenha, num movimento alucinado de ida e volta, como que a querer pará-lo para captar o “conhecimento” que o perpassa.

Vã tentativa? O tempo que nos espere. É o nosso desafio.

O estudo e a pesquisa contidos neste trabalho nos permitem concluir, ainda que preliminarmente, com muita convicção, que o estudo local e regional do PCB e de seus adeptos está longe de ser uma única história.

# Referências

ABRAMO Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (Orgs.) *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AKCELHUD, Isaac. Santos Soares. Rio de Janeiro: *Revista Problemas*, n. 39, 1952.

ÁLBUM COMEMORATIVO AO 30º ANIVERSÁRIO DO PCB, 1952.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-64*. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, Giovanni. *Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicatos*. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do Marxismo*. Volume VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. Apud FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- BARBOSA, Marinalva. Jornalismo e história: um olhar no passado. In: *Anais do Colóquio de História e Imprensa*.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*. As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CALIL, Gilberto Grassi. A redemocratização brasileira de 1945-46. In: *Fios de Ariadne – ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARONE, Edgard. *A quarta república (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1943-1964)*, Vol. II. São Paulo: Difel, 1982.
- CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARRION, Raul. *O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul – 1922-1929*. Porto Alegre, 1997. (Mimeo.)
- CARVALHO, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Cékina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CASSOL, Tália Livia dos Santos. *A foice e o martelo em Erechim*. Formação e atuação do Partido Comunista Brasileiro em Erechim (1945-1970). Erechim: URI, 2004. (Monografia)
- CASTRO, Tarso de. Notas para uma história operária de Passo Fundo: os meus heroicos, românticos e belos comunistas. *Afinal*, São Paulo, 17/01/1989.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CONSTRUINDO O FUTURO DO BRASIL. Programa socialista do PC do B. Documentos da 8ª Conferência Nacional do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Júnior e a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*.

São Paulo: Ensaio: Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: *História do marxismo no Brasil*. Volume IV. Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000.

DEL ROIO, Marcos. De um século a outro: trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; FILHO, Daniel Aarão Reis (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V. Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DRUMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DO POVO BRASILEIRO: DOCUMENTOS DE PC DO BRASIL DE 1960 A 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- FERREIRA, Mariluci; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. EDIUPF, 1998.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- FREITAS, Walter de Almeida. *ANL e PCB: mitos e realidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- GALISSOT, René. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Vol. VIII, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GERRATANA, Valentino. Stalin, Lênin e o marxismo-leninismo. In: HOBSBAWN, Eric J. *História do marxismo*. Vol. IX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Passo Fundo, 1939.
- HÁJEK, Milos. A bolchevização dos partidos comunistas. In: HOBSBAWN, Eric J. *História do marxismo*. Volume VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HARDMAN, Francisco. *Anarquistas e anarcossindicalismo no Brasil*. Apud SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HECHER, Alexandre. O socialismo brasileiro: A outra esquerda. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Vols. I – X. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JORNAL *DIÁRIO DA MANHÃ*, editado em Passo Fundo – RS.

JORNAL *O NACIONAL*, editado em Passo Fundo-RS.

JUNGBECK, Benhur. *Perigo iminente: a Segunda Guerra Mundial na leitura da imprensa passo-fundense*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. (Dissertação)

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Apud MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

KONRAD, Diorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC, 1994.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. EDIUPF, 1998.

LAIMER, Adriano Guedes. *O novo papel dos sindicatos*. São Paulo: LTr, 2003.

LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul – República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÇAL, João Batista. *Reflexos da Revolução Russa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (datilografado)

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. EDIUPF, 1998.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; Emir Sader (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume I. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume II. Os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 1995.

MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1945). In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PCB, PROCESSO DE CASSAÇÃO DO REGISTRO (1947), Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PESSANHA, Alina Gonçalves da Fonte; NASCIMENTO, Regina Helena Malta. *Partido Comunista Brasileiro: caminhos da revolução (1929-1935)*. Rio de Janeiro: IFCS/URFJ, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos del. (Orgs.) *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira de Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRADO Junior, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, Luiz Carlos. *O PCB na luta pela paz e pela democracia*. Rio de Janeiro: Edições Horizontes, 1948.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana – as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) À “União Nacional” (1938-1945)*, São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo Pós-30: uma nova abordagem*. Petrópolis, Vozes, *Revista Cultura*, n. 2, ano 95, vol. 95, 2001.

REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. 2. V. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

REIS FILHO. Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: *História do marxismo no Brasil*. Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002.

*REVISTA PRINCÍPIOS*, n. 64 (alusiva aos 80 anos do Partido Comunista do Brasil), São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo; EDIUPF, 1998.

RUY, José Carlos. Partido Comunista do Brasil, 80 anos. *Revista Princípios*, n. 64. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Reflexos do XX Congresso da PCUS no PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SALVADOR, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, Ângelo José da. Tempo de fundadores. In: *História do marxismo no Brasil*. Vol IV. Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000.

SILVA, Hélio. 1945: Por que depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. Apud MORAES, João Quartim de. *Concepções comunistas*

*do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1945)*. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

WITTER, José Sebastião. *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Pão, terra e liberdade*. Memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: UFSC, 1995.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.

VIANNA, Marly de Almieda Gomes. A Aliança Nacional Libertadora. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LOGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Da guerra fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1990.

ZADAIN, Michel. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

ZADAIN, Michel. *PCB: na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

ZADAIN, Michel. O grande tournat: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: *História do Marxismo no Brasil*. Volume I. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.







Vivemos numa época onde o individualismo é valor absoluto e o sucesso é buscado a qualquer preço, ambos instigados por uma forma de vida determinada por insegurança e violência, institucionalizadas pela volatilidade do mercado. As ideologias, sob a ação das tecnologias virtuais, fazem o elogio do simulacro. O modelo social e político predominante só ajuda os bancos, não resgata milhões de pessoas da desesperança, em função do desemprego e da educação irrelevante. As políticas antissociais transformam comunidades em campos de raiva, anomia e revolta. Cristaliza-se, o que Ortega y Gasset denunciava há 70 anos, numa perspectiva aristocrática: o advento de uma nova época, caracterizada pela hegemonia do homem-massa. O capitalismo, conforme Adorno, numa perspectiva de esquerda, exige o conformismo total e mobiliza, para isso, a indústria cultural, cuja função é induzir à uniformização das consciências. O aconselhamento político está mais a cargo da competência marqueteira do que da intelectual. A existência de uma natureza humana comum a todos é negada, alguns invocando Marx: “a natureza humana é apenas o conjunto das relações sociais”.

Mas houve um tempo de utopias, e é sobre ele que Emerson Brotto produziu um trabalho profundo, qualificado e de fôlego, resgatando a história de pessoas que tiveram suas vidas marcadas por ideais verdadeiros (despidos de quaisquer outros propósitos): solidariedade, paz e autodeterminação entre os povos. Lutaram por aquilo em que acreditavam, em torno das propostas do Partido Comunista do Brasil. Foram verdadeiros “cavaleiros da esperança” nas plagas do Norte do Rio Grande do Sul.

Não fosse esta obra, importantes personagens da história estariam fadados ao limbo da memória. Albertina Rosado, Barreiro, Cony, Roma, Ernesto Delvaux, Walter Graeff e Silveira, por exemplo, deixaram um legado precioso para as novas gerações. Foram pessoas que estiveram à frente do seu tempo, sofreram restrições e foram alvo de desconfianças e arbítrio.

Como ensina Hobsbwan, o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, componente inevitável de instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. A história, como inspiração de ideologias, tem uma tendência embutida de tornar-se mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como demonstram as histórias das nações e dos nacionalismos modernos. Cabe ao historiador remover essas vendas.

José Ernani de Almeida  
Bacharel em Direito e historiador

